

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU,
REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE
SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.**

----- No dia vinte e seis de setembro de dois mil e dezasseis, teve lugar no Solar dos Peixotos, a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Henriques Mota de Faria, secretariado pelo Senhor João Fernando Marques Rebelo Cotta, como Primeiro Secretário e pela Senhora Cristina Paula Cunha Pereira Gomes, como Segunda Secretária. -----
A Sessão teve início às catorze horas e vinte e seis minutos, tendo-se verificado as faltas da Senhora Deputada Cristina Maria Nunes Fonseca.-----

Para que conste na presente Ata, o resumo da correspondência expedida e recebida, previamente disponibilizada, fica a seguir transcrito:-----

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:-----

– A Assembleia Municipal recebeu convites de diversos Organismos, Associações e Entidades, a convidar o Exmo. Senhor Presidente deste Órgão Autárquico a participar e assistir às mais variadas reuniões e realizações.-----

– Diversas Entidades e Partidos Políticos solicitaram a cedência do Salão da Assembleia Municipal.-----

– O Grupo Parlamentar do Partido Ecologista “Os Verdes” remeteu email referente ao assunto: Recolha tratamento e transporte de resíduos hospitalares na prestação de serviços domiciliários na ACES Dão-Lafões.-----

– O Secretariado da CIM Viseu Dão Lafões remeteu email referente à Tomada de Posição do Conselho Intermunicipal da CIM Dão Lafões no âmbito da consulta pública ao documento " Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referência Materna, da Criança e do Adolescente".-----

– O Grupo Parlamentar Ecologista "Os Verdes" remeteu email referente à pergunta ao Governo sobre a instalação de central de biomassa florestal em Mundão - Viseu.-----

– O Exmo. Sr. Chefe de Gabinete de Presidente da Câmara Municipal de Viseu remeteu email no qual informa que o pedido de audiência efetuado ao Senhor Ministro da Saúde foi agendado para o dia 15 de julho de 2016.-----

– O Exmo. Sr. José Manuel de Almeida Fernandes, Presidente da Junta de Freguesia de Povos remeteu justificação de falta à Sessão Ordinária da AM de 29 de junho de 2016.--

– O Grupo Parlamentar do PCP remeteu email no qual acusa a receção da Moção “ Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referência Materna, da Criança e do Adolescente”.-----

– O Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Saúde remeteu email no qual acusa a receção da Moção “ Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referência Materna, da Criança e do Adolescente”, enviada a esta Comissão por sua Excelência o Presidente da Assembleia da República.-----

– A Exma. Sra. Isabel Coelho remeteu email referente ao assunto: Acessos a áreas residenciais em mau estado.-----

– O Exmo. Sr. Chefe da Casa Civil de Sua Excelência o Presidente da República remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção “Contra a Violência Doméstica”.-----

– A Exma. Sra. Chefe de Gabinete da Procuradoria Geral da República remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção “Contra a Violência Doméstica.-----

– O Grupo Parlamentar do CDS/PP remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção “Pela limpeza das bermas e dos terrenos adjacentes das estradas nacionais do

- concelho de Viseu”.-----
- A Exma. Sra. Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Primeiro Ministro remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção referente à "Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referência Materna, da Criança e do Adolescente".-----
 - A Exma. Sra. Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção referente à "Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referência Materna, da Criança e do Adolescente".-----
 - A Exma. Sra. Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção pela limpeza das bermas e dos terrenos adjacentes das estradas nacionais do concelho de Viseu.-----
 - A Associação Nacional de Municípios, ANMP remeteu email referente ao Seminário Portugal 2020 - Os Fundos Comunitários e as Autarquias Locais.-----
 - A Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas remeteu email no qual acusa a receção da Moção pela limpeza das bermas e dos terrenos adjacentes de Viseu.-----
 - A Exma. Sra. Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção “Pela Defesa do Serviço Público de Educação na Zona Norte do Concelho de Viseu”.-----
 - O Grupo Parlamentar Ecologista Os Verdes remeteu email no qual acusa a receção da Moção - “Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e Referência Materna da Criança e do Adolescente”.-----
 - A CCDDR Centro remeteu via postal ofício referente à resposta ao pedido de parecer relativo à substituição dos Presidentes de Junta nas Sessões da AM.-----
 - A Exma. Sra. Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Primeiro Ministro remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção "Pela Abolição das Portagens na A24 e na A25”.-----
 - A Exma. Sra. Chefe de Gabinete de Sua Excelência o Primeiro Ministro remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção "Pela Defesa do Serviço Público de Educação Zona Norte de Viseu".-----
 - O Exmo. Sr. Chefe da Casa Civil de Sua Excelência o Presidente da República remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção “Pela defesa do serviço público de educação na zona norte do concelho de Viseu”.-----
 - O Conselho Distrital de Viseu da Ordem dos Médicos, remeteu via postal ofício no qual se congratulam pela atribuição da Medalha Municipal de Mérito ao Dr. Malaquias.-----
 - O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda remeteu via postal ofício no qual acusa a receção das Moções "Pela Limpeza das Bermas e Terrenos Adjacentes das Estradas Nacionais do Concelho de Viseu" e "Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referência Materna, da Criança e do Adolescente".-----
 - O Exmo. Sr. Presidente da Associação de Estudo de Direito Regional e Local remeteu email referente ao assunto, Seminário 40 Anos do Poder Local - Inquérito - AEDRL e ANMP.-----
 - O Grupo Parlamentar Ecologista Os Verdes remeteu email no qual acusa a receção da Moção –“Pela defesa do serviço público de educação na zona norte do concelho de Viseu”.-.
 - O Grupo Parlamentar do Partido Bloco de Esquerda remeteu via postal ofício no qual acusa a receção da Moção – “Pela defesa do serviço público de educação na zona norte do concelho de Viseu”.-----
 - O Grupo Parlamentar Ecologista Os Verdes remeteu email no qual acusa a receção da Moção “Limpeza das bermas e dos terrenos adjacentes das estradas nacionais do concelho de Viseu”.-----
 - A Infraestruturas de Portugal remeteu via postal ofício referente à resposta à Moção "Pela limpeza das bermas e dos terrenos adjacentes das estradas nacionais do concelho de Viseu".-----

- A Exma. Senhora Deputada Municipal Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se realizará em 26-09-2016.-----
- O Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues remeteu via correio eletrónico pedido de substituição por um período inferior a 30 dias, de 11 de setembro a 22 de setembro de 2016.-----
- O Grupo Parlamentar Ecologista Os Verdes remeteu email referente ao assunto: Os Verdes querem devolver os baldios às comunidades locais - Envio de Iniciativa legislativa agendada para discussão no dia 16 Setembro.-----
- O Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos do Vale Martins remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 26 de setembro de 2016.-----
- O Grupo Parlamentar do PCP remeteu email referente à discussão em Comissão do Projeto de Lei n.º 231XIII.ª (PCP) – Reposição de Freguesias.-----
- A Câmara Municipal de Viseu remeteu documentos para a Sessão Ordinária da AM de 26 de setembro de 2016.-----
- A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas remeteu documentos respeitantes à análise intercalar dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu.-----
- O Grupo Parlamentar Ecologista Os Verdes remeteu email referente à Pergunta ao Governo referente ao Depósito de lamas a céu aberto junto a aglomerado urbano em Povolide.-----
- A Câmara Municipal de Viseu remeteu via Edoc documentos respeitantes à análise intercalar do Município de Viseu enviada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.-
- O Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu remeteu via correio eletrónico Informação escrita acerca da atividade e situação financeira do Município.-----
- O Exmo. Sr. Deputado Municipal António Manuel Antunes Rafael Amaro, remete via correio eletrónico, pedido de substituição para a Sessão da AM de 26 de setembro de 2016.
- A Exma. Senhora Deputada Municipal Elsa Maria da Costa Lemos Gomes remeteu via correio eletrónico pedido de substituição para a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se realizará em 26-09-2016.-----
- CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA:**-----
- Foi dado conhecimento dos diversos pedidos de cedência do Salão da AM, às Entidades e Organismos que efetuaram o mesmo pedido.-----
- Foram remetidas por via EDOC, ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Viseu, Deliberações aprovadas bem como as respetivas Certidões referentes à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do dia 29 de junho de 2016.-----
- Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidentes de Junta Independentes foi remetido via correio eletrónico, email do Grupo Parlamentar Ecologista "Os Verdes" referente ao assunto: Recolha tratamento e transporte de resíduos hospitalares na prestação de serviços domiciliários na ACES Dão-Lafões.-----
- Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidentes de Junta Independentes foi remetido via correio eletrónico, email do Grupo Parlamentar Ecologista "Os Verdes" referente à pergunta ao Governo sobre a instalação de central de biomassa florestal em Mundão - Viseu.-----
- Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidentes de Junta Independentes foi remetido via correio eletrónico, email do Grupo Parlamentar Ecologista "Os Verdes" referente à pergunta ao Governo sobre Dificuldade de acesso a comunicações móveis, sobretudo nas áreas montanhosas do distrito de Viseu.-----
- Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidentes de Junta Independentes foi remetido via correio eletrónico, email do Grupo Parlamentar do PCP referente Agendamento Potestativo do PCP - Projeto de Lei que Estabelece o Regime para Reposição de Freguesias- Assembleia República.-----

- Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidentes de Junta Independentes foi remetido via correio eletrónico, email do Secretariado da CIM Viseu Dão Lafões referente à Tomada de Posição do Conselho Intermunicipal da CIM Dão Lafões no âmbito da consulta pública ao documento " Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referência Materna, da Criança e do Adolescente".-----
- Para conhecimento do Senhor Presidente da Câmara, foi remetido via correio eletrónico o email da Exma. Sra. Isabel Coelho referente ao assunto: Acessos a áreas residenciais em mau estado.-----
- Foi remetido via postal à Exma. Sra. Presidente da CCDRC pedido de parecer referente à possibilidade de substituição de um Presidente de Junta nas Sessões da AM.-----
- Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Dr. António Manuel Machado da Graça Malaquias cópia do teor da proposta de atribuição de Galardão Municipal ao aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, realizada no passado dia 29/06/2016.-----
- Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara cópia do teor da proposta de atribuição de Galardão Municipal ao Dr. António Manuel Machado da Graça Malaquias aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, realizada no passado dia 29/06/2016.-----
- Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Dr. António Horta Oliveira Diretor do Serviço de Cirurgia 2 do CHTV cópia do teor da proposta de atribuição de Galardão Municipal ao Dr. António Manuel Machado da Graça Malaquias aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, realizada no passado dia 29/06/2016.-----
- Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Distrital da Ordem dos Médicos Dr. Carlos Alberto Leocádio Daniel, cópia do teor da proposta de atribuição de Galardão Municipal ao Dr. António Manuel Machado da Graça Malaquias aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, realizada no passado dia 29/06/2016.-----
- Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Fernando Ermida Rebelo Presidente do Conselho de Administração do CHTV, EPE, cópia do teor da proposta de atribuição de Galardão Municipal ao Dr. António Manuel Machado da Graça Malaquias aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, realizada no passado dia 29/06/2016.-----
- Foi remetido via postal a Sua Excelência o Primeiro -Ministro Dr. António Costa, teor da Moção “Pela Abolição das Portagens na A24 e A25” aprovada na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, realizada no passado dia 29/06/2016.-----
- Foi remetido via postal a Sua Excelência o Primeiro-ministro Dr. António Costa, teor da Moção “" Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referência Materna, da Criança e do Adolescente", aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu, realizada no passado dia 29/06/2016.-----
- Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Voto de Louvor aos Corpos Sociais da Associação Cultural Recreativa e Social de S. João de Lourosa e a todos quantos, pelo seu altruísmo e dedicação se empenharam na realização do desfile das Cavalhadas de Teivas e da Dança da Morgadinha, apresentado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Lourosa na Sessão Ordinária da AM de 29 de junho de 2016, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----
- Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Associação Cultural Recreativa e Social de S. João de Lourosa, Voto de Louvor aos Corpos Sociais da Associação Cultural Recreativa e Social de S. João de Lourosa e a todos quantos, pelo seu altruísmo e dedicação se empenharam na realização do desfile das Cavalhadas de Teivas e da Dança da Morgadinha, apresentado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Lourosa na Sessão Ordinária da AM de 29 de junho de 2016, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

- Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Viseu, Voto de Louvor às Cavalcadas de Vildemoinhos – Associação de Atividades Tradicionais, e às gentes “Trambelas”, apresentado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Repeses e S. Salvador, apresentado na Sessão Ordinária da AM de 29 de junho de 2016, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----
- Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Presidente da Direção das Cavalcadas de Vildemoinhos – Associação de Atividades Tradicionais, Voto de Louvor às Cavalcadas de Vildemoinhos – Associação de Atividades Tradicionais, e às gentes “Trambelas”, apresentado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Repeses e S. Salvador na Sessão Ordinária da AM de 29 de junho de 2016, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----
- Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Tiago Ferreira Voto de Congratulação aprovado por unanimidade na sessão ordinária da AM de Viseu de 29 de junho de 2016.-----
- Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara cópia do voto de Congratulação a Tiago Ferreira aprovado por unanimidade na sessão ordinária da AM de Viseu de 29 de junho de 2016.-----
- Foi remetido via postal a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, a Sua Excelência o Primeiro-Ministro, a Sua Excelência o Ministro da Saúde, ao Exmo. Sr. Líder do Grupo Parlamentar do PPD/PSD, ao Exmo. Sr. Líder do Grupo Parlamentar do PS, ao Exmo. Sr. Líder do Grupo Parlamentar do CDS/PP, ao Exmo. Sr. Líder do Grupo Parlamentar do BE, ao Exmo. Sr. Líder do Grupo Parlamentar do PCP, à Exma. Sra. Líder do Grupo Parlamentar do PEV, ao Exmo. Sr. Deputado do PAN e ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Tondela Viseu, EPE, teor da Moção “Rede Nacional de Especialidade Hospitalar e de Referência Materna, da Criança e do Adolescente” aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 29 de junho de 2016.-----
- Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara cópia do teor da Recomendação do Grupo Municipal da CDU referente aos Parques Infantis, apresentada na Sessão Ordinária da AM de 29 de junho de 2016.-----
- Foi remetido via postal a Sua Excelência o Primeiro -Ministro e a Sua Excelência o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas teor da Moção aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 29 de junho de 2016, em que na qual é solicitado ao Governo que considere altamente prioritários e urgente os seguintes investimentos:-----
- Construção do ramal de ligação de Viseu à linha da Beira Alta;-----
- Construção do corredor ferroviário Aveiro – Viseu – Salamanca.-----
- Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Viseu teor da Moção “Pela Limpeza das Bermas e dos Terrenos das Estradas Nacionais do Concelho de Viseu”, aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de Viseu de 29 de junho de 2016.--
- Foi remetido via postal a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal, ao Exmo. Sr. Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, ao Exmo. Sr. Líder do Grupo Parlamentar do PPD/PSD, ao Exmo. Sr. Líder do Grupo Parlamentar do PS, ao Exmo. Sr. Líder do Grupo Parlamentar do CDS/PP, ao Exmo. Sr. Líder do Grupo Parlamentar do BE, ao Exmo. Sr. Líder do Grupo Parlamentar do PCP, à Exma. Sra. Líder do Grupo Parlamentar do PEV, ao Exmo. Sr. Deputado do PAN, teor da Moção “Pela Limpeza das Bermas e dos Terrenos das Estradas Nacionais do Concelho de Viseu”, aprovada por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de Viseu de 29 de junho de 2016.--
- Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Viseu, Voto de Louvor ao Dr. Fernando Paulo do Carmo Baptista, aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de Viseu de 29 de junho de 2016.-----
- Foi remetido via postal ao Exmo. Sr. Dr. Fernando Paulo do Carmo Baptista, Voto de

Louvor ao, aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de Viseu de 29 de junho de 2016.-----

– Foi remetido via postal a Sua Excelência o Presidente da República, a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, a Sua Excelência o Primeiro-Ministro, a Sua Excelência o Ministro da Educação, ao Exmo. Sr. Líder do Grupo Parlamentar do PPD/PSD, ao Exmo. Sr. Líder do Grupo Parlamentar do PS, ao Exmo. Sr. Líder do Grupo Parlamentar do CDS/PP, ao Exmo. Sr. Líder do Grupo Parlamentar do BE, ao Exmo. Sr. Líder do Grupo Parlamentar do PCP, à Exma. Sra. Líder do Grupo Parlamentar do PEV, ao Exmo. Sr. Deputado do PAN, a Moção “Pela Defesa do Serviço Público de Educação na Zona Norte do Concelho de Viseu, aprovada na Sessão Ordinária da AM de Viseu de 29 de junho de 2016.-----

– Depois de devidamente rubricados pelo Exmo. Sr. Presidente da AM de Viseu, foram enviados ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara os documentos que compõem o Relatório de Gestão Consolidado, relativo ao exercício de 2015.-----

– Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viseu, a Moção para a Candidatura a Património Cultural e Imaterial da Humanidade, das Cavalcadas de Viseu pelo Executivo Municipal, juntamente com as Associações das Cavalcadas, aprovada na Sessão Ordinária da AM de Viseu de 29 de junho de 2016.-----

– Foi remetido via postal a Sua Excelência o Ministro da Cultura, à Exma. Sra. Diretora Geral do Património Cultural, ao Exmo. Sr. Presidente da Direção das Cavalcadas de Vildemoinhos-Associação de Atividades Tradicionais e ao Exmo. Sr. Presidente da Associação Cultural, Recreativa de Teivas a Moção para a Candidatura a Património Cultural e Imaterial da Humanidade, das Cavalcadas de Viseu pelo Executivo Municipal, juntamente com as Associações das Cavalcadas, aprovada na Sessão Ordinária da AM de Viseu de 29 de junho de 2016.-----

– Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Viseu teor da Moção “Pela Abolição das Portagens na A24 e na A25”, aprovada na Sessão Ordinária da AM de Viseu de 29 de junho de 2016.-----

– Foi remetido via postal a Sua Excelência o Primeiro-ministro, a Sua Excelência o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, ao Exmo. Sr. Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, ao Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, a Moção “Pela Abolição das Portagens na A24 e na A25”, aprovada na Sessão Ordinária da AM de Viseu de 29 de junho de 2016.-----

– Foi remetido via postal aos Exmos. Srs. Presidentes das Câmaras Municipais de Vila Real, Vila Pouca de Aguiar, Sever do Vouga, S. Pedro do Sul, Santa Marta de Penaguião, Sabrosa, Pinhel, Peso da Régua, Penalva do Castelo, Oliveira de Frades, Mangualde, Macedo de Cavaleiros, Ílhavo, Guarda, Fornos de Algodres, Estarreja, Chaves, Celorico da Beira, Castro Daire, Aveiro, Almeida, Albergaria-a-Velha, Vouzela e Lamego, a Moção “Pela Abolição das Portagens na A24 e na A25”, aprovada na Sessão Ordinária da AM de Viseu de 29 de junho de 2016.-----

– Foi remetido via postal aos Exmos. Srs. Presidentes das Assembleias Municipais de Vouzela, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar, Sever do Vouga, S. Pedro do Sul, Santa Marta de Penaguião, Sabrosa, Pinhel, Peso da Régua, Penalva do Castelo, Oliveira de Frades, Mangualde, Macedo de Cavaleiros, Lamego, Ílhavo, Guarda, Fornos de Algodres, Estarreja, Chaves, Celorico da Beira, Castro Daire, Aveiro, Almeida, Albergaria-a-Velha, a Moção “Pela Abolição das Portagens na A24 e na A25”, aprovada na Sessão Ordinária da AM de Viseu de 29 de junho de 2016.-----

– Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Viseu cópia do teor da Recomendação “Por um espaço público livre de glifosato” apresentada pelo Grupo Municipal do BE na Sessão Ordinária da AMK de Viseu de 29 de junho de 2016.-----

– Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Viseu cópia do teor da Recomendação “Parques infantis adaptados para crianças com deficiência” apresentada

pelo Grupo Municipal do BE na Sessão Ordinária da AM de Viseu de 29 de junho de 2016.-----

– Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Viseu cópia dos autos de Posse dos Membros do Conselho Municipal de Segurança.-----

– Foi remetido via EDOC ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Viseu cópia do teor da proposta de atribuição de Galardão Municipal ao Exmo. Sr. Professor João Luís Inês Vaz aprovado por unanimidade na Sessão Ordinária da AM de 29 de junho de 2016.-----

– Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidentes de Junta Independentes foi remetido via correio eletrónico, email da Associação Nacional de Municípios, ANMP referente ao Seminário Portugal 2020 - Os Fundos Comunitários e as Autarquias Locais.-

– A Associação Nacional de Municípios, ANMP remeteu email referente ao Programa Final para o Seminário Portugal 2020 - Os Fundos Comunitários e as Autarquias Locais.-

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pela Exma. Senhora Deputada Municipal Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz, para o dia 26-09-2016, foi comunicado via postal ao Exmo. Senhor Deputado Municipal Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pela Exma. Senhora Deputada Municipal Maria da Graça Almeida D'Eça Canto Moniz, para o dia 26-09-2016, foi comunicado via postal ao Partido CDS/PP que Exmo. Senhor Deputado Municipal Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros foi informado para proceder à respetiva substituição.-----

– Foi remetido via Edoc ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara cópia da carta recebida do Exmo. Sr. Dr. António Manuel Machado da Graça Malaquias.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, para o período de 11 de setembro a 22 de setembro de 2016, foi comunicado via email e postal à Exma. Senhora Deputada Municipal Manuela Maria Coelho Antunes para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Senhor Deputado Municipal Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues, para o período de 11 de setembro a 22 de setembro de 2016, foi comunicado via postal ao Partido Bloco de Esquerda que a Exma. Senhora Deputada Municipal Manuela Maria Coelho Antunes foi informada para proceder à respetiva substituição.-----

– Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidentes de Junta Independentes foi remetido via correio eletrónico, email do Grupo Parlamentar Ecologista Os Verdes referente ao assunto: Os Verdes querem devolver os baldios às comunidades locais - Envio de Iniciativa legislativa agendada para discussão no dia 16 Setembro.-----

– Na sequência do pedido de substituição, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 26 de setembro de 2016, remetido via email pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos do Vale Martins, foi comunicado via postal ao Partido Socialista que a Exma. Sra. Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto foi informada para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal Carlos do Vale Martins, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 26 de setembro de 2016, foi comunicado via email e postal à Exma. Sra. Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto para proceder à respetiva substituição.-----

– Foi enviado aos Exmos. Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, via postal e via correio eletrónico, Convocatória e respetivo Edital para a Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2016.-----

– Foi enviado aos Exmos. Srs. Deputados Municipais via postal e via correio eletrónico Convocatória para a Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2016.-----

– Foi enviado ao Exmo. Sr. Presidente da CMV, Exmos (as) Srs. (as) Vereadores da CMV,

Exmo. Sr. Presidente da AM, Exmos Secretários da AM, Exmos (as) Srs. (as) Deputados (as), Exmo. Sr. Diretor de Departamento e Exmos Srs. Presidentes de Junta, Convocatória para a Sessão Ordinária de 26 de setembro de 2016, e Credenciais (utilizador e palavra passe).-----

– Foi enviado via correio eletrónico ao Jornal Diário de Viseu e ao Jornal da Beira, Edital para publicação da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 26 de setembro de 2016.-----

– Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidentes de Junta Independentes foi remetido via correio eletrónico, email do Grupo Parlamentar do PCP referente à discussão em Comissão do Projeto de Lei n.º 231XIII1.ª (PCP) – Reposição de Freguesias.-

– Na sequência do pedido de substituição, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 26 de setembro de 2016, remetido via email pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal António Manuel Antunes Rafael Amaro, foi comunicado via postal ao Partido Socialista que o Exmo. Sr. Deputado Municipal José Paulo Vila Chã Cavaleiro foi informado para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pelo Exmo. Sr. Deputado Municipal António Manuel Antunes Rafael Amaro, para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viseu que se irá realizar no dia 26 de setembro de 2016, foi comunicado via email e postal ao o Exmo. Sr. Deputado Municipal José Paulo Vila Chã Cavaleiro para proceder à respetiva substituição.-----

– O Exmo. Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mundão Armando Nuno dos Santos Gomes informou via email que será substituir na Sessão Ordinária da AM de 26-09-2016 pelo Exmo. Sr. Secretário da Junta António de Oliveira Carragoso.-----

– Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidentes de Junta Independentes foi remetido via correio eletrónico documentos respeitantes à análise intercalar do Município de Viseu e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Viseu entregues pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.-----

– O Foi remetido via postal à Exma. Sra. Presidente da CCDR um pedido de esclarecimentos.-----

– Para conhecimento dos Grupos Municipais e Presidentes de Junta Independentes foi remetido via correio eletrónico, email do Grupo Parlamentar Grupo Parlamentar Ecologista Os Verdes referente à Pergunta ao Governo referente ao Depósito de lamas a céu aberto junto a aglomerado urbano em Povolide.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pela Exma. Senhora Deputada Municipal Elsa Maria da Costa Lemos Gomes, para o dia 26-09-2016, foi comunicado via email e postal ao Exmo. Senhor Deputado Municipal Luís Manuel Soares da Cunha Alves para proceder à respetiva substituição.-----

– Na sequência do pedido de substituição apresentado pela Exma. Senhora Deputada Municipal Elsa Maria da Costa Lemos Gomes, para o dia 26-09-2016, foi comunicado via postal ao Partido CDS/PP que Exmo. Senhor Deputado Municipal Luís Manuel Soares da Cunha Alves foi informado para proceder à respetiva substituição.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Boa tarde a todos. Cumprimentava o Senhor Presidente da Câmara, cumprimentava todos os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, cumprimentava a Senhora Vereadora e os Senhores Vereadores, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Penso que já temos quórum e por isso, podemos iniciar a sessão. Por isso, informava a Assembleia que a Senhora Deputada Municipal Joana Patrícia dos Santos Ferreira do PSD solicitou renúncia ao mandato, sendo substituída pelo Senhor Deputado Municipal Pedro Osório dos Santos Ferreira, que o Senhor Deputado Municipal Carlos Vieira e Castro do Bloco de Esquerda solicitou a sua substituição no período de 11 a 22, sendo substituído nesse período pela Senhora Deputada Municipal Manuela Antunes, que o Senhor Deputado Municipal Carlos do Vale Martins do PS solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituído pela Senhora

Deputada Municipal Adelaide Joana da Silva Modesto, que o Senhor Deputado Municipal Rafael Amaro do PS, solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituído pelo Deputado Municipal José Paulo Vila Chã Cavaleiro, que a Senhora Deputada Municipal Graça Canto Moniz do CDS solicitou a sua substituição para esta sessão sendo substituída pelo Senhor Deputado Municipal Gonçalo Calheiros, que a Senhora Deputada Municipal Elsa Lemos do CDS solicitou também a sua substituição para esta sessão sendo substituída pelo Senhor Deputado Municipal Luís Cunha Alves, bem-vindo, é a primeira sessão, desde já em nome da Mesa e penso que de toda a Assembleia, bem-vindo a esta nossa Assembleia Municipal. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mundão Armando Nuno dos Santos Gomes informou que se faz representar nesta sessão pelo Secretário da Junta António de Oliveira Carragoso. Informava também que, foi neste momento até por uma questão levantada pela Senhora Deputada Municipal Filomena Pires que temos a Ata da Sessão Ordinária de 29-06-2016 para apreciar e votar, por isso informo que faltou em anexo o mapa de registo de votações que neste momento está a ser distribuído, mas que confere, poderão ver perfeitamente que confere porque foi enviado até um acréscimo, os serviços enviaram os registos das certidões, já foram distribuídos, inclusivamente esta situação já está corrigida na Internet, na área reservada a todos os Deputados Municipais como compete. Por isso, em relação a esta Ata de 29 de junho colocava a questão se algum dos Senhores Deputados tem alguma questão a colocar? Não havendo nenhuma questão, colocava à votação. Quem vota contra? Quem se Abstém? Aprovada com duas (2) abstenções.-----

Íamos iniciar então o Período de Antes da Ordem do Dia e por isso, penso que já cá tenho de todos os Grupos Municipais a listagem das intervenções com referência também ao tempo de intervenção de cada Senhor Deputado, o do CDS também já cá está e falta só o do Bloco de Esquerda. Então iríamos também, iria propor, a Mesa propõe para aprovação em minuta que para efeitos de execução imediata, as Deliberações quer do Período de Antes da Ordem do Dia quer depois da Ordem de Trabalhos as Deliberações sejam aprovadas em minuta conforme o preceituado nos n.ºs 3 e 4 do art.º 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro na sua atual redação consubstanciado pelo n.º 4 do art.º 58 do Regimento em vigor desta Assembleia Municipal. Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso, Aprovado por unanimidade a questão da aprovação em minuta de todas as Deliberações quer do Período de Antes da Ordem do Dia quer do Período da Ordem do Dia. Iriamos então iniciar o Período de Antes da Ordem do Dia, dava a palavra ao Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Viseu Diamantino Santos.-----

----- **UM – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Muito boa tarde a todos. Num formato novo desta Assembleia Municipal queria cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Senhora e o Senhor Secretários, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Senhora e Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Deputados Municipais, caros Colegas Presidentes de Junta, Público em geral, Comunicação Social, Funcionários desta Casa. Se me permitem, a minha intervenção tem a ver com a abertura do ano escolar e naturalmente falarei em nome do nosso Grupo Parlamentar, o do Partido Social Democrata. É de facto de relevar aqui as políticas sociais que o município tem executado em prol da nossa comunidade e desde logo assentes em três pilares que para nós são de facto fundamentais: A Cultura, o Desporto e a Educação. No caso vertente vamos falar como disse sobre a educação e sobre a abertura do presente ano escolar. Esta questão da educação sabemos nós que foi em tempos transformada numa paixão, para alguns uma paixão platónica, felizmente no nosso município trata-se de uma paixão concretizada, e deixem-me dizer porque é que eu penso desta forma: Desde logo a sua infraestruturação de que é de facto fundamental, e nós verificamos objetivamente que neste ano escolar deixámos de ter amianto nas nossas escolas. Verificámos também que houve uma completa intervenção nalgumas escolas nomeadamente as escolas do 1º ciclo

distribuídas pelo concelho, depois não podemos deixar também de relevar aqui, todos os protocolos de delegação de competência que foram estabelecidos com os Senhores Presidentes de Junta e que nós concretizamos exatamente no âmbito das funções que nos são atribuídas, e de acordo com esses protocolos temos à nossa responsabilidade uma série de pequenas intervenções nos edifícios do pré-escolar e do 1º ciclo bem como a limpeza dos logradouros, e, tenho que o dizer aqui e em nome de todos os meus colegas, que esse trabalho foi ampla e plenamente executado. Depois, um caso paradigmático para nós é de facto a questão da Escola da Ribeira situada no território da nossa freguesia e nós sabemos como andámos aqui muitas vezes a falar num projeto que havia, projeto esse que era candidato a fundos comunitários, ficámos a saber que não existia projeto nenhum e que este município, de alguma forma, portanto, na pessoa do nosso Presidente teve a preocupação de pegar num projeto e em três anos concretizá-lo e neste momento no seu terceiro ano podemos dizer que ele está em fase de conclusão com os arranjos dos espaços exteriores, sejam as zonas de lazer, sejam as zonas públicas, sejam de facto as zonas desportivas para as nossas crianças. Sem que fosse também uma responsabilidade direta da nossa Administração Municipal, eu gostaria aqui de relevar o papel do Senhor Presidente na forma como trabalhou e tem estado a trabalhar a questão relativa a duas escolas fundamentais para nós, a Escola sede do Agrupamento de Escolas Grão Vasco e a Escola Viriato, não olhando a quem cabiam as responsabilidades deu corpo e concretizou os anseios de duas comunidades educativas da nossa cidade e do nosso concelho, estes projetos estão feitos e as obras vão concretizar-se, vão concretizar-se de uma forma planeada como sempre foi feito, e aqui Senhor Presidente permita-me a chamada de atenção para esses 200 milhões que aí vêm para a reabilitação das escolas e obviamente que nós, Concelho de Viseu também deveremos estar nessas prioridades do Governo, espero bem que sim. Depois, gostaria também neste aspeto, deixar aqui claro a boa saúde do município porque tem garantida neste momento a comparticipação financeira e a comparticipação nacional para esses dois projetos, refiro de novo, a reconstrução da Escola Viriato e da Escola Grão Vasco. Também na área da infraestruturização importa aqui sublinhar todo o investimento, e aqui não falamos de despesa, falamos de investimento como deverão compreender, todo o investimento que está a ser feito na substituição de equipamentos obsoletos como era o caso dos computadores nas escolas. O município deu corpo a uma substituição desses equipamentos, tornando mais fácil o acesso às novas tecnologias, à *internet*, aos quadros interativos, permitindo de alguma forma que as nossas crianças aprendam mais e melhor. Queria relevar também neste aspeto, o envolvimento do Senhor Presidente na transferência para a Rua Direita da Escola Profissional Mariana Seixas, eu acho que é de facto uma âncora importante e que neste momento está já a produzir os seus efeitos no que toca a revitalização do nosso Centro Histórico. Se cuidar da infraestruturização mereceu a melhor atenção do nosso município acho também que deveríamos e é justo que façamos aqui uma referência à componente social das intervenções municipais no âmbito da abertura deste ano escolar, desde logo, as respostas têm sido eficazes, têm sido prontas à nossa comunidade educativa e não querendo aqui falar nos números, vou deixar essa responsabilidade ao Senhor Presidente do Município, eu gostaria de referir desde logo a entrega de *kits* escolares a todos os nossos alunos do 1º ciclo, isto atenua de alguma forma as despesas com a educação das nossas famílias que hoje estão de alguma forma castigadas com os momentos de crise que vivemos e se calhar ainda estamos também mergulhados nessa mesma crise, gostaria também de falar em todos os apoios sociais corporizados na ação social escolar, nas bolsas de estudo, nas refeições escolares e nos transportes escolares. Como eu disse atrás, nós acompanhámos o Senhor Presidente na abertura do ano escolar em algumas escolas e houve aqui algo que nós notámos e deixamos aqui bem expresso, foi de facto todo o trabalho que tem sido feito pela Administração Municipal e Senhor Presidente permita-me aqui de alguma maneira também relevar o papel que o seu Vice-presidente tem tido

nesta matéria e pela forma discreta e assertiva como tem trabalhado com as diferentes direções das escolas, mas, dizia eu, um aspeto que eu quero aqui relevar é de facto a felicidade generalizada que nós vemos em todas as comunidades educativas pelas expectativas que foram geradas e pelo cumprimento dessas expectativas. Há hoje uma relação de confiança que é perfeitamente notória e evidente entre as comunidades educativas e a administração municipal, porque elas sabem que os seus anseios, os seus desejos são concretizados por este município de uma forma clara, de uma forma transparente e não deixando no ar promessas vãs. Relevo aqui também um aspeto que é de facto fundamental para nós, é que no 1º ciclo e no pré-escolar nós tivemos mais 150 alunos matriculados isto é de facto fundamental e releva aqui uma coisa que para nós é muito importante, se esta é uma boa cidade para viver, passou a ser uma boa cidade para trabalhar e para estudar. Por fim, Senhor Presidente, e porque não há bela sem senão eu gostaria de deixar aqui dois momentos que nos preocupam sobremaneira.....

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado, já tem 6 minutos.-----

- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Viseu Diamantino Amaral dos Santos prossegue a sua intervenção dizendo: É rápido Senhor Presidente... e que nos deixam entristecidos e um bocado preocupados, refiro-me concretamente à forma como foi tratada a Escola Básica Jean Piaget, à revelia de todos os nossos anseios corporizados inclusive nesta Assembleia, e naturalmente também o problema da turma do ensino articulado na Escola Secundária Emídio Navarro no ensino da música. Aqui perdeu-se uma boa oportunidade ou está-se a perder uma boa oportunidade de articular com um projeto que eu acho estruturante e que toda a comunidade educativa corporiza e vive, que é o Viseu Educa. Como sabem o Viseu Educa tem uma vertente fundamental da aprendizagem da música às crianças do nosso ensino básico e não se compreende porque é que de facto esta preocupação vertida pela direção da escola, aprovada inclusive pela Comunidade Intermunicipal ou aconselhada, não se compreende porque é que a tutela, porque é que o poder nos trata desta maneira. São de facto atitudes incompreensíveis e que reforçam a nossa convicção pessoal e também se calhar coletiva, obviamente que eu estou aqui em nome do Grupo Parlamentar que represento, mas reforçam de facto a nossa convicção que o atual Governo de Portugal pouco quer com o Concelho de Viseu e com os Visienses. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente de Junta. Senhor Presidente, era sobre esta... está bem, então tem a palavra, está inscrito o Presidente da Junta do Campo Carlos Lima.-----

----- DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DO CAMPO CARLOS ALBERTO DOS SANTOS LIMA (PPD/PSD): Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente desta Assembleia, Digníssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores, Senhora Vereadora, Caros Colegas Presidentes de Junta, Senhores Deputados, Comunicação Social e restante Público.----- Seria naturalmente muito mais estimulante voltar a esta tribuna para vos dar conta de um resultado profícuo de todo trabalho e esforço conjunto dos últimos meses em defesa da Escola Ebs Jean Piaget, sobre a qual procurei o melhor que pude dar-vos a conhecer na última sessão desta instituição.-----

Julgo que deixei bem claro a todos da importância estratégica deste estabelecimento de ensino na área geográfica e público-alvo que serve. Esta avaliação positiva tem um longo historial e é absolutamente pragmática, dispensando quaisquer considerandos meramente numéricos que podem iludir os mais incautos, mas que não convence quem vê como prioridade aquilo que é melhor para as crianças e para as suas famílias.-----

Os últimos meses foram agitados e intensos com vista a demonstrar o óbvio a um Ministério da Educação que tanto tem propalado em defesa do diálogo.-----

De facto ouviu todos os intervenientes, julgamos que compreendeu e apreendeu as preocupações que em nenhum momento contestou, mas disso resultou rigorosamente o

mesmo de tantos casos onde também concordo se impunha combater comprovadas imoralidades.-----

Esta escola que conheço por óbvias razões de proximidade e partilha permanente, é em muitos casos muito mais que um mero estabelecimento de ensino, extravasando em muito o seu papel formativo e educativo. Auxilia diariamente crianças e famílias com carências bem diversas que numa escola dita convencional não é naturalmente possível. Estes e muitos outros argumentos que também aqui tive oportunidade de vos enumerar, não colheram junto do Ministério que assumiu que não trataria o que é diferente como igual.-- Desapontamento? Sim. Desilusão? Sem dúvida.-----

Confesso que a determinado momento das “negociações” julguei que a sensibilidade para a defesa de valores centrados nas pessoas falasse mais alto, mas enganei-me e o corte de turmas financiadas acabou por acontecer dando cumprimento cego a uma norma que deveria ter sido ponderada e adaptada a cada caso. Isso sim teria sido uma verdadeira demonstração de bom senso e procura de um diálogo responsável e coerente.-----

A Ebis Jean Piaget continua a ter, dirigentes, professores e funcionários que todos os dias desenvolvem no interior da Escola o seu trabalho porque acreditam na instituição e no papel que desempenham para a área geográfica e suas inúmeras famílias.-----

Também na defesa deste princípio uma palavra muito especial para o papel do município que neste processo na pessoa do Senhor Presidente que foi incansável e diligente num propósito conjunto por considerar que era da mais elementar justiça defender esta escola que por ser diferente merecia outra abordagem.-----

Apesar de todas as contrariedades não desistimos e a escola abriu o ano letivo transmitindo às famílias uma imagem de tranquilidade assegurando todas as turmas e assumindo todas as matrículas das crianças e jovens que elegeram esta escola como a sua escola porque é nela que se sentem bem.-----

Mesmo com esta medida do poder central que transmite insegurança e desconfiança no futuro desta instituição, em conjunto procuraremos contrariar até ao limite uma fatalidade que talvez agradasse a alguns, mas que do ponto de vista social na região norte do concelho seria um grande revés e com consequências imprevisíveis. Talvez tenhamos que ser criativos e procurar outras soluções num futuro próximo, tendo em conta as dificuldades financeiras para manter a escola nos moldes atuais, mas asseguro que continuaremos a ser muitos a lutar para defender esta instituição que se em tempos tirou muitas dores de cabeça aos diferentes ministérios, agora é vista como descartável e sem utilidade.-----

Muito recentemente li um artigo muito bem escrito de um investigador português que dizia considerar “inacreditável que hoje se passeiam mais os cães que as crianças e que se se faz um esforço tremendo para tornar os robôs cada vez mais humanos ao mesmo tempo que estamos a robotizar de forma acelerada o próprio comportamento humano”. Lembrei-me desta Escola que desde sempre procurou contrariar esta realidade, privilegiando o contacto e harmonia com a natureza e as comunidades que a rodeiam colocando também no topo da sua ação as relações humanas.-----

Numa altura em que se tornou um desígnio para quem nos dirige defender os ditos equilíbrios subtraindo a quem tem para compensar quem alegadamente tem menos de uma forma que às vezes parece meio anárquica, parece-me no mínimo estranho que neste caso concreto se tenha precipitado para uma decisão que implicará mais despesas e constrangimentos para muitas famílias carenciadas que assistirão progressivamente a uma acelerada degradação da sua qualidade de vida. Irónico, não?-----

Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra... é sobre este assunto? Então íamos esgotar este assunto. Tem a palavra o Presidente da Junta de Bodiosa.-----

----- **TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BODIOSA**

RUI MANUEL DOS SANTOS FERREIRA (PPD/PSD): Boa tarde a todos. Senhor Presidente, Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, caros Colegas. Relativamente a este assunto só uma palavrinha muito breve. Reforçar tudo aquilo que o meu colega Carlos disse, e lamentar a posição que o Governo teve em toda esta matéria que pôs acima de tudo os números em relação às crianças, sem estar a olhar para as famílias desfavorecidas de onde elas provêm e as deslocações que as crianças têm que fazer. Deixo aqui o apoio à escola e deixo aqui publicamente, referir que a Junta de Freguesia de Bodiosa, como tem vindo até agora a fazer, irá fazer, como o município também se propôs a fazer, dar todo o seu apoio à instituição e ajudar a desenvolver as suas atividades que tão bem tem vindo a fazer ao longo destes anos e tão bem tem ajudado as nossas crianças a serem desenvolvidas. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado. Também sobre o mesmo assunto? Tem a palavra então o Presidente da Junta de Lordosa.-----

----- **QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LORDOSA CARLOS MANUEL MARTINS CORREIA (PPD/PSD):** Cumprimentar a Mesa, Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público, Comunicação Social. Venho aqui realmente reforçar a ideia do Carlos Lima. Realmente esta Escola é extremamente necessária para a região norte, e a forma como o Estado que tutela, trata estas crianças, realmente! Por exemplo, os meninos com escalão A ou B fora das turmas do contrato de associação não são apoiados, não são apoiados, e aqui queria deixar uma palavra de bem-haja ao Senhor Presidente da Câmara por manifestar essa disponibilidade para apoiar essas crianças. Parece que essas crianças estão condenadas, ou têm dinheiro para pagar o ensino e vão para o ensino privado, ou não têm dinheiro e não podem frequentar a escola que querem e portanto, terão que suportar todos os encargos que tenham. Por isso, obrigado Senhor Presidente por estar ao lado daquela instituição, e nós, freguesias do norte continuaremos a lutar por esta escola que tanto nos diz, que tanto nos toca e portanto, estaremos sempre aqui ao seu lado para esta luta. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Tem a palavra a Deputada Municipal Lúcia Silva.-----

----- **CINCO – O SENHOR DEPUTADO LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Funcionários, Público em geral. O PS não pode deixar passar em claro as palavras proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara de Viseu, ao Diário de Notícias, no passado dia 19 de setembro a propósito do IP3.-----

Citando o Senhor Presidente da Câmara de Viseu ao DN “o autarca diz que o IP3 já começou a ser conhecido como a estrada da morte devido aos elevados índices de sinistralidade que ali ocorrem”. Quanto à preocupação da sinistralidade não podíamos estar mais de acordo Senhor Presidente, pois a preocupação com a vida das pessoas deve ser um desígnio acima de qualquer orientação política ou partidária. Mas Senhor Presidente, o que me levou a olhar atentamente para as suas palavras, é a ligeireza com que está a desresponsabilizar-se a si, e ao anterior Governo PSD/CDS, do qual Sua Excelência fez parte.-----

Na qualidade de Presidente da Câmara, Sua Excelência recordar-se-á que em dezembro de 2013, nesta mesma Assembleia, o PS apresentou uma Moção na qual reiterou como inelutável a construção de uma autoestrada, portajada, tal como havia sido feito no anterior Governo, de responsabilidade socialista.-----

O PSD que, em primeiro lugar, também apresentara uma moção com idêntico objetivo, propunha no entanto um corredor “com perfil de autoestrada” não portajada, gratuita para os utilizadores.-----

O PS, como referi, ao considerar uma solução portajada estava convencido de que não

existia uma fonte de financiamento alternativa à privada. E tinha consciência de que o país, o Estado Português, não tinha recursos próprios para se substituir à responsabilidade de terceiros.-----

Apesar disso, o PSD só viria a aceitar um texto comum, único, se fosse mantido o dito “perfil de autoestrada”, bem como a sua “gratuidade”.-----

E, como, à época, a bancada desta Assembleia PSD, era o interlocutor privilegiado do governo, garantindo pela voz de vários dos seus responsáveis, que os 600 milhões previstos no IEVA (que é a mesma coisa que Investimento de Estruturas de Valor Acrescentado) seriam financiados, a 80%, por fundos europeus, “convenceu-nos” a todos de que assim seria.-----

Claro que erradamente, pois como nós facilmente percebemos, isto não passou de “*fait divers*” do então Governo, PSD/CDS, com a conivência do PSD local.-----

Se bem se recorda Sua Excelência, o então Secretário de Estado dos Transportes Sérgio Monteiro, o que fez relativamente a esta infraestrutura, IP3, foi redefinir o valor do projeto de 600 milhões de euros para 400 milhões, nada mais, e o mais grave, é que a dois meses das eleições legislativas, em agosto de 2015, apresentaram um anúncio, mas apenas com uma solução empurrando para o Governo seguinte a decisão. -----

Mas que grande trapalhada, apetece-nos dizer, eleições a quanto obrigas.-----

Mas Senhor Presidente, perante toda esta trapalhada, o Secretário de Estado Sérgio Monteiro, membro do Governo PSD/CDS, quando iniciou funções afirmou que o IP3 era uma “prioridade política”, mas ficou-se pelo anúncio de uma solução.-----

Recordo que não estavam presos à “geringonça”, e nada fizeram. Nós aqui, nesta Assembleia, e tal como já referi, aprovámos uma Moção que defendia o perfil de autoestrada bem como a sua gratuitidade. Mas agora o Senhor Presidente defende uma autoestrada portajada, declarações de V. Ex^a. -----

Tenho que perguntar a V. Ex^a o porquê esta mudança de opinião relativamente ao que nós aqui discutimos e aprovámos no que se refere ao IP3. Será que se esqueceu? Será porque estamos a um ano de eleições é preciso trazer para a comunicação social assuntos estruturantes, e nada melhor que apontar o dedo ao Governo atual, para que de alguma forma se desresponsabilize pelo que V. Ex^a não fez?-----

Acrescento ainda Senhor Presidente e Membros desta Assembleia, que o Partido Socialista defendeu sempre e defenderá os viseenses e os seus interesses, assumimos que tudo faremos para que haja uma resposta rápida aos problemas que os automobilistas encontram quando circulam no IP3 de modo a garantir a segurança dos mesmos, mas fazemo-lo com rigor, transparência e sem demagogia política.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Pedro Alves. -----

- Alguns Senhores Deputados dos seus lugares intervêm não sendo perceptível na gravação o que foi dito.-----

- O Senhor Presidente da Mesa retoma a sua intervenção dizendo: Está inscrito, está na listagem de inscrição...-----

- O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém dizendo: Porque a minha intervenção é sobre este assunto.-----

- O Senhor Presidente da Mesa prossegue a sua intervenção dizendo: Eu não gosto que ponha em causa esta situação. Pode vir aqui e ver a inscrição. Se quiser, já agora, tem aqui para ver a inscrição, pode vir confirmar, já agora pode vir. Os serviços levam a folha ao Senhor Deputado. Não, não, não, levam a folha ao Senhor Deputado. Pronto. Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Alves.-----

----- **SEIS – O SENHOR DEPUTADO PEDRO FILIPE DOS SANTOS ALVES (PPD/PSD):** Muito Obrigado Senhor Presidente. Quero cumprimentar a Mesa, Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores e Vereadores, os meus Colegas Membros da Assembleia, Senhores Presidentes de Junta e o Público presente.

Desde já ficar satisfeito porque quando me inscrevo tenho esta manifestação por parte da oposição que é bom sinal, porque certamente venho contribuir para denunciar o mau trabalho que vão fazendo. Eu levantei o braço, caro amigo Ascensão, levantei o braço, porque ia fazer uma intervenção até bastante mais simples sobre este assunto e como eu não estava proposto para intervenção se o podia fazer para que fosse no encadeamento, era só por causa disso e afinal estava mesmo como segundo nome do PSD indicado e a coisa até correu melhor do que bem não é, correu de forma excecional, e eu queria também chamar, porque o Senhor Presidente da Câmara, era o assunto que vinha trazer à Assembleia, porque o Senhor Presidente da Câmara interveio na praça pública sobre o mesmo mas eu agora, antes de fazer a intervenção que tinha para fazer, passo a expressão, tenho que naturalmente contradizer aquilo que foi aqui dito. Na verdade em 2013, o Governo anterior, fez um estudo que apresentou de investimento de valor acrescentado no entanto o Governo anterior nunca assumiu que ia ser feito desta ou daquela maneira, a não ser a proposta que apresentou da Via dos Duques. Isto foi claro, e os 600 milhões que estão previstos é o custo do investimento, não se disse qual era a forma de financiamento, a forma de financiamento foi apresentada a seguir, o modelo foi colocado em consulta pública, havia interessados simplesmente este Governo colocou no seu programa de Governo, no programa do Governo que não aceitava o modelo das concessões em transportes, isto está lá claro, vá à página 40 do programa do Governo e facilmente consegue ler o porquê, depois vai ler o acordo que foi feito com o Partido Ecologista “Os Verdes” e percebe que para serem Governo tiveram que ceder nalguma coisa nomeadamente, entregaram a concessão, e para que a Senhora Deputada também fique ciente de que o dinheiro que havia nas Estradas de Portugal, não era sequer suficiente para pagar as rendas das parcerias público privadas, por isso, nem sequer para reparações, muito menos para investimento, não era possível fazer o que quer que seja através das Estradas de Portugal mais tarde Infraestruturas de Portugal. Deve é também recordar-se que, o Governo de José Sócrates cancelou o concurso público que tinha sido lançado para construção da Autoestrada Viseu/Coimbra, e que se chamava assim, para o integrar no consórcio de autoestradas do centro, estava previsto um investimento, seja para a autoestrada de Viseu/Coimbra e para a conclusão do IC12 Canas de Senhorim/Mangualde, um concurso de 750 milhões de euros que depois passaram a 1400 milhões de euros no âmbito desse consórcio que foi chumbado pelo Tribunal de Contas, não sei se se recordam, e uma autoestrada que foi anunciada com pompa e circunstância em três tendas no Distrito de Viseu, ou duas no Distrito de Viseu e uma em Coimbra, essa festa é que não permitiu que houvesse investimento direto por parte do Estado, pelas rendas que se andaram a pagar, ou que se andam a pagar neste momento aos consórcios privados, e o modelo que estava previsto para investimento neste momento não tem qualquer custo para o contribuinte, porque, o custo de construção, execução e exploração é exclusivamente da responsabilidade do privado que tem que obrigatoriamente captar tráfego e esta via tem capacidade para o captar, o único investimento público que era para ser feito, era a ligação de Viseu a Nelas o IC37 em perfil de autoestrada para aí perto de 40 milhões de euros que as Infraestruturas de Portugal tinham que fazer, naturalmente que Viseu ficaria ligado de autoestrada a Coimbra por via do IC37 com uma alternativa não portajada que seria o atual IP3, que seria requalificado, e foi esta a última posição do PSD e do Governo no último..., devem andar é um bocadinho equivocados, não devem ver bem as coisas, e por isso eu perguntava ao Senhor Presidente, e se forem atender aquilo que está no plano de proximidade, o plano de proximidade, não só dos grandes investimentos, o investimento que estava previsto para o Distrito de Viseu, o investimento que estava previsto para o Distrito de Viseu era de 28 milhões de euros entre 2015 e 2019, um dos investimentos previstos, não era só este aqui era a requalificação do IP3, parte, e alguma dela está a ser executada neste momento, nomeadamente entre Tondela e Santa Comba Dão, outro investimento previsto seriam perto de 5 milhões de euros na requalificação do

IP3, do IP3 não, do IP5, que funciona como uma circular a Viseu, gostaria de saber como é que isso está, outro que foi assinado por contrato programa no valor de 3 milhões de euros para as Infraestruturas de Portugal e aqui a Câmara Municipal acho que já está a colaborar num investimento que não devia fazê-lo, porque é da competência do Governo Central fazer, no entanto, percebendo que é da importância para a região, seja em termos de mobilidade, seja em termos de segurança, seja em termos económicos, as Câmara de Viseu e do Sátão, aceitaram num protocolo e eu não sei porque é que neste momento não avança,? Mas devem saber? Devem saber porquê? A contribuição rodoviária que deveria estar à disposição do orçamento privativo das Infraestruturas de Portugal está a ser desviado para outro lado, nós sabemos o que é que andam a fazer com as contas públicas, este Governo o que andou a fazer com as contas públicas até julho. A UTAO foi clara a denunciar a falta de transferências que há por parte do Ministério das Finanças para as Infraestruturas de Portugal, este é o problema, e eu queria saber Senhor Presidente da Câmara se já fez alguma diligência junto do Governo para reunir sobre estas matérias que são importantes para Viseu, e não só Viseu concelho, é Viseu região, nomeadamente o estado em que se encontra o processo da construção de uma autoestrada Viseu/ Coimbra, seja ela Via dos Duques ou outra, a requalificação do IP5 que são aproximadamente 4 milhões de euros, que deviam começar este ano em 2016 e também saber o ponto de situação da estrada nacional nº229 Viseu/Sátão, porque eu sei que as autarquias estão disponíveis e por parte do Governo, pelo menos até agora, e nós como Deputados também eleitos pelo círculo eleitoral de Viseu já questionámos o Governo sobre esta matéria e o que ele nos diz é “nim”, que não sabe, estão a estudar, a estudar não sei o quê. Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- **O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Cumpriu o seu período, estava este tempo previsto. Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Cunha, 4 minutos.-----

----- **SETE – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente, aproveito também para o cumprimentar, assim como a distinta Mesa, Cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação social e Público aqui Presente. O assunto que aqui nos traz é a Moção, pela criação, em Viseu, de uma Unidade de Ensino Estruturado para alunos com Perturbação do Espectro do Autismo e de uma Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência no ensino secundário.-----

A entrada em vigor do Despacho Normativo n.º7B/2015, de 07/05 instituiu a obrigatoriedade da frequência do ensino básico e secundário a todos os alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos.-----

Compete aos Agrupamentos de Escolas e às escolas não agrupadas da rede pública, assim como aos estabelecimentos do ensino particular e cooperativo com contrato de associação disponibilizar a oferta educativa, destinada a alunos sem e com necessidades educativas especiais de carácter permanente.-----

O Decreto-Lei n.º3/2008, de 07/01, que regulamenta atualmente a Educação Especial, instaurou a criação de Unidades Especiais de Ensino para alunos com Perturbação do Espectro do Autismo e também para alunos com Multideficiência ou surdo-cegueira congénita.-----

No concelho de Viseu existem quatro unidades de Ensino Estruturado, destinadas a crianças e jovens com Perturbação do Espectro do Autismo que frequentam o ensino pré-escolar e o ensino básico desde o 1ºCEB até ao 9º ano.-----

Em relação aos alunos com Multideficiência ou surdo-cegueira, Viseu dispõe de duas Unidades de Apoio Especializado frequentadas por crianças e jovens com Multideficiência do ensino pré-escolar e do ensino básico desde o 1ºCEB até ao 9º ano.-----

O alargamento da escolaridade obrigatória para os 18 anos, no final do ano letivo interior, veio tornar evidente, desde então, uma grave lacuna no âmbito da Educação Especial. Nenhuma das três escolas secundárias do concelho de Viseu dispõe de unidades especializadas destinadas a alunos com Perturbação do Espectro do Autismo ou Multideficiência, o que inviabiliza a transição entre níveis de ensino para os alunos com estas problemáticas conforme o previsto na legislação vigente.-----

Os jovens com este tipo de necessidades educativas especiais apresentam elevado grau de dependência e perante a ausência de respostas na rede pública, resta-lhes permanecer até aos 18 anos nas Unidades de Ensino Especializado de Apoio à Multideficiência, ou de Ensino de Ensino Estruturado ou em alternativa ficar em casa, retrocedendo nas suas aprendizagens e aquisições.-----

Face a esta gravíssima carência de oferta educativa na rede pública, que não foi atempadamente prevista pela tutela do Ministério da Educação, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe que a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em reunião ordinária de 26 de setembro delibere:-----

1) Proceder ao levantamento urgente de todos os alunos com Perturbação do Espectro do Autismo e com Multideficiência que concluíram o 9º ano no ano letivo de 2015/2016;-----

2) Averiguar sobre as respostas educativas disponibilizadas aos mesmos no âmbito da rede pública de ensino;-----

3) Criação urgente, numa das escolas secundárias de Viseu, de uma Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência;-----

4) Criação urgente, numa das escolas secundárias de Viseu, de uma Unidade de Ensino Estruturado para alunos com Perturbação do Espectro do Autismo;-----

5) Dar conhecimento da presente Moção às seguintes entidades: Ministério da Educação; DGEST; DGEST Centro; Presidência da República; Presidência da Assembleia da República; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; CIM Dão/Lafões.-----

O Segundo assunto que aqui me traz, e uma vez que me foram concedidos 4 minutos, eu “vou dando corda aos sapatos” e vou passar então ao segundo assunto que aqui me traz.---

O assunto que aqui me traz é a evocação do centenário do nascimento do Eng.º Manuel Augusto Engrácia Carrilho.-----

Manuel Augusto Engrácia Carrilho nasceu a 27/09/1916 na vila do Soito, concelho do Sabugal, distrito da Guarda.-----

Engrácia Carrilho deixou a vila do Soito muito jovem para prosseguir os seus estudos em Viseu e mais tarde em Lisboa, onde se viria a licenciar em Agronomia. Não sendo um viseense de nascimento, não há dúvidas de que amou e pensou Viseu como poucos o fizeram até ao presente.-----

Apesar de uma vida repartida entre Lisboa, Coimbra e Viseu, fruto das obrigações políticas desempenhadas, tal nunca o impediu, porém, de durante a sua vida, continuar a cultivar o apego às origens, onde regressava regularmente para descansar e desenvolver projetos na área agrícola, sendo uma personalidade bastante respeitada e admirada pelas gentes locais que carinhosamente o tratavam por senhor “Manuelzinho”.-----

Homem de arreigados valores familiares, constituiu juntamente com sua mulher D. Maria do Céu Girão, uma inquebrável união da qual nasceram sete filhos.-----

Engrácia Carrilho teve uma extensa e profícua carreira política. Reconhecido como um reputado servidor da causa pública, desempenhou com elevado sentido de missão funções políticas a nível nacional e autárquico, que lhe valeram inúmeras distinções ...-----

- *O Senhor Presidente da Mesa interrompe dizendo:* Senhor Deputado, já vai com 5 minutos

- *O Senhor Deputado Carlos Fernandes da Cunha retoma a sua intervenção dizendo:*

Termino já. Destacando-se a atribuição da Comenda da Ordem de Mérito, a Medalha e o Viriato de Ouro da cidade de Viseu, este último atribuído a título póstumo, numa justa homenagem prestada pelo anterior executivo autárquico liderado por Fernando Ruas, mostrando que em política a memória é um legado que deve ser respeitado.-----

Muita da ação política de Engrácia Carrilho pautou-se pela defesa do desenvolvimento do Interior através da valorização da agricultura, da pecuária e da floresta. Nesse tempo e pelo seu caráter empreendedor e visionário descortinava oportunidades onde outros apenas enxergavam dificuldades e barreiras,... (eu vou adiantar um bocadinho aqui nisto) Foi a sua preocupação em servir aqueles que mais precisavam que o levou até à Santa Casa da Misericórdia de Viseu, tendo sido eleito por duas vezes Provedor e onde esteve durante quase trinta anos. A primeira de 1957 a 1974, enquanto a segunda teve início em 1981, quatro anos antes de ter sido eleito Presidente da Câmara Municipal de Viseu. Na Santa Casa da Misericórdia projetou e executou um conjunto vasto de obras que iam do apoio à terceira idade até à infância, dotando Viseu de um conjunto de importantes equipamentos sociais.-----

Nome de avenida em Viseu, de praça na vila do Soito, detentor dos mais distintos galardões nacionais e locais, fruto de uma ação exemplar ao serviço dos outros e da causa pública, de Engrácia Carrilho, do seu caráter de político visionário e do seu legado no âmbito da ação social, já tudo foi praticamente dito, no entanto, o Grupo Municipal do CDS-PP não poderia deixar de lhe prestar esta singela homenagem, evocando, nesta Assembleia Municipal, a data do centenário do seu nascimento de um “homem bom e exemplar” pela retidão de valores e pelo valioso contributo que deixou para a edificação de Viseu, enquanto cidade moderna do século XXI.-----

Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Em relação à proposta do ensino especial é para ser discutida? Está bem. Por isso, está em discussão a proposta sobre o ensino especial em termos de ensino secundário. Quem quer usar da palavra? Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **OITO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Senhor Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, Comunicação Social e Público presente. Era só para dizer que não podia estar mais de acordo com a Moção apresentada pelo Deputado Carlos Cunha do PP porque de facto a questão do ensino especial e nomeadamente dos alunos com autismo, ou das pessoas com autismo sempre preocupou o Bloco de Esquerda ao ponto de aqui termos trazido uma Moção também que foi aprovada por unanimidade, portanto de apoio à PPDA que se debatia com dificuldades económicas e que de resto continua a debater-se apesar do apoio que a câmara continua a conceder de facto têm ainda alguns problemas de infraestruturas, portanto, para conseguirem os seus objetivos e tanto mais que têm um projeto em mãos que até foi distinguido internacionalmente, e portanto, merecia mais apoios. Portanto, era só isso. Muito obrigado. Já agora, se me permite era só um esclarecimento muito rápido relativamente aquilo que a Deputada Lúcia Silva disse, é que, efetivamente acabou por estar na moção que era uma autoestrada gratuita, porque nós impusemos isso, porque o Secretário de Estado Sérgio Monteiro tinha dito numa entrevista ao Jornal do Centro que não haveria nenhum empresário que fizesse uma autoestrada se o Estado requalificasse o IP3, e como ainda agora o Deputado Pedro Alves disse que, o empresário que o fizesse rapidamente faria para que houvesse um volume de tráfego na autoestrada, portanto, uma deslocação do volume de tráfego, fácil está de ver que o Secretário de Estado teria razão, e o Governo da direita nunca requalificaria o IP3 para não prejudicar o negócio.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Isto, a Mesa, teve que aceitar, já fora do tempo, é só para verem que no decorrer das intervenções não podemos coartar a intervenção dos Senhores Deputados. Deputado Paulo Pereira. -----

----- **NOVE – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Bom dia Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Senhor

Presidente do Executivo Camarário, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores. Queremos também deixar aqui o nosso apoio a esta Moção que foi apresentada, portanto, é sempre importante atuar na área da educação especial concretamente em duas áreas muito específicas que foram aqui apresentadas e que carecem de apoio na constituição de ensino direcionado especificamente para essas áreas, aliás, não podemos deixar de referir, e o Senhor Presidente poderá depois especificar melhor essa questão, a própria câmara também já deu apoio à criação de uma sede que presta precisamente apoio na área do autismo, e portanto, estamos aqui para evidenciar não só aquilo que já foi desenvolvido, mas também para obviamente votar favoravelmente a Moção. -----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Há mais alguma intervenção? Para encerrar a discussão o Deputado Carlos Cunha.-----

----- **DEZ – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Bem-haja Senhor Presidente. Esta questão que nos traz aqui é muito grave por duas situações, é que, desde o ensino pré-escolar até ao 1º ciclo, quer a rede pública de ensino encontra respostas para estas crianças, nomeadamente no caso da multideficiência, existe e foi criada em Viseu na Unidade de Tondelinha e na Escola de D. Duarte, na Escola de Vil de Soito que por acaso é do 2º e 3º ciclos, e onde existe ainda algumas placas de amianto para retirar. Para concluir, em relação à Unidade de Espectro do Autismo, o problema é que, as crianças, o ensino obrigatório foi alargado para os 18 anos, e não existe, e as crianças com multideficiência são crianças com elevado grau de dependência, estamos a falar de 90% de incapacidade para cima, e são crianças que necessitam de um apoio muito especializado e de um ensino muito individualizado e muito direcionado e o que é que acontece? É que ao nível do ensino secundário, nenhuma das escolas secundárias existentes em Viseu possui uma estrutura destas e a que é que obriga? Obriga a que estes alunos fiquem sucessivamente retidos onde têm um bom acolhimento, neste momento é a Escola Básica de D. Duarte, é aí que eles se encontram, só que não nos parece ser esta a melhor solução uma vez que está aqui a posto em causa o princípio da igualdade, ou seja, proporcionar a estas crianças a transição de ciclos, é assim: A Lei foi criada, e elas ficam privadas dos meios para que possam exercer esse direito que lhes foi consignado por Lei. Em relação à Unidade de Autismo, a situação é a papel químico, é exatamente a mesma coisa, por isso não me vou adiantar, vocês rapidamente depreendem isso das minhas palavras. Muito obrigado. -----

----- **O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Íamos proceder então à votação. Moção pela Criação em Viseu de uma Unidade de Ensino Estruturado para alunos com Perturbação do Espectro do Autismo e de uma Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência no ensino secundário. Face a esta gravíssima carência de oferta educativa na rede pública, que não foi atempadamente prevista pela tutela do Ministério da Educação, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe que a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em reunião ordinária de 26 de setembro delibere:-----

- 1) Proceder ao levantamento urgente de todos os alunos com Perturbação do Espectro do Autismo e com Multideficiência que concluíram o 9º ano no ano letivo de 2015/2016;-----
 - 2) Averiguar sobre as respostas educativas disponibilizadas aos mesmos no âmbito da rede pública de ensino;-----
 - 3) Criação urgente, numa das escolas secundárias de Viseu, de uma Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência;-----
 - 4) Criação urgente, numa das escolas secundárias de Viseu, de uma Unidade de Ensino Estruturado para alunos com Perturbação do Espectro do Autismo;-----
 - 5) Dar conhecimento da presente Moção às seguintes entidades: Ministério da Educação; DGEST; DGEST Centro; Presidência da República; Presidência da Assembleia da República; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; CIM Dão/Lafões.-----
- Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso aprovada por unanimidade. Tem a palavra a

Deputada Filomena Pires.-----

----- **ONZE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Trago a esta Assembleia uma Moção cuja leitura passo a fazer:-----

Pela Portaria nº 233/2016, de 29 de Agosto, o Governo procedeu à alteração da Portaria nº 134/2015, de 18 de Maio, que regula os fundos da medida 8.1.4, no âmbito do PDR 2020, no que diz respeito ao “Restabelecimento da Floresta Afetada por Agentes Bióticos e Abióticos ou por Acontecimentos Catastróficos – Estabilização de Emergência Pós Incêndios”.-----

A submissão de candidaturas no âmbito desta Portaria, iniciaram-se “às 10 horas de 15 de setembro de 2016 e vão decorrer até às 17 horas do dia 3 de novembro de 2016”.-----

Diz a referida Portaria: “As candidaturas que venham a ser apresentadas devem prosseguir os seguintes objetivos: Restabelecer o potencial florestal e infraestruturas de proteção danificados por agentes abióticos através da estabilização de emergência”.-----

Diz ainda a Portaria nº 233/2016, e continuo a citar, que: “As operações a apoiar são identificadas nos relatórios de estabilização de emergência dos Grandes Incêndios Florestais realizados pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, (ICNF-I.P.), relativos à época de incêndios de 2016...-----

Consultado o Anexo I, da “lista de freguesias presentes nos relatórios de estabilização de emergência (ICNF.I.P.)”, encontramos freguesias de S. Pedro do Sul, Fornos de Algodres, Gouveia, Manteigas, para além de Arouca, Sever do Vouga e outras mais a norte, mas não aparece listada nenhuma das freguesias duramente afetadas pelos incêndios no concelho de Viseu.-----

Sendo público que várias localidades do concelho de Viseu, nomeadamente os territórios das Freguesias de Torredeita, Boa Aldeia, Farminhão e a Freguesia dos Coutos, perderam centenas de hectares da sua floresta nos últimos incêndios, carecendo, por esse facto, de apoios para “Restabelecer o potencial florestal e infraestruturas de proteção danificados por agentes abióticos...”, só por esquecimento involuntário se compreende que o ICNF não as tenha incluído na sua listagem.-----

Em face dessa constatação, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida a 26 de Setembro de 2016, aprova a seguinte deliberação a enviar ao Senhor Ministro da Agricultura, ao Senhor Secretário de Estado das Florestas e ao Senhor Presidente do ICNF I.P.-----

1 - Que, em conformidade com o objeto da Portaria nº 233/2016, de 29 de Agosto, os territórios das uniões de freguesias dos Coutos e de Torredeita, Boa Aldeia e Farminhão, nas quais arderam centenas de hectares de floresta nos últimos incêndios de verão, sejam incluídos de imediato na listagem do ICNF, para efeitos de candidaturas aos fundos postos à disposição dos baldios, ZIFs e produtores florestais pela referida Portaria nº 233/2016.---

Sobre outra matéria que também me traz aqui, dizer que o PCP levou à discussão na Assembleia da República um Projeto de Lei com vista à reposição de freguesias no quadro das próximas eleições autárquicas.-----

Com este Projeto de lei iniciou-se a discussão de reversão de uma medida da responsabilidade de PSD e CDS, amplamente contestada pela população e pela esmagadora maioria dos órgãos autárquicos.-----

Ao contrário do que o Governo PSD/CDS afirmava, a extinção de freguesias contribuiu para fomentar as assimetrias regionais já existentes, sobretudo nos territórios do interior. Muitas freguesias, onde a junta de freguesia era o último vestígio da presença do Estado, ficaram totalmente ao abandono.-----

Com a extinção de freguesias perdeu-se a proximidade! Perdeu-se representatividade política! Perdeu-se participação popular! Perdeu-se identidade cultural! Perdeu-se capacidade reivindicativa! Perguntamos, quais foram as vantagens? A resposta é fácil e a vida está aí para o demonstrar: nenhuma.-----

Na iniciativa do PCP, propomos que sejam repostas as freguesias onde os órgãos

autárquicos tenham tomado posição contra a sua extinção. Propomos um procedimento para que os órgãos autárquicos que pretendam possam alterar a sua posição por intermédio dos seus órgãos deliberativos e propomos ainda a repristinação (reposição) da lei n.º 8/93, de 5 de março, que estabelece os critérios para a criação de freguesias.-----

A Associação Nacional dos Municípios Portugueses entendeu no seu Parecer dirigido ao Parlamento acerca do Projeto de Lei do PCP “como adequados os objetivos e procedimentos consagrados no Projeto de Lei n.º 231/XIII, uma vez que se comete às populações, através da pronúncia dos órgãos deliberativos autárquicos, a possibilidade de proporem as soluções mais adequadas para os seus territórios em termos de organização territorial das freguesias.” -----

No concelho de Viseu foram extintas 9 freguesias: Barreiros, um dos Coutos, Vil de Soito, Faíl, Boa Aldeia, Farminhão, Repeses, S. José e Santa Maria. Na esmagadora maioria dos casos as populações, os órgãos autárquicos e os seus titulares estiveram contra a extinção, como foi o caso do ex-presidente da Câmara, Dr. Fernando Ruas, ao tempo Presidente da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses. Proibindo a Constituição o Referendo para estes casos, é tempo de ouvir os órgãos deliberativos autárquicos e através destes a vontade das populações.-----

Assim, lanço o desafio a todos os órgãos autárquicos envolvidos no processo de extinção/agregação de freguesias no Concelho de Viseu, para que estimulem a marcação de Assembleias de Freguesia Extraordinárias, nas quais seja possível a audição dos eleitos e das populações sobre a reposição das freguesias extintas. Proponho ainda que a Assembleia Municipal de Viseu, de acordo com o espírito do Projeto de Lei do PCP, não se oponha às deliberações que venham a ser tomadas, no sentido da reposição das anteriores freguesias do concelho.-----

O PCP foi contra e tudo fez para evitar a extinção de freguesias. Tudo faremos para que em 2017, com as eleições autárquicas...-----

- O Senhor Presidente da Mesa interrompe dizendo: Senhora Deputada, já vai em 6 minutos.-----

- A Senhora Deputada Maria Filomena de Matos Pires prossegue a sua intervenção dizendo:... estejam já repostas a s freguesias que o desejarem. Terminei Senhor Presidente Muito obrigado.-----

----- O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Ok. Está em discussão a Moção sobre o Restabelecimento da Floresta Afetada por Agentes Bióticos e Abióticos ou por Acontecimentos Catastróficos – Estabilização de Emergência Pós Incêndios. Tem a palavra o Deputado Alberto Ascensão.-----

----- DOZE – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS): Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Secretária e Senhor Secretário, Senhor Presidente do Executivo, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, Público presente, Comunicação Social. Peço a paciência do Senhor Presidente da Mesa para lhe gastar 30 segundos que não respeitam à Moção que foi apresentada e é por isso que venho aqui. Esse introito, apenas para dizer que rapidamente depois do pedido do meu Ponto de Ordem à Mesa há pouco, a propósito do pedido da palavra pelo Deputado Pedro Alves, rapidamente percebi o porquê do pedido dele em relação à Mesa. Percebi rapidamente porque é que isso aconteceu, quero deixar aqui publicamente o que o Senhor Presidente sabe que sinto por noutras alturas já lhe ter feito sentir, quero publicamente deixar aqui reiterada a minha confiança na condução dos trabalhos da Assembleia, quer pelo Senhor Presidente, quer pelos restantes Membros da Mesa. Este era o pedido que lhe pedia para ter paciência, não está em causa a confiança que pessoalmente, se calhar posso falar também pela minha bancada relativamente à condução dos trabalhos. Relativamente à Moção estamos de acordo com ela, absolutamente de acordo com a Moção que foi apresentada pela Senhora Deputada Filomena Pires, queria só pedir-lhe que acrescentasse aqui também a Freguesia de

Bodiosa, porque foi uma outra bastante afetada também pelos fogos florestais, conjuntamente com a Freguesia dos Coutos de Viseu e a União das Freguesias Boa Aldeia Farminhão e Torredeita, pura e simplesmente isto porque relativamente ao resto nada a acrescentar, apenas que votaremos favoravelmente esta Moção. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Há mais alguma...Deputado Manuel Teodósio.-----

----- **TREZE – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, caros Colegas Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Público em geral, Comunicação Social. Dizer que o Partido Social Democrata se associa também com seu voto favorável a esta questão aqui, apenas solicitando à CDU que faça uma correção porque a União da Freguesia dos Coutos não existe, o que existe é a Freguesia dos Coutos de Viseu e portanto, se estivessem um bocadinho mais atentos à política local se calhar não haveria esta falha, era só esta questão.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Senhor Deputado, qui está bem. O novo texto está bem, Freguesia dos Coutos.-----

- *O Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques intervém dizendo:* Foi lido União das ... nós não lemos o texto, nós ouvimos a leitura e o que foi dito, a União... e senão a gravação poderá ser prova, União das Freguesias dos Coutos, quando é Freguesia dos Coutos de Viseu. Ok, muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Se a Senhora Deputada entendesse ... Há mais alguma intervenção? Se não houvesse a Senhora Deputada tem a palavra e estas duas situações quer a de Bodiosa quer a... na votação iremos já ter a retificação.-----

----- **CATORZE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Muito brevemente para agradecer ao Deputado Ascensão o acréscimo que pede, e portanto, naturalmente que estamos disponíveis para fazer essa retificação. Relativamente à questão que o Deputado Teodósio aqui levanta, atenta eu estou, é uma questão de redação. No meu entendimento o que aqui trouxe não está dito, no seu entendimento está, mas também não é por isso que vamos aqui encontrar divergências, porque efetivamente eu sei que é a União dos Coutos, é uma questão de redação pura, é uma questão de redação pura...-----

- *Alguns Senhores Deputados intervém dos seus lugares, não sendo perceptível na gravação que é dito.*-----

- *A Senhora Deputada prossegue a sua intervenção dizendo:* Sim, é a Freguesia dos Coutos, sim, sim, Freguesia dos Coutos.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Senhor Presidente da Freguesia dos Coutos.-----

----- **QUINZE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE COUTOS DE VISEU FERNANDO MANUEL LEITÃO DE ALMEIDA (PPD/PSD):** Eu volto a cumprimentar. Senhor Presidente da Mesa muito boa tarde, restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Membros da Assembleia. Efetivamente já chega de confusão para a minha Freguesia, é que ninguém acerta com o nome, ninguém. A portaria é de julho de 2015 e todos os responsáveis políticos deste concelho têm a obrigação de saber que a Freguesia não é União das Freguesias, a Freguesia é uma nova Freguesia que se chama Coutos de Viseu, Coutos de Viseu, nem é Freguesia dos Coutos, nem é Freguesia dos Coutos de Viseu, é Freguesia de Coutos de Viseu. Tenham lá cuidado, tenham lá cuidado. Obrigado.

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Ok. Obrigado Senhor Presidente. Está feita a retificação, penso que a partir de agora nenhum de nós se esquece da Freguesia dos Coutos de Viseu. Não havendo mais nenhuma intervenção iríamos colocar à votação a Moção que tem a ver com o Restabelecimento da Floresta Afetada por Agentes

Bióticos e Abióticos ou por Acontecimentos Catastróficos – Estabilização de Emergência Pós Incêndios”. Em face da constatação de algumas freguesias do concelho de Viseu não estarem incluídas, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida a 26 de Setembro de 2016, aprova a seguinte deliberação a enviar ao Senhor Ministro da Agricultura, ao Senhor Secretário de Estado das Florestas e ao Senhor Presidente do ICNF. Que, em conformidade com o objeto da Portaria nº 233/2016, de 29 de Agosto, os territórios das Freguesias dos Coutos de Viseu e União de Freguesias de Torredeita, Boa Aldeia e Farminhão e Bodiosa, (e temos que pôr aqui Bodiosa) nas quais arderam centenas de hectares de floresta nos últimos incêndios de verão, sejam incluídos de imediato na listagem do ICNF, para efeitos de candidaturas aos fundos postos à disposição dos baldios, ZIFs e produtores florestais pela referida Portaria nº 233/2016. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada por unanimidade.* (só pedia à Senhora Deputada que pusesse aqui Bodiosa está bem?) -----

Tem a palavra do Deputado Carlos Vieira.-----

----- **DEZASSEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Ora então, muito obrigado Senhor Presidente, e como só tenho 4 minutos vou passar já ao substantivo.-----

Moção: O flagelo dos incêndios florestais continua a atingir o país. A área ardida em todo o continente entre 1 de Janeiro e 31 de Agosto de 2016, mais de 110.000 hectares, atingiu o terceiro valor mais elevado da última década.-----

Neste ano de 2016 o distrito de Viseu registou quase 750 ocorrências e mais de 5.000 hectares de área ardida.-----

No concelho de Viseu verificou-se até um grande incêndio com uma área ardida de 712 hectares. As populações de Bodiosa, Coutos de Viseu, Torredeita, Vila Chã do Monte e Routar viram as suas casas e haveres em risco. O IP5 teve de ser cortado nos dois sentidos. Apesar do município certamente já ter atualizado, como a legislação prevê, um Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios e de ter aberto um período de discussão pública, até 12 de Outubro para a proposta de um Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Viseu, o certo é que a devastação, os prejuízos materiais e os danos ecológicos na área verde de Viseu não podem deixar de preocupar todos os agentes do poder local. E como a implementação de medidas preventivas é absolutamente imprescindível para fazer frente aos fogos florestais, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 26 de Setembro de 2016, delibera:-----

Constituir, nos termos do nº 1 c) do artigo 26º da Lei nº 75/2013, uma Comissão de Acompanhamento da Implementação de Medidas de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (composta por um elemento a indicar por cada uma das forças políticas representadas nesta Assembleia, mais um membro da Mesa).-----

Agora passava a uma Recomendação:-----

“Mobilidade inteligente, economia forte” foi o tema da Semana Europeia da Mobilidade de 2016, entre 16 e 22 de Setembro. Com este tema os municípios incentivaram o reforço e a melhoria do sistema de transporte público, impulsionando o comércio local e encorajando os cidadãos à utilização de alternativas ao carro próprio como a bicicleta.-----

Desde a sua criação em 2002 a Semana Europeia da Mobilidade tem tido impacto na sensibilização e concretização de medidas permanentes para cidades com ar mais limpo e mais qualidade de vida. Em 2015 participaram nas iniciativas 1.873 cidades de 45 países.-- Em Portugal foram 63 as cidades participantes. Neste ano pretendeu-se salientar os benefícios para a economia local de um correto planeamento urbanístico e da utilização do transporte público.-----

Em Portugal, a utilização dos transportes públicos situa-se abaixo da média europeia e a utilização da bicicleta como primeira opção de meio de transporte, pelos portugueses, fica-se pelos 0,2%, enquanto a média europeia é de 4,8%, segundo o *European Survey of Road users' safety Attitudes*.-----

A utilização desmedida do automóvel como transporte individual, além dos custos sociais com a sinistralidade rodoviária, tem também impactos muito negativos no ambiente e na saúde pública. A elevada concentração de poluentes está relacionada com a incidência de doenças respiratórias e cardiovasculares. Um estudo recente na cidade de Copenhaga estima que a utilização local da bicicleta resulta numa redução anual das despesas com cuidados de saúde num valor superior a duzentos milhões de euros.-----

Nos últimos anos cresceu (e ainda bem) a exigência cidadã para que os governos locais adotem políticas que facilitem a utilização da bicicleta, a acalmia do tráfego automóvel, a melhoria do transporte público, mais áreas dedicadas a peões, maior acessibilidade para a mobilidade condicionada, entre outras medidas. Não basta ter um pelouro do Ambiente. É preciso que as questões ambientais enformem as políticas dos outros pelouros como o urbanismo, a mobilidade, o turismo ou a proteção civil. As cidades com futuro serão apenas aquelas que desenvolvam políticas ambientais de combate à poluição do ar e às alterações climáticas.-----

No nosso concelho, para além da campanha experimental “Viver o Verão no Centro Histórico sem Carros”, de 1 de Julho a 30 de Setembro, confinada, como o nome indica, ao casco histórico da cidade, e da deliberação do executivo, aprovada por esta Assembleia em 17 de fevereiro de 2016, da 1ª Rede Urbana de Ciclovias de Viseu, cuja 1ª fase será implementada até 2018, apenas foram executadas algumas medidas ainda tímidas e nem sempre feitas com o devido cuidado, como já aqui assinalámos, como a criação, no ano passado, de algumas pistas cicláveis nos passeios (que segundo a Associação para a Mobilidade Urbana em Bicicletas – MUBI, (e estou a citar) “é muito perigoso para os peões, especialmente crianças e idosos (...) e extremamente perigoso para os ciclistas” (fim de citação); como também diz Paula Teles, do Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade, (de que foi Presidente, agora não sei se ainda é) “segundo vários dados, existem mais acidentes entre peões e ciclistas do que entre ciclistas e automobilistas”, pelo que “quando o ciclista partilha o mesmo espaço que o peão, este deve ser devidamente diferenciado e em canal próprio”(fim de citação); e ainda por cima essas pistas para bicicletas a desembocarem em passeadeiras para peões, sem a devida sinalização como ciclovia, o que poderá suscitar o atravessamento da faixa de rodagem pelo velocípede, quando o Código da Estrada só o permite fazer à mão.-----

Há que valorizar o esforço do executivo municipal em promover alternativas ao uso do automóvel (algumas também já aqui propostas pelo Bloco de Esquerda),...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhor Deputado já vai em 5 minutos.----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue a sua intervenção dizendo: (Estou a acabar) ... mas a verdade é que a Câmara Municipal não aderiu este ano à Semana Europeia da Mobilidade, na qual se inscreveram mais de 2.400 cidades europeias, que tem como pressuposto a implementação de uma ou mais medidas permanentes para uma mobilidade sustentável.-----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 26 de Setembro de 2016, Recomenda à Câmara Municipal:-----

1. Que no Plano de Atividades para 2017 seja prevista a participação do Município na Semana Europeia da Mobilidade que irá decorrer em Setembro do próximo ano, culminando no dia 22, no Dia Europeu Sem Carros, de modo a largar no âmbito da pedagogia ambiental urbana de desincentivo ao uso do automóvel a outras zonas da cidade, a começar pelo Rossio, para, e cito agora o executivo, “voltar a cheirar a tílias”. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Então temos uma Moção para discussão, uma proposta, e uma recomendação para enviar ao executivo camarário, certo? A proposta para discussão sobre incêndios florestais. Constituir, nos termos do nº 1 c) do artigo 26º da Lei nº 75/2013, uma Comissão de Acompanhamento da Implementação de Medidas de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (composta por um elemento a

indicar por cada uma das forças políticas representadas nesta Assembleia, mais um membro da Mesa). Está em discussão.-----

----- **DEZASSETE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS GOMES TOMÁS DA COSTA (PPD/PSD):** Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Minhas Senhoras e Meus Senhores. É proposta do Bloco de esquerda fazer mais uma comissão municipal. Eu relembro apenas que já existe uma Comissão Municipal de Proteção Civil onde estão representadas todas as forças de segurança, onde estes temas são debatidos, se calhar é redundante estarmos a criar uma subcomissão ou uma comissão para analisar a mesma coisa. Se há trabalho nessa área para ser feito, acho que é pertinente que seja feito dentro dessa comissão que já exista e que está nomeada há bastante tempo. Era só isso, não sei se repararam que já existia a comissão, era pertinente ter isso em consideração.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Está em discussão, há mais alguma intervenção? Não havendo mais nenhum pedido de intervenção iria colocar à votação. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira é a última intervenção sobre este ponto, para encerrar.-----

----- **DEZOITO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Então, muito rapidamente. É evidente que nós sabemos que existe uma Comissão Municipal de Proteção Civil, só que não estão os partidos com assento nesta Assembleia representados. O objetivo desta Moção é constituir uma comissão de acompanhamento desta Assembleia, da implementação de medidas de prevenção e combate aos incêndios florestais, por isso é que se diz, composta por um elemento a indicar por cada uma das forças representadas nesta Assembleia, mais um Membro da Mesa. Portanto, há uma diferença substancial, é que de acordo com o n.º 1 do art.º 26 da Lei 75/2013, as Assembleias Municipais têm o direito de constituir comissões para acompanhar assuntos de interesse do município, portanto, acho que é da mais elementar razoabilidade um assunto tão candente que tanto nos preocupa, como já se viu nesta sessão, não ter o acompanhamento mais atento e mais abalizado dos Deputados Municipais. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Então vamos iniciar a votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Por isso, *a proposta foi recusada por maioria*.-----
Tem a palavra o Senhor Deputado Carlos Costa.-----

----- **DEZANOVE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS GOMES TOMÁS DA COSTA (PPD/PSD):** Renovo os meus cumprimentos à Mesa, à Câmara e à Assembleia e ao Público também. Chega agora ao fim mais um verão, e com ele mais uma época de flagelo em que os incêndios não deram descanso à Corporações de Bombeiros do nosso concelho.-- As condições climáticas, e quiçá a mão humana, conjugaram-se para trazer a tragédia a muitas das nossas freguesias num verão que quase fez lembrar o fatídico ano de 2013.----- Tivemos já este ano e até ao dia de hoje 249 ocorrências, algumas devastadoras, como aliás aqui também já foi dito, e a todas as nossas corporações souberam dar resposta.----- Só com esta resposta rápida e eficaz do dispositivo de proteção civil municipal e também o apoio da coordenação distrital foi possível devolver a paz e a normalidade às populações afetadas.-----

Dentro deste dispositivo, que não poderia funcionar sem o Município, sem o apoio do Município, tem que se relevar, não posso deixar de salientar o esforço, a dedicação e a bravura daqueles que são os nossos soldados da Paz, que dia após dia, privando-se do conforto do lar, em condições extremas, muitas vezes sem descanso e arriscando a própria vida souberam vencer longas batalhas contra todos os incêndios que nos assolaram.----- Sr. Presidente da Câmara, (e agora permita-me o sentido figurado) qualquer General deveria orgulhar-se de poder contar nas suas fileiras com soldados destes que contam por vitórias todas as Batalhas travadas!-----

Os nossos Bombeiros foram sendo reconhecido o seu heroísmo manifestado sob várias formas na comunicação social e também sob um vasto apoio popular.-----

As populações, e a população de Viseu, nas horas mais trágicas, acorreram a dar resposta pronta e apoio aos bombeiros no terreno e na logística.-----

Mas agora que as sirenes se calaram (esperamos nós), e para que a memória perdure, penso ser da mais elementar justiça que esta Assembleia manifeste em nome do Povo que representa, o merecido reconhecimento aos Bombeiros das duas corporações de Viseu, Voluntários e Municipais, pelo que proponho, Sr. Presidente da Mesa, um Voto de Louvor em reconhecimento pelo exemplar desempenho em situações dramáticas como são o combate aos incêndios e a salvaguarda de pessoas e bens.-----

Assim, propunha o seguinte voto: A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 26 de Setembro de 2016 delibera:-----

Aprovar um Voto de Louvor às duas Corporações de Bombeiros do Município (Voluntários e Municipais) reconhecendo o valoroso trabalho de todos os homens e mulheres que diariamente aí prestam serviços de exceção à comunidade zelando pela proteção da vida humana e do património.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Está em discussão este Voto de Louvor. Alguém quer usar da palavra? Não havendo nenhum pedido colocaria à votação. A Assembleia Municipal de Viseu, reunida em 26 de Setembro de 2016 delibera:-----

Aprovar um Voto de Louvor às duas Corporações de Bombeiros do Município (Voluntários e Municipais) reconhecendo o valoroso trabalho de todos os homens e mulheres que diariamente aí prestam serviços de exceção à comunidade zelando pela proteção da vida humana e do património. Quem vota contra? Quem se abstém?

Aprovado por unanimidade.-----

Tem a palavra o Senhor Deputado Gonçalo Calheiros.-----

----- **VINTE – O SENHOR DEPUTADO GONÇALO FERREIRA BANDEIRA CALHEIROS (CDS/PP):** Senhor Presidente da Assembleia, restantes Entidades, Público e Comunicação Social. O que me traz aqui é apenas o seguinte: Faleceu o Sr. Dr. José Mouga (que muitos conhecerão, embora tenha estado ausente de Viseu muito anos), com 74 anos, um ilustre artista/pintor desta terra, natural desta terra, pelo que propomos um Voto de Pesar desta Assembleia e um minuto de silêncio em homenagem a este nosso conterrâneo.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Foi apresentado, por isso em relação ao Voto de Pesar... tem a palavra o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **VINTE E UM – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Senhor Presidente da Assembleia e Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. O José Mouga foi meu colega no Liceu, já era na altura um jovem cheio de talento, e talento não apenas de desenho. Em memória dele eu gostava de recordar um pequeno episódio que se passou com ele. Suponho que em 1958, a estátua de Camões foi mudada do largo hoje D. Duarte, para perto do Liceu, para o Parque da Cidade, e a determinada altura, houve um grande reboço porque apareceram na estátua uns versos feitos pelo José Mouga que diziam assim:-----

Que fazes aqui Camões poeta de grande valor?-----

Estou a apanhar bolotas;-----

Para os grandes idiotas;-----

Que cá me mandaram pôr.-----

Com isto, eu recorro à memória do José Mouga que era de facto um homem cheio de talento.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Em relação ao Voto de Pesar, se houver mais alguma intervenção. Por isso, púnhamos à consideração da Assembleia o

Voto de Pesar. Quem vota contra? Quem se Abstém? Por isso, *aprovado por unanimidade o Voto de Pesar*. Íamos agora ao minuto de silêncio.-----

Cumpriu-se um Minuto de Silêncio.-----

Íamos continuar com os nossos trabalhos, tem a palavra o Deputado Ribeiro de Carvalho. Desculpe. Peço desculpa, é José Paulo Cavaleiro.

----- **VINTE E DOIS – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ PAULO VILA CHÁ**

CAVALEIRO (PS): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora e Senhor Membros da Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Excelentíssimas Senhoras Vereadoras e Excelentíssimos Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Funcionários, Estimadas e Estimados Concidãos, Órgãos de Comunicação Social. A minha intervenção foca-se em apenas dois pontos.

Em primeiro lugar, congratulamo-nos por terem sido homenageados, no passado 21 do corrente, o Dr. Inês Vaz, um homem valoroso, defensor de princípios de solidariedade, fraternidade e justiça, o treinador Paulo Sousa, ex-jogador de eleição e os atletas viseenses, Mário Trindade digno representante do nosso país nos Jogos Paralímpicos Rio 2016, o Tiago Ferreira, campeão mundial de Maratonas BTT (XCM) e vice-campeão europeu, tendo participado nos Jogos Olímpicos Rio 2016 e ainda as instituições locais, o Aeroclube de Viseu, o Grupo Desportivo “Os Ribeirinhos” e a Casa de Viseu do Rio de Janeiro.

Constatamos, assim, o que muito nos honra, que a nossa edilidade coloca e bem, uma ênfase assinalável no setor desportivo, não somente pelas distinções anteriormente referidas, mas também pelas manifestações desportivas que temos vindo a apreciar, na nossa cidade. Pena temos que o concelho não tenha um plano, que se conheça, para o desenvolvimento desportivo (não só em quantidade, mas também em qualidade) nomeadamente na construção de estruturas desportivas tendo em vista, também, a excelência desportiva e concomitantemente, o “turismo” desportivo.

Aproveito o ensejo para referir um assunto que coloquei, numa das reuniões anteriores, e que dizia respeito à pista de atletismo. Na altura expus que a mesma carecia de requalificação, pois encontrava-se em mau estado. Foi dito que a estrutura já tinha sido requalificada. Desculpem, mas não consigo ver aonde. Um destes dias dar-nos-ão razão e a pista irá, com certeza, ser alvo de obras, pois conforme esta se apresenta nenhum campeonato, pode ser realizado, tal como já terão constatado.

Um segundo ponto diz respeito às obras de substituição dos relvados artificiais do campo de futebol de 7 e campo 1º de Maio do Parque Desportivo do Fontelo. Esta obra era necessária, todavia, somos de opinião de que não foi o momento certo para a sua realização, até porque, anunciar no mês de Agosto uma ação desta tipologia, tempo esse que devia ser o início da requalificação, o seu *terminus* na melhor das hipóteses, será em meados de outubro, isto se tudo correr em pleno. Os treinos e campeonatos já decorrem e as alternativas dadas aos clubes não podem ser concretizadas, nomeadamente no Complexo Desportivo de Ranhados em que existe um atraso na instalação do relvado sintético. Espera-se que, pelo menos, o resultado vá de encontro às expectativas de todos os intervenientes.

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado João Cotta.

----- **VINTE E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO JOÃO FERNANDO MARQUES**

REBELO COTTA (PPD/PSD): Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, caros amigos Deputados, Comunicação Social, Público presente. A obtenção de resultados serve para aferir se estamos no caminho certo. Se os resultados são positivos devemos celebrá-los e felicitar os seus autores.

Gostaria de referir dois excelentes exemplos de instituições públicas, o Museu Nacional Grão Vasco e o Instituto Politécnico de Viseu.

O Museu Nacional Grão Vasco está de parabéns pelos excelentes resultados que está a obter. Total de entradas e ainda o mês de setembro não acabou e já as entradas, o número

de entradas é superior a todas as entradas registadas o ano passado, isto é, tem um crescimento à data de hoje de 46,8% do número de entradas. Em termos absolutos, o Museu Nacional Grão Vasco foi o 5º Museu da Direção Geral do Património Cultural em número de visitantes, depois dos quatro maiores museus que são todos de Lisboa. Vou sumariá-los, e por estes dados pode-se verificar que, dos Museus Nacionais, o que teve maior crescimento em termos de número de visitantes foi o Museu Nacional Grão Vasco, seguido do Museu dos Coches com 38%, e da Arqueologia com 30,4%, e obviamente que estamos a falar do Museu Nacional dos Coches que teve um investimento colossal no novo Museu.-----

Outra instituição que é importante referenciar é o Instituto Politécnico de Viseu, aumentou pelo 3º ano consecutivo o número de novos estudantes colocados no concurso nacional de acesso e reforça o seu posicionamento entre os cinco maiores politécnicos do país e o primeiro dos politécnicos do interior. O aumento de alunos foi de 9% nesta primeira fase o que representa 54 alunos.-----

Quando ainda faltam realizar a 2ª e 3ª fases do Concurso Nacional de Acesso, o Politécnico de Viseu assinala um total de 1.174 novos alunos no seu espectro formativo das suas licenciaturas o que corresponde a uma taxa de ocupação de vagas de 89,2%.-----

Os resultados do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior registam o melhor desempenho do Politécnico de Viseu dos últimos 6 anos, bem como o reforço do seu posicionamento, conforme referimos entre os 5 maiores institutos politécnicos do país quanto ao número de alunos colocados, superado apenas pelas instituições do litoral localizadas em regiões com maior população, mantendo assim, conforme referi o estatuto de primeiro politécnico do interior de Portugal.-----

Estas duas instituições têm realizado um trabalho notável de afirmação que desta forma é reconhecido. A região de Viseu beneficia dos resultados destas instituições mas também as instituições beneficiam da estratégia de desenvolvimento e marketing territorial assumida por Viseu. Temos outros exemplos como o aumento significativo do número de turistas, visível nas ruas, o aumento importante da taxa de ocupação dos nossos hotéis ou a evolução positiva do emprego.-----

Viseu começa a estar na moda, a seduzir pela cultura, pelo ensino, pelas empresas e pela qualidade de vida.-----

Caro Presidente Almeida Henriques, a afirmação de Viseu é notória e a ligação ao Turismo do Norte mostra-se uma decisão estratégica e pragmaticamente correta para o futuro. Felicitamos O Museu Nacional Grão Vasco pelos excelentes resultados obtidos, e através deles, todas as pessoas e instituições da cultura, do ensino e da economia da nossa região que se empenham para um presente e futuro melhores.-----

O trabalho em rede entre as instituições, a capacidade das nossas pessoas, as sinergias de recursos e o marketing territorial integrado mostram mais uma vez os resultados positivos.-----

Obrigado pelo Exemplo, Museu Nacional Grão Vasco e Instituto Politécnico de Viseu.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Ribeiro de Carvalho.-----

----- **VINTE E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Renovo os meus cumprimentos às entidades que cumprimentei e venho colocar à Câmara, na pessoa do Senhor Presidente um problema que se me afigura de que tem que ser resolvido.-----

Durante muitos anos nesta cidade, os cidadãos sabiam que quando queriam tratar algum assunto na câmara tinham dois dias privilegiados, as terças-feiras e as sextas-feiras. Este executivo implantou um sistema em que as pessoas têm que se inscrever para falarem com as pessoas, e eu na minha dupla qualidade de Deputado desta Assembleia e de Advogado, já fui duas ou três vezes barrado, infelizmente duas vezes mal educadamente, porque, como Vossa Excelência compreende e Vossa Excelência costuma dizer que a sua profissão

é Advogado, sabe que qualquer advogado não pode ir à Câmara numa semana, pedir uma entrevista para um funcionário qualquer que já está cheio, para falar na semana seguinte quando tem prazos a cumprir. Vossa Excelência tem que arranjar uma maneira de esse problema ser ultrapassado. Por outro lado, e eu digo isto com mágoa, porque efetivamente não me parece correto que Vossa Excelência arranje maneira que as pessoas vão cada vez menos vezes à câmara porque ao que me parece cada funcionário tem um limite de visitas, e se um funcionário, um fiscal por exemplo, tem três visitas possíveis, se uma pessoa vai lá na quarta vez, eventualmente só na semana seguinte é que é atendido, e há assuntos que são urgentes, nomeadamente para os Advogados a maior parte das vezes quando precisam de coisas da câmara, são urgentes, e isso é absolutamente inegável. Mais, por Lei os Advogados têm direito a entrar nos serviços públicos, por Lei, é um direito que lhes assiste. Eu por fim, gostava que perguntar, quais são os direitos dos Deputados que aqui estão presentes relativamente à câmara? Porque uma vez disse, mas eu também sou Deputado e a resposta foi: O que é que eu tenho a ver com isso? O senhor não marcou, não entra.-----

Senhor Presidente, são dois assuntos que têm que ser tratados:-----

Qual é a posição do Deputados relativamente ao ingresso na câmara?-----

Qual é a posição dos Advogados relativamente aos ingressos na câmara?-----

Esse assunto parece-me urgente e tem que ser tratado. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta de Ranhados Luís Filipe Mendes.-----

----- **VINTE E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE RANHADOS LUÍS FILIPE MENDES (PPD/PSD):**Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Representantes da Comunicação Social, Público em Geral. -----

A edição de 2016 da Feira de S. Mateus chegou ao fim.-----

Foi a número 624. A mais antiga «Feira Franca da Península Ibérica».-----

Poucos terão sido os dias que lá não fui, pelo que sei do que falo e do que vou dizer.-----

Impõem-se agora fazer os balanços de tudo o que aconteceu na perspetiva da próxima edição.-----

A Feira acolheu cerca 260 expositores, mais de 40 diversões sendo o dia 12 de Agosto o Dia em que se comemorou o Dia Internacional da Juventude, aquele que teve maior afluência mais de 55.000 entradas.-----

Um evento com 38 dias de atividade intensa está exposto a imprevistos que importa minorar e se possível eliminar. Tem sido a aposta do Viseu Marca, da Câmara Municipal de Viseu e dos seus parceiros.-----

Relativamente aos dias da Feira refira-se que dos 38 dias, 16 foram pagos (42%), 22 foram de entrada gratuita.-----

Verificou-se uma preocupação constante com aspetos inerentes à segurança. Mesmo nos dias em que houve maior afluência de público não houve sentimento de insegurança e todas as dificuldades e situações que aconteceram tiveram uma intervenção imediata e adequada.-----

A nova «arrumação» da Feira de S. Mateus provou estar certa, mais harmoniosa, mais intuitiva e menos labiríntica.-----

Os pórticos de luz das entradas foram inspirados na história deste certame fazendo a ligação com a modernidade.-----

O Pavilhão Multiusos estava mais atrativo com o «Passeio Grão Vasco», com o *Merchandising* da Feira, com a exposição de Banda Desenhada sobre o «Infante D. Henrique» para além dos habituais stands comerciais.-----

A venda antecipada de bilhetes foi boa opção.-----

A construção das casas de banho permanentes foi algo que era há muito reclamada.-----

A eliminação de alguns degraus no «picadeiro» (passo a expressão) abonou em favor da segurança e de quem tem mobilidade reduzida.-----
O sucessivo esforço em enterrar os cabos elétricos e outros equipamentos veio a acautelar situações que poderiam ser perigosas.-----
O calcetamento do espaço dos carroceis (em frente ao Pavilhão Multiusos) foi uma melhoria significativa.-----
O cartaz de espetáculos teve uma sequência lógica, um fio condutor coerente de gosto transversal.-----
Relativamente ao cartaz, de referir que os grupos e artistas locais também aí tiveram o seu espaço servindo para a apresentação dos seus projetos, uns mais consolidados, outros boas revelações. Acrescento que a abertura foi feita pelo grupo viseense, ou com alguns elementos de Viseu, Grupo Moullinex e a fechar com projeto Viver Viriato também produção regional. O apoio à cultura local e regional faz-se com atos como este.-----
Outras atividades como exposições, Peddypaper, debates, conversas informais, concursos, lançamento de livros, visitas guiadas, Visitas Misteriosas, reposição das Cavalhadas de Vildemoinhos e de Teivas e teatro enriqueceram e diversificaram a oferta.-----
As mudanças físicas, de organização, de fruição introduzidas na Feira de S. Mateus nos últimos anos têm vindo a adequar o evento às novas exigências indo ao encontro dos anseios de quem a visita e nela trabalha.-----
Tem-se verificado o compromisso entre a tradição e a inovação.-----
Sem saudosismos bacocos foi bom tornar a ver na Feira os furinhos dos Chocolates Regina, o concurso do Vestido de Chita, o dia das Enguias e a já habitual e a mais antiga barraca das argolas.-----
Os números falam por si. Mais de um milhão de visitantes é o reflexo da receptividade e da aprovação do modelo encontrado.-----
Nem os habituais «Velhos de Restelo» nem os «Pseudo-Vanguardistas» se fizeram ouvir este ano.-----
Havendo consenso em torno do modelo da Feira de S. Mateus há também espaço e necessidade de melhorias e correções.-----
Entre outros passarei a enumerar três ou quatro:-----
Algum do comércio aí existente era perfeitamente dispensável.-----
Falta uma verdadeira Feira de Artesanato (durante parte ou todo o tempo).-----
Um investimento ainda maior no sistema de venda de bilhetes tendo em vista a diminuição do tempo de espera.-----
A construção de uma verdadeira Galeria de Exposições.-----
Estes são alguns dos aspetos que tenho a certeza estarem já referenciados pela Viseu Marca e que a seu tempo serão progressivamente resolvidos.-----
De realçar que os números da ocupação hoteleira assim como dos restaurantes da cidade e da região tiveram uma percentagem de ocupação digna de registo. Nos meses de Julho e Agosto muitos foram os dias que a ocupação hoteleira esteve perto dos 100%. Estes dados provam a mais-valia que este evento traz para a cidade e para a região.-----
A recém-criada «Viseu Marca» sucessora da Expovis e os seus responsáveis ganharam mais esta prova de fogo.-----
Talvez a mais difícil.-----
Sem menosprezo para ninguém quero aqui realçar o trabalho do Dr. Jorge Sobrado que soube coordenar uma vasta equipa cujos resultados estão á vista.-----
Pelo atrás exposto podemos dizer que a Feira de S. Mateus está renovada respeitando a tradição e com muita vitalidade aberta à inovação.-----
Acrescento que foi iniciado um trabalho de recolha e inventariação de materiais da Feira de S. Mateus tendo em vista a construção de um eventual Museu da Feira de S. Mateus (temporário ou permanente). Para sabermos para onde queremos ir teremos forçosamente de saber de onde viemos.-----

É um trabalho gigantesco mas que importa realçar o seu começo.-----
Por último e de importância não desprezível fruto de uma estratégia adequada na captação de mecenas e patrocinadores e num marketing agressivo foi possível realizar este certame com a qualidade reconhecida não pesando no orçamento municipal (entenda-se orçamento dos munícipes) o que não deixava de ser legítimo.-----
Vejam-se os exemplos de muitos concelhos do nosso distrito e do país que investem milhares de euros nestes eventos porque entendem, e bem, que de facto este é um investimento e não um gasto.-----
Retomando o tema Viseu Marca e acabada a Feira de S. Mateus 2016 esta propôs-nos a Festa das Vindimas (edição 2016) com um programa rico, diversificado e que para além da divulgação de um dos produtos mais nobres e com maior valor acrescentado, o Vinho do Dão, faz também a divulgação deste território e das suas capacidades.-----
Pela participação verificada foi mais uma aposta ganha e a repetir.-----
Para Viseu continuar a ser uma cidade/concelho de eventos é preciso criar novos atrativos e revitalizar os já existentes. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Dava agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para informar e responder aos Deputados.-----

----- **VINTE E SEIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Boa tarde. Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Digníssima Mesa, saudar também as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores, saudar todas as Senhoras e os Senhores Deputados, também saudar os Órgãos de Comunicação Social que nos acompanham, e também os elementos do Público que acompanham esta Assembleia, saudar todos com amizade. Queria em primeiro lugar, começar exatamente pela questão da educação, de facto é um trabalho, que é um trabalho coordenado pelo município, mas gostava de realçar aqui o brilhante trabalho que tem sido feito em sede de Conselho Municipal de Educação. Hoje, todos aqueles que são atores no nosso concelho no domínio da educação acabam por estar envolvidos de uma forma, muito, muito direta no processo educativo. Desde o ensino pré-escolar ao 1º, 2º e 3º ciclo, ao secundário, ao ensino profissional, passando também pelo ensino superior, há hoje uma política verdadeiramente articulada por parte do município no que diz respeito aos diferentes níveis da educação, política esta, onde inicialmente é discutida e concertada no Conselho Municipal de Educação. Mesmo antes da alteração da Lei, já nós adotávamos desde o primeiro momento esta lógica de atuação porque acreditamos que efetivamente a educação é a base, é a base da formação dos nossos jovens, e se a articularmos com a vertente desportiva e com a vertente cultural estaremos a formar jovens dos quais nos orgulhamos do ponto de vista da sua performance, e de facto dá satisfação ver como as coisas fluem e como cada um vai cumprindo o seu papel do ponto de vista do processo educativo em Viseu, obviamente que nos satisfaz ter uma abertura do ano escolar em que do ponto de vista da infraestrutura, em três anos já intervencionámos mais de 100 escolas, obras maiores, obras menores, a verdade é que hoje, desde o jovem que frequenta a escola de Côta até à escola mais recente de Viseu como é a Aquilino Ribeiro, hoje podemos dizer com orgulho que todos os nossos jovens têm igualdade de acesso aquilo que são os seus meios, as salas de aulas com os quadros interativos, com acesso à internet com a devida velocidade que tem que ter, e computadores também renovados, neste caso, este ano com mais 150 computadores num investimento superior a 100 mil euros. Por outro lado isto obviamente que permite o quê? Que os bons profissionais que temos, isto é, quer os nossos professores e professoras, quer o pessoal auxiliar, acabam por ter aqui também a sua vida facilitada do ponto de vista daquilo que é o seu trabalho diário e obviamente que à Câmara cabe, por um lado assegurar as infraestruturas e isso também é com gosto que o refiro, o grande salto que temos vindo a dar, não pondo em causa em muitas situações se é competência da Câmara ou se é competência do Estado Central, nós temo-nos vindo a

substituir ao próprio Estado Central quando estão em causa as nossas crianças, ainda recentemente na escola D. Duarte nos substituíamos ao Estado Central porque o piso do ginnodesportivo, portanto, do ginásio, punha em causa a própria saúde dos meninos e nós não hesitámos em substituímo-nos ao Estado Central chegando-nos à frente com o protocolo feito com a Junta de Freguesia, obviamente, pedido uma contrapartida da utilização daquele espaço também para a sociedade, não nos furtámos a chegarmos à frente para um entendimento no que diz respeito à Escola Grão Vasco e também à Escola Viriato, são claramente duas escolas que há décadas, há décadas que ouvíamos falar sobre elas e sem nunca se resolver o assunto, tive muito gosto em ir no primeiro dia de aulas mostrar aos pais, mostrar aos alunos e aos professores o projeto de qualificação e o início do processo de construção com a abertura, portanto, desde já com a candidatura aos fundos comunitários que já estão assegurados e ao mesmo tempo a abertura do concurso público que levará à adjudicação e à entrada em obras, quer numa escola quer da outra, quer no caso da Grão Vasco, quer no caso da Viriato. Foi também com gosto que me desloquei à Ribeira para provar aos pais que só tenho uma palavra, efetivamente, comprometi-me com os pais que no primeiro ano iríamos tratar da cobertura e lá fui no primeiro dia de aulas para ver a cobertura feita, da escola, livre já de amianto. Comprometi-me com os pais, com os alunos e com os professores que no segundo ano iríamos tratar da eficiência energética, e lá estive no primeiro dia a comprovar isso mesmo, e no terceiro ano, este ano, estive lá também com os pais, e com todos os intervenientes verificando como está a decorrer a obra do arranjo exterior que obviamente que é uma obra que até ter velocidade cruzeiro, vão ter que nascer as árvores, vão ter que, enfim, ser feitas todas as coisas que estão no projeto, mas chegará seguramente à primavera com um aspeto ótimo, com 3 mil metros quadrados, que ao invés de fazermos em betão optámos exatamente por o cubinho de granito para dar conforto aquelas nossas crianças numa escola que efetivamente há muitos anos também acabava por ser identificada com necessidade de requalificação. Têm sido muitas, a Escola de Santiago, enfim, são várias as escolas, sempre que há necessidade temos procurado intervir, mas não nos temos ficado por aí, temos procurado ter uma visão integrada da educação no nosso concelho, a educação é claramente a base de tudo e portanto, o nosso Programa Viseu Educa navega já em velocidade cruzeiro com as suas 24 ações e mais uma vez com um pormenor que é relevante, é que são ações desenvolvidas pelos vários intervenientes no processo educativo. Se a Infante D. Henrique se especializou no acompanhamento de jovens de etnia cigana, outras escolas se especializaram e estão a ensinar o mandarim, ou mesmo o alemão, enfim, todo um percurso que temos vindo a fazer em conjunto com os vários intervenientes provando, aliás, na visita que tive cá do Senhor Secretário de Estado da Educação exatamente com sessão na Escola Infante D. Henrique falava-lhe do caminho que temos seguido e o Secretário de Estado respondia-me que de facto Viseu era modelar do ponto de vista do seu envolvimento escolar. Deixava-lhe também um recado, que era o facto da Escola Emídio Navarro apesar de ter 14 alunos perfeitamente identificados, não ver o seu curso aprovado para este ano no domínio das artes criativas poder entrar em funcionamento, ainda tenho esperança, até porque tive esse compromisso da parte do Senhor Secretário de Estado que ainda venha a ser aprovado por estes dias, até porque esses alunos estão dispersos por turmas e poderão vir a ser reagrupados numa turma de 14 alunos que lhe permita avançar com essa área. Portanto, estes foram aspetos ligados ao nosso sistema de ensino. Da mesma maneira, obviamente que há coisas que nós não podemos controlar, e designadamente a questão do Piaget, é um processo que me entristece, entristece porque tal como os Senhores Presidentes de Junta designadamente o Senhor Presidente de Junta do Campo, mas também solidariamente porque estão do lado das crianças, o Senhor Presidente da Junta de Bodiosa, Lordosa, Ribafeita e também de Calde, foram Presidentes de Junta que estiveram solidários neste processo, que percebem, como eu sei que os Senhores Deputados

também percebem, que esta escola é crucial para o norte do distrito, nós, no sentido de S. Pedro de France, Mundão, Cavernães, Barreiros/Cepões e Côta, temos a Escola de Mundão que mesmo com o número de alunos que tem hoje o agrupamento nem sequer pomos a hipótese de acabar com aquele agrupamento porque ele é fundamental para o desenvolvimento daquela parte do nosso território, da mesma maneira que é fundamental ter uma escola que possa fazer a cobertura daquela parte do território, aliás, eu numa conversa que tinha com a Senhora Secretária de Estado Adjunta, que aliás, simpaticamente me recebeu a mim e aos responsáveis da escola e também ao Senhor Presidente da Junta do Campo, me dizia, e eu saí de lá com a perceção de que iria haver aqui uma sensibilidade social para esta questão, me dizia depois disso num telefonema, quando eu lhe dizia mas Senhora Secretária de Estado por 160 mil euros deixar encerrar esta escola, eu no dia seguinte vou a Lisboa falar consigo porque preciso de um centro escolar nesse território e ela dizia-me com algum desprazer que me aprovaria esse centro escolar. Andamos a brincar. O que é que é importante se uma escola é de uma IPSS, porque esta é uma escola de IPSS, isto não é uma escola de ricos, isto é uma escola onde 60% dos seus jovens são apoiados do ponto de vista social, esta é uma escola onde muitas vezes esta IPSS manda a refeição para casa à noite porque alguns destes meninos se não levarem a refeição não comem à noite, é esta a insensibilidade social deste Governo que eu tenho aqui que criticar e denunciar, e sim senhor, assumi, apesar das pressões que tive, porque também tive pressões, assumi que a Câmara de Viseu se tiver que pagar como irá pagar o apoio social a estas crianças que lá ficaram, vai pagá-lo, e vai pagar porque nós não deixamos que estas crianças fiquem desenraizadas, não deixaremos que estas crianças sejam separadas dos seus irmãos, não deixaremos que algumas crianças com necessidades especiais que têm vindo a ser acompanhadas devidamente o deixem de ser por preconceitos puramente ideológicos, porque é disto que estamos a falar Senhoras e Senhores Deputados, preconceitos ideológicos que nos impediram de ter uma abertura do ano escolar completamente pacífica no nosso concelho, de facto fica esta nódoa, uma nódoa do Governo Central, uma nódoa de não se apoiarem as crianças que estão na Ebis Jean Piaget, e portanto, fica aqui este reparo para que efetivamente as coisas... mas também acredito, também acredito que passado este período da poeira, eu também estou convencido que ao longo do ano isto vai-se tratar com calma, eu estou em crer que o bom senso da Senhora Secretária de Estado e o bom senso do Senhor Ministro com quem tive contactos que vão levar a dizerem assim: Vamos lá então encontrar... aliás, a Câmara de Viseu chegou-se a prontificar perante o Ministério a um acordo tripartido, chegámos a estar na disposição de alocar algum dinheiro público para manter esta escola aberta, até porque é um anacronismo, quando nós estamos a fazer um investimento a apresentar aos fundos comunitários do Parque Industrial de Lordosa, quando fizemos o investimento que fizemos no nosso Aeródromo, quando estamos a fazer investimentos significativos naquela parte do território para combater aquilo que são efetivamente as assimetrias do concelho, é um anacronismo que qualquer Governo, seja ele qual for, possa pôr em causa uma escola que é uma âncora, e portanto, vamos continuar a lutar por esta âncora, nós não somos pessoas de deixar baixar braços e não somos pessoas de permitir que a ideologia possa pôr em causa aquilo que são as opções que temos que ter para o nosso concelho, e portanto, vamos continuar a seguir este princípio e alocando o orçamento o que é preciso alocar, a autarquia investe anualmente 1 milhão de euros nos transportes escolares, a autarquia investe por ano 1 milhão de euros nas refeições escolares, investimos mais de 5 milhões de euros no funcionamento do nosso sistema educativo, mas estamos convictos que estamos a fazer a opção certa, porque estamos exatamente a privilegiar aquilo que é de privilegiar, e verificamos também com agrado, e termino a vertente educativa aqui, verifico também com agrado que este ano temos mais crianças no pré-escolar, temos mais crianças no primeiro ciclo e globalmente temos mais 360 jovens no sistema educativo em Viseu o que significa que a cidade é atrativa, o concelho é atrativo, portanto, isso acho que

é um trabalho de todos que efetivamente as coisas têm vindo a fazer o seu percurso, e portanto, saudar também aqui, não só o Senhor Presidente da Junta de Viseu por ter trazido estas questões aqui, mas também o Senhor Presidente da Junta do Campo que sofre mais na pele, juntamente com os seus colegas das freguesias vizinhas, sofrem mais na pele, ou sofreriam mais na pele se não tivesse havido esta intervenção em rede, e gostava de destacar aqui um aspeto, foi o posicionamento da escola, a escola sabe que está a iniciar o ano letivo com um défice de exploração, alguns professores, para verem a que ponto chegamos, chegaram a dizer à direção da escola que estariam dispostos a fazer algumas aulas “pro bono” para que a escola não fechasse, só para verem, enfim, a sensibilidade social de um lado e a insensibilidade desta geringonça que efetivamente têm sempre a palavra social na boca, mas quando se trata de ter atitudes sociais não as encontramos e é bom que isto seja dito, porque as coisas têm mesmo que ser ditas. Queria também agora falar sobre outros aspetos que foram aqui referidos. Vamos então falar do IP3, vamos então falar do IP3. Olhe, amanhã vai ter oportunidade outra vez de me ver a defender os interesses desta região no que diz respeito ao IP3, porque Senhoras e Senhores Deputados, é uma vergonha o que se passa no IP3. Antes mesmo de falar da questão de fundo. Eu frequento diariamente aquela estrada, para ir a Lisboa, para ir a outro lado como muitos de nós frequentamos, há dias que nós nem sequer conseguimos perceber se estamos dentro da estrada ou fora dela, eu pergunto, é preciso um grande orçamento para pintar a estrada? Para fazer pelo menos uma sinalética luminosa que enquanto não seja construída a nova estrada nos permita circular um bocadinho mais apoiados? É que aquilo que lá está é uma vergonha, há uma parte, sobretudo de Santa Comba para baixo, até porque sabemos que as obras que... o Senhor Deputado Pedro Alves parece que é incómodo, cada vez que vai falar parece que fica logo aqui um borborinho, é de facto bastante incómodo, aquelas obras que o Senhor Deputado Pedro Alves dizia pararam, iniciaram e pararam, neste momento algumas reparações que estavam para ser feitas não estão a ser feitas, e pelo menos pintem a estrada, senão, vou ter que propor aos meus colegas que fazem parte e que são atravessados pelo IP3, irmos lá nós os municípios pintar a estrada, porque se aquela estrada tiver uma pintura e tiver pontos de luminosidade que são alimentados por energia solar, torna-se automaticamente mais fácil circular nela, eu pergunto, é preciso ter um orçamento para isso? Por outro lado, é preciso honrar compromissos, de facto nós tínhamos a convicção que as Infraestruturas de Portugal iriam honrar os compromissos que assinaram, esses compromissos eram tão simples como isso, a requalificação do antigo IP5 em 12 quilómetros, era um investimento que não chegava a 5 milhões de euros, que deveria já estar em obra no início deste ano, isso era o que estava escrito e a Câmara de Viseu iria assumir esta estrada que passaria a estrada municipal e seria a requalificação do IP5, do antigo IP5 que iria entrosar com a nova ligação ao Satão, onde também a Câmara de Viseu juntamente com a Câmara do Satão assumiam algumas responsabilidades na criação de uma ligação nova que iria ligar ao Parque de Mundão e depois a qualificação até ao Satão. Nada andou, está tudo exatamente como estava. Bem, pelo menos há uma coisa que cresceu, que foi a lixeira das Infraestruturas de Portugal, é que de facto nesse IP5, já cá vieram 3 televisões fazer reportagens, eu já fiz mais de 10 mensagens e cartas para o Senhor Presidente das Infraestruturas de Portugal, quer o anterior quer o atual, a verdade é que a lixeira continua lá, isto é, houve capacidade de empreender no domínio do lixo, isso houve, ele está lá, que todos nós podemos ver, e aliás, a última carta que mandei ao Presidente das Infraestruturas de Portugal foi dizer, se não a reconhecesse até ao final deste mês vamos recolhê-la nós, vamos nós retirar aquela lixeira do IP5 mas depois vamos mandar a conta, às infraestruturas de Portugal, portanto, este é o Governo que não honra os compromissos, não interessa se os compromissos vieram do Governo anterior mas se estão assinados honrem-se, é isso que se exige, aliás, sabemos que mesmo aquela parcela dos impostos que nós estamos a pagar no gasóleo e na gasolina que seriam para a conservação das estradas, não estão a ser direcionados para as

Infraestruturas de Portugal, isto foi dito pela UTAO, Unidade de Missão da Assembleia da República, portanto, mesmo aquilo... obviamente que eu até percebo que se possa não ter, até para se manter o défice, coisa que no passado era um crime de lesa-majestade, hoje não, é uma coisa absolutamente normal, agora, que não se deixe de honrar aquilo que são os compromissos, por outro lado, eu sou coerente em tudo aquilo que defendo e tenho um pensamento, aliás, quando mudo de pensamento digo que mudei, porque só aqueles que têm as orelhas grandes é que não mudam, não é? E portanto, em relação ao IP3 e em relação à nova autoestrada o meu pensamento sempre foi o mesmo, sempre disse, manter o IP3 exatamente como está sem portagem e encontrar uma nova solução, e eu recorde aqui, às Senhoras e aos Senhores Deputados que também aqui houve uma concertação de posições, o meu colega Manuel Machado, por acaso nem é do meu partido, é do PS, está em perfeita sintonia, bem como a generalidade dos Presidentes de Câmara deste território de que facto a Via dos Duques devia avançar, ficou o trabalho feito, havia 9 entidades se não estou em erro, interessadas em fazer a conceção, construção, exploração, e o que iria acontecer, é que se iria aproveitar o IC12 entre Nelas e Santa Comba e aproveitar a A13 a sul de Coimbra, iriam ser construídos os outros troços numa lógica de conceção, construção, exploração, portanto, mantendo autónomo o IP3, também isto por questões ideológicas como já disse aqui o Senhor Deputado Pedro Alves, mais uma vez, vejam a ideologia a sobrepor-se às opções do território, mais uma vez aqui, a questão da ideologia desta geringonça, faz com que não avance a construção da Via dos Duques e pior, mais grave do que isso, é que nem manutenção temos do nosso IP3, portanto, ficou aqui bem claro como é que estas coisas têm sido feitas, para já não falar, de que agora até já temos que cuidar das rotundas que ficam na 229, porque se estivermos à espera que as Infraestruturas de Portugal vão lá limpar as rotundas, nós ficamos com o ónus de não tratarmos bem de rotundas que não são da nossa responsabilidade, bem, e já agora, este concurso que estamos a lançar agora, em que vamos investir 1 milhão de euros, da rotunda de Rio de Loba não seria da nossa responsabilidade, seria da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, porque esta estrada ainda nem sequer passou para o domínio municipal, agora, está em causa mais uma vez os cidadãos, estão em causa designadamente os habitantes de Rio de Loba e todos aqueles que utilizam aquela infraestrutura e portanto, projeto concluído, projeto aprovado, projeto em fase de concurso exatamente para junto ao matadouro serem qualificados mais de 100 metros desta estrada e aí vá lá, que as Infraestruturas de Portugal foram rápidas a mandarem a Ata a autorizarem que nós pudéssemos intervir na estrada que é deles, que é da sua responsabilidade e não da nossa, mas enfim, como o orçamento era todo da Câmara, nós percebemos que aí não houve, enfim, que usar de tempo para o assunto. Indo agora também à questão também do ensino, na área do ensino das crianças que são diferentes, eu não sei se o Senhor Deputado Carlos Cunha por lapso não referiu o seguinte: Pareceu-me bem informado sobre o assunto e é bom sinal, o Conselho Municipal de Educação tem estas prioridades educativas perfeitamente identificadas para além da questão das crianças surdas/mudas, que também quando chegavam ao secundário tinham que procurar escolas fora de Viseu porque efetivamente não tinham resposta, essa foi uma boa conquista deste ano, também honra seja feita, como veem eu não digo só mal, foi uma boa coordenação entre o Município a Escola e o Ministério de Educação que levou exatamente à criação da valência na área das crianças surdas/mudas, ainda no sábado estive na festa no Dia do Surdo/Mudo, onde foi francamente enfatizado a importância que foi este caminho, acho importante que se deem outros passos, designadamente nestas duas que foram hoje aqui aprovadas e portanto, acho que é um bom apoio que efetivamente a Assembleia dá para a persecução deste objetivos. Depois, enfim, falámos aqui numa figura que todos nós honramos, o Engenheiro Engrácia Carrilho, aliás, tive a ocasião de estar presente numa sessão que foi promovida pelo Teatro Viriato, com vários atores, com várias pessoas que na altura privaram, e falaram em nome do município realçando que

efetivamente a população de Viseu prestou a devida homenagem à figura do Engenheiro Carrilho através da atribuição do Viriato de Ouro atribuído, e por proposta do meu antecessor, o Dr. Fernando Ruas, e efetivamente, foi na altura também aprovado por unanimidade e entregue com pompa e circunstância se não estou em erro no Salão Nobre da Câmara Municipal de Viseu, portanto, esse tributo foi prestado, agora num ano em que esta ilustre personalidade que faz parte de uma história muito rica de uma cidade com 2500 anos só podia ser honrado e obviamente que está a sê-lo, não só pela homenagem que lhe foi prestada, amanhã também participarei às 5 horas numa homenagem que lhe é prestada pela Misericórdia e estarei lá com agrado, além de que a Senhora Vereadora está neste momento a terminar uma exposição com o apoio de alguns historiadores da cidade que vai inaugurar no dia 29 de setembro às 17 horas, e para já ficam convidados, na Casa da Memória na Rua Direita, onde de facto esta exposição terá como ponto central a figura do Engenheiro Engrácia Carrilho, é também uma forma do Município em sintonia com a Misericórdia e em sintonia com o Teatro Viriato lhe prestar um tributo, uma homenagem pelo contributo que deixou para o desenvolvimento da nossa cidade.-----
Falando agora de incêndios, vamos lá falar de incêndios. A Portaria 233/2016, felizmente tenho um Vereador ligado à área do desenvolvimento rural que é uma pessoa atenta, aliás, como felizmente são todos os meus Vereadores, mesmo os da oposição quando apontam ali alguma questão, e esta questão já tinha sido referenciada por nós exatamente ao Ministro da Agricultura, procurando explicações porque é que nós não estamos envolvidos neste processo, embora não nos estranhemos, se olharmos à atuação do Senhor Primeiro Ministro em plena época de incêndios, que vem a S. Pedro do Sul tomar contacto com os incêndios, convida o Presidente da Câmara de Arouca, convida o Presidente da Câmara de Castro Daire, e este concelho aqui vizinho que tinha sido afetado por incêndios, o de Viseu, e o de Vouzela não foram convidados para estarem presentes nessa reunião. Não sei qual foi o critério, eu não quero acreditar que o Senhor Primeiro Ministro tenha vindo na época de incêndios a Viseu e que sou queira falar com autarcas socialista, eu teria estado com gosto lá para discutir com o Senhor Primeiro Ministro também o ponto de situação, de facto eu queria aqui realçar e saudar a intervenção do Senhor Deputado Carlos Costa, o louvor deveria ser um bocadinho mais abrangente, porque, os Bombeiros têm um mérito fantástico, eu sou o primeiro a render-lhes esse mérito, e é um mérito que da parte da autarquia se traduz em apoio efetivo, aliás, ainda não estava a época de incêndios aberta, estava eu a passar pelos Bombeiros numa visita de incentivo e de apoio aos Bombeiros Voluntários, mas para além da excelente atuação que tivemos dos nossos Voluntários e Municipais, há que também homenagear, e que o louvor seja alargado à Proteção Civil Municipal e à Proteção Civil Distrital, porque estamos a falar de muitos efetivos da própria autarquia e da Proteção Civil Distrital que estiveram alocados e nunca ninguém se nega a esforços, desde as máquinas que são necessárias estar no local que felizmente em todo o momento chegam a horas até outros meios necessários de facto esta coordenação da Proteção Civil tem funcionado e portanto, na sua Moção, eu não intervim na altura porque achei que não devia estar a envolver-me, mas devia ter alargado um bocadinho também a todos aqueles que na Proteção Civil Distrital e na Proteção Civil Municipal se têm envolvido, apesar de que eu tenho que realçar o seguinte, nós tivemos 162 ocorrências nas freguesias do concelho e a verdade é que a pronta ação dos nossos Bombeiros em muitos casos fez com que não tivéssemos situações mais complicadas, nós acabámos por ter Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita, a Freguesia de Coutos de Viseu, Bodiosa, e Repeses S. Salvador, foram as que foram afetadas, obviamente que aqui a dos Coutos foi a mais afetada mas a verdade é que a pronta ação dos nossos efetivos evitou se calhar males maiores, nós se olharmos para os dados do nosso concelho e já tenho dados quase finais, espero eu, espero que, como diz o Deputado Carlos Costa, que tenham terminado o “soar das campanhas”, nós acabámos por ter este ano menos ocorrências do que o ano passado, no ano passado tivemos 198, este ano tivemos 166, mais área ardida, 766 hectares no ano

passado, 828 hectares este ano, portanto, há aqui sobretudo, obviamente que isto leva-nos a outras questões que eu concordo com os Senhores Deputados que intervieram sobre o assunto, isto não pode ser um assunto que seja badalado só na altura em que está a arder, isto tem que ser badalado ao longo do ano, é preciso fazer o ordenamento florestal, é preciso dar poderes aos Senhores Presidentes de Junta para poderem cuidar das florestas porque quem pode cuidar das florestas são as autarquias pela sua proximidade, não podemos continuar com estes sistemas mistos em que às vezes grupos de cidadãos, uns melhor intencionados e outros menos intencionados acabam por achar que a floresta é sobretudo uma fonte de receita e que não é uma fonte de despesa, é preciso também encarar de frente esta questão dos baldios que é uma coisa que vem do PREC e que efetivamente também devíamos de alguma maneira olhar para elas, é preciso olhar para o ordenamento, é preciso olhar para o ordenamento, é preciso olhar não só para a perspetiva do combate.....

(Alguns Senhores Deputados intervêm dos seus lugares, no entanto não é perceptível na gravação o que foi dito)-----

- O Senhor Presidente da Câmara intervém dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo, está bem?-----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo:...do combate aos incêndios, mas também para a prevenção... não Senhores Deputados, eu sei que isso vos atormenta, e sei que quando eu falo destas coisas os senhores ficam muito agitados, mas falar da solução dos assuntos não é fugir a eles, é exatamente, há vários mecanismos que podem ser acionados, por exemplo a própria Associação Nacional de Municípios solicitou ao Governo que pudesse ser acionado uma comissão que trabalhasse de imediato, porque nós temos que sair da lógica do combate ao incêndio, mantendo-a operacional, mas temos que ir cada vez mais para a lógica da prevenção, e não tenhamos ilusões, quem tem capacidade de intervir no terreno desde que os meios cá cheguem são os autarcas, são os Senhores Presidentes de Junta em cada uma das Freguesias, os Municípios e sobretudo com uma boa coordenação intermunicipal, enquanto nós não atuarmos a este nível, não vamos ter seguramente sucesso, e já agora dizer à Deputada Filomena Pires que se esqueceu de um pormenor do parecer da Associação Nacional de Municípios sobre o projeto de lei do PCP que foi o facto de que dizíamos na última alínea que tudo isto deve ser articulado na lógica do grupo de trabalho que foi constituído entre o Governo e as Autarquias, esqueceu-se desse pequeno grande pormenor que não é despidendo, porque este assunto não pode ser com ações de mero voluntarismo. Portanto, o Deputado Carlos Vieira também falou sobre a questão, referir aqui a questão mobilidade, repare, nós gostamos mais de privilegiar a prática do que a produção de mais um papel, como o Senhor Deputado sabe, está neste momento em curso, aliás, as propostas já foram apresentadas, digamos que, as várias componentes do nosso Plano Municipal de Mobilidade, exatamente visa diminuir as emissões de CO2, visam criar um transporte elétrico em todo o circuito do Centro Histórico, visam criar 6 minibus que vão, portanto, fazer sete quilómetros e meio ligando os principais pontos da cidade, portanto, criando um transporte urbano “tout court” para além das 25 linhas que nos vão ligar às freguesias, e falando aqui também depois da mobilidade suave, são cinco quilómetros e meio que nesta primeira fase vão ser construídos para estimular o uso das bicicletas, o facto dos autocarros novos já virem com suportes para bicicletas para que as pessoas possam fazer esta perspetiva intermodal, o investimento que vamos fazer também na nossa Central de Mobilidade e Transportes na central de camionagem, portanto, esta é a lógica integrada, passando até pela adjudicação que fizemos há dias desta intervenção alargada que vamos fazer nas passeadeiras junto às escolas, mas também nas passeadeiras junto do IP5, tudo isto faz parte de um programa integrado de mobilidade que vale por si e portanto, o importante é fazer as coisas que são úteis para as pessoas e às vezes não temos que aderir a todas as iniciativas sobretudo quando temos tanta coisa para fazer. Associar-me ao Voto

de Pesar apresentado pelo Senhor Deputado Gonçalo Calheiros em relação ao Dr. José Mouga, e já agora, permitam-me que faça aqui uma referência a um Ilustre Visiense que não foi aqui recordado, e que eu gostava que tivesse sido, que é o Dr. Pedro Henriques, efetivamente era uma ilustre personalidade desta terra que infelizmente nos deixou também há poucos dias e era um homem também com uma forte intervenção cívica que eu gostava aqui de realçar. Indo agora para a questão do Desporto, enfim, eu não sei, há pessoas que gostam mais de fazer planos, nós gostamos mais de atuar na prática, eu gosto mais de apresentar como resultados 1 milhão de investimento na prática das modalidades desportivas, aprecio muito que o ténis já esteja na primeira divisão, que as nossas jovens do futebol feminino também já estejam na primeira divisão que haja uma equipa de futsal que está a disputar, mas, mais do que isso tudo o que me agrada é ver 4.700 atletas federados no Concelho de Viseu e verificar que 30% dos nossos jovens em idade escolar praticam desporto, isso é que é uma boa carta, um bom plano, isto é que é um bom plano, é o plano de ação que envolve todos os intervenientes e se nós não tivéssemos um plano de ação, olhe também não atingíamos resultados destes não é? Para além do grande investimento que estamos a fazer no reforço da nossa infraestrutura desportiva, desde logo nos pavilhões, o Fontelo, o Viriato, o pavilhão de Prime, para só falar de 3 situações muito recentes, a aposta que estamos a fazer na criação de alternativas novas quer em Ranhados, quer agora no Fontelo dos campos relvados novos, e diz assim o Senhor Deputado: Porque é que não fizeram isso para o ano? Para o ano, estariam agora a dizer: Os senhores estão atrasados, e querem fazer eleitoralismo para o ano. Olhe, sabe, é que esta autarquia subiu 60 lugares no índice de transparência e há uma coisa que se chama concursos públicos, e os concursos públicos quando têm algum problema para ser tratado tem que ser tratado. Olhe, sabe porque é que ainda não está concluída a colocação da relva em Ranhados? Por uma razão muito simples, porque o empreiteiro já apresentou 3 qualidades de relva que foram chumbadas pelo município, porque não aceitamos que ponha lá qualquer qualidade de relva, se as pessoas vêm a concurso e ganham o concurso por um determinado valor, têm que honrar o que está no Caderno de Encargos. O mesmo se passa lá em baixo, eu prefiro ter as obras concluídas do futebol de sete e do 1º de Maio concluídas nos finais do mês de outubro e dessa maneira os nossos atletas terem que fazer aqui um sacrifício de treinarem noutros campos, nas saber que a partir de finais de outubro, princípios de novembro passam a ter dois campos qualificados onde não correm riscos como estavam a correr, porque de facto aqueles campos estavam a necessitar como do "pão para a boca" portanto, eu também já estou habituado, já estou habituado a que isto, é um bocadinho aquela lógica, nós já conhecemos bem essa "lengalenga" não é, mas aqueles que fazem são criticados, os que nada fazem não podem ser criticados porque não têm nada para mostrar, e é um bocadinho este caso, e portanto, o que me importa a mim é quando chegar ao final, quer o futebol de sete quer o futebol de onze estejam nas devidas condições de acordo com o projeto que foi definido, isso é que é importante, já agora em relação à pista de atletismo, que falta de atenção, olhe, ainda ontem o atleta que ficou em segundo lugar na meia maratona do Dão dizia que treina todos os dias na Pista do Fontelo, enfim, se ela não tivesse condições seguramente que ele não treinaria lá, olhe, já agora, sabe onde é que se realizou o último Campeonato Nacional de Júniores? Exatamente na tal pista que diz que não tem condições, dirá: Ela é velhinha. Olhe, mas nós temos também que trabalhar com as coisas velhinhas não é?-----

(Alguns Senhores Deputados intervêm dos seus lugares, no entanto não é perceptível na gravação o que foi dito) -----

- O Senhor Presidente da Câmara intervém dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo. Não pode haver diálogo. -----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo:...é que, a pista do Fontelo, o tartan do Fontelo já foi feito há mais de 30 anos, nós logo que chegámos à Câmara fizemos ali uma intervenção de reparação de pequenos troços que estavam

degradados, fizemo-la, e ela continua a ser utilizada e fizemos um investimento também em alguns equipamentos para apoio ao atletismo, agora, se me disser assim: Quer mudar aquele piso, pôr-lhe até um piso mais rápido? Quero, claro que quero, olhe, mas se o Governo mandar para cá algum dinheirito para nós fazermos algumas coisas mais depressa, nós ficamos agradecidos, porque, olhe, todo o investimento que fizemos até agora no domínio desportivo é todo investimento da autarquia, não há aqui um cêntimo do Estado Central. Não, peço desculpa, estou a cometer uma... não estou a ser justo, de facto, no relvado de Ranhados, há um contrato que foi celebrado com o senhor na altura Secretário de Estado Leitão Amaro que permitiu ter um apoio direto para o efeito, e no Pavilhão de Prime também houve ali um apoio, portanto, estamos a falar de 100 mil euros no computo geral, mas também estava a ser injusto porque o Estado Central ainda deu umas migalhinhas para estes investimentos que temos vindo a desenvolver, isto portanto, para dizer, obviamente que nós sabemos que causa algum transtorno que estas infraestruturas não estejam já concluídas, mas é preferível estar bem concluídas nem que seja um mês ou dois depois do início da época do que termos um problema que adiáramos mais um ano, eu não deixei adiar o assunto, deixei que ele avançasse, e ao que sei as coisas estão devidamente acauteladas, aliás, o Senhor Vereador do Desporto tem reunido com as diferentes entidades no sentido de acautelar para que não deixei de ter acesso à prática desportiva, portanto, em relação aos relvados do Fontelo que queriam transformar num caso também estamos esclarecidos. Gostava também de realçar aqui dois aspetos que foram aqui trazidos, por um lado realçar o Centenário do nosso Museu Nacional Grão Vasco, tem sido um momento alto, momentos muito altos no domínio desta comemoração, aliás, não foi por acaso que tomei a iniciativa aprovada por unanimidade, de atribuir a Medalha de Ouro, foi a única Medalha de Ouro que foi atribuída neste Dia do Município e exatamente pela importância que o Museu Nacional Grão Vasco tem, e saudar aqui o Instituto Politécnico que é uma das nossas âncoras, quando o Politécnico está bem a região também está bem, porque o Politécnico é absolutamente imprescindível na estratégia que estamos a seguir seja na perspetiva do marketing territorial que traz mais turistas à cidade, seja na perspetiva da captação de investimento que felizmente temos conseguido, porque cada vez que se capta um investimento o primeiro parceiro que eu chamo para a Câmara é exatamente o Politécnico, porque é preciso ir lá buscar os engenheiros, é preciso lá ir buscar as pessoas qualificadas e portanto, obviamente que o nosso Politécnico, ficamos muito satisfeitos, sabendo que, até me estava aqui a dizer a Senhora Vereadora que quase 90% das vagas foram ocupadas logo na primeira fase, é bom, é sinal que o nosso Politécnico está bem e recomenda-se. Por outro lado, deixar aqui ao Senhor Deputado João Cotta uma clarificação, esta nossa adesão que se irá consubstanciar numa assinatura pública ao Turismo do Norte não significa sair do Turismo do Centro antes pelo contrário, nós temos é um concelho inserido num território que tem um ADN muito ligado ao Norte e ao Douro, e portanto, esta opção que já tem vindo a ser trabalhada na prática, nós no fundo há um ano e meio que estamos a fazer trabalho conjunto com o Turismo do Porto e Norte de Portugal, porquê? É uma das nossas portas principais de entrada de turistas para Viseu, o Douro é uma das nossas portas de entrada de turistas para Viseu, da mesma maneira que Vilar Formoso, e portanto, quer os protocolos do Douro informais, quer a vertente do Turismo do Norte de Portugal, nós já fazemos parte desta rede mas vamo-nos manter sempre ligados ao Centro de Portugal, porque também faz sentido, agora, há aqui até uma perspetiva de fazermos quase a ponte entre dois territórios, porque um turista quando vem a Portugal não está preocupado com fronteiras, “calma aí agora, espera aí na fronteira que entraste no centro” não, as nossas Beiras têm uma ligação por natureza muito forte ao Norte e estamos a tirar partido disso, e a prova são as taxas de ocupação hoteleira nas 1700 camas qualificadas que temos no concelho que felizmente têm vindo a crescer do ponto de vista da taxa de ocupação. Meu querido amigo Ribeiro de Carvalho, é sempre uma delícia ouvi-lo e sobretudo saber como afinal de contas vai aquela tribuna

para falar do acesso aos serviços da Câmara. Eu quero dizer o seguinte: Se algum Deputado Municipal foi barrado no seu acesso à Câmara está errado, não devia ter sido barrado, e portanto, sempre que acontecer uma situação dessas não deixem de me alertar para eu repreender os serviços, não confundindo obviamente que o Deputado Municipal, vai lá enquanto Deputado Municipal não enquanto pessoa ligada à profissão A, B ou C, que fique bem claro, portanto, os Senhores Deputados Municipais têm livre acesso a tudo o que tem a ver com a autarquia, e não estou a fazer favor nenhum, é o livre acesso que resulta da Lei e portanto, se algum funcionário da câmara barrar o acesso a alguém, façam o favor de dizer, agora, ó Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, nós não podemos querer o melhor de dois mundos, eu não posso querer os funcionários a fazer atendimento 5 dias por semana e a deixarem de dar andamento aos processos, por outro lado, é mais útil o sistema que temos atualmente do que aquele de um dia, porque a pessoa se não era atendida naquele dia, só voltava a ser atendida na próxima semana, este processo que temos agora é que nos permite ir avaliando e quando há essas situações de prazos, olhe que as pessoas não deixam de ser ouvidas e de ter ali o princípio do contraditório, agora, nós também temos consciência que há um trabalho que está a ser feito que ainda não chegou ao seu fim, por exemplo, a desmaterialização total dos processos está em curso, por exemplo, neste momento nós estamos a investir umas centenas de milhar de euros, volto a repetir, centenas de milhar de euros na cartografia digital e no sistema de georreferenciação só quando tivermos a cartografia digital toda concluída é que terminaremos o projeto da desmaterialização que vai permitir, e é bom que as pessoas também se vão habituando, até porque com a formação que depois também vamos dar nas Juntas de Freguesia para poderem tratar alguns destes processos à distância através do seu computador em casa, hoje há muitas licenças que não obrigam que as pessoas vão à Câmara, através do sistema, desde que estejam registadas já podem tratar... quase 90% dos procedimentos já podem ser tratados à distância, e portanto, falta-nos agora a vertente do licenciamento, agora eu tenho que ter os meus técnicos, os nossos técnicos da câmara, têm que ter tempo para analisar processos, se eles estiverem no atendimento permanentemente depois vocês dizem: Mas ele não analisou o meu processo. Portanto, nós tínhamos que disciplinar, porque, olhe, aqueles corredores da Câmara às vezes pareciam sei lá o quê, porque eram dezenas de pessoas ali pelos corredores a tentar furar, isto e aquilo, e as pessoas depois, chamava-as ao meu gabinete e dizia assim: Então mas porque é que não tratou deste processo? Olhe, estive a atender público, e era todos os dias a mesma coisa, tivemos que disciplinar e dizer assim ok: O público é com marcação prévia porque queremos privilegiar exatamente essa relação personalizada para encontrar soluções, agora, com marcação prévia e deixando que os técnicos tenham tempo para analisar calmamente os seus dossiers, porque são coisas de grande responsabilidade que têm que ser exatamente tratadas, e portanto, dizer ao Senhor Deputado e querido amigo Ribeiro de Carvalho, que, se isso aconteceu está errado, isto é, se foi barrado no seu acesso enquanto Deputado Municipal está errado, está errado. Agora, se em determinado dia enquanto distinto advogado não foi recebido para tratar de um assunto isso aí já é legítimo, porque tem a ver também com a agenda do próprio técnico, agora, enquanto Deputado pode ter razões de queixa e nós vamos corrigir, em relação ao resto, esta filosofia de trabalho penso que está mais adequada que a anterior. Por último, dizer ao Senhor Deputado Luís Filipe, agradecer a intervenção, de facto eu acho, aliás, a oposição nem sequer falou no assunto, significa que se tivessem razões de queixa já estavam ali a fazer o seu trabalho legítimo de oposição. Nós demos um grande salto na Feira de S. Mateus nestes dois anos, desde o que fizemos no anterior para este, demos um grande salto do ponto de vista da qualificação do espaço, hoje é um espaço seguro com as cablagens enterradas, hoje é um espaço limpo onde ainda nos falta construir mais umas instalações sanitárias que iremos fazer para o próximo ano, que vai permitir banir pura e simplesmente as casas de banho, enfim, portáteis que por lá tínhamos. De facto a qualificação daquele espaço veio no fundo

interpretar a raiz daquilo que nós gostamos, o regresso do picadeiro, o espaço para podermos entrar, a limitação do número de expositores, porque a limitação do número dos opositores foi uma opção também política, dizer assim: Não queremos mais expositores para ter espaço. Nós se queremos ter um espaço qualificado para albergar 60, 65 mil pessoas nos dias de pico, ele tem que ter condições para as pessoas andarem lá, e nós no fundo temos aqui uma conjugação de boas opções, passo a imodéstia, que é a qualificação do espaço, é a qualificação do seu programa e do marketing da própria iniciativa. A nossa Feira Franca S. Mateus, nos seus 624, na juventude dos seus 624 anos, está muito jovem, está muito jovem e recomenda-se, e com uma coisa que me dá particularmente muito gozo é ver outra vez os jovens a irem à feira de S. Mateus, ver à noite milhares de jovens a frequentarem a Feira de S. Mateus e por outro lado ver as famílias, porque a Feira Franca S. Mateus é também sobretudo um espaço de família e verificar como tem crescido o fluxo de pessoas que vêm de fora, isso é muito útil, sentimos isso também na hotelaria de Viseu. Por último falar da Festa das Vindimas que terminou ontem, que é uma aposta que, na sua terceira edição está perfeitamente consolidada, desde as vindimas nas quintas, que já tem aqui um efeito interessante, verificava isso no sábado aqui com o Senhor Vereador, é que mesmo quintas que não tinham aderido, abriram as suas portas, é um bom sintoma, é sintoma de envolvimento de toda a Região do Dão na Festa das Vindimas, para já não falar de toda a vertente cultural que tivemos na cidade também durante esses dias, encerrando depois também com o espetáculo Viver Viriato, foi gratificante ver no nosso Adro da Sé, mais de duzentas pessoas juntas, mais de duzentos artistas, uns profissionais outros amadores a trabalharem para um mesmo objetivo numa coprodução que envolveu praticamente todas as principais associações do nosso concelho e da nossa região, porque é cada vez mais este conceito da Cidade/Região, para não falar de ontem que foi um grande dia do ponto de vista da promoção do desporto e do nosso Vinho do Dão, através das mais de 8 mil pessoas que participaram no nosso Grande Prémio do Dão, e referir por último, e calando-me, estando obviamente à disposição para depois no período de informações dar as informações que bem entenderem, referir a autossustentabilidade, isto é, a Feira de S. Mateus termina a sua edição dando lucro, isto é, conseguimos ter um programa de grande nível durante 5 semanas na nossa cidade, e chegamos ao final, ainda vai ajudar a alimentar mais atividades ao longo do ano, e no caso da Festa das Vindimas é exatamente o mesmo, são estes 3 eventos ligados ao vinho, os Tons da Primavera, a Festa das Vindimas e os Vinhos de Inverno, têm hoje através dos seus patrocínios um sustentáculo para poderem fazer o seu percurso. Isto é um caminho, é um caminho rigoroso, de gestão, eu sei que a oposição o desvaloriza, mas os viseenses valorizam muito esse trabalho e eu tenho o *feed back* do cidadão anónimo que diz que estamos no caminho certo, e vamos continuar este percurso porque um território que não é reconhecido do ponto de vista nacional e internacional não consegue captar investimento, um território que não se afirma nacional e internacionalmente não consegue captar turistas, um território que não se consegue afirmar do ponto de vista nacional e internacional não consegue ter uma posição de primazia e de ser o farol que nós queremos ser do ponto de vista do território onde estamos, e esse é o caminho que vamos continuar a fazer, mesmo que haja pessoas que vão sempre procurar o “ciscozinho”. Nunca tudo estará feito, há sempre espaço para melhorar, aliás, o Senhor Deputado Luís Filipe, Senhor Presidente da Junta, deixou aqui algumas sugestões e as sugestões são sempre muito bem-vindas, há sempre espaço para melhorarmos, como eu costumo dizer, tenho as orelhas grandes exatamente porque tenho capacidade para ouvir, as orelhas grandes também me ajudam a ter uma capacidade auditiva maior se calhar do que quem não as tem tão grandes, e portanto, seguramente que vamos continuar a procurar melhorar e estando atentos aos vários cidadãos que no dia-a-dia nos vão elogiando mas também nos vão apresentando os seus reparos, a democracia é rica por isso, exatamente por todos termos espaço para exprimir as nossas opiniões, agora, como eu sempre disse, quem vier com a crítica e vier por bem é bem-

vindo, quem vier fazer politiquice da minha parte nunca terá resposta.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Terminámos assim o Período de Antes da Ordem do Dia, cumprindo todas as regras regimentais. Agradecia a colaboração de todos, íamos fazer um intervalo de 10 minutos.---

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Íamos então iniciar os trabalhos, pedia a todos que retomassem os seus lugares. Vamos então iniciar o Período da Ordem do Dia, por isso recordar a todos os Membros da Assembleia Municipal a obrigação do cumprimento do disposto na Resolução do Tribunal de Contas nº14/2005, e por isso, íamos iniciar a Ordem de Trabalhos pelo Ponto Número Um, Informação do Senhor Presidente da Câmara de Viseu, e dava a palavra ao Senhor Presidente.-----

----- **VINTE E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Digamos que a minha tarefa neste período de informações já está um pouco aligeirada, portanto, eu irei fazer como habitualmente, até porque tiveram acesso prévio à Informação Escrita, eu portanto, irei referir-me aos pontos que estiverem. Queria só dar uma informação às Senhoras e aos Senhores Deputados, o Senhor Vereador recebeu há cerca de meia hora uma resposta à questão que nós tínhamos colocado sobre a portaria, e o que é dito pelo Instituto ICNF, é que, dos incêndios ocorridos no nosso concelho, que nenhum deles foi classificado como um incêndio de grandes dimensões e por isso não está incluído na portaria que foi aprovada, obviamente que esta é a resposta oficial à questão que nós tínhamos colocado logo que tomámos contacto com a portaria, agora, seguramente que esta intervenção da Assembleia Municipal pode ter aqui um efeito, nós entendemos que pelo menos há um incêndio que podia estar enquadrado aqui, mas para que fique claro, não quis deixar, já que a informação surgiu entretanto, de trazer esta informação à Assembleia Municipal.----- Indo aos temas que trato no Período de Informações, obviamente com disponibilidade para tratar de outros assuntos que as Senhoras e ao Senhores Deputados entendam, o meu primeiro tema era a questão da abertura do ano escolar e todo o investimento feito no parque escolar e em todas as infraestruturas, como já fiz uma intervenção suficientemente alongada sobre o assunto vou poupar os Senhores Deputados de voltar a repetir tudo o que está aqui na minha intervenção, eu passaria digamos que, logo aqui uma boa parte, cinco folhas à frente, continuando no âmbito da informação que está presente aí, gostava de referir a revitalização do Centro Histórico continua de facto a alcançar passos importantes, realçar aqui um aspeto, que é uma âncora muito importante no Centro Histórico, eu tive o gosto de estar na abertura do ano escolar da Escola Profissional Mariana Seixas que já tem um impacto muito positivo o facto de ter havido esta visão e este trabalho em conjunto para que efetivamente a Escola Profissional Mariana Seixas se tivesse localizado na Rua Direita e o nosso programa municipal, o Plano Municipal “Viseu Viva” está a fazer o seu percurso nas suas diferentes vertentes no caso concreto da Mariana Seixas, eu gostava de saudar não só os 400 alunos e colaboradores que agora passaram a ser moradores permanentes do Centro Histórico, mas também deixar aqui uma palavra de apreço em relação à direção da própria escola que nesta colaboração muito estreita com o município permitiu de facto num curto espaço de tempo encontrar uma boa solução e que foi útil também do ponto de vista da procura. É-me dito pela direção da escola, que esta deslocalização também já teve o seu bom reverso do ponto de vista da própria procura e isto é de facto mais uma boa injeção no coração antigo da nossa cidade.-----

Gostava de realçar alguns passos que demos o nosso PEDU Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano que foi aprovado e que foi submetido à aprovação por parte da Autoridade de Gestão neste caso o Centro 2020 está como já sabem globalmente aprovado e estamos agora parcelarmente a apresentar os diferentes projetos. Já aprovámos em Reunião de Câmara a reabilitação das Ruas Soar de Cima e Cónego Martins e do Largo Almeida Moreira e também aprovámos já a Rua das Bocas, portanto dois investimentos

que estão previstos no nosso PEDU e cujos projetos feitos na nossa Sociedade de Reabilitação Urbana, foram já sujeitos à aprovação da parte da Autoridade de Gestão, trata-se por um lado de melhorar a mobilidade destas ruas e praças a sua pedonalização a sua rearborização, a disciplina do automóvel, enfim, investimentos que trarão seguramente mais-valias para o nosso Centro Histórico, estamos a falar nestas duas obras de 1,4 milhões de euros comparticipados em 85 %.

Também do ponto de vista... já depois de eu já ter feito a informação aprovámos também a obra do Orfeão, gostava de realçar o papel simbólico da aprovação desta obra, trata-se de pegar neste edifício do século XIX e reabilitá-lo com a sua alma, portanto, é um projeto novo que desenvolvemos em conjunto com a SRU e também com o nosso grupo de trabalho do Viseu Património, inclusivamente há aqui um aspeto de pormenor que eu ainda há dias realçava que é a valorização do telhado como um elemento valorativo daquele edifício e por um lado o trabalho que está a ser feito, portanto, o Orfeão, e sei que está aqui na primeira fila alguém a quem isto diz muito, e a mim também porque cresci a ouvir os ensaios do Orfeão, o Orfeão será reabilitado na sua pureza, na sua alma, com os seus azulejos com os estuques dos tetos, com o seu salão onde seguramente muitas atividades culturais irão ser desenvolvidas, e com as salas viradas, no fundo fica com dois blocos o edifício ligados entre si mas pode funcionar autonomamente, porque a parte de trás, isto é, a entrada pelo Largo de S. Teotónio irão funcionar as salas de aulas de apoio ao Viseu Educa e também à Universidade Sénior, portanto, o edifício será gerido diariamente pelo município mas integrando estas duas valências e tirando partido também desta lógica intergeracional, portanto, é também mais um passo que damos do ponto de vista da execução do nosso PEDU. Referir também que está a terminar aquele período experimental do Viver o Verão no Centro Histórico sem carros designadamente termos tirado o estacionamento do Adro da Sé, está marcada ainda para esta semana uma reunião em que eu irei fazer a avaliação com a Comissão de Acompanhamento do Centro Histórico onde vamos avaliar os aspetos positivos e negativos desta medida para tomarmos outras que irão vigorar a partir do início do mês, mas quero-vos assegurar já o seguinte, é que não voltaremos a ter estacionamento no Adro da Sé, isso é uma garantia que vos quero dar, vamos manter, das propostas que temos para apresentar, vamos manter aquela praça na pureza em que está atualmente e penso que todos agradecemos que isso assim continue porque efetivamente não encontrei ainda um cidadão que pusesse em causa, mesmo aqueles que achavam que ter ali aquilo para estacionamento era benéfico para o seu negócio, não é benéfico, porque depois também acaba por não ter a beleza no seu máximo esplendor. Também dentro ainda do capítulo do investimento eu gostava também de ocupar alguns minutos a falar sobre as dinâmicas locais nas 25 freguesias do concelho. Gostava por um lado de enfatizar o trabalho que já foi feito ao longo destes 3 anos, desde o PDL à definição das obras nas freguesias, é esta política de disponibilização de materiais que acaba por multiplicar por três, são só já mais de 650 mil euros de investimento em materiais que se multiplicarmos por três podemos ter a razão exata do investimento feito, com uma vantagem, que permite aos Senhores Presidentes de Junta a resposta quase imediata a solicitações de proximidade das pessoas, e este tem sido também o nosso esforço que é de facto o reforço do investimento designadamente nas freguesias para corrigir as assimetrias e melhorar a condição de vida dos cidadãos independentemente do território onde se fixam, e a verdade é que os números apresentados ao fim destes 3 anos, entre 2014 e 2016 foram realizados investimentos superiores a 20 milhões de euros nas freguesias, de projetos que já estão concluídos, de projetos que estão em curso e de concursos que estão neste momento a ser lançados, portanto, quer através dos contratos programa, dos protocolos de delegação de competências, investimentos diretos e também no âmbito dos diferentes domínios, portanto, eu gostava de referir e deixar aqui mais uma vez publicamente o meu agradecimento aos 25 Senhores Presidentes de Junta e às suas equipas pela forma como isto tem corrido, do ponto de vista da transparência, do olhos

nos olhos com que temos lidado e sobretudo nesta preocupação com as pessoas, obras pequenas que muitas vezes marcam a diferença e nós temos conseguido fazê-las, resolver problemas concretos das próprias populações e portanto, vamos continuar a trabalhar nesse domínio e gostava de realçar aqui mais um aspeto, é que estamos a falar de mais de 20 milhões de euros investidos nas freguesias só no investimento feito com as Juntas de freguesia, sem um cêntimo de apoio comunitário, realçar que no passado grande parte destes investimentos eram feitos com comparticipação comunitária, infelizmente neste quadro isso não acontece o que implica um esforço muito maior por parte do nosso município.-----

Sobre a política de impostos designadamente o IMI iremos ter um ponto específico para este efeito, mas não queria deixar de realçar que vamos continuar a manter a taxa mínima que há 3 anos vigora no município e manter também a lógica do apoio às famílias com dois, três ou mais filhos, mas quando chegar ao ponto efetivo da apresentação deste ponto vou desenvolvê-lo e falarei mais aprofundadamente sobre isso não deixando de realçar que acho que há um retrocesso claro nas novas normas, há cidadãos que este ano viram o seu IMI reduzido e para o ano vão ver o seu IMI aumentado, porquê? Por causa do valor fixo de 40 e 70 euros quando o que era praticado era os 15 e 20% de desconto sobre o valor do IMI a pagar, portanto, se isto são políticas amigas das famílias seguramente no meu ponto de vista não o serão. Gostava também de referir que nesta estratégia que temos vindo a seguir o investimento está a ser feito, temos vindo a aproveitar, nós neste momento já temos cerca de... entre o PEDU e a ITI já temos mais ou menos 22 milhões de euros de fundos comunitários assegurados neste quadro comunitário de apoio, fruto do programa apresentado para o Centro Histórico e de diferentes valências que vão desde a educação à área social no âmbito daquilo que é a concertação no âmbito da CIM e estamos a fazer de facto aqui um esforço de alocar naquilo que pudermos fazer com fundos comunitários não vamos fazer com o esforço total do município e esta filosofia, bem como o bom aproveitamento que fizemos também do período de *overbooking* levam a que nós possamos hoje também manter o nosso município com muito boa saúde financeira, o endividamento reduziu 3 milhões de euros, estamos com mais de 10 milhões de euros de disponibilidades o que significa que estamos a assumir compromissos do ponto de vista deste ano e futuros que só é possível assumir porque na Lei dos Compromissos não é possível assumir um compromisso se não soubermos de onde é que vem o dinheiro, de facto o termos disponibilidade financeira e boa saúde financeira permite-nos assumir estes compromissos, para já não falar na vertente da gestão a cobertura das despesas, no caso concreto as nossas receitas correntes, portanto, versos despesas correntes, nós conseguimos ainda canalizar para despesas de investimento 23% das nossas receitas correntes o que significa que também temos vindo a fazer aqui um esforço de contenção de despesa corrente dentro do próprio município, isso é bem visível no relatório do nosso Revisor que apresenta o relatório em relação quer à Autarquia quer em relação às Águas de Viseu. Iria a seguir referir-me à Feira Franca de S. Mateus, vou-vos poupar porque efetivamente já me referi de uma forma aprofundada, mas gostava de realçar mais uma vez que os estudos que fizemos com o Instituto Politécnico sobre estas matérias nos dois primeiros anos ajudaram-nos muito a poder tomar decisões e a perceber que a Feira Franca de S. Mateus representa mais de 40 milhões de euros de negócio ela só por si. Isto permite-nos também ver a importância que ela tem e verificar por exemplo com agrado que este ano aumentaram já o número de pessoas, de empresas presentes na Feira de S. Mateus do concelho, porque a esmagadora maioria das pessoas que vêm à Feira de S. Mateus não são do concelho. Realçar aqui também a questão da autossustentabilidade que é um aspeto extremamente importante da nossa Feira Franca de S. Mateus.-----

Referiria a seguir a presença de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, em visita ao nosso concelho, tivemos o gosto de ter o Senhor Presidente da República na visita a inaugurar a nossa ETAR Viseu Sul, o que no fundo conferiu uma dimensão nacional

justa no fundo ao maior investimento ambiental de sempre do nosso concelho e da nossa região, um investimento que mudará, muito significativamente a eficiência ambiental de Viseu, a despoluição do Rio Pavia e no fundo a melhoria global da nossa qualidade de vida como comunidade. Referir já que a partir de sábado, hoje na reunião do Conselho de Administração das Águas de Viseu, foi deliberado, a partir de sábado começarão a ser possível fazer visitas, qualquer cidadão pode ao sábado com inscrição prévia, visitar, em visitas guiadas de um ou dois grupos mandei também fazer essa comunicação ao Senhor Presidente da Junta para que as populações da própria freguesia possam ter prioridade nesta primeira fase, mas para além das múltiplas solicitações, vai ser possível visitar esta importante infraestrutura e iremos começar já no início do ano escolar outra vez a fazer as visitas dos nossos alunos do 4º ano que sendo esta matéria o ciclo da água que está incluída nas matérias a lecionar na escola é de grande utilidade, no fundo visitarem desde a feitura da água na nossa ETA até à utilização e ao tratamento da água que no fundo a devolve à natureza melhor do que a que nós fomos buscar ao Rio Dão. Portanto, este equipamento é hoje já um modelo, é uma referência, até porque verificamos diariamente pelo conjunto de peritos de diferentes universidades até internacionais, que nos têm pedido para vir visitar esta nova ETAR, e portanto, deixar aqui referido que foi uma boa aplicação de fundos comunitários, ela é uma ETAR preparada para 90 mil pessoas, também vos quero dizer, as ETARs e a estação elevatória estão já desativadas, portanto, nós já desativámos todas as ETARs e estação elevatória que estavam acopladas a este projeto, com o benefício que isto se traduz na melhoria do tratamento de água e também da qualidade ambiental do nosso concelho. Estamos a falar de um investimento superior a 31 milhões de euros financiados por fundos comunitários, mas se olharem para as contas das Águas de Viseu não se refletiu num endividamento das Águas nem de um esforço das próprias Águas de Viseu enfim, por o combate aos ilegais que levámos a cabo. Espero, enfim, como também tenho dito, esta é mais uma das múltiplas iniciativas que este trabalho que também estamos a fazer com os municípios à volta, e junto com o Governo nesta área do ambiente venha a traduzir-se também noutras conquistas.-----

Iria depois referir-me à Festa das Vindimas, já falei sobre ela mas não queria deixar de realçar o enorme êxito que foi esta terceira edição, e por outro lado também realçar, e vi alguns dos Senhores Deputados da oposição e gostei de o ver, na Comemoração do Dia do Município. O Dia do Município autonomizado enquanto o dia em que as populações são convidadas a viver o Dia do Município e não mais como o último dia da Feira de S. Mateus, provou-se bem quer na parte da celebração porque é o Dia de S. Mateus, quer na sessão solene que nós tivemos no Teatro de Viriato com as múltiplas condecorações que foram atribuídas a entidades e a pessoas que se destacaram, quer depois no almoço dos funcionários, lá em baixo na mata do Fontelo e à tarde no concerto de grande qualidade que nos foi oferecido pela nossa Orquestra Juvenil que com dois anos de funcionamento já prova bem a qualidade que tem numa ação conjunta com a Infantuna, portanto, acabou por ser um momento muito alto, e às 6 da tarde inaugurámos a nossa Festa das Vindimas com toda a oferta que incorpora e portanto, no fundo contribuindo para que Viseu se assuma cada vez mais como cidade vinhateira e contribua para esta região, para a sua identidade, para a sua vertente cultural e também para o incremento do turismo, e portanto, um programa rico com o envolvimento que já há bocado referi. Falávamos há bocado também de incêndios, referir que está em consulta pública, o melhor contributo que os Senhores Deputados podem fazer é contribuir para a consulta pública, desafio o Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Viseu está em consulta pública, nós aguardamos com expectativa os contributos que nos vai fazer chegar para que ele seja efetivamente um programa colado à realidade e acionado nos momentos que tem que ser e com isto nós concluiremos, digamos que, o dotar o nosso concelho dos instrumentos absolutamente necessários, iremos também agora fazer a primeira reunião prática, porque já houve uma primeira do Conselho Municipal

de Proteção Civil onde também iremos fazer a discussão do Plano de Emergência da Proteção Civil, e portanto, na tal lógica da preparação da prevenção dos riscos, enfim, de tudo aquilo que é necessário fazer antes de depois passaram aquelas imagens que não gostamos de ver na televisão, aliás, deixem-me fazer um parentese, acho mesmo, sem limitar a comunicação social, é excessiva a cobertura dos incêndios que se faz nas nossas televisões, e não se isso às vezes não terá um impacto direto em determinado tipo de populações, acho que esta é uma reflexão... eu recordo-me de estar na Assembleia da República e fazermos uma reunião de emergência num dos piores anos de incêndios, e na altura por modo próprio, os próprios órgãos de comunicação social passaram a não emitir imagens dos incêndios que estavam a perpassar pelo país, dando toda a informação relevante que era importante dar. Não sei se não será também um aspeto a ponderar, não é limitar a liberdade de imprensa, mas acho que é excessivo passar-se por exemplo uma tarde inteira a fazer diretos, como se fosse quase um *reality show* na própria televisão, enfim, é uma avaliação que deixo em relação a esta questão. Portanto, eu espero que efetivamente este nosso programa tenha uma adesão muito forte à realidade e que seja um instrumento robusto do ponto de vista do nosso trabalho. No âmbito também do que temos procurado fazer, no âmbito de casar a nossa Democracia Representativa com a nossa Democracia Participativa aderimos também, passámos a ser membro efetivo do Observatório Internacional da Democracia Participativa, traduz aqui um processo também de amadurecimento do Município nestes mecanismos participativos e visa a sua promoção sustentada. Trata-se da adesão a uma rede mundial que integra entidades, organizações, centros de investigação, universidades, governos locais e regionais, e promove a troca de experiências e partilhas no campo da democracia participativa. Portanto, Viseu junta-se assim às mais de 800 cidades que no mundo fazem parte desta grande rede e portanto, não queria deixar de o realçar aqui porque é com os outros também que vamos aprendendo, e também é com os outros que vamos partilhando as nossas experiências porque enfim, numa reunião em que eu participei verifiquei quão à frente nós também estamos, por exemplo o Orçamento Participativo em Espanha ainda não existe, está a começar agora a dar os seus primeiros passos, e ao participar numa reunião com os municípios espanhóis que levou a apresentarmos a nossa experiência e outros municípios que apresentaram a sua experiência, e já há neste momento municípios espanhóis a começarem a implantar também o Orçamento Participativo, portanto, esta é uma forma de todos trabalharmos para o mesmo objetivo, porque, podem não concordar, mas eu acho que a democracia participativa só está completa, ou melhor, a democracia representativa só está completa quando nós chamamos os cidadãos a uma participação mais ativa na construção da vida da comunidade que não seja só votarem de 4 em 4 anos, este tem sido o grande esforço que nós temos feito de nos vários conselhos que temos a funcionar, até ao diálogo permanente que mantemos com os cidadãos, ouvirmos a comunidade e levarmos a comunidade a participar cada vez mais, no fundo a construção, as opções que fazemos diariamente, são opções que obviamente em última análise são decididas pelo Executivo Municipal, mas que devem ser sempre preparadas da audição e com os contributos daqueles que efetivamente vêm por bem e que querem dar os seus contributos. Portanto, aligeirei assim este período das informações e obviamente que estou à disposição Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados para qualquer esclarecimento que pretendam, darei com agrado. Obrigado.-----

TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU À ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU EM 26 DE SETEMBRO DE 2016.-----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----

Exmos. Senhores Deputados,-----

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, venho apresentar a informação escrita acerca da atividade e da situação

financeira, acompanhada das matérias referidas no nº4 do art.º 35º, do mesmo diploma legal.-----

1. O desígnio de fazer do concelho de Viseu “A Melhor Cidade para Viver” defende-se num investimento continuado, reformista e persistente, como também na promoção das condições futuras de desenvolvimento local, de realização coletiva e individual, tendo por base as gerações próximas. O principal pilar desse objetivo é o da qualificação das condições de educação, ensino e formação das nossas crianças e jovens.-----

No momento em que presto a presente informação à Assembleia Municipal, no cumprimento das obrigações que me estão cometidas, inicia-se um novo ano letivo que é simbólica e historicamente marcado pela apresentação pública dos projetos de requalificação da Escola Básica 2/3 Grão Vasco e da Escola Secundária de Viriato, realizados por iniciativa municipal.-----

Há muitos anos, décadas mesmo, que a comunidade escolar e educativa de Viseu espera e reclama do Estado Central as intervenções de reabilitação destes equipamentos e dos seus espaços envolventes, que os devolvam ao padrão de qualidade que define Viseu e a prioridade que damos coletivamente à educação no concelho. Essa resposta e esse tempo chegaram e são os nossos. Os projetos de requalificação destas importantes escolas do concelho, que beneficiarão quase 2000 alunos e algumas centenas de professores e auxiliares educativos, estão prontos por iniciativa municipal. O passo que se segue é o do lançamento de concursos públicos para a execução dos trabalhos, que será também responsabilidade do Município assegurar.-----

As obras de requalificação deverão, assim, iniciar-se ainda em 2017, respeitando a necessidade de manter as escolas em funcionamento durante os períodos letivos, mas o que mais importa é que a sua realização, há tanto tempo adiada como coletivamente desejada, tornou-se agora irreversível. A decadência destas duas escolas emblemáticas de Viseu fará parte do passado. Esperamos que os fundos comunitários não se atrasem e que o Estado Central cumpra as suas responsabilidades no acordo protocolado e na política nacional que vier a ser definida para o cofinanciamento de equipamentos sua propriedade. Juntas, as intervenções representam um investimento de quase dois milhões de euros. Dos fundos comunitários do PORTUGAL 2020 espera-se uma comparticipação de perto de 1,6 milhões de euros.-----

Este investimento permitirá dar não apenas uma “cara nova” às escolas como, sobretudo, melhorar substancialmente as condições gerais do seu funcionamento, de aprendizagem e trabalho, qualificar o comportamento energético e ambiental e realizar um progresso positivo na acessibilidade de crianças e adultos com mobilidade reduzida. As infraestruturas de águas serão também substituídas ou remodeladas.-----

Mas nem só projetos e planos fazem o arranque do ano escolar. Brevemente estará concluída a intervenção de requalificação geral da Escola Básica da Ribeira – intervenção que pusemos em marcha ao longo dos últimos três anos, numa lógica de qualificação progressiva e gradual – das coberturas às caixilharias e janelas, da entrada aos recreios –, num esforço financeiro distribuído que ascende a meio milhão de euros.-----

Neste arranque do novo ano escolar, a Câmara Municipal orgulha-se ainda de confirmar o cumprimento do seu compromisso público de erradicação das coberturas com presença de amianto da rede escolar municipal. Este dado constitui uma conquista de segurança para a comunidade escolar e é a consequência de um investimento organizado nos estabelecimentos da rede municipal. No último ano foram intervencionadas oito escolas para erradicação deste tipo de coberturas, que representam uma comunidade de 581 alunos e um financiamento 100% municipal na ordem dos 300 mil euros. Na lista de equipamentos beneficiados encontram-se as escolas da Ribeira, Povolide, Tondelinha de Orgens, Vila Chã de Sá, Póvoa de Abraveses e São João de Lourosa, Zonho e Carragosela (estes dois desativadas). No âmbito desta intervenção está ainda incluída a requalificação do Pavilhão Desportivo da Escola Secundária de Viriato, empreendida em 2015. Este plano de erradicação das

coberturas com amianto permite-nos dispor hoje de uma rede escolar municipal mais qualificada e mais segura para quem aí estuda ou trabalha.-----

Mas também ao nível das condições de ensino estão a ser dados passos importantes. Em curso está uma operação de modernização e equipamento informáticos das escolas da rede municipal, com 150 novos computadores e monitores, e respetivo software. O investimento ascende a perto de 100 mil euros e, no total, são beneficiadas mais de 3300 crianças.-----

O Município renovou também em 2016/2017 a oferta do kit escolar “Viseu Educa” a todas as crianças que frequentem o ensino básico na rede municipal. A medida está incluída no pacote municipal de medidas de estímulo à natalidade e visa auxiliar o encargo das famílias no esforço de educação dos filhos, sobretudo no início do ano letivo. Anualmente o Município investe 2 milhões de euros em apoios sociais no âmbito escolar, nas componentes de ação social escolar, bolsas de estudo, refeições, transportes, incluindo circuitos especiais e transporte adaptado. E no cômputo financeiro global, o Município alocou ao longo dos últimos três anos mais de 14 milhões de euros no setor da Educação.-----

Através do programa “VISEU EDUCA” estamos a construir uma comunidade educativa mais qualificada e preparada, mais inclusiva e solidária, e também com oportunidades de formação mais diversificadas.-----

2. A revitalização do Centro Histórico de Viseu continua a alcançar passos importantes no seu curso. Depois dos recordes históricos registados na dinâmica de reabilitação de edifícios privados e de transação da propriedade de imóveis envelhecidos ou em situação de abandono no coração antigo da cidade, assinalados com detalhe nos meus últimos relatórios, as últimas semanas testemunham mais uma conquista estruturante inscrita no Plano Municipal “Viseu Viva”: a transferência da Escola Profissional Mariana Seixas para a rua Direita, no antigo Solar dos Condes do Treixedo. Este acontecimento configura um marco no processo de revitalização social e económica do Centro Histórico e, especialmente, da emblemática rua Direita, que merece aqui ser assinalado.-----

A Escola Profissional Mariana Seixas é hoje a nova âncora do centro histórico de Viseu e os seus 400 alunos e colaboradores são o novo pulmão da rua Direita. A decadência desta artéria tem nesta âncora um forte travão – ou melhor uma inversão de marcha. No Município, incubámos, alimentámos e apadrinhámos esta mudança porque acreditamos que o Centro Histórico pode ser um sítio atrativo para viver, estudar, trabalhar e investir, desde que se criem as condições. E felizmente foram criadas.-----

A época de ouro da rua Direita está a deixar de ser uma memória do passado e a voltar a ser uma realidade nos nossos dias. Os 350 jovens que passaram já a estudar aqui, e parte deles também a viver, são uma injeção de vida no coração antigo da cidade, geradora de novas dinâmicas e novas necessidades, e aceleradora de oportunidades e valor no comércio local, na habitação, nas dinâmicas culturais, criativas e empreendedoras.-----

Prosseguimos todavia com novos passos importantes de regeneração do Centro Histórico, da sua qualificação ambiental, da sua valorização social e económica e da sua reintegração urbana. São os casos dos projetos de reabilitação das ruas Soar de Cima e Cónego Martins e do largo Almeida Moreira e da rua das Bocas, inscritas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) candidatado e aprovado no PORTUGAL 2020.-----

Não nos embarçámos com este desígnio nem perdemos tempo após a aprovação do PEDU do Município. Os projetos foram desenvolvidos e aprovados já este verão pela Câmara Municipal e seguem os próximos passos de submissão ao PORTUGAL 2020 e concursais para a execução das obras.-----

A valorização da acessibilidade e mobilidade das ruas e das praças como local de encontro, a pedonalização e rearboreção, a disciplina do automóvel e do estacionamento e a modernização da infraestruturação de telecomunicações, eletricidade e águas são alguns dos principais objetivos da intervenção, que visam restituir a plenitude da sua atratividade para residentes, investidores e visitantes.-----

No total, estas obras representam um investimento de 1,4 milhões de euros, que serão cofinanciados pelos fundos estruturais a uma taxa de 85%.-----

3. A qualificação ambiental e a promoção da atratividade social, económica e turística do Centro Histórico continua a reclamar uma política integrada, material e imaterial, feita de equilíbrios dos vários interesses em presença, mas que não recuse as necessidades de progresso e reforma em nome do bem-estar de residentes e visitantes, da valorização do património cultural e da defesa do padrão de qualidade de vida para todos neste núcleo histórico da cidade de Viseu.-----

Neste sentido, a Câmara promove, de 1 de julho a 30 de setembro, a campanha experimental “Viver o Verão no Centro Histórico sem carros”, na qual se oferecem e promovem, numa ótica de pedagogia ambiental urbana positiva, alternativas de uso automóvel e de estacionamento, convidando viseenses e turistas a utilizar transportes públicos ou de mobilidade suave e a deixar o carro aparcado na envolvente junto do casco histórico.-----

Nesta campanha, cujos resultados serão agora ponderados na ótica da sua renovação ou ajustamento, são não apenas divulgados os vários parques e lugares de estacionamento na envolvente do Centro Histórico (num total de quase 2500 lugares), como disponibilizado um aparcamento low-cost num dos parques existentes, com 326 lugares e a um preço de 1 EUR por cada 4 horas, e um serviço gratuito de shuttle elétrico, que liga os principais parques de estacionamento ao Rossio e ao Centro Histórico, todos os dias, entre as 19 horas e as 02 horas, de forma contínua. As suas paragens são flexíveis ao longo do percurso.-----

4. A revitalização do Centro Histórico constitui, todavia, apenas uma das faces da política de coesão e desenvolvimento territorial do Programa de Governo Municipal “Viseu Primeiro”. O seu desígnio passa ainda, e de forma estruturante, por um acompanhamento e valorização das dinâmicas locais nas 25 freguesias do concelho e por um reforço do investimento nos seus diferentes territórios, quer na ótica da correção de assimetrias de condições de vida e atratividade, quer ainda na lógica da promoção dos seus fatores territoriais, sociais, económicos, culturais ou ambientais mais distintivos. É também essa visão que a Câmara Municipal se tem empenhado em realizar, numa cooperação estratégica e de proximidade com as Freguesias e os seus autarcas.-----

Importa pois assinalar, nesta sede, que nos últimos três anos, entre 2014 e 2016, foram realizados investimentos superiores a 20 milhões de euros ao abrigo do programa “VISEU LOCAL”, ora no âmbito de contratos-programa com as Freguesias, ora no quadro de protocolos de delegação de competências, ora ainda na execução de investimentos de relevância local em domínios estratégicos como o Ambiente, a Mobilidade, o Urbanismo ou a Qualidade de Vida, com a dotação de serviços coletivos à população.-----

Este valor merece ser assinalado pois traduz o mais elevado investimento local realizado pelo Município nas últimas décadas no concelho, apesar de um ciclo de quebra de receitas (nomeadamente de IMI) e de uma diminuição do orçamento municipal global (designadamente por via de uma fase de paragem dos fundos comunitários).-----

5. Seguindo uma política fiscal com sensibilidade social e amiga da natalidade e das famílias mais numerosas, a Câmara Municipal revalidou já em Setembro a sua proposta a esta Assembleia no sentido de ser mantida a taxa mínima de IMI para o ano 2016 (a liquidar em 2017) no Município de Viseu, ou seja, de 0,3%, assim como a sua proposta de redução deste imposto para famílias com dois, três ou mais filhos. As propostas conheceram a unanimidade da Câmara, traduzindo um consenso positivo em torno dos seus objetivos.-----

No âmbito desta decisão, e considerando nas atuais normas da Lei do Orçamento de Estado, as famílias com casa própria verão reduzida o seu IMI em 2017, em 40 euros para os casos de 2 dependentes e em 70 euros nos casos de 3 ou mais dependentes.-----

Assim, e apesar das normas nacionais em sede do Orçamento de Estado terem passado a limitar a dedução do “IMI Familiar” a 40 e 70 euros, reduzindo desta forma a vantagem financeira para muitas famílias com filhos do concelho, com estas iniciativas, o Município de

Viseu contribui de forma ativa para aumentar o rendimento social disponível para todas as famílias com habitação própria e permanente no concelho.-----

6. Sem prejuízo do incremento do investimento municipal no atual ciclo, registado nas políticas territoriais para as Freguesias e o Centro Histórico, na estratégia de coesão e desenvolvimento social baseada nos pilares da Educação, do Desporto e da Cultura, e numa política fiscal mais inclusiva, socialmente justa e amiga das famílias e da natalidade, as contas do Município continuaram a melhorar a sua sustentabilidade e solidez. Comparativamente a 2013, o endividamento municipal reduziu-se em quase 3 milhões de euros e as disponibilidades financeiras cresceram 10 milhões de euros, registando um salto global em terreno positivo de 20 para 30 milhões de euros.-----

Estes números traduzem uma política orçamental de rigor e eficácia no Município de Viseu, sem prejuízo do lançamento de um novo ciclo de políticas de fomento económico, desenvolvimento social e cultural, de regeneração urbana e reforma do modelo de governação, segundo princípios sustentados de democracia participativa e transparência administrativa e financeira.-----

Também ao nível da política de despesas correntes, o Município apresenta um saldo positivo. A cobertura destas despesas por receita corrente é hoje de 123%, apesar da redução de receita fiscal registada.-----

7. A edição 624 da Feira de São Mateus, realizada entre 5 de Agosto e 11 de Setembro, assinalou um êxito notável e histórico, registando um recorde de visitas – 1 milhão – desde que o certame dispõe de contagens mecânicas e eletrónicas. Este facto, pelo seu significado social, económico, histórico e cultural para Viseu, merece ser aqui refletido. A Feira de São Mateus é o maior evento de Viseu, com maior reconhecimento, reputação e longevidade, e com o maior impacto turístico e económico de toda a região.-----

O sucesso de públicos locais, regionais e nacionais, a elevada satisfação registada por expositores e visitantes, e a notoriedade pública alcançada pelo evento e pela cidade, refletem a aposta estratégica assumida pelo Município na revitalização e modernização do certame, ao longo dos últimos dois anos e concretizada de forma plena nesta edição.-----

Este milhão de visitas são uma consequência e um prémio desta aposta consciente e oportuna na regeneração da mais antiga feira franca viva da Península Ibérica e um marco na procura da sua excelência em termos nacionais, num contexto de inovação e autossustentabilidade. A Feira de São Mateus é uma realidade histórica, social, cultural e económica, geradora de riqueza e emprego no concelho e na região, financeiramente sustentável e cuja realização não onera contribuintes e munícipes.-----

A organização da Feira de Viseu esteve pela primeira vez a cargo da associação Viseu Marca, criada por impulso do Município e da Associação Empresarial da Região de Viseu. Esta organização soube gerar um salto qualitativo e de criatividade na programação, nas arquiteturas interiores, na gestão de bilheteiras, no acolhimento de visitantes e na comunicação interna e externa, entre outros parâmetros, que sustentou o sucesso e a renovação de públicos ao longo do evento.-----

8. No mês de Agosto um outro facto histórico marcou o concelho: a inauguração, por Sua Excelência o Presidente da República, da ETAR VISEU SUL. Este ato conferiu uma dimensão nacional justa ao maior investimento ambiental de sempre do nosso concelho e da nossa região. Um investimento que mudará, muito significativamente a eficiência ambiental de Viseu, a despoluição do rio Pavia e a melhoria global da nossa qualidade de vida como comunidade.-----

Este equipamento é já hoje um modelo e uma referência ambiental no país. A ETAR VISEU SUL constitui a mais inovadora e sofisticada solução de tratamento de águas residuais disponível no país, à sua dimensão, permitindo devolver aos rios uma água mais pura do que aquela que é captada nas bacias para tratamento. Acrescenta um tratamento terciário, altamente rigoroso, com recurso às melhores técnicas e à nanotecnologia.-----

Este equipamento é também a demonstração de um modelo ambiental feito e gerido no Interior, com a capacidade técnica da Águas de Viseu – Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento, e um exemplo da boa e eficiente aplicação de quase 32 milhões de euros de fundos estruturais do QREN.-----

Neste ato inaugural, não deixei de exprimir aos membros do Governo presentes a nossa expectativa em alcançarmos na região um financiamento justo e oportuno dos fundos comunitários para o desenvolvimento do ciclo urbano da água, e especialmente para a construção da barragem da Maeira, no concelho de Viseu.-----

9. No momento em que se realiza esta Assembleia ter-se-á já cumprido o Dia do Município de Viseu, com as homenagens a viseenses e instituições locais de mérito relevante, encontros com representantes da nossa comunidade da diáspora, e a realização da Festa das Vindimas de Viseu, já na sua terceira edição e com um programa renovado e reforçado, entre território urbano e território rural.-----

O Dia do Município adquiriu já uma marca própria na sua realidade institucional e na vivência coletiva. É por outro lado uma data com expressão nos nossos visitantes pela incorporação de um evento identitário, cultural e turístico relevante. A Festa das Vindimas propõe, nesta sua terceira edição, a residentes e turistas, um programa mais rico que franqueia um vaivém enocultural entre o Centro Histórico da cidade vinhateira e 15 quintas do Dão que se associam à iniciativa.-----

O cartaz cultural chamou os “filhos da terra” DARKO e Samuel Úria e traz ao centro histórico a última das representações do espetáculo “Viver Viriato”, produzida pela Trigo Limpo Teatro ACERT em cooperação com a generalidade dos agentes artísticos e criativos de Viseu, entre os quais se contam a associação cultural Zunzum, o Teatro Viriato, o Grupo Tribal, o Cine Clube de Viseu, o Conservatório Regional de Música de Viseu ou Teatro Montemuro.-----

10. A Câmara Municipal tem em curso até 12 de Outubro a consulta pública da proposta do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Viseu (PMEPCV). Este importante documento visa qualificar o planeamento, a coordenação e a atuação das ações de socorro em situações críticas de emergência, no nosso concelho, assim como da mobilização nesses casos de recursos materiais e humanos disponíveis.-----

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Viseu é assim um instrumento de apoio ao Serviço Municipal de Proteção Civil de Viseu, que define medidas, procedimentos, normas e competências em situações de emergência excecional. O documento determina ainda procedimentos e métodos de atuação com vista a assegurar a cooperação eficiente de todas as entidades envolvidas, sejam membros da Proteção Civil ou outros organismos, serviços e estruturas públicas e privadas.-----

A suportar tecnicamente o Plano foi desenvolvido um estudo prévio dos riscos com maior probabilidade de ocorrência no concelho. Entre os principais riscos, destacam-se os incêndios florestais e incidentes por causas naturais, como ondas de calor e vagas de frio, acidentes rodoviários ou colapsos de túneis, pontes e outras infraestruturas.-----

No âmbito deste Plano Municipal de Emergência está considerado o projeto-base de construção do novo Quartel dos Bombeiros Municipais, no Aeródromo Gonçalves Lobato. Futuramente, a infraestrutura aeroportuária deverá receber parte significativa dos serviços e instituições de Proteção Civil, contribuindo para a interoperabilidade das forças de socorro.--

Durante um mês os munícipes são formalmente convidados a conhecer e a apresentar sugestões e observações à proposta, que poderá ser consultada online, no site municipal, ou presencialmente, no atendimento da Câmara.-----

11. Por iniciativa da Câmara Municipal, o Município de Viseu tornou-se, a partir deste verão, um membro efetivo do Observatório Internacional da Democracia Participativa (OIDP). Este passo traduz o processo de amadurecimento do Município nos mecanismos participativos e visa a sua promoção sustentada.-----

O Observatório Internacional da Democracia Participativa é uma rede mundial que integra entidades, organizações, centros de investigação, universidades, governos locais e regionais, e promove a troca de experiências e partilhas no campo da democracia participativa. Viseu junta-se assim às mais de 800 cidades mundiais que constituem esta rede de intercâmbio de experiências de democracia participativa e é uma das cerca de 450 entidades membro na vertente de governos locais ou regionais.-----

Esta rede nasceu em 2001, no âmbito dos Projetos de Cooperação Descentralizada do Programa URB-AL, da Comissão Europeia e, desde 2006, atua em estreita colaboração com a organização Cidades e Governos Locais Unidos.-----
(Anexo 1, página 569).-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Como já é do conhecimento também geral, independentemente deste resumo feito, a informação municipal já foi previamente distribuída a todos, o documento todo fará parte integrante da Ata da Assembleia. Iremos então perguntar aos Senhores Deputados, quem quer intervir? Deputado Alberto Ascensão.-----

----- **VINTE E OITO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Senhor Presidente da Mesa, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Público presente, Senhores representantes da Comunicação Social. Não consigo falar de Proteção Civil, e é sobre isso que pretendo aqui dar o meu testemunho, a minha opinião e o meu humilde contributo, sem lembrar os fogos florestais que nos últimos meses, até há não muitos dias devoraram uma boa parte do nosso património florestal.-----

De facto, as Freguesias de Bodiosa, de Coutos de Viseu e União das Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita terão sido das mais fustigadas pelos incêndios durante os meses de julho e agosto passados.-----

Quase ininterruptamente, durante cerca de dois meses, estas freguesias, particularmente a de Coutos de Viseu conjuntamente com a União das Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita, cuja realidade melhor conheço por aí ter assistido a alguns episódios de pavor e de pânico, viveram em constante sobressalto, receando essencialmente pelos seus bens.-----

Os Bombeiros foram inexcedíveis no esforço de procurar estar em todo o lado onde o seu socorro se mostrava mais importante e urgente.-----

Os Bombeiros e os habitantes das povoações mais rondadas pelos incêndios, conseguiram fazer com que não se lamente a perda de vidas ou de habitações de famílias.-----

Lamentavelmente e apesar do longo período de tempo por que os incêndios perduraram, não há notícia de por lá se ter notado a presença de quem quer que seja do executivo municipal.-----

Talvez as festas, romarias, cerimónias e outros eventos do município, lhes não tenham deixado qualquer possibilidade de agenda para levar uma palavra de conforto às pessoas atingidas e de incentivo aos Bombeiros Voluntários de Viseu e dos concelhos vizinhos, bem como aos Municipais.-----

Ao que sabemos, toda a estratégia de proteção civil no terreno - no teatro de operações, como agora se diz – para combate aos incêndios, foi a implementada pelos comandos dos Bombeiros Voluntários, que por parte do Município contou com colaboração de um Estagiário.-----

Devemos relevar o empenho e esforço com que esse Estagiário, na falta de Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, procurou colaborar com as forças que se encontravam a operar no terreno.-----

Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil que, como se lembrarão, por diversas vezes, ao longo deste mandato, aqui questionámos, ao que o Sr. Presidente, assobiando para o lado, nos foi respondendo que estava a ser devidamente tratado.-----

Lamentamos que o Sr. Presidente do Município nos não tenha ouvido para que o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil fosse devida e atempadamente elaborado e, quiçá, testado, por forma a que sua falta não tivesse sido notada e sobretudo sentida nos incêndios de que o concelho foi vítima nos meses de julho e agosto.-----

Segundo pensamos saber, em circunstâncias como as que se verificaram nos incêndios deste Verão, que trouxeram ao nosso concelho corpos de bombeiros voluntários de diversos concelhos das redondezas, compete ao Comando do Corpo de Bombeiros Municipais assumir as responsabilidades das operações no terreno.-----

Ao que sabemos e ao que constatámos, não consta que isso se tenha verificado, nem há notícias de que o Sr. Comandante por lá tenha sido visto em funções operacionais, o que faz crer que a Câmara Municipal, também neste aspeto, não tenha assumido as suas responsabilidades, no mínimo exigindo as que são devidas a quem comanda os bombeiros que integram os quadros municipais.-----

Talvez isto se perceba pelo facto antes apontado, da inexistência do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil devidamente aprovado e pronto a ser posto em prática se necessário, como foi o caso, segundo pensamos.-----

E não nos estamos a referir ao Bombeiros Municipais no seu todo, pois os homens que combateram os incêndios ao lado dos Voluntários, merecem as mesmas referências que a estes são devidas e justas.-----

Portanto, Sr. Presidente, se não por outro motivo e já que, aparentemente, não costuma dar atenção ao que, desta bancada, lhe propomos e recomendamos, se não por outro motivo, como lhe dizia, tenha em atenção o que o Sr. Presidente da República afirmou a propósito dos fogos florestais e da forma da sua prevenção.-----

Sabido que é, como consta aliás da informação do Sr. Presidente da Câmara que, finalmente, com alguns anos de atraso e correndo atrás dos fogos florestais, se encontra em discussão pública até ao próximo dia 12 de Outubro, o projeto de Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, permitimo-nos recomendar que se dê especial atenção à prevenção, de que tanto aqui se tem falado, mas sobre a qual se não vê qualquer preocupação.-----

E, será com o PMEPC devidamente acabado e pronto a pôr em prática se necessário, conjugado com a prevenção que o deve preceder na ação de combate, que os Viseenses, particularmente os que vivem no meio rural do nosso concelho, se sentirão mais seguros e confiantes quando a próxima época de incêndios se desencadear na Primavera e no Verão. Não nos esqueçamos que, a deflagração de incêndios florestais e o esforço de quantos intervêm no seu combate, tantas vezes com risco da própria vida, será tão menos quanto maior for a sua prevenção.-----

Queremos aqui deixar o nosso público apreço e a nossa homenagem a todas e todos os Bombeiros, bem como aos demais agentes que com eles colaboraram no terreno, desde os Sapadores aos operadores de meios aéreos, passando pelas diversas formas de intervenção de forças da GNR até às Juntas de Freguesia, pelo esforço e empenho com que enfrentaram os fogos florestais deste ano, particularmente nas freguesias de Bodiosa, Coutos de Viseu e União das Freguesias de Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita, honrando o seu lema “Vida por Vida” e conseguindo que não haja a lamentar perdas de vidas ou de habitações de famílias como dizia à pouco.-----

Sr. Presidente, na decorrência deste assunto, não quero deixar de me referir a um outro, sobre o qual o Sr. Presidente se pronunciou e que, no âmbito da proteção civil, não é de menor importância.-----

Refiro-me ao quartel dos Bombeiros Municipais que, segundo consta da informação que nos é apresentada, deverá ser edificado de raiz, no aeródromo municipal, essencialmente por duas razões:-----

- Primeira – Porque o atual quartel não dispõe de camaratas e demais condições que permitam incluir pessoas dos dois géneros no corpo de bombeiros;-----

- Segundo – Porque o Aeródromo Municipal, para continuar a manter a carreira aérea de que dispõe, ligando Viseu a Vila Real e Bragança para Norte e a Lisboa e Faro para Sul, tem necessariamente que ali manter uma equipa de bombeiros, logo, nada melhor, como se depreende das suas palavras, do que ali edificar esse quartel, mantendo um piquete no atual, entendendo que também ali poderiam vir a ser instalados outras valências da Proteção Civil.-----

E pronto, assunto resolvido.-----

Sr. Presidente, parece-me evidente que se esqueceu de consultar os seus assessores para a proteção civil (ou lhe falta um conselho consultivo para essa área), antes de ser tomada decisão sobre o quartel dos Bombeiros Municipais.-----

De facto, o atual quartel dos Bombeiros Municipais não está preparado para um corpo de bombeiros com pessoas dos dois géneros mas, será que não existe espaço naquelas instalações que, com obras de adaptação, possa dar resposta capaz e com dignidade a essa necessidade?-----

Porque não se suprime o salão existente no atual quartel, adaptando-o por forma a que as instalações operacionais possam dar satisfação à necessidade de o corpo de bombeiros integrar pessoas dos dois géneros?-----

Mesmo que apenas para ali manter um piquete de prevenção, como o Sr. Presidente afirma, sempre haverá necessidade de obras, pois não nos parece que tais piquetes possam ser constituídos por apenas um dos géneros invariavelmente.-----

Quanto a um novo quartel, a construir junto do Aeródromo, para além do que já ficou dito, parece-nos que se trataria de um disparate. -----

Senão Vejamos:-----

Os Bombeiros Voluntários de Viseu encontram-se situados a Norte de Viseu, a cerca de seis ou sete minutos da cidade, com possibilidade de saída rápida através do antigo IP5, que facilita o encaminhamento para qualquer ponto do concelho.-----

Um novo quartel dos Bombeiros Municipais localizado no Aeródromo Municipal ficaria, tal como o dos Bombeiro Voluntários, também a Norte da cidade, a cerca de 12 quilómetros de distância e com vias de acesso que, pela sua qualidade e pelo trânsito que normalmente comportam, comprometeriam a rapidez e a facilidade de saída para a prestação de socorro, na cidade ou em outro qualquer ponto da sua área de ação.-----

Pessoas entendidas na matéria, que ouvimos, defendem que, com dois corpos de bombeiros, estando um localizado fora da cidade, o outro deveria ficar mais próximo ou dentro do perímetro urbano, como se verifica atualmente.-----

Se se pretende juntar num mesmo local todas as entidades e forças relacionadas com a proteção civil, não falta espaço para isso junto ao quartel dos Bombeiros Voluntários e, ao que é público, não será esta instituição que dificultará essa hipótese, que até tem muita área disponível.-----

A equipa de bombeiros necessária no aeródromo para prestar assistência à carreira aérea, não justifica, só por si, que a Câmara Municipal ali edifique um novo quartel.-----

Aliás, ao que sabemos, os Bombeiros Voluntários poderiam, se a Câmara Municipal nisso se empenhasse, também colaborar nesse serviço.-----

Senhor Presidente, há quem defenda a existência de um único corpo de bombeiros – misto – composto por profissionais e voluntários, que a legislação contempla e regula.-----

Neste caso, com um comando profissionalizado, que não deixasse lacunas como as que se verificaram, por parte desta competência dos Bombeiros Municipais, nos incêndios do Verão deste ano.-----

Ainda que se não pense numa fusão a curto prazo, uma vez que se trata de um assunto que se encontra na ordem do dia pela mão de quem sabe da matéria e porque ninguém é senhor absoluto da verdade, pensamos que vale a pena não perder a oportunidade de o pensar e discutir com as partes interessadas, envolvidas ou a envolver, de forma aberta, abrangente e sem preconceitos.-----

A menos que se pretenda, de facto e sem mais (sabe-se lá porquê ou para quê!...), retirar o quartel do Bombeiros Municipais do local onde se encontra, enquanto se não chegasse a uma conclusão assente em opiniões que lhe dessem fundamento sólido, devia a Câmara Municipal resolver o problema das obras de adaptação do quartel atual, por forma a poder incorporar pessoas dos dois géneros no Corpo de Bombeiros Municipais e:-----

1 – Completar o quadro de pessoal do corpo de bombeiros municipais, cujo efetivo atual é de cerca de metade do previsto no respetivo quadro, manifestamente insuficiente para as necessidades sentidas no concelho.-----

2 – Atualizar e adequar o parque auto ao corpo de bombeiros, em função das carências de socorro que os Bombeiros Municipais prestam e do seu quadro de pessoal.-----

Sr. Presidente, aproveite a oportunidade para procurar “*unir para reinar*”, - como afirmou um responsável duma instituição detentora de um corpo de bombeiros a órgão de comunicação local -, se vier a ser, como é óbvio, se vier a ser essa a opinião dominante de quem sabe da matéria. Tenho dito. Muito obrigado-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Baila Antunes.-----

----- VINTE E NOVE – O SENHOR DEPUTADO PEDRO AGOSTINHO DA SILVA BAILA MADEIRA ANTUNES (PS): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, Excelentíssima Mesa, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Excelentíssimos Senhores Deputados, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta, Excelentíssimo Público presente, Excelentíssimos Senhores Jornalistas. Antes de fazer a minha intervenção queria aqui proferir dois elogios, um desde logo à Câmara Municipal de Viseu e à Viseu Marca, enfim, reiterando as palavras do Senhor Presidente de Junta de Ranhados, relativamente ao bom progresso que a Feira de S. Mateus tem tido, mas já agora e aproveitando também as quatro propostas que fez, eu também tinha aqui três propostas, uma era relativamente à frequência da Feira pela faixa juvenil dos 15 a 25 anos, que atualmente não é muito grande essa frequência, no nosso tempo todos gostávamos de ir à Feira, íamos lá quase todos os dias no final de férias, jogar matraquilhos, etc., etc., e atualmente a Feira deixou de ser atrativa para este público-alvo, exceção feita aos concertos pontualmente, mas idas continuadas não tem sido assim tanto. Eu por exemplo tenho dois filhos nessa faixa etária e desculpem a crueza da linguagem juvenil que dizem que ninguém... da malta... vai à feira é para “velhos e putos com os papás”, e portanto, acho que era interessante atrair mais os jovens à Feira continuamente no dia-a-dia.-----

Outra questão que eu propunha, era aquilo que eu já tinha feito o ano passado, relativamente à atividade, o impacto que a Feira tem na atividade económica da cidade e da região, o Senhor Presidente falou em 40 milhões de euros, neste ano cresceu a atividade do comércio local na Feira e eu acho, era também interessante trazer as pessoas que vêm à Feira, tudo bem que vão à restauração, aos alojamentos, mas também criar mecanismo para irem ao comércio local, para irem ao dia-a-dia da cidade, era interessante.-----

Por último, uma última proposta relativamente à Feira, é a questão da área VIP eu sei que tem outro nome eufemístico, mas uma Feira Franca, popular, enfim, causa-me alguns pruridos e sei que a muita gente a existência daquele corpo ali como se fosse um festival de natureza mais comercial ou enfim, “comercialoide”.-----

Um segundo elogio que eu gostava de fazer era à inauguração da ETAR Viseu Sul, realmente é uma infraestrutura de ponta a nível nacional e mesmo internacional, e gostaria também de sublinhar dois aspetos muito interessantes que foram cumpridos, ou um deles que está a ser cumprido, que é a questão do *timing* com que foi feito, eu aqui a determinada altura há uns anos disse que antes de 2017 não estaria inaugurada a ETAR, *mea culpa*, eu gosto de fazer também as *mea culpas* quando assim for, foi cumprido o prazo e isso é emblemático porque acaba por ser raro no nosso país, eu sei que houve grandes apertos por parte das questões do financiamento europeu mas também houve

certamente um papel por parte da autarquia a esse nível, e é bonito a abertura que está a ser feita relativamente à comunidade para visitar a ETAR, tem uma perspetiva ambiental muito interessante, e tem uma perspetiva tecnológica porque infelizmente os nossos concidadãos e os jovens têm cada vez menos uma perspetiva tecnológica destas coisas.----- Em Portugal, mormente ao nível autárquico, depois de uma fase materializada em infraestruturas, equipamentos e espaços públicos urbanos, é agora evidente uma aposta generalizada numa política do imaterial ou em infraestruturas e equipamentos leves, associados ao:-----

Metabolismo Urbano, aos eventos, ao marketing territorial, ao turismo e a uma estratégia mais ativa e inteligente de captação de atividades económicas ou investimento reprodutivo.-----

É generalizada esta política autárquica a todo território nacional... Basta visitar e analisar dados estatísticos de cidades como Guimarães (que é emblemática a vários níveis), Aveiro, Coimbra, Viana do Castelo, Braga, Leiria, etc.-----

Se nalgumas situações pontuais é nítida a concertação de esforços intrarregionais ou com municípios vizinhos, noutras há em que os atropelamentos, a sobreposição de estratégias e a falta de ganhos de escala são evidentes.-----

Viseu não é, como todos constatamos, indiferente a esta movida, sendo até paradigmática nalgumas políticas, diríamos..., demasiado imateriais...-----

A par dos serviços públicos, historicamente, Viseu baseou a sua atividade económica no comércio e, mais no final do séc. XX, na construção civil. Atividades não associadas à produção de bens e serviços transacionáveis.-----

Era premente mudar o paradigma deste – entre comas - “modelo de desenvolvimento económico”... E foi isso mesmo propalado, desde há 3 anos a esta parte...-----

A aura de Viseu – que todos apreciamos e usufruímos – de “A Melhor cidade para Viver”, que, diga-se, tem sido já desmentida em rankings mais recentes, enfaticamente na dimensão económica... não é suficiente de *per si* para alavancar a atividade económica.----

Reconhece-se o esforço que está a ser feito de requalificação/revitalização do Centro Histórico. Também potencialmente indutor de mais atividade económica.-----

Os eventos, a animação urbana ... são muito interessantes para a vivência da cidade... assiste-se a uma saudável... excitação urbana de eventos (ainda ontem participei na Mini Maratona) ... não confundir com movimento urbano no dia-a-dia. Que esse continua a ser escasso comparativamente a outras cidades que o têm sabido recuperar o movimento urbano.-----

A aposta no turismo é boa e tem sido relativamente bem gizada... Sem propagandas exageradas, temos de estar bem cientes contudo que o Turismo em Viseu nunca gerará, por razões facilmente discerníveis, movimento e riqueza como noutras cidades médias do litoral que há pouco referi (*vide* as estatísticas do turismo, apesar do crescimento), podendo apenas ser uma parcela complementar no “PIB concelhio”.-----

Como se leu esta semana na revista *Evasões* do DN e do JN, assiste-se em Viseu ao surgimento de pequenos negócios contemporâneos e criativos de restauração, comércio e serviços. Ótimo! Sinal dos tempos, comum a essa Europa fora e em Portugal, onde, noutras cidades, têm já grande expressão.-----

É louvável todo um programa para assumir como cidade vinhateira Viseu! Porém, será esta uma peça estratégica capital para o crescimento do “PIB do concelho”, inclusive não tendo a produção-transformação em Viseu a expressão que tem noutros concelhos vizinhos?-----

Várias das cidades referidas e outras nossas vizinhas de menor dimensão estão a conseguir captar investimento industrial com mão-de-obra intensiva... muitas das vezes baseados em *clusters* locais/regionais, o que é fundamental para a sua sustentabilidade e competitividade.-----

A par de muitas outras ampliações e novas instalações em diversos concelhos adjacentes,

ainda agora Tondela anunciou novos investimentos industriais, incluindo uma grande indústria do sector automóvel com significativa oferta de emprego. Ao que é público, a que a Cidade de Viseu também concorreu e falhou! Diria numa piada fácil: Um grande “inconseguinte”!-----

Já agora, sobre a criação de empregos em investimentos anunciados, volto a insistir, como o fiz há algumas Assembleias Municipais atrás, que deve ser feita uma confrontação entre o número de empregos protocolarmente difundidos e aqueles que efetivamente foram concretizados. No final do mandato certamente fará isso-----

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu,-----
Nestes 3 anos do seu mandato tem feito coisas boas, novas, urbanas, cosmopolitas, animadas... a este nível, finalmente sem pejo, naquilo que é claro aos Viseenses atentos, não posso deixar aqui de relevar o papel do pivô, do estratega, criativo e técnico-“político” incansável e competente do Dr. Jorge Sobrado. Coloquei político entre aspas por não ter ainda a propriedade do voto.-----

Qual “Toque de Midas” – como implicitamente se apregoa – a atual governação autárquica da Câmara Municipal de Viseu, personificada no Dr. Almeida Henriques, parece estar a mudar a face de Viseu. Num sentido literal, epidérmico, não temos dúvidas, contudo, a um nível mais profundo, endógeno, sobram-nos algumas dúvidas, muitas.-----

Este ecossistema, palavra que aprecia muito (como gosta de dizer) de algumas atividades económicas, adentos e eventos e marketing territorial serão capazes de alicerçar sustentavelmente uma atividade económica criadora de riqueza e emprego e uma diferenciação competitiva – diferenciação competitiva, sublinho, face...-----

- *O Senhor Presidente da Mesa interrompe dizendo:* Senhor Deputado, 10 minutos.-----

- *O Senhor Deputado Pedro Agostinho da Silva Baila Madeira Antunes prossegue a sua intervenção dizendo:*... face a outras cidades médias do país? É só isto. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado. Deputado Carlos Vieira.-

----- **TRINTA – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Muito obrigado Senhor Presidente. Eu gostaria só de corrigir uma afirmação do Senhor Presidente, disse que em Espanha não há Orçamentos Participativos, eu assim numa breve pesquisa descobri que há Orçamento Participativo em Albacete, Getafe, S. Sebastian, Donostia no País Basco, Pilar de la Horadada, Algete, Sant Joan Dalacant na Catalunha, Puerto Genil, Rubi, Córdoba e Sevilha que já vai no segundo Orçamento Participativo, portanto, quer dizer, eu sei que já houve aqui alguma disputa pela paternidade do Orçamento Participativo em Viseu, mas francamente, quer dizer, dizer que estamos mais adiantados que os espanhóis, parece que descobrimos a pólvora, isto já foi criado há muitos anos, pronto, mas de qualquer modo é só um... -----

(*O Senhor Presidente da Câmara intervém não sendo perceptível na gravação o que foi dito*) -

- *O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue a sua intervenção dizendo:* ... sustenta, continua a sustentar? Mas não interessa...-----

(*O Senhor Presidente da Câmara volta a intervir não sendo perceptível na gravação o que foi dito*) -----

- *O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues retoma a sua intervenção dizendo:* Claro, Claro, com certeza. Pronto. Eu de qualquer modo quero-me juntar ao gáudio geral relativamente ao sucesso da Feira de S. Mateus, a Câmara Municipal e o Gestor da Viseu Marca Jorge Sobrado estão de parabéns, a Feira de S. Mateus efetivamente está muito melhor, mais bem organizada no espaço, com um *design* atrativo, com a reconstituição do largo picadeiro, enfim, uma réplica do antigo picadeiro, sem aqueles degraus que dificultavam a mobilidade, com os dois WC construídos de raiz, espero que se mantenham para além da Feira, com mais higiene e comodidade, e sobretudo com uma programação de maior qualidade efetivamente, relembro os concertos do Jorge Palma, do Sérgio Godinho, do Camané, Mariza, Capicua, Ala dos Namorados, Rui Veloso, GNR, Moulinex, Carlão, Dengaz, esses foram os que eu gostei, os outros, quem

gostar que os compre, e por último não me posso esquecer daquele fascinante espetáculo de Teatro de Rua que sempre nos deslumbra, já não é a primeira vez que foram à Feira porque já uma vez aqui fiz referência a isso, o antigo responsável da Expovis José Moreira teve essa iniciativa, e aliás, fez um esforço também de renovação que eu já aqui sublinhei, e efetivamente o espetáculo do Trigo Limpo Acert, o Viver Viriato nas suas várias fases digamos, integrando inúmeros parceiros da região acho que também tem ... peço desculpa (ouve uma pequena interrupção em virtude do telemóvel do Senhor Deputado Carlos Vieira ter tocado) ... tenho ainda que dar os parabéns à Câmara e ao Gestor da Viseu Marca pelo número fabuloso de apresentar nos dois ecrans que ladeavam o palco da Feira, o Palco BIC, (há quem lhe chame também Feira BIC) a contagem crescente para 1 milhão de visitantes, de facto, quando se atingiu o número tão almejado, eu estava logo à frente a ver o Sérgio Godinho e o Jorge Palma e fiquei espantado quando vi jorrar aquele fogo das duas tochas colocadas junto aos ecrans, portanto, aquela previsão de que aquilo ia acontecer exatamente naquele momento, eles também já estavam avisados pelos vistos, mas toda a encenação surpreendente e cientificamente programada para que ocorresse precisamente durante o concerto, de facto é digna de um Houdini ou de um La Féria não é? Não fariam melhor. Olhe, eu por acaso dei um contributo precioso para o milhão porque passei todos os dias pelo menos quatro vezes por dia pelos torniquetes das entradas para ir e vir para o trabalho, mas pronto, mas como não há bela sem senão, lamento apenas que se tenha incorrido num erro crasso porque já se tinha verificado em anos anteriores, como de resto depois foi confirmado pelo próprio gestor da Viseu Marca que foi não encerrar o funcionamento do Funicular pelo menos durante a Feira de S. Mateus, porque logo no dia da inauguração da Feira, azar dos azares, houve de facto um acidente grave com uma jovem que teve de ser desencarcerada pelos bombeiros e ir para o hospital. Depois disso já houve mais três acidentes, enfim, não vale a pena estar a referi-los, na calha do Funicular, nas passadeiras, atenção, não é fora das passadeiras como foi dito, é nas passadeiras, há intervalos de 9 centímetros na calha, e por exemplo lá em cima perto do cruzamento com a Rua Serpa Pinto são 10 centímetros, fui lá medir, são 10 centímetros portanto, como de resto já caíram pessoas e houve acidentes graves. A própria Dona Milú do Hot Dog Milú, não foi na calha, mas teve o azar de escorregar porque aquilo às vezes deita óleo no carril, e partiu a rótula, portanto, quando vem o Jorge Sobrado dizer que aquilo que são uns arranhões, não são uns arranhões, foram pessoas que foram parar ao hospital e pessoas que tiveram que ser submetidas a intervenções cirúrgicas, portanto, é preciso algum cuidado, e afinal, diz depois o Jorge Sobrado, o Bloco de Esquerda por acaso denunciou isso, disse que tinham tido conhecimento de 4 acidentes, e depois o Jorge Sobrado veio dizer que não foram 4, foram 8, e considerou isso um êxito face aos 31 do ano passado, é pá, francamente, acho que tem que haver mais prudência, mais sensatez e evitar acidentes, eu não quero explorar de maneira nenhuma isto, mas por exemplo houve os pais de um jovem que caiu lá na calha do Funicular, não sei se já viram as fotografias, se quiserem depois eu mostro-as, acho que até as tenho ali, é que o pé passa naqueles 9 ou 10 centímetros, entra à pressão, portanto, cai, é como quem cai num buraco, entra à pressão mas depois o joelho já não sai, porque entrou à pressão, tem que ser os bombeiros a desencarcerar, já foi publicado uma fotografia, por acaso não fui eu que a tirei, no Diário de Notícias, mas fui eu que a arranjei, consegui, até posso dizer que foi um amigo do Dr. Ruas, na altura Presidente Fernando Ruas, tive alguma dificuldade que ele me facultasse porque como era amigo não lhe queria arranjar problemas, mas a verdade é que aquilo é impressionante, é impressionante, porque o homem está ali a sofrer até chegarem os bombeiros, portanto acho que devia haver algum cuidado com isto porque o pai de um desses jovens, de um dos jovens que lá caiu e naturalmente que ficou indignado, disse que nunca mais voltava à Feira a não ser no dia seguinte para fazer queixa à Viseu Marca, portanto, isto foi relatado, aliás, o Gestor da Viseu Marca assistiu pelo menos a um dos acidentes, ao primeiro, logo no dia da inauguração da Feira, que teve várias

testemunhas, porque estava uma multidão. Pronto, esse é um problema que eu acho que facilmente pode ser resolvido, o funicular, não é só durante a Feira porque aquele acidente que eu referi, aliás, já houve uma pessoa, não sei se já vos contei aqui, muito rapidamente, um familiar do dono de um restaurante que veio de Lisboa para o ajudar durante a Feira, caiu lá e apanhou 21 pontos, levou no hospital 21 pontos, internos e externos, porque o cabo de aço estava a funcionar, o Funicular estava a funcionar e cortou-lhe a carne quase até ao osso, e a filha de um feirante que foi ao hospital quando lá chegou, logo no segundo ano em que entrou em funcionamento o Funicular, o médico que a operou, ela foi operada duas vezes a um tendão, disse-lhe que já tinha havido não sei se eram 8 se 9 pessoas a ir lá ao hospital.-----

A segunda questão que eu gostava de colocar ao Senhor Presidente era a questão da Escola da Ribeira. Efetivamente o anterior executivo falou que tinha 2 milhões, até apresentou um projeto com uma maquete e afinal, segundo disse o atual Presidente da Junta de Viseu não havia projeto nenhum, aliás, creio que o Senhor Presidente também já uma vez se referiu a isso, não havia projeto nenhum, portanto o Fernando Ruas mentiu, mas, esta câmara tem feito algum... mudou as portas corta fogo, substituiu o mosaico, melhorou as janelas por causa dos reflexos, mudos estores, as obras que o Senhor Presidente já referiu, a cobertura, agora, tão urgente, ou a seguir, a obra mais urgente logo a seguir à cobertura do amianto, à retirada do amianto, era a ampliação do refeitório, como o Senhor Presidente sabe os pais referiram-se a isso na reunião, já o disse, mas de facto a exiguidade do refeitório leva que haja dois turnos, os miúdos têm que comer por dois turnos, a comida chega às 11 e por vezes à miúdos do segundo turno que já vão comer a comida fria, portanto, isso era a obra mais urgente.-----

(Um Senhor Deputado do seu lugar intervém, no entanto na gravação não é perceptível o que foi dito) -----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue a sua intervenção dizendo:... acontece? Não sei se acontece, ali não devia acontecer, era a obra mais urgente...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo.-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues retoma a sua intervenção dizendo:...Depois a requalificação também das casas de banho, porque há miúdos que têm que...-----

- O Senhor Presidente da Mesa volta a intervir dizendo: Já passaram os 10 minutos.-----

- O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues prossegue a sua intervenção dizendo: Muito rapidamente, só para dizer ao Senhor Presidente que, da mesma forma que o Governo pode responder às suas reivindicações justas e a que eu me alio de que não faz a requalificação do IP3 porque está à espera dos fundos comunitários, também os pais das crianças da Escola da Ribeira têm o mesmo direito de se indignar e dizer que não podem estar à espera dos fundos comunitários para fazer obras prioritárias como são a ampliação do refeitório. Claro que eu vou ter, acho eu, a lisura de não acusar o Senhor Presidente de preconceito ideológico porque acho que não é preconceito ideológico, é só má gestão com aqueles 10 milhões podia fazer esta obra.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- TRINTA E UM – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): Reiterar os cumprimentos que já aqui apresentei a todos os presentes na sala e dizer-lhe Senhor Presidente da Câmara que, leio as primeiras palavras da Informação a esta Assembleia e fico confusa. Releio: “O desígnio de fazer do concelho de Viseu “A melhor cidade para viver”. Desígnio? Então ainda é só um desígnio, não somos já a melhor cidade do país com as condições únicas de excelência para se fruir e habitar? Não é isso que nos têm vendido em cartazes, tarjas, tomis, feiras, tvs, eventos vínicos, rádios e jornais do país e do estrangeiro? À cautela, não fosse eu estar equivocada com o

significado da palavra “*desígnio*”, consultei o dicionário da Porto Editora, com confirmação ainda na Wikipédia popular, que isto com o acordo ortográfico nunca se sabe. Não, lá está, *desígnio*: *intento, intenção, vontade, desejo, propósito*. Pronto, se o Senhor Presidente entende que ainda é só um *desígnio*, quem sou eu para o contrariar. Convém é dar orientação aos serviços de propaganda do município para não serem tão afirmativos no *intento* de afirmar Viseu como “A melhor cidade para viver”, não vá parecer que estão a produzir publicidade enganosa.-----

Passemos então às boas notícias. Apresentação pública dos projetos de requalificação das Escolas Grão Vasco e Secundária de Viriato. O passo que se segue é o lançamento de concursos públicos para a execução dos trabalhos, que será também responsabilidade do Município. Como cidadão e docente que se tem batido, nomeadamente nesta Assembleia, pela concretização destas mais que justas e necessárias obras, não posso estar mais satisfeita.-----

Porém, o Senhor Presidente deixa um aviso que não é inocente: “Esperamos que os fundos comunitários não se atrasem e que o Estado Central cumpra as suas responsabilidades... no cofinanciamento de equipamentos sua propriedade”. Se não há certezas quanto ao desfecho do financiamento, porquê tanto otimismo e alarido? Para poder fazer estes anúncios com garantia de concretização das obras em tempo útil, só resta ao Município assumir de imediato o custo total das mesmas e esperar pelo reembolso comunitário, partindo do conforto da larga almofada financeira de que dispõe. Qualquer outro caminho que prolongue por mais tempo as obras urgentes que se impõem nestas escolas, não será compreendida por ninguém. Se a coisa demora, como é possível que demore, atendendo à insistência com que o Partido Popular Europeu e alguns arautos nacionais pedem sanções a Portugal e o corte e congelamento dos fundos estruturais, não podem estas comunidades escolares e as suas condições de ensino/aprendizagem ficar por mais tempo dependentes dos humores de Bruxelas. A Câmara tem todas as condições para com meios próprios responder positivamente a este desafio. A não ser que se deseje mesmo que o poder central se atrase, para se acumular capital de queixa contra ele, como ultimamente se tem visto, aparecendo o Senhor Presidente no papel de líder da oposição regional ao Governo, a pretexto de problemas velhos de vias de comunicação e outras, que nem enquanto governante, nem enquanto alto dirigente do principal partido do anterior governo conseguiu resolver.-----

Sendo embora responsabilidade direta do município as obras de manutenção e requalificação do parque escolar nas escolas do Primeiro Ciclo e no Pré-escolar, é evidente que me congratulo com os investimentos feitos, pese o fato do município receber verbas do Orçamento de Estado para a Ação Social e para os transportes Escolares. Chamo a sua atenção para a necessidade de adequar os transportes escolares aos horários dos alunos, sobretudo à sexta-feira, nomeadamente na Escola Azeredo Perdigão.-----

Embora os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos já tenham acabado há algum tempo, no Município de Viseu continua-se a trabalhar para as medalhas. Anunciam-se mesmo recordes históricos no que diz respeito às dinâmicas de negócios no Centro Histórico e as últimas semanas testemunham mais uma conquista estruturante inscrita no Plano Municipal “Viseu Viva” (tratando-se de uma escola pensei erradamente que era do Viseu Educa), a transferência da Escola Profissional Mariana Seixas para a Rua Direita.-----

É um fato que tenho assistido durante o dia a uma animação das esplanadas do Centro Histórico que não era usual. Beber, bebem alguma coisa, se comprem sapatos, fatos de casamento, livros e jornais, etc. ainda não apurei. Em todo o caso considero positiva para a dinamização social desta zona a fixação na Rua Direita daquela Escola.-----

Como acontece com outras situações, o aparecimento de umas valências vão requerendo outras. É o caso. Instala-se uma Escola, mas não há uma Biblioteca Pública para servir os alunos. Não só os da Mariana Seixas, a maioria dos estudantes das escolas situadas no centro da cidade não dispõem de uma Biblioteca Pública que possam frequentar. A

Biblioteca Miguel da Silva, de que pouco se fala nos relatos municipais, fica distante e não responde já a todas as solicitações dos que a procuram para consulta ou para estudar. É urgente a criação de uma Biblioteca Pública no Centro Histórico. Atrevo-me até a propor, que a referida Biblioteca possa ser instalada no espaço (quase) devoluto do que prometeu ser um “ninho de empresas”, com entrada pela Rua do Comércio e pela Rua D. Duarte mesmo que provisoriamente e à falta de melhor. Seria mais uma importante âncora para o Centro Histórico, uma mais-valia para os estudantes e para a população envolvente e um equipamento cultural relevante para o *desígnio* da elevação do Centro Histórico de Viseu a Património da Humanidade.-----

Ainda sobre o Centro Histórico, reclama-se uma política integrada feita de equilíbrios dos vários interesses em presença. Nada mais justo. Mas é essa a prática seguida? Fixemo-nos no policiamento. Diariamente, entre as 13 e as 15 horas, a PSP, tem instruções da Câmara para multar todos os carros que se encontrem fora dos estacionamento autorizados no Centro Histórico. Coincidindo esta hora com a frequência para almoço dos restaurantes da zona, regra geral a refeição dos incautos custa-lhes mais de 40 euros. Como dizem, com sorriso amarelo, por esse dinheiro vão comer aos restaurantes de luxo, em vez do Colmeia, da Mesa da Sé ou de muitos outros que por ali existem. Em contrapartida, a polícia não tem nenhuma orientação para multar as centenas de carros que se acumulam em tudo o que é espaço disponível durante a madrugada, sobretudo ao fim de semana, nem para dissuadir com a sua presença as gritarias que se sucedem ao encerramento dos bares. Dois pesos e duas medidas. Estou curiosa por saber os resultados da campanha experimental “Viver o Verão no Centro Histórico sem carros”.-----

Vinte milhões de euros gastos nas freguesias, que não 20 milhões transferidos, nos últimos três anos, ao abrigo do programa “Viseu Local”. É a confirmação de que as freguesias não são apenas o parente pobre do poder local, como resulta evidente também o são do poder municipal. 20 milhões em 250 milhões de Orçamentos municipais, são menos de 10 por cento distribuídos à maioria da população.-----

Se estabelecermos a comparação entre a opulenta saúde financeira do Município e as transferências para as freguesias, concluiremos que se privilegia a acumulação pura e simples, em vez do investimento produtivo no desenvolvimento rural. Reduziu-se o endividamento municipal em quase três milhões de euros, sabemos todos, muito à custa do excedente de cobrança de IMI. Acenar com 30 milhões de euros acumulados, quando as carências da população em infraestruturas e equipamentos de bem-estar social são manifestas, soa a usura. “És linda, se foras feia, mesmo assim eu te queria”, dizia um fado do Edmundo Bettencourt. É o que me apraz dizer sobre a Feira de S. Mateus. Ela vale por si mesma, por isso conta séculos de existência. As pessoas vêm pelos espetáculos é certo, mas também por vir à “feira”, por romaria. Daí pensar que estes anúncios bombásticos mas inócuos de atingir um milhão de visitantes, só empobrecem a grandeza e dimensão da Feira. Por esta lógica, se tivessem sido contabilizadas apenas novecentas e noventa e nove mil, novecentas e noventa e nove almas, seria uma profunda derrota, por não se ter batido o recorde para o Guinness da mistificação. Como é do conhecimento do Executivo, muitos cidadãos não compreendem que, sendo o dia de S. Mateus o Feriado Municipal, a Feira acabe antes, rompendo com uma tradição, também ela secular. Enigmas, digo eu, ditados pela estratégia da Comissão de Festas Municipal. Muito obrigada.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Cumpru rigorosamente os 10 minutos. Obrigado. Tem a palavra o Deputado Carlos Cunha.-----

----- **TRINTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente. Reitero os meus cumprimentos e antes de entrar propriamente nos assuntos que aqui me trazem, permita-me Senhor Presidente, depois de o ouvir, esta pequena brincadeira no caso do arrelvamento dos campos de futebol de sete e de onze do Fontelo, dizer-lhe que “gato escaldado de água fria tem

medo”, depois do escaldão que apanhou na cobertura do pavilhão esta prudência e caldos de galinha que tem tido na gestão deste processo me parece devidamente ajustada. Dizer-lhe ainda se me permite esta brincadeira até para descomprimir um pouco, que o tamanho das orelhas é um mito urbano, se assim fosse os elefantes eram certamente os seres mais felizes deste universo. É verdade, é verdade, por isso é que a gente toma “memofante”, alguns aí, eu não, eu felizmente por enquanto ainda não cheguei lá. Senhor Presidente, é assim, é lógico que o CDS elogia obviamente a organização da edição nº 624 da Feira de S. Mateus que muito prestigiou a nossa cidade. Tinha aqui para lhe dizer, que aguardamos o balanço geral da mesma para sabermos se a par do sucesso enquanto evento houve também sucesso financeiro, se o evento caminha para isso, o Senhor já nos disse aqui que sim, e confiamos na sua palavra.-----

Se este ano a autarquia viseense efetuou um considerável esforço financeiro que resultou numa melhoria das infraestruturas existentes no recinto, sabemos que há sempre mais e melhor a fazer conforme disse aqui o Senhor Presidente da Junta de Ranhados, sugerimos que na edição do próximo ano, caso haja disponibilidade financeira para tal, seja considerada a possibilidade de se edificar no espaço circundante um Parque de Caravanas, que durante o período da Feira de S. Mateus possa ser utilizado pelos feirantes para aí instalarem as suas roulettes e caravanas, num espaço condigno com condições de salubridade e de higiene.-----

Em relação ao Centro Histórico sabemos que o estacionamento continua a ser um problema na ordem do dia, motivo que levou o Município a solicitar à SRU a realização de uma avaliação sobre a futura construção de novos parques de estacionamento naquela zona nobre da cidade. Gostaríamos por isso, de saber de Vossa Excelência se já se encontra na posse dessa avaliação e que nos transmita o teor da mesma.-----

Disse ainda na última Assembleia Municipal que era sua intenção proceder à instalação da Polícia Municipal no Centro Histórico. Pretendíamos que nos esclarecesse se essa mudança da Polícia Municipal para as futuras instalações na Rua Silva Gaio será parcial ou total e para quando está a mesma prevista?-----

Mudando agora o foco para o início do ano escolar. Congratulamo-nos que o mesmo se tenha iniciado com normalidade, saudando o investimento efetuado na renovação dos equipamentos informáticos das nossas escolas. São cerca de 80 mil euros de bom e necessário investimento municipal, que permitirão equipar as escolas com novos computadores, ainda bem que nos lembrámos e trouxemos aqui este problema e que em boa hora o senhor tomou nota, permitindo uma significativa melhoria das condições de aprendizagem dos nossos alunos, por isso lançamos-lhe aqui um novo desafio, sabendo que as assistentes operacionais são um elemento chave no funcionamento de escolas e jardins-de-infância, e ainda da importância que Vossa Excelência consagra ao Layout, aproveitamos o ensejo para aqui lhe solicitarmos que pondere adquirir fardas de trabalho para as assistentes operacionais do Município ou em alternativa atribuir-lhes um subsídio de fardamento. Para além disso, sabemos que os Centros Educativos se debatem constantemente com carência de assistentes operacionais pelos mais variados motivos, baixas por doença, baixas psiquiátricas, natalidade, por isso solicitamos que se faça um esforço financeiro que permita a contratação de pelo menos mais duas assistentes operacionais por cada Centro Educativo de modo a que o acompanhamento às crianças seja o mais eficaz possível uma vez que é nos centros educativos que se encontra o maior aglomerado de crianças, pelo que se torna imperioso reforçar os meios humanos aí existentes. Por fim, perguntar-lhe para quando é que Vossa excelência tem calendarizado a requalificação da Mata do Fontelo já aqui prometida. Aproveitamos ainda para lhe dizer que é necessário proceder igualmente a uma requalificação do parque de merendas uma vez que as mesas já apresentam algum estado de degradação assim como os caixotes do lixo. Na mata, para além da necessária ação do desbaste de alguma da vegetação rasteira e da poda seletiva de árvores, era importante requalificar também o circuito de

manutenção que apresenta igualmente um elevado estado de deterioração. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Lúcia Silva.-----

----- **TRINTA E TRÊS – O SENHORA DEPUTADA LÚCIA FERNANDA FERREIRA ARAÚJO DA SILVA (PS):** Muito boa tarde a todos. Permitam-me que reitere os cumprimentos e passo já então aqui à minha breve intervenção. O Partido Socialista congratula-se com a abertura do ano letivo. Esta abertura, foi uma abertura serena em conformidade também com os interesses dos alunos, encarregados de educação, professores e toda a comunidade em geral. Isto deve-se em parte à colocação atempada dos professores que foi feita de uma forma transparente e eficiente.-----

Falando-se em Educação, não posso deixar de fazer uma referência, e uma reposição dos factos, e da verdade do que realmente acontece ou aconteceu com EBIS Jean Piaget.-----

No ano letivo 2015-2016 o aviso das orientações do ano escolar e constituição de turmas lembra, e lembro aqui portanto, à altura do Governo PSD/CDS, contemplava para a frequência desta escola, da EBIS Jean Piaget os alunos das freguesias do Campo e de Abraveses. O aviso não contempla, não contemplava os alunos das freguesias de Lordosa, Calde, Bodiosa e Ribafeita.-----

Este aviso foi portanto, emanado para o ano letivo 2015/2016, aqui à época, aqui nesta mesma Assembleia ou então no Conselho Municipal de Educação, ninguém fez referência a esta lacuna Senhores Presidentes de Junta, a esta lacuna, no vosso entendimento a esta lacuna, vocês aceitaram de bom grado que as vossas crianças das vossas freguesias não estivessem aqui mencionadas, porque note-se, Governo PSD/CDS.-----

Na senda desse aviso, ou seja, sem alterar este aviso de 2015/2016, este ano o Ministério da Educação deu cumprimento ao que estava estipulado nesse aviso. -----

Assim, o Ministério da Educação atribuiu uma turma para o quinto ano e uma turma para o sétimo ano para a Escola Jean Piaget, cobrindo assim as necessidades dos alunos, das crianças, da Freguesia do Campo e da Freguesia de Abraveses. Uma vez que é da orientação e do desígnio deste Ministério a congratulação e a reabilitação e no fundo a dignificação da escola pública, estas crianças, as crianças das freguesias não aqui mencionadas tinham resposta nas escolas públicas nomeadamente a norte do concelho nas Escolas de Abraveses.-----

Agora, lamentamos que no momento em que estas políticas, as políticas do Governo que valorizam a escola pública, sem comprometer o ensino privado, pois se a escola pública tem resposta, então deverá acolher os seus alunos.-----

Também lamentamos meus senhores, a forma como os Senhores Presidentes de Junta e o Senhor Presidente de Câmara está a rotular as crianças das Freguesias de Bodiosa, de Ribafeita, de Lordosa e Calde, vocês estão a transformar estas crianças nuns “coitadinhos”, estão a transformar estas crianças e as famílias nas famílias destruturadas. Será que este tipo de comentário em prol das eleições que já se avizinham, é deste comentário que as crianças precisam?-----

- *Alguns Senhores Deputados intervêm dos seus lugares não sendo perceptível na gravação o que foi dito.*-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Agradecia calma. Silêncio.-----

- *A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva prossegue a sua intervenção dizendo:* Eu sei que é difícil nós ouvirmos as verdades, mas as verdades têm que ser ditas, nós temos que expor aqui as coisas tal como acontecem e tal como eu ouço as intervenções dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal em silêncio, gostaria também que as minhas palavras fossem ouvidas.-----

Bom, continuando então nesta senda, para além de os Senhores Presidentes estarem a desacreditar e a descredibilizar estas crianças, estão também a desacreditar e a descredibilizar os professores da escola pública, porque afinal de contas a escola pública

não tem como receber estas crianças, não sabe lidar com estas crianças, quero-vos dizer ainda que a escola pública tem ação social, as crianças que tenham problemas ao nível económico a escola pública tem a ação social, quer para transportes quer para refeição, quer para livros escolares, e mais, e para gabinetes de apoio ao nível da Assistente Social e ao nível do Psicólogo, portanto, a escola pública tem respostas para isso tudo, bom, mas também já agora...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo está bem?-----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma a sua intervenção dizendo:... mas também já agora eu gostava que daqui a um ano quando os senhores forem pedir os votos aos senhores professores da escola pública, digam também aquilo que vocês pensam acerca do trabalho deles, porque vocês afinal de contas desvalorizam o trabalho que é feito nas escolas.-----

Bom, mas antes de terminar esta exposição sobre a EBIS Jean Piaget gostaria de colocar uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Viseu. Qual o enquadramento legal que permite pagar as turmas, a turma adicional do 5º e do 7º ano do Jean Piaget, sobrepondo-se assim às orientações da constituição de turma emanadas pelo Ministério da Educação. Relembro que autonomia não é independência, autonomia não é independência, exatamente, eu quero frisar, e pode-se rir Senhor Deputado, pode-se rir, que eu também gosto de me rir. Fica-lhe bem rir, rir, exatamente, não se esqueça que aqui o senhor está a representar aqueles que o elegeram, respeite o seu lugar.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo, está bem? Que não houvesse diálogo de parte a parte está bem?-----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma a sua intervenção dizendo: Relativamente às obras que irão ser efetuadas na Escola Viriato, é evidente que nós congratulamo-nos com essas obras, como não podia deixar de ser, mas também aqui eu quero lembrar que a Escola Secundária Viriato, em 2010 teve aprovado um projeto de requalificação da escola, e em 2011 foi o Governo PSD/CDS que cancelou essas obras, e portanto agora, é evidente que todos nós nos congratulamos com as obras da escola, mas, já anteriores governos tiveram essa preocupação... se quiser eu mostro-lhe o aviso...-----

(Um Senhor Deputado intervém não sendo perceptível na gravação o que foi dito) -----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma a sua intervenção dizendo: ... eu não vou falar sobre isso consigo...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo.-----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva retoma a sua intervenção dizendo: ...para esclarecer aqui a resposta que a Senhora Secretária de Estado Adjunta deu ao Senhor Presidente de Câmara quando o Senhor Presidente lhe disse que iria até construir um centro escolar e a Senhora Secretária de Estado Adjunta disse muito bem, sim senhor, pois claro, o centro escolar abrange o pré-escolar e o 1º ciclo, o centro escolar não abrange o 2º ciclo nem o 3º ciclo Senhor Presidente, fica aqui esta informação. Muito obrigada.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Senhor Presidente de Junta, qual era a figura jurídica? É protesto? Então tem a palavra. Tem a palavra então o Senhor Presidente de Junta de Lordosa.-----

----- TRINTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE LORDOSA CARLOS MANUEL MARTINS CORREIA (PPD/PSD): Renovo os cumprimentos. Veio mesmo a calhar porque neste momento também sou funcionário público, e também sou professor do público, já não falo como professor da EBIS mas não deixo de defender aquilo que veio aqui dizer, e dizer-lhe assim: Realmente a abertura dizia Campo e Abraveses, sem dúvida. Sabe quantos alunos tinha a EBIS do 5º ano, de fora do Campo e de Abraveses? Legalmente, estamos a dizer de fora do Campo e de Abraveses? Nove, nove, nove, mas também explicámos à Senhora Secretária de Estado quando fomos

recebidos que compreendemos sempre Campo e Abraveses como sede dos agrupamentos já que Viseu Norte é de Abraveses e nós estávamos na Freguesia do Campo. Explicámos isso, mas também se esquecem que nesse mesmo aviso dizia que o contrato era plurianual, mas para isso conseguiu-se dar a volta à Lei e torná-lo em anual, mas para tirar o Campo e Abraveses e retificar esse erro já não se faz essa retificação. Queria só deixar este esclarecimento está bem?-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Adelaide Modesto.-----

----- **TRINTA E CINCO – O SENHOR DEPUTADO ADELAIDE JOANA DA SILVA MODESTO (PS):** Aproveito a ocasião para cumprimentar a Mesa na pessoa do Senhor Presidente, os restantes Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, caros Colegas Deputados Municipais, Público em geral. Bom, ainda no que toca a esta situação, eu penso que a Deputada Lúcia Silva foi suficientemente esclarecedora e foi suficientemente esclarecedora quando falou aqui no aviso, e portanto, os senhores bem sabem, a opção que nós temos aqui é uma opção claramente política e se somos aqui acusados de preconceito ideológico então esta é uma decisão também ela política. Eu pasmo-me é que, como é que havendo outros alunos e outras crianças institucionalizadas noutros colégios que perderam contratos de associação, não vejo pela parte do Senhor Presidente essa vontade toda também em financiá-los, e portanto no que toca a esta situação a minha intervenção termina por aqui, porque eles também existem e o Senhor Presidente sabe disso. Bom, por outro lado e no que toca ainda à questão da Informação do Presidente, eu hoje vi aqui uma série de colegas Deputados a fazer o elogio da Feira Franca, com área VIP, mas Franca, portanto, da Feira Franca, do Dia do Município, do Centro Histórico sem carros vi uma série de elogios, e eu hoje tinha reservado a minha intervenção para fazer um elogio ao Senhor Presidente da Câmara no que toca à concretização de 120 postos de trabalho, mas não o posso fazer porque de tubos de escape a única coisa que vamos ver é mesmo o escape e portanto, eu não podia deixar de sublinhar essa questão, essa é que é a coesão territorial de que aqui me bato Assembleia atrás de Assembleia, é que postos de trabalho ainda ninguém aqui viu concretizados. Bom, dizer-lhe também, no que toca à Festa das Vindimas e não sendo eu produtora vinhateira, que se o fosse, ficaria bastante desagradada com uma Festa das Vindimas que tem uma *Wine Party* onde se vende cerveja, gin, vodka e de vinho nem vê-lo cheirá-lo ou prová-lo, porque ele não existia, sendo certo é que ela também só durou o que tinha para durar que as condições climáticas não possibilitaram durar mais. Portanto, eu deixo uma sugestão à Viseu Marca que numa próxima edição pense em ir junto dos produtores, idealizar de uma outra forma que o consumo e que os cartões que são comprados no Mercado 2 de Maio possibilitem que as pessoas possam ir à Festa e que possam também aí fazer as suas provas uma vez que até compraram os copos, copos esses que à meia-noite deixam de poder ser adquiridos, e eu se fosse produtora confesso que no que toca a uma diferenciação competitiva acharia muito mais importante...-----

- *O Senhor Deputado Pedro Filipe dos Santos Alves intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.*-----

- *A Senhora Deputada Adelaide Joana da Silva Modesto prossegue a sua intervenção dizendo:* ... eu peço desculpa Caro Deputado Pedro Alves, mas, eu dar-lhe-ei o púlpito logo a seguir a mim caso queira utilizar da palavra...-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Agradecia que não houvesse diálogo.-----

- *A Senhora Deputada Adelaide Joana da Silva Modesto retoma a sua intervenção dizendo:*... bom, mas dizendo, e terminando o meu raciocínio...-----

- *O Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.*-----

- *O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo:* Deputado Teodósio, também agradecia que não houvesse diálogo.-----

- A Senhora Deputada Adelaide Joana da Silva Modesto retoma a sua intervenção dizendo:... em termos de diferenciação competitiva dizer-lhe que se fosse produtora de vinho preferiria ir à ExpoDemo ou à Feira do Vinho de Nelas porque aqui de facto os produtores, e estou a falar no Mercado 2 de Maio, não me estou a referir às festas nas quintas e a esses atos de vindima que francamente creio que correram bem, estou-me a referir ao Mercado 2 de Maio, onde não vejo os produtores a venderem o seu vinho, vejo provas, mas não vejo os *stands*, não vejo ninguém a passar com a aquisição de vinho, e para uma festa que se quer das vindimas numa cidade vinhateira a implementação do Vinho Dão, alguma coisa se perdeu aqui. Por último dizer-lhe que apreciei no Dia do Município toda as cerimónias que foram feitas, mas ainda, o Dia do Município deveria ainda ser contemplado na Feira de S. Mateus como sempre foi, e essa é uma crítica legítima de todos os viseenses. Muito obrigada a todos.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Teodósio.-----

----- TRINTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO MANUEL TEODÓSIO MARTINS HENRIQUES (PPD/PSD): Senhor Presidente da Mesa, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, Público em Geral. Apetecia-me aqui tecer vários comentários sobre várias peças humorísticas que aqui passaram, mas eu não tenho dotes humorísticos, não fui bafejado com essa sorte de jogar com as palavras, brincar, nem para atividades circenses, e por isso, vou passar já adiante, a fazer a intervenção que já vinha escrita, mas parece que até adivinhava as intervenções que se antecederam. Acho que vou passar a jogar no euromilhões porque efetivamente...-----

Alguns Senhores Deputados intervêm dos seus lugares não sendo perceptível na gravação o que foi dito.-----

- O Senhor Deputado Manuel Teodósio Martins Henriques prossegue a sua intervenção dizendo: Senhor Presidente, eu só pedia que o Senhor Presidente tivesse para com todos os Membros desta casa o mesmo comportamento que teve comigo, eu estou a falar e estou sistematicamente a ouvir pessoas a falar e gostaria que também dissesse o nome das pessoas que não me estão a deixar falar conforme há bocado falou no meu nome, é uma questão de equidade de tratamentos.-----

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, tivemos a oportunidade de assistir à explicação de uma parte bastante significativa, do grande e profícuo trabalho desenvolvido pelo nosso executivo municipal.-----

Sem pretender ser exaustivo na análise factual de todo o trabalho apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara, considero no entanto ser da mais elementar justiça realçar algumas matérias que são muito queridas ao PSD e que nos orgulham enquanto Sociais-Democratas, pela forma séria, transparente e responsável como as mesmas estão a ser devidamente implementadas no nosso concelho, tornando-o cada vez mais no melhor concelho para viver, para estudar, para trabalhar e para visitar.-----

A entrada em funcionamento da ETAR Viseu Sul, cuja inauguração contou com a honrosa presença do Senhor Presidente da República, representa um dos maiores investimentos feitos até hoje em Viseu, que apesar da sua enorme dimensão e complexidade, foi terminada em tempo útil, de forma a garantir todos os apoios comunitários a que se tinha candidatado.-----

Esta obra altamente estruturante para o Concelho, vai resolver de uma forma exemplar a nossa qualidade ambiental para as próximas décadas, utilizando as mais recentes inovações tecnológicas existentes, e como tal é já merecidamente reconhecida como uma referência nacional, como aliás fez questão de deixar bem vincada na inauguração, o nosso Presidente da República.-----

Este tipo de investimento é daqueles que sendo estruturante e fundamental, fica escondido do nosso olhar diário, pelo que temos a natural tendência de rapidamente nos

esquecermos da sua existência e do enorme esforço financeiro que a autarquia fez para o concretizar. Dizemos que o seu custo direto e indireto se aproximou dos 40 milhões de euros, pouco ou nada dirá às pessoas, habituadas no seu dia-a-dia a valores bem menores, mas se dissermos que o mesmo equivale à construção de 10 novos centros escolares, ou então à construção de novo de todas as atuais escolas do 2º, 3º ciclos e secundárias do Concelho, então talvez possamos medir melhor a dimensão deste investimento.-----

Já que falei de escolas Dr. Almeida Henriques, deixe-me dizer-lhe que para nós é altamente gratificante a informação que nos deixou sobre a requalificação da Escola EB2,3 de Grão Vasco e da Escola Secundária de Viriato.-----

Tive o privilégio de ter estudado e mais tarde estagiado como professor na Escola EB2,3 de Grão Vasco, é a escola onde atualmente estudam os meus filhos, o que me permite conhecer bem todo o seu historial. Posso pois abalizadamente afirmar que estas requalificações às muito reclamadas, já deveriam ter sido feita há mais de 10 anos.-----

Sabemos que essa responsabilidade era e continua a ser do poder central, que infelizmente sempre as ignorou e continua a ignorar, optando no passado recente por “torrar milhões” em duas requalificações faraónicas na cidade, cujo montante devidamente gerido, teria dado para requalificar todo o parque escolar do nosso concelho.-----

Assim, tem ainda um significado maior, esta decisão da Câmara Municipal em avançar com as obras, apesar dessa responsabilidade não ser sua, colocando mais uma vez em primeiro lugar, a qualidade do ensino no concelho e os interesses dos estudantes de Viseu. Que fique bem gravado na memória de todos este bom exemplo autárquico e o mau exemplo do poder central.-----

Ainda na área da educação, não podemos deixar de nos congratular com a erradicação das coberturas com amianto das escolas do nosso concelho, foi uma promessa aqui feita nesta mesma Assembleia pelo Senhor Presidente da Câmara no início deste mandato autárquico, e que hoje está concretizada a bem da saúde das nossas crianças.-----

O concelho de Viseu é tido hoje com toda a naturalidade como um concelho de referência, independentemente da metodologia utilizada para medir os seus diversos indicadores de crescimento. Podemos analisar a sua evolução económica, podemos analisar o volume de investimento financeiro, podemos analisar os dados sobre a natalidade, e em todos, Viseu terá sempre uma avaliação muito positiva.-----

Somos hoje um concelho onde se verificam os maiores valores de natalidade do país, mas saber que no pré-escolar e no 1º ciclo o número de alunos aumentou, é sem dúvida um indicador seguro e positivo da atratividade e do crescimento desta mesma Região.-----

Mas a verdadeira prova dos nove, poderá ser feita analisando os dados oficiais que o desemprego tem no concelho, e eles dizem-nos que quando tomou posse este executivo autárquico, o número de desempregados era de 6220 e os últimos números conhecidos referem a existência de 4696. Desta forma e feitas as contas, o desemprego baixou mais de 20%, fazendo com que 1524 pessoas em Viseu, já conseguiram ingressar no mercado de trabalho.-----

Com estes dados, ficam silenciadas as vozes da oposição que recorrentemente aqui vêm referir que a criação de novos postos de trabalho em Viseu, se resume a anúncios e promessas, que digam isso, a estes mais de 1500 trabalhadores se tiverem coragem.-----

Outra matéria que marca positivamente este município no contexto nacional, é a forma exemplar como tem executado parcerias dinâmicas com as associações do concelho e mesmo com outros tipos de instituições públicas e privadas, num envolvimento conjunto nos variados eventos na área da cultura e do desporto. Desta forma consegue-se dar visibilidade e proporcionar dinamismo às muitas associações do concelho e rentabilizar todo o esforço financeiro autárquico nestas áreas.-----

Importa também referir que alguns dos eventos já conseguem desta forma ser autossuficientes economicamente. Assim se gerem bem os recursos financeiros que provêm dos nossos impostos.-----

Falando em recursos financeiros da Câmara, tem sido muito grato para nós vir aqui recorrentemente manifestar o nosso agrado por este executivo continuar ano após ano, a diminuir o seu endividamento e ainda conseguir aumentar a sua disponibilidade financeira. Menos 3 milhões de euros de endividamento, mais 10 milhões de euros de disponibilidade financeira, o que se traduz num aumento de 50% só neste último ano, é obra Dr. Almeida Henriques.-----

Se já estávamos com boa saúde financeira, agora estamos ainda melhor.-----

Merece também nota de relevo, o sucesso que está a ter o nosso Aeródromo Municipal, justificando claramente o investimento recentemente efetuado. O número de voos efetuados, mesmo descontando os referentes ao combate aos incêndios e às carreiras aéreas, são números que a todos surpreendem pela sua dimensão.-----

Reconhecemos ainda o enorme esforço que paulatinamente a autarquia tem efetuado para retirar os automóveis da nossa estimada Zona Histórica. É um objetivo que não se concretiza de um dia para o outro, necessita do envolvimento de todos quantos vivem, trabalham e fruem desta nobre área urbana, necessitando da criação de soluções eficazes de mobilidade das pessoas, conjugando novos espaços de estacionamento com novas formas de transporte alternativo, para ser ampliada a vitalidade da mesma, cujo investimento começa já a dar reconhecidamente os seus frutos.-----

A rua direita é pois o mais recente exemplo, com o aumento significativo de pessoas, em grande parte fruto da deslocalização da Escola Profissional Mariana Seixas, onde a Câmara Municipal de Viseu teve um papel preponderante nessa decisão.-----

Mas para quem rotineiramente só olha para a cidade, pode ter a tentação de pensar que as freguesias estão esquecidas.-----

Também neste âmbito, o investimento que tem sido feito nas outras 24 freguesias, numa altura em que todos sabemos que já não existem os fundos comunitários, já não existem fundos comunitários (há gente que ainda não se apercebeu disto), os números reais são deveras elucidativos.-----

Investir mais de 20 milhões de euros nos últimos 3 anos, significa um enorme esforço financeiro por parte da autarquia, e que pode ser constatado por quem se deslocar às mesmas, pois são obras que não se conseguem ver das esplanadas da cidade, mas que dão uma resposta às necessidades e aos legítimos direitos de todos os que optaram por residir fora da área urbana.-----

Nesta parte, gostaria de alargar o reconhecimento do trabalho e do esforço desenvolvido aos Senhores Presidentes das Juntas de freguesia.-----

Em suma, o Partido Social Democrata continua orgulhoso de todo o trabalho autárquico feito no nosso concelho, reconhecendo ao mesmo tempo a dificuldade que devem ter os partidos da oposição em contrariar tal realidade, e constatámos isto anteriormente.-----

As frases negativas, que a oposição inicialmente criou, e que repetidamente aqui vão reproduzindo, naquela ótica de que uma mentira repetida muitas vezes, possa passar um dia a ser verdade, vão ter de as substituir rapidamente.-----

Já ninguém acredita que o dinheiro está a ser desbaratado em festas, até porque há mais dinheiro do que o que havia e as festas como erradamente são apelidados os eventos, afinal uns até dão lucro e outros são autofinanciáveis.-----

A mentira tem perna curta e a verdade é como o azeite, vem sempre ao de cima.-----

Dr. Almeida Henriques, continue com toda a sua equipa autárquica a surpreender-nos positivamente como tem feito até aqui, a bem de Viseu e dos Viseenses que tanto merecem. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Cumpriu rigorosamente os 10 minutos. Tem a palavra o Deputado Ribeiro de Carvalho.---

----- **TRINTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Renovo os meus cumprimentos. De facto eu não estava para vir aqui. Primeiro que tudo, ouvi quase a repetição do discurso do Senhor Presidente

mas em exagerado, ou seja, os Senhores Deputados que apoiam o Governo da Câmara Municipal são mais papista que o Papa, nem Vossa Excelência se atreveu a dizer que a Câmara tinha conseguido 2 mil postos de trabalho, mas vem aqui o Senhor Deputado na maior das calmas dizer, Viseu tinha 6 mil sem posto de trabalho agora tem 4 mil, números redondos.-----

- Alguns Senhores Deputados intervêm dos seus lugares não sendo perceptível na gravação o que foi dito...-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Agradecia silêncio Senhores Deputados.--

- O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho retoma a sua intervenção dizendo: Se não se importa, agora é a minha vez, o senhor se quiser vem cá, está à vontade. Desculpe lá, eu nem sequer admito que o senhor me interrompa.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo está bem? Agradecia que não houvesse diálogo.-----

- O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho prossegue a sua intervenção dizendo: ... agora o senhor vai ficar calinho e vai ouvir. Esta Assembleia começou bem, a primeira pessoa que veio a esta Assembleia hoje falar, se bem se recordam foi o Senhor Presidente da Junta da Cidade, e da maneira como falou eu fiquei convencido que íamos assistir à mesma cena, que ele vinha outra vez propor um voto de louvor, mas depois vá lá, lá se reteve e não o fez. Quando ouvi o discurso agora do Senhor Deputado também me convenci que isto acabava num voto de louvor, pelos vistos não, de facto.-----

- Um Senhor Deputado intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.-----

- O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho prossegue a sua intervenção dizendo: Daqui a um ano? Muito bem.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Agradecia que não houvesse diálogo.-----

- O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho prossegue a sua intervenção dizendo: ... de facto Senhor Presidente da Câmara, há coisas que eu gostaria que fizesse o favor de nos explicar. Uma delas já perguntei e nunca foi respondida, quanto gasta a Câmara Municipal de Viseu em publicidade? Vossa Excelência, quando lhe fiz essa pergunta disse que eram trocos, *peanuts* ou ninharias, para mim números não é *peanuts*, não é trocos, não é ninharias, são números. Quanto é que a Câmara gastou em publicidade? Para além de ter contratado um técnico de publicidade mais um técnico de marketing eventualmente outras áreas seriam mais prioritárias, mas Vossa Excelência é que sabe, mas eu, essa pergunta gostava de facto que fosse respondida, porque muitas vezes, e sem menosprezo e independentemente da amizade que nos une e Vossa Excelência sabe que sim, estamos a falar de política, o seu governo de câmara é muito baseado naquilo que ao romanos chamavam “Panem Et Circenses”, aliás outro dia o Dr. Mota Faria até se enganou e veio para isso, mas na realidade.-----

Alguns Senhores Deputados intervêm dos seus lugares não sendo perceptível na gravação o que foi dito...-----

- O Senhor Deputado António Augusto Espinha Ribeiro de Carvalho retoma a sua intervenção dizendo: ... isso é um facto, isso é um facto, agora, de facto, festa é festa, obras Senhor Presidente da Câmara vai-me desculpar, eu não vi. Nas aldeias não as há, na cidade ainda menos, eu, tirando essa obra enorme e de enorme utilidade que já vem do exercício anterior eu confesso que não vejo grandes obras, estará Vossa Excelência a guardar-se para 2017? Sim, nessa altura há eleições. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Eu não poderia deixar de fazer um comentário, e penso ao referir-se a uma situação, eu vou dizer que estamos naquilo que se chama um ambiente, e com todo o respeito por todos, um ambiente político algo *sui generis*. É *sui generis* porque uma *gaffe* tem a ver com dicção, assumida relativizada, mas com uma *gaffe* ou uma pseudo *gaffe* ou como entenderem, uma *gaffe* permite uma análise

jornalística de fundamento de uma estratégia político-partidária. Depois temos a oposição de uma oposição, e ao mesmo tempo vem outra oposição porque não foi citada nessa gaffe, vem outra oposição lembrar que afinal também tem a ver com essa análise, porque não foi citada, só foi citada uma parte de uma oposição político-partidária. É óbvio que quando chegamos a esta fase e neste momento *sui generis* da vida política que é, há uma gaffe, há uma análise jornalística que legitima uma estratégia político-partidária, depois vem outra oposição, é óbvio que chegamos a um campo em que, estamos na política, não há inocência na política, como não há inocência no jornalismo, chegamos ao ponto final de um comentário, que agradeço ao Senhor Doutor ter-me permitido fazer.-----

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara. Já que não há mais nenhum -----

----- **TRINTA E OITO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito Obrigado Senhor Presidente. A primeira coisa que eu gostava de dizer é que eu dirijo-me sempre a esta Câmara com, enfim, a forma educada que tenho de estar na vida e custa-me quando às vezes pessoas que estão aqui eleitas pelo povo que me elegeu também a mim, não são educadas na forma como se dirigem a esta Câmara, e portanto, queria dizer ao Senhor Presidente que deve fazer reparos, eu quando estava no Parlamento se algum dia não me dirigisse ao Senhor Presidente e às Senhoras e aos Senhores Deputados era o próprio Presidente da Mesa independentemente do partido que chamava à atenção. Isto é uma casa onde a boa educação deve imperar. Este é o primeiro reparo. Segundo aspeto, gostava de dizer ao Senhor Presidente da Assembleia que para além da relação de amizade de longos anos que nos une e para além da cumplicidade neste projeto fantástico que estamos a desenvolver e que tanto nos mobiliza a nós e à comunidade de Viseu, quero-lhe dizer, que não é uma gaffe seja ela de que natureza for que vai beliscar minimamente esta relação de confiança e de amizade, e portanto, quero realçar aqui, que independentemente disto, destes *fait divers* de algumas pessoas que por vezes nesta Assembleia não usam da mesma honestidade que usam fora dela. Eu custa-me um bocado e quero agradecer os elogios, porque Senhoras e Senhores Deputados há muito tempo que eu não era, como todo o meu executivo tão elogiado como fui hoje aqui em todas as intervenções que foram feitas, e quero-vos dizer que nos sentimos orgulhosos e já agora também quero deixar aqui e partilhar com alguns dos Senhores Vereadores da Oposição, por exemplo, designadamente em relação a esta questão do Piaget, eu tive, quando expus este assunto na Reunião de Câmara, a solidariedade de todos os Vereadores presentes de todos os partidos, coisa que não vejo aqui, isto é, os Senhores Vereadores conseguem despir a sua partidarite, mas há pessoas que vêm para esta Assembleia Municipal defender a política do seu partido, para mim a política que está acima não é a do meu partido, são os cidadãos de Viseu. Primeiro os cidadãos de Viseu, depois os cidadãos de Viseu, terceiro os cidadãos de Viseu até ao limite. Eu não me subjugo a qualquer partidarite quando estou no exercício destas funções, eu respondo perante a população e quero aqui deixar bem patente que felizmente que a equipa que me acompanha, desde os meus Vereadores e Vereadoras, passando pelo meu Adjunto Jorge Sobrado, passando pelo meu Chefe de Gabinete Nuno Nascimento e passando por todas as pessoas que me acompanham e designadamente aqui também, o papel revelantíssimo que têm os 25 Presidentes de Junta, os 25, reparem que falo sempre em 25 Presidentes de Junta, falo de todos porque sei que qualquer um deles se tentarem levantar uma suspeição que seja sobre a forma como os tenho tratado, eu sei que eles vão ali aquela tribuna chamar mentirosas às pessoas que procuram às vezes lançar suspeições sobre as coisas. Eu tenho tratado todas as equipas em igualdade de circunstâncias, e quero-vos dizer, começando exatamente por aí, temos muito orgulho no trabalho que estamos a fazer nas freguesias. Eu não admito que se venha aqui tentar denegrir o trabalho das freguesias, quando se vem dizer, ”ó! só 20% de investimento nas freguesias”, 20% diretos, daquilo que é o investimento feito diretamente por contratos programa, não estamos a contabilizar aqui a mobilidade, não estamos a contabilizar o ambiente, não estamos a contabilizar a parte escolar, o desporto e por aí

fora, obviamente que não, se fizermos essa imputação, obviamente se nós temos 25 freguesias e uma grande parte do território se situa nas freguesias, o esmagador investimento do município obviamente que se reparte pelas diferentes freguesias. Ó Senhoras e Senhores Deputados, não é por se vir aqui dizer mentiras e partir de falácias que as coisas vão parecer melhores. Reparem, vir aqui dizer que o IMI aumentou, é falso, não aumentou nada, leiam, olhem, o relatório ainda agora foi apresentado, temos as contas dos dois últimos anos, não se venha dizer que a saúde financeira do município resulta do aumento do IMI, nem resulta do aumento do IMT, que no ano passado até reduziu, resulta sim de um exercício que nós temos feito, ao menos rendam essa homenagem de dizer que nós temos feito uma gestão muito harmoniosa da nossa autarquia e por isso é que temos uma boa situação financeira que nos permite trabalhar todos os dias. Eu começo pela solidariedade, sabem que eu prezo muito e é um dos pilares que eu elegi. Um dos pilares que eu elegi quando cheguei à Câmara foi exatamente a Área Social e todos os dias o pratico, nunca ninguém viu esta mão a mostrar a esta aquilo que se atribui, nunca ninguém verá Senhor Deputado do Partido Socialista que demonstrou alguma desonestidade intelectual na sua intervenção Alberto Ascensão. Olhe, nunca ninguém me vai ver nas televisões a capitalizar com a desgraça dos outros. Olhe, e a melhor, o Senhor Primeiro Ministro veio cá depois do incêndio para fazer o balanço, assim como eu o fiz. Agora, a melhor resposta à sua intervenção sabe qual é? Olhe, está aqui o Presidente dos Bombeiros que uns dias depois destes incêndios aprovaram por unanimidade um Voto de Louvor à atuação Câmara e ao Senhor Presidente da Câmara. Sabe que às vezes não é por estarmos nas televisões a dizer aquilo que não devemos, eu confio muito nos nossos Comandos, olhe, eu confio no Comando Municipal, eu confio no Comando Distrital, confio nos Bombeiros Municipais, confio nos Bombeiros Voluntários, confio nisto a atuar como um todo, e o senhor não sabe é que por trás disto tudo há sempre pessoas que estão a acompanhar, eu sei que o senhor e o Partido Socialista gostam mais do tal *show off*, de falar do que fazem e não daquilo que praticam, no caso concreto eu quero-lhe dizer que, as críticas que o senhor fez foram de uma injustiça total, e fico-me por aqui que é para não fazer outros juízos de valor de como se pode chegar aqui e procurar deturpar o trabalho onde todos nós estivemos envolvidos. Olhe, em todas as freguesias onde os incêndios deflagraram nós estivemos sempre presentes em todas as horas, desde os Presidentes de Junta até aos serviços da Câmara, em todo o momento, não faltou comida, não faltou gasóleo, não faltou apoio logístico, quando foram precisas as máquinas de arrasto elas lá estavam, e olhe, sabe que a coincidência, por acaso nesse dia mais crítico era exatamente eu que estava ao comando da Proteção Civil, estava e estive as horas que foram necessárias, portanto, injustiças eu dispenso, isto é, fale com quem esteve no terreno não seja papagaio Senhor Deputado, não seja papagaio, não vá para ali dizer aquilo que efetivamente não aconteceu, não fale por terceiros, olhe, não emprenhe pelos ouvidos, eu da próxima vez convido-o, na próxima época de incêndios eu convido-o a acompanhar os serviços do executivo durante a época de incêndios para depois não vir para aqui cometer as injustiças que cometeu e já agora deixe-me também que lhe responda, em matéria de Proteção Civil, o *expert* da fiscalidade agora transformou-se em *expert* também da Proteção Civil. Eu quero-lhe dizer que as opções tomadas pelo município são opções tomadas em concertação com os vários parceiros, olhe, nós temos tido muitas conversas coma Proteção Civil a nível nacional, temos tido muitas conversas com o CDOS e também com o CDOS Nacional, com as várias forças de bombeiros, estas opções não caem do céu, a opção da construção do quartel de bombeiros, que foi candidatada a fundos comunitários e que estamos à espera da decisão, faz parte de uma avaliação global da Proteção Civil do concelho, e é uma opção tomada com consciência porque eu quero que as pessoas que estejam durante o verão a combater incêndios estejam com condições mais muito eficazes do que aquelas que hoje estão. Faz todo o sentido que a Proteção Civil seja toda concentrada no Aeródromo, isso está em curso, estamos a tratar disso exatamente com o

Governo anterior e também com este Governo, portanto, as opções que estamos a fazer não caem do céu, não foi o Presidente da Câmara que acordou de manhã e disse assim: Vou candidatar agora a um quartel de bombeiros no Aeródromo, isto seguramente, eu sei que se o senhor estivesse se calhar no meu lugar fazia assim: Acordava de manhã dava-lhe uma veneta e tomava uma decisão. Nós não fazemos assim, olhe, nós antes de tomarmos as decisões mandamos avaliar no terreno, consultamos os nossos parceiros e depois decidimos, é assim que nós tratamos, portanto, que fique bem claro a questão, e já agora agradecer publicamente aos Bombeiros Voluntários, tinha aqui esta nota, do Voto de Louvor, que eu acho que não fiz mais do que a minha obrigação enquanto responsável máximo do concelho mas fiquei muito sensibilizado por saber que depois daqueles dias de aperto que passámos, e se calhar alguns estavam no conforto dos sofás das suas casas a ver as imagens na televisão, e nós andávamos no terreno a dar suporte às pessoas que andavam a combater os incêndios lá à frente, e fiquei muito sensibilizado com a população, quero dizer aqui que às vezes são estes pequenos gestos que acabam por nos compensar da dedicação que temos todos os dias, 24 horas por dia, 7 dias por semana, que é isso efetivamente que a minha equipa tem tido no terreno, e portanto, a sua intervenção Senhor Deputado Alberto Ascensão, eu diria que foi um bocado incendiária, foi mesmo incendiária do trabalho correto de terreno que temos vindo a fazer, no respeito à diversidade, nem toda a gente que está ligada à Proteção Civil tem que pensar da mesma maneira que por exemplo o Senhor Comandante da Proteção Civil Distrital, que muito prezo e que acho que tem feito um trabalho notável, nem todos temos que pensar da mesma maneira, mas posso-lhe dizer que a estratégia que estamos a seguir é uma estratégia perfeitamente concertada.-----

Passando agora à questão do investimento. Eu quero dizer que, fiquei aqui por alguns momentos com a ideia, pelo menos em três intervenções que havia uma informação para já que eu não tenho e que havia um gozo especial, “é pá, você perdeu um investimento que foi parar a um concelho vizinho” eu detetei, detetei na intervenção do Baila Antunes, detetei em mais uma ou duas intervenções “é pá você perdeu a fábrica de escapes” não sei do que é que estão a falar, sinceramente não sei do que estão a falar, mas tenho aqui coisas para vos mostrar, é que nestes 3 anos não estivemos a dormir, olhe, por acaso eu olho para o investimento nacional, seja estrangeiro ou seja o que for e está negativo e nós estamos positivos, olhe, neste momento estão a ser investidos no concelho de Viseu 132 milhões de euros, olhe eu não sei se o Hospital da CUF é virtual, mas ele está lá, olhe, no edifício já estão duzentas e tal pessoas a trabalhar lá, é seguramente virtual, não foi mérito nenhum da câmara. Olhe, a Casa de Saúde S. Mateus também é virtual, o investimento não está a ser feito nem está a criar postos de trabalho, a BizDirect também não está em Viseu, não está, por sinal na sua escola, a desenvolver trabalho com a sua escola e muito elogiado pelo seu Presidente do Politécnico que se ouvisse esta intervenção aqui, eu não sei, não sei como é que ele reagiria, dizia assim: Então o Politécnico está envolvido nestes projetos e o Professor Baila Antunes vem para aqui para a Assembleia Municipal dizer mal dos desenvolvimentos. Olhe, para já não falar do investimento da IBM, neste momento estão a ser recrutadas 120 pessoas entre Doutorados e Mestrados para um projeto que vai colocar Viseu no centro das tecnologias viradas para as Smart Cities que vai ser inaugurado pelo Senhor Presidente da República no início do mês de novembro, isto é virtual, seguramente que é, caiu do céu, não é, até nem começámos a negociar com sessenta e tal cidades a concorrerem para este desígnio e não ganhámos no final este projeto de investimento que até pode chegar bastante mais longe. Também é virtual que Viseu se vá transformar num *Living Lab* ou que se esteja a transformar num *Living Lab* no âmbito desta intervenção estruturante no âmbito da IBM, se calhar é virtual que a Habidecor esteja a construir a terceira fábrica em Viseu e que não tenha ido para outro concelho vizinho, se calhar também é virtual que a Beiranova esteja a fazer investimento em Viseu, ou a AIGA, ou a Pampilar, ou a Viselbi ou a Lovistin ou a Visipapel e por aí fora. Meus caros amigos,

honestidade, honestidade intelectual. Meus caros, eu sei que isto é pouco, é pouco para aquilo que nós queremos e para a ambição que temos, eu sei que de facto o investimento não foi privilegiado nos últimos 30 anos neste concelho, nas garanto-vos que neste momento grande parte do meu dia é passado a procurar captar investimento para cá, com os meus serviços, e tenho orgulho no trabalho feito, não ando a dormir, quer dizer, 22 contratos de investimento celebrados desde que chegámos á Câmara que representam 132 milhões de euros de investimento, que representam quase 1300 postos de trabalho, é de deitar para a rua, isso não vale nada, não vale nada nem a dinâmica que criamos. O facto de a câmara ter políticas viradas para a promoção turística, para as 1700 camas que temos, as 1700 camas estão cá, dirão, isto não é competência do município? Bem, se o município não dinamizar políticas, se estivermos à espera do Turismo do Centro seguramente que não vamos ter cá os turistas, a verdade é que eles têm vindo. Isto não é dinâmica para a economia? Isto não enche os restaurantes? Não enche Hotéis? Não ajuda o comércio tradicional? Meus caros amigos, quem quiser ser isento e eu até estou habituado a que o Professor Baila Antunes até seja uma pessoa que analisa as coisas com algum discernimento, só quem não quiser ver e de facto, olhem para isto, o gráfico é este, não foi o Partido Socialista que criou estes empregos no Concelho de Viseu, seguramente que não, a verdade é que o desemprego está a cair a uma média de 500 empregos por ano, ora, isto não é obra e graça do espírito santo, não cai aqui de qualquer maneira, nem obra da geringonça diga-se de passagem, aliás, o município é perfeitamente autónomo nisso. Não é por acaso que por exemplo nas transações que têm sido feitas no Centro Histórico, mais de metade são de emigrantes, isto é, de pessoas que nós fomos sensibilizando para investirem na sua terra, e portanto, temos aqui investidores da nossa diáspora a fazer investimento, agora, eu percebo que os senhores também estejam a aquecer os motores para as eleições daqui a um ano, mas também vos digo, se as críticas que têm para nos fazer caro Deputado Ribeiro de Carvalho, se depois de 3 anos de mandato, não vem aqui criticar a política educativa estruturante que estamos a seguir, não vem aqui criticar a política cultural estruturante que estamos a seguir, se não vem criticar a política desportiva que estamos a seguir, se não vem criticar a política ambiental que estamos a fazer do ponto de vista de investimento, se não vem criticar a política que estamos a desenvolver no Centro Histórico com os frutos perfeitamente visíveis, se não vem criticar, porque eu não o ouvi a si, não ouvi, honra lhe seja feita, não criticou a política de investimento, naturalmente como pessoa honesta intelectualmente reconhece que o esforço tem resultados, e repare, e resultados em contra ciclo com o país, digam-me um investimento que o Partido Socialista no seu Governo da geringonça já tivesse captado para o país desde que chegaram ao Governo, ainda não vi um, só vejo é todos os dias o investimento a decrescer, e o nosso concelho ao arrepio daquilo que é o nacional tem conseguido ultrapassar as dificuldades e trazer investimento, agora, quem quiser ser minimamente honesto intelectualmente seguramente que o vai reconhecer. Vir para aqui com críticas da área VIP, olhe eu vi lá muitos dos Senhores Deputados na área VIP, que por acaso até é dos patrocinadores, até é dos patrocinadores, não é da câmara, são os patrocinadores da Feira que têm como contrapartida terem aquela área para convidarem os seus clientes, isso acontece em todos os lados, vão aos festivais todos e às feiras todas por esse país fora e vejam se estas coisas não acontecem, não sejam provincianos está bem? Não sejam provincianos, tenham mente aberta, sejam mais cosmopolitas na vossa forma de pensar, não se agarrem a esses pormenores, é que eu nunca vi frutos a surgirem sem investimento, bem, e fico satisfeito quando atiram pedras aos elementos da minha equipa, é bom sinal, só se atiram pedras a árvores que dão frutos, portanto, é bom sinal quando eu vos vejo atirar pedras a pessoas que fazem parte da minha equipa, é sinal que eu estive bem a escolher, porque são boas pessoas, eu tenho de facto uma equipa da qual me orgulho muito nas diferentes dimensões. Mesmo quando aparecem revistas como a Evasões a fazer um número sobre Viseu, devemos estar satisfeitos porque isto é uma

forma de promover o que de positivo tem, mas isto não cai por acaso, isto não cai do céu, isto é resultado do nosso trabalho porque senão estas coisas não caíam do céu, não há nenhum território, que fique bem claro, eu sei que isto é difícil de preceder em algumas mentes não é? Mas, não é possível nós termos investimento, termos criação de postos de trabalho, termos turistas num território que não se promove, quem não se promove morre, e esta cidade tem 2500 anos de história, olhe, já o nosso Capitão Almeida Moreira há 80 anos percebia isto e os senhores não percebem, é que na altura até mandou fazer um filme que agora vai ser reeditado por nós com a colaboração da Cinemateca, um filme de promoção turística, já tinha um gabinete de propaganda na altura, portanto, um filme de promoção turística e é exatamente nessa altura que aparece a designação Viseu Cidade Jardim da Beira, é daí que vem essa designação de Cidade Jardim, e já agora falemos de qualidade, falemos também desse desígnio da Melhor Cidade para Viver, a Melhor Cidade para Viver constrói-se todos os dias, desde o primeiro dia em que tomei posse, isso está escrito no meu discurso de tomada de posse em que disse: Assumiremos o desígnio de Melhor Cidade para Viver como um desígnio diário na nossa atuação, assim como assumiremos a felicidade das pessoas como um bem supremo que procuraremos atingir, eu disse isto no dia da minha tomada de posse e tenho sido fiel naquilo que fizemos. A Melhor Cidade para Viver constrói-se todos os dias, no trabalho com os Senhores Presidentes de Junta fazendo face a algumas questões que nos são colocadas, com os nossos concidadãos que muitas vezes chegam junto a nós com problemas que de facto fazem sentido e que temos que melhorar, mas o trabalho também não se faz num dia, seguramente que quando eu sair da câmara, e o povo é que irá decidir, porque nestas coisas, há eleições e portanto, os senhores também têm a oportunidade daqui a um ano, saírem agora da toca, pelos vistos estão a começar hoje a sair, saírem hoje da toca e comecem a preparar as eleições, cá estarei para disputar convosco o próximo ato eleitoral e seguramente que vamos trabalhar com os argumentos da certeza do caminho que estamos a seguir, estamos com muita convicção e trabalhamos muito para ele, nós trabalhamos 7 dias por semana, nisso honra nos seja feita que não nos furtamos ao trabalho para conseguir atingir os nossos resultados. Depois o Carlos Vieira, Carlos Vieira não saia por favor, eu vou na próxima reunião do executivo... para já achei interessante, as suas intervenções têm sempre piada, porque vai abordando uns pormenores aqui outros acolá e se de facto esse é o juízo negativo da minha atuação, enfim, eu a quase que o convido a votar em mim nas próximas eleições, agora, eu vou fazer uma coisa, eu na próxima reunião do executivo vou nomeá-lo provedor do funicular, porque de facto a defesa que tem feito daquela infraestrutura implica que então passe a ter legitimamente a responsabilidade, passa a ser o provedor do funicular e passa-nos a fazer chegar todas as questões que diariamente se possam fazer ali e pronto, fica mais que legitimado para esse efeito.

O Senhor Deputado Carlos Alberto Vieira e Castro Rodrigues intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: ... podemos discutir depois disso. Já agora deixe-me dizer-lhe uma coisa, com toda a amizade e com a simpatia que tenho por si, eu acho estranho que não o tenha visto ir ali falar sobre o IP3 e as mortes no IP3 e que depois só fale no funicular. A questão do acidente que lamento sempre, qualquer acidente é lamentável, mas repare, nós sinalizámo-lo, pusemos lá pessoas a acompanhar aquilo porque efetivamente nós não queremos que haja acidentes naquele sítio, e se a infraestrutura tem uma ou outra deficiência, nós temos que conviver com ela porque ela foi construída assim, agora, tem que se reconhecer o seguinte: Nunca esteve tão bem sinalizado o espaço como esteve este ano e com um segurança ali quase o tempo todo a tentar evitar, agora, se as pessoas... ainda há bocado me estava a falar da Serpa Pinto, que eu saiba a Serpa Pinto não faz parte do terreiro da Feira não é, e portanto, se alguém tem ali um acidente... agora, não o vi com a mesma veemência a ir ali criticar o Governo

pelo facto de não sinalizar melhor o IP3 para evitar acidentes, eu gostava de o ter visto lá, olhe, eu infelizmente ainda há dias tive uma amiga que morreu lá, e fiquei profundamente chocado, e já não é a primeira pessoa das minhas relações, e gostava de o ver lá. Já agora em relação à Escola da Ribeira. Olhe, eu tenho estado com o pais, tenho estado com o professores, tenho estado com os auxiliares, e dou a cara, discuti com eles inicialmente, disse assim: Nós vamos fazer isto em 3 anos, e estamos a fazer, está a ver, estamos a fazer, é isso que nos dá satisfação, é que prometemos e fazemos, há outros que só falam não é? Mas há outros que olhe, que têm trabalho para mostrar nas diferentes variáveis. Por último dizer que quando não há honestidade na avaliação dos problemas é melhor não se responder, há pessoas de facto de uma desonestidade absoluta, e que acham que é chegar ali e debitar números que estão errados, debitar pressupostos que estão errados, procurar deturpar frases que não são assim, mas enfim, também já estou habituado e portanto não vou seguramente ir por aí, agora, há uma coisa que eu vos posso assegurar, é que todas as coisas que nós lançarmos na câmara obedecerão sempre ao princípio da transparência e se o Governo Central tiver que entrar com dinheiro para obras que nós fazemos, não abdicaremos delas, colocaremos sempre os interesses dos cidadãos de Viseu acima de tudo, e já o provámos, em várias ocasiões nos temos substituído ao Estado Central, construímos o acesso à... já estão esquecidos, mas construímos o acesso às urgências porque achámos que era importante para toda a comunidade que beneficia diariamente, e não regateámos, assumimos a construção da Escola Grão Vasco e da Escola Viriato sem termos nenhuma garantia de que haja contrapartida nacional, agora o que vos digo é o seguinte: Se a contrapartida nacional for distribuída a outros municípios nós também queremos, como é óbvio, isto é, se há outros municípios que vão receber a contrapartida nacional nós também queremos ter direito a essa contrapartida nacional ou uma parte da contrapartida nacional, não vamos perdoar a um Governo seja ele qual for, até porque nós não temos palas, não olhamos para os Governos consoante a ideologia que lá está, e por acaso às vezes até estranhámos como certos partidos que tinham uma atitude tão reivindicativa, de um momento para o outro perderam a atitude reivindicativa, eu já nem vejo os sindicatos, aliás, à noite vejo o telejornal, já raramente vejo algum sindicato na rua, parabéns ao Partido Socialista que de facto tem parceiros que têm uma relação muito estreita com os sindicatos e que no fundo os tem tirado da rua. Deputado Carlos Cunha está desatento em relação ao estacionamento. Houve um concurso público internacional que foi lançado, já terminou o prazo, já entraram as propostas, portanto, era um concurso público com pré-qualificação que foi aprovado aqui, não sei se recorda disso? Recorda-se. E esse concurso público tem lá exatamente tudo dito, é a empresa concessionária que vai construir o parque de estacionamento no logradouro atrás da Igreja da Misericórdia ao lado junto ao Funicular e na Capitão Silva Pereira e que obviamente que as alterações futuras no Centro Histórico só se consumarão, designadamente tirar o estacionamento e o trânsito das 4 praças quando todas estas condições estiverem criadas, e alicerçada como também está lá dito no Caderno de Encargos, na base de uma tecnologia aberta, isto é, de um *software* aberto que nos vai permitir até se perceber, só para terem uma ideia, vai ser possível chegar, ir ao *iPad*, ou *iPhone* e verificar se tem um lugar vago na Rua Francisco Alexandre Lobo, porque o próprio sistema que está instalado vai permitir ter este tipo de resposta, é a nossa *Smart City*, é a nossa cidade inteligente a trabalharmos, isto é, trabalharmos a questão da mobilidade de uma forma abrangente como já de manhã me referi a ela, portanto, trabalhar a mobilidade nas suas diferentes vertentes e ir introduzindo também tecnologia que ajuda à eficácia, isto é, ajuda a que os cidadãos possam usar melhor as infraestruturas e tendo um objetivo, que é desincentivar os cidadãos de andarem de carro e passarem a andar em transportes públicos, portanto, os seis autocarros que vão circular na área urbana e que têm a possibilidade de ver no telemóvel a que horas eles passam, passando de dez em dez minutos em cada um dos sentidos seguramente que vai ter um efeito nas diferentes pessoas da população a

pensarem, eu vou ao hospital escuso de levar o carro, vou no transporte público, ou vou para a escola e vou no transporte público e até posso levar a bicicleta atrás pendurada no transporte público para chegar lá e depois vir para casa de bicicleta através das vias cicláveis, portanto, o nosso sistema de mobilidade é neste momento até, no seu desenho, e foi feito com prata da casa, só recorremos a um consultor externo que foi o Engenheiro Stussi e o resto foi envolvimento da equipa da Câmara, é considerado neste momento, dentro da nova legislação o sistema mais modelar e mais completo do ponto de vista da mobilidade, e portanto, agora obviamente que os concursos estão a decorrer e seguramente que vão levar a boas soluções. Em relação à Polícia Municipal, também foi assumido que na reabilitação deste dois edifícios que adquirimos atrás da Igreja da Misericórdia do edifício da direita, uma parte vai ser alocada a alojar a Polícia Municipal que é uma forma dela também estar presente de uma forma permanente no Centro Histórico.-----

Quanto às Assistentes Operacionais, meu caro Carlos Cunha, nós temos um rácio de 1 para 16, isto é, nós temos um rácio que é metade do rácio nacional. Se nós olharmos às escolas que temos hoje no concelho, as escolas que estão sob a responsabilidade do município têm um rácio de 1 para 16, as escolas que são da responsabilidade do Poder Central chegam a ter 32, 34 e até 36, agora, nós não nos podemos substituir ao Estado Central, eu não posso agora pôr-me a contratar pessoas, para no fundo permitir que... o Estado central é que tem que se chegar à frente, aliás, o Senhor Secretário de Estado quando nos visitou foi confrontado com essas situações e reconheceu que há um défice de assistentes operacionais nas escolas do estado, então, o Governo tem que honrar aquilo que tem que fazer. Em relação ao Fontelo, o Fontelo vai ser um processo que vai durar para aí uns três ou quatro anos a sua reabilitação, portanto, a Mata do Fontelo, a Mata Quinhentista do Fontelo está a ser, e é um projeto feito dentro da câmara, não o fomos buscar fora, fomos buscar todo o histórico de acompanhamento, já começou, já começaram a ser recuperados os azulejos, já há muitos azulejos no parque do Fontelo recuperados por uma equipa que nós temos trazido lá, vamos agora começar a recuperar uma parte das fontes do Fontelo, depois vamos começar a recuperar o empedrado, estamos a falar de um investimento superior a um milhão de euros não é? Para além da classificação que estamos neste momento a tratar dela, e há no nosso projeto, lá está, é a vantagem de nós fazermos os projetos com quem sente as questões em vez de contrarmos consultores externos, porque obviamente que no projeto do Fontelo, o Solar do Vinho do Dão, o Paço Episcopal vai recuperar os seus jardins originais, e passa a haver uma abrangência maior e vamos procurar também de alguma maneira disfarçar a volumetria do Estádio do Fontelo que acaba por ser um elemento agressor do ponto de vista da paisagem da Mata Quinhentista do Fontelo. Portanto, o projeto está praticamente concluído, ainda na semana passada tive duas reuniões de trabalho com a equipa técnica da câmara que não está só a fazer isto, está a fazer outras coisas, mas será uma recuperação que se aparecer um programa comunitário onde eu a possa candidatar, ok, candidato e vou buscar 85% se não, vamos fazer este desígnio em três quatro anos fazendo uma parte por ano, aliás, o projeto está ser feito exatamente desta maneira faseada e cada vez mais temos que nos habituar a isto, há fundos comunitários avançamos de cabeça, não há fundos comunitários vamos fazendo todos os anos uma parte até atingirmos o objetivo, portanto, deixar também esta nota em relação ao Fontelo. Sobre o Piaget já falámos e já agora deixem-me dizer, esta questão do Piaget, fico triste quando vejo que para além de insensibilidade social, há insensibilidade burocrática. A insensibilidade burocrática é muito má, ainda bem que eu não a senti no executivo camarário essa sensibilidade por parte dos Vereadores do Partido Socialista, que estiveram solidários com as pessoas do Piaget, ainda bem que se verifica que há pessoas dentro do Partido Socialista com sensibilidade social e que percebem que não é por uma questão de freguesia A ou B, democraticamente, está lá o Campo e Abraveses, eu fartei-me de falar com a Senhoras

Secretária de Estado e disse-lhe assim: Olhe, mas quer agora compor uma coisa que está mal do ponto de vista administrativo com outra que também está mal? Então e as crianças? E os meninos? E os meninos que iam ser separados dos irmãos? E aqueles meninos com necessidades especiais que iriam parar a uma escola muito maior sem estarem devidamente enquadrados? Olhem que eu porei sempre acima de tudo a reflexão sobre as pessoas que estão em causa. Eu estou a ver a cara dos pais, estou a ver a cara dos miúdos e se a Senhora Deputada fosse lá ia pensar como eu, porque, sabe que isto, ver a estatística e dizer assim: Nós queremos acabar com os colégios privados, os ricos que paguem a crise não é? E que paguem os colégios privados. O Instituto Piaget, portanto, a EBIS Jean Piaget é uma escola diferente, diferente do ponto de vista da sua implantação física, porque é emblemática do ponto de vista do local onde está. Nós temos que ter uma escola ali, se não for esta tem que ser outra a cumprir essa função e temos que ter sensibilidade social, eu não estou nada preocupado pela forma como o vou fazer, eu também tive essa ameaça, aliás, falei de ameaças, eu tive essa ameaça da Direção Regional a dizer: Mas o senhor vai violar a Lei. Não, esteja descansado que eu nunca violo a Lei, quando faço as coisas sei o que é que estou a fazer e sei como é que hei-de atingir o objetivo, agora, que aquelas crianças não vão ficar sem apoio, pode tirar o cavalinho da chuva, elas vão ter apoio, mesmo que o Governo não o queira dar. Também acho uma imoralidade embora volte outra vez atrás, eu gostava mais de ver a Senhora Deputada ali com sensibilidade social, é mulher, é mãe, enfim, tem todas estas componentes, é uma responsável pública, gostava de a ver dizer assim: Não, olhe, eu assumo aqui um compromisso em nome do Partido Socialista que vamos procurar ao longo deste ano demover o Governo Central desta injustiça que cometeu com esta escola, ele vai voltar atrás e que vai repor os 160 mil euros que faltam, portanto, eu esperava essa sensibilidade da sua parte, mas enfim, as atitudes ficam com quem as toma e portanto, a Senhora Deputada será julgada também pelas suas atitudes...-----

- A Senhora Deputada Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva intervém do seu lugar não sendo perceptível na gravação o que foi dito.-----

- O Senhor Presidente da Mesa intervém dizendo: Senhora Deputada, não queremos diálogo.-----

- O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo: ... por essa lógica de partidarite aguda que denota aqui na Assembleia Municipal.-----

E pronto, por último deixar aqui também uma referência ao Deputado Manuel Teodósio enfim, às vezes à oposição é difícil ouvir intervenções ponderadas, que fazem uma avaliação justa das coisas, a verdade é que nós hoje aqui, quer no Período de Antes da Ordem do Dia, quer agora neste período de perguntas à Câmara, não vi pôr em causa uma política estrutural do município nestes 3 anos, vi *fait divers*, “ai e tal, porque o seu IMI aumentou, por isso é que as receitas sobem, porque há uma área VIP não sei aonde”, o que eu vi foi *fait divers*, não vi aqui uma discussão séria de aprofundamento dos dossiers. Meus senhores, aconselho-vos uma coisa, estudem os dossiers, venham aqui apresentar-me questões concretas com os dossiers devidamente estudados, eu terei sempre muito gosto em responder com toda a paciência do mundo e com toda a humildade democrática que tenho. Isto é, eu nunca deixarei de responder a todas as questões que me coloquem, sendo que quando elas forem colocadas de uma forma assertiva e ao mesmo tempo de uma forma honesta eu respondo, quando as pessoas partirem da subversão dos factos para me levarem a entrar na tal “arena” eu na “arena” não tenho jeito para estar, não tenho, sinceramente. Gosto do debate político, gosto da troca de ideias, gosto de debater ideias, agora trocadilhos, e ao mesmo tempo insinuações eu para esse peditório não dou, em circunstância alguma, não o dei na campanha, não o dei ao longo destes 3 anos, nem darei no futuro, não dou para esse peditório. Eu estou no município como Presidente da Câmara eleito pelos Viseenses que me deram a sua confiança, e espero vir a estar pelo menos mais um mandato ao qual me irei recandidatar e prestarei contas a quem tenho que prestar, e a

peessoas avaliarão, depois cá estaremos para discutir aonde é que isto nos leva, agora ninguém me verá a demover um milímetro da defesa dos interesses da minha terra, da terra que eu amo muito, porque de facto eu amo esta terra e todos os dias coloco esse amor ao serviço da minha terra, e vou continuar. Obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Pediu primeiro o Senhor Alberto Ascensão. Três minutos, é a segunda intervenção. -----

----- **TRINTA E NOVE – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente da Mesa, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, Senhores Deputados da Assembleia Municipal, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Não se trata de uma segunda intervenção, mas sim de um protesto, mas o tempo é o mesmo é a mesma coisa. Senhor Presidente da Assembleia, quando no início da sua intervenção o Senhor Presidente de Câmara fez um reparo relativamente aos reparos que o Senhor Presidente da Assembleia devia fazer a determinado tipo de linguagem utilizada pelos Deputados pensei que íamos ter aqui uma intervenção da sua parte com alguma contenção verbal no mínimo. Afinal não, descambou, escorregou o pé para a chinela, e assistimos aqui a uma resposta, a verdades que são verdades, que custam a ouvir, porque as verdades custam a ouvir quando não correspondem aquilo que nós não queríamos que alguém dissesse, ou alguém as confrontasse com elas, mas são verdades, são factos, são constatações. Não há aqui papagaios, não há aqui desonestidade, desonestidade política, não intelectual, é alguém querer que o Primeiro-ministro venha ter consigo ao local onde exerce as funções, mas ao mesmo tempo não querer ouvir que devia estar no local do seu concelho onde também ocorrem exatamente os mesmos acontecimentos. Senhor Presidente da Assembleia, eu quero deixar aqui bem explicito um protesto veemente, eu uso muitas vezes o termo veemente, mas aqui é de facto usado com mais força ainda, que não admito a ninguém que colem o meu nome ou ao meu nome a palavra desonestidade seja ela em que termos forem, jamais. Quando me quiserem chamar de desonesto, demonstrem-me que assim é, porque o trabalho que eu aqui trago é fruto do meu interesse por estas causas pelo meu concelho, por onde também fui eleito exatamente pela mesma população que elegeu todas as pessoas que aqui estamos. Não admito, e deixo isto bem frisado Senhor Presidente da Assembleia, não admito nem ao Senhor Presidente da Câmara que me acuse de desonestidade seja ela em que termos forem, intelectual, política, pessoal, muito menos pessoal, e felizmente não descambou para aí, mas não admito, e fica aqui o meu repúdio absoluto pelos termos que usou relativamente ao trabalho honesto e interessado pela população de Viseu que eu trouxe aqui e que com o qual procurei contribuir para o desenvolvimento do nosso concelho. Muito obrigado Senhor Presidente.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **QUARENTA – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Muito obrigado Senhor Presidente. Eu não posso deixar de lamentar e de repudiar frontalmente a forma como o Senhor Presidente há pouco se dirigiu a mim. Eu gosto muito de brincar, mesmo aqui há que dessacralizar um pouco este espaço de democracia e acho que a contundência verbal levada ao extremo faz lembrar sempre aquele quadro Goya em que estão dois homens à paulada um ao outro, enterrados na lama até ao joelho, e a gente imagina que quanto mais se batem mais se enterram na lama. Portanto, eu acho que temos que levar as coisas de uma forma mais ligeira porque isso até pode ajudar a esclarecer melhor aquilo que se está muitas vezes a debater. Quando o Senhor Presidente diz que eu me preocupei mais com os acidentes no funicular do que com as mortes no IP3 Senhor Presidente, isso nem é intelectualmente sério nem é verdade, porque eu ainda hoje falei aqui na questão da requalificação e lembrei que eu, em nome do Bloco de Esquerda tinha apresentado uma proposta, uma Moção que foi aprovada, creio

que por unanimidade para a requalificação do IP3 e creio que já o tinha feito no mandato anterior, e mais ninguém do que o Bloco de Esquerda tem... ainda fizemos uma campanha pela requalificação do IP3 com a presença da Catarina Martins porta-voz do Bloco de Esquerda, e fizemos um comunicado e ainda há pouco falei nisso que, insurgi-me contra a declaração do Secretário de Estado Sérgio Monteiro quando disse que se o Governo PSD/CDS requalificasse o IP3 nenhum empresário faria a autoestrada para o sul. Portanto, é pá, brincar está bem, agora, aceito, não sou nenhum vidrinho, como o Senhor Presidente sabe tenho algum jogo de cintura, mas sinceramente não posso admitir porque naturalmente que as mortes no IP3 sempre me preocupam, não é por acaso que eu apresento aqui propostas no sentido da requalificação, e estar a misturar mortes no IP3 com acidentes na Feira, quando é isso que veio aqui à colação, é estar a misturar coisas completamente diferentes, em patamares diferentes, que não têm nada a ver uma coisa com a outra, sinceramente alguma contenção às vezes também não é demais.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra ao Senhor Presidente.-----

----- **QUARENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito Obrigado Senhor Presidente. Ó Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Eu tenho o maior respeito por este órgão e pelas pessoas que cá estão, agora eu também não posso aceitar que o Presidente da Câmara esteja disponível para ouvir tudo e mais alguma coisa e os senhores se comportem como “virgens ofendidas” não é? Não se podem comportar como tal. Quem vai à guerra dá e leva, isto é, se os senhores vêm para aqui com argumentos muitas vezes até ofensivos do trabalho que fazemos honestamente no dia-a-dia e depois querem que eu vos passe a mão pelo... pela cara ou pela cabeça, não podem esperar isto, Senhor Deputado Alberto Ascensão, eu continuo a afirmar, aquilo que disse é um ataque político, não é um ataque pessoal, tenho a maior das considerações por si, e sabe disso, há longos anos que convivemos neste órgão. Tenho a maior das considerações por si, agora continuo a achar que a sua intervenção política foi desonesta do ponto de vista intelectual não é? Em relação ao Carlos Vieira, pensei que de facto tivesse mais jogo de cintura, é pá, vou ter mais cautela na próxima, mas também lhe vou tolerar menos a brincadeira, isto é, quando ali for brincar eu também vou dizer que fico ofendido com as suas brincadeiras, e provavelmente vamos ter que nos começar outra vez a tratar com mais, enfim, não com a amizade que habitualmente temos, mas vamos ter de voltar outra vez a um tratamento mais formal de Presidente da Câmara para Deputado Municipal e pronto. Olhe, Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho não se queixou, eu até brinquei um pouco com ele, até brinquei um pouco com ele em nome da amizade. Portanto, os senhores não, podem querer dois tratamentos diferentes não é? Sol na eira e chuva no nabal não é possível, agora, se os senhores vão ali e dizem o que entendem eu tenho que encaixar, os senhores também tenham capacidade de encaixe, má educação eu nunca tenho em relação a ninguém, portanto, também não admito a ninguém que tenha má educação em relação a mim.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Agradecia que não houvesse diálogo. Ok. ... mas ó Senhor Deputado tem a palavra. Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho se quiser.-----

----- **QUARENTA E DOIS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Reiterando os meus cumprimentos, eu apenas queria dizer três coisas. Quando diz que as intervenções foram mal-educadas, Senhor Presidente da Câmara, quem trata o Governo da Nação por geringonça na qualidade de Presidente da Câmara está com certeza a colocar-se a esse nível, primeiro ponto. Em segundo lugar, para dizer o seguinte: Vossa Excelência não fica mais valorizado por virem aqui comlouvaminhas, Vossa Excelência faz o seu trabalho as pessoas reconhecem, agora, louvaminhas a mim sempre me disse pouco e é a segunda vez desde que eu sou Deputado nesta legislatura que venho reagir contra louvaminhas. Não é necessário, nem Vossa

Excelência precisa disso. E em terceiro lugar, por eu ter dito a brincar, e o Dr. Mota Faria nem entendeu de outra maneira a história do circo, tanto assim que até sorridentemente me disse o que disse, isso não pode permitir-lhe que não responda à minha pergunta, porque então está-me colocar na posição das pessoas que estão aqui a fazer um grande *show*. Eu não estou a fazer *show* nenhum, eu de facto gastava de saber quanto é que o município gastou até hoje em publicidade? Vossa Excelência nunca respondeu, porquê? Essa pergunta é sagrada? Eram as três coisas que eu queria dizer.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Encerramos? Não há mais nenhuma questão? Senhor Presidente da Câmara tem a palavra.-----

----- **QUARENTA E TRÊS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Ó Senhor Deputado, já agora dizer-lhe com toda a amizade, geringonça é um termo que até já o Senhor Primeiro Ministro utiliza, portanto, não vejo aonde é que esteja o ofensivo disto, quando é o próprio Primeiro-ministro que hoje nos debates diz afinal a geringonça funciona, pelos vistos já entrou no léxico, é o léxico político, não tem nada de ofensivo. Olhe, se falar com os elementos do Governo todos lhe dirão que eu sou a pessoa mais colaborante e mais respeitosa que existe. Não existe mais nenhum Presidente da Câmara, podem ser tão respeitosos e colaboradores como eu, mais não são, porque tenho o respeito institucional das pessoas concordando ou não concordando, e vou continuar a tê-lo, agora quando o senhor vem aqui dizer que os louvaminhas, não sei se foi esta a expressão usada, também estar a ser ofensivo para os meus companheiros de partido que vêm aqui corroborar da política, porquê? Queria que eles viessem aqui dizer que não concordam? Eles também o dizem, e com toda a liberdade, agora o Senhor Deputado não pode é querer que toda a Assembleia tenha a sua visão, o senhor tem a sua e eu tenho a minha e toda a gente tem a sua. Agora em relação às contas, o Senhor Deputado tem aprovado todos os anos as contas, vá lê-las, faça o seu trabalho. O seu trabalho sabe qual é? As contas são públicas, estão publicadas as dos dois últimos anos, os últimos 6 meses até já estão com a revisão do Revisor Oficial de Contas, o senhor faça o favor de fazer o seu trabalho, eu não tenho que andar a fazer o seu trabalho, o senhor trabalhe que tem bom corpo também não é? E portanto, faça o favor de ver as contas e vá lá às rubricas que está lá tudo. Olhe, todas as despesas da câmara são tomadas democraticamente, levam-se a reunião de câmara, são tomadas de acordo com os procedimentos administrativos, o Tribunal de Contas até agora não nos fez nenhum reparo, não se me consta que nas inspeções que temos tido tivéssemos tido qualquer reparo, as coisas são feitas dentro da Lei, agora, se o senhor vem aqui ... isso é que eu poderia considerar ofensivo, quando o senhor vem aqui fazer estas perguntas está a duvidar da minha honestidade, olhe, consulte as contas, faça o seu trabalho de casa, faça o seu trabalho de casa que é essa a sua obrigação.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então ao Ponto Dois da Ordem de Trabalhos e por isso colocava à APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI – TAXAS. Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **QUARENTA E QUATRO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Iria solicitar ao Senhor Presidente da Mesa que se pudesse apresentar os três juntos?-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Punha à consideração da Assembleia a discussão em conjunto e a votação separada. Alguém se opõe? Pronto. Então dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **QUARENTA E CINCO – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Obrigado Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Em relação a estes 3 pontos, eles são autónomos porque a Lei assim o obriga, a que tenhamos de fazer aqui deliberações autónomas, estes 3 pontos foram votados por unanimidade dentro do executivo camarário e são três pontos que têm a ver com a nossa política municipal no que diz respeito ao IMI e portanto, ele faz sentido ser apresentado globalmente, primeiro porque desde logo no

ponto dois, estamos a propor que se mantenha a taxa de 0.3 no IMI, que é a taxa mais baixa que a Lei nos permite e é o terceiro ano efetivo, portanto, o primeiro ano efetivo em que esta taxa produziu efeitos foi o nosso primeiro ano de mandato, há dois anos o segundo e este ano que está em curso é o terceiro e portanto, aquilo que estamos a propor é que no quarto da nossa responsabilidade coloquemos a taxa de IMI em 0.3 que é aquilo que Lei nos permite, e porque é que o fazemos? Porque apesar de ser uma das principais fontes de receita do município, aliás, o município tem de receitas de impostos, o IMI, o IMT e o IUC, portanto o Imposto Único de Circulação, são os três principais impostos que acabam por alimentar a receita do município, mas temos tido a preocupação em ter uma política amiga das famílias e no caso que desonere aquilo que é o contributo que as famílias dão anualmente para este contributo e portanto, mantemos o nosso município com a taxa mínima, enfim, independentemente de estarmos aqui a abdicar de receita, acho que felizmente a saúde financeira do município também o permite. Depois, no ponto seguinte, no Ponto Três, continuamos coerentes com a política que seguimos no ano passado que é uma política pró-natalidade, portanto, no nosso pacote de medidas pró-natalidade, ainda nem sequer estava aprovado na Assembleia da República, nós já estávamos a aprovar e a dizer que iríamos colocar o IMI amigo das famílias. Tenho pena que as políticas pró-natalidade não tenham uma lógica mais estável, o Governo anterior pôs 15% para as famílias com dois ou mais filhos e 20% para as famílias com três ou mais filhos, vem o outro Governo altera já esta política, isto é, as famílias que este ano pagaram o IMI, vão ver que no próximo ano vão ver o seu IMI, enfim, as suas reduções diminuídas porque efetivamente passa a haver um valor fixo. O que o Orçamento de Estado nos permite hoje é aprovar aqui 40 euros para o caso de dois dependentes e 70 euros no caso de três ou mais dependentes, isto porque mantemos a firme determinação que devemos ter aqui uma política amiga das famílias com dois ou mais filhos no sentido de estimular também a própria natalidade com as diferentes medidas que temos neste momento nesta área, portanto, aquilo que aqui estamos a propor é, respeitando a Lei que temos que respeitar, é o Orçamento que está em vigor neste momento, foi aprovado maioritariamente pela Assembleia da República, nós só podemos aprovar aqui a redução de 40 ou 70 euros de acordo com aquilo que foi aprovado na Assembleia da República. O Ponto três tem muito a ver com a política de reabilitação urbana, portanto, nós propomos aqui por um lado minorar a taxa de IMI a aplicar em 5% a todos os prédios urbanos situados na ARU, portanto, na tal área de reabilitação urbana alargada, que hoje abrange também a zona da Ribeira, abrange a Ruas das Bocas e ao mesmo tempo também o Bairro Municipal e a área da Cava de Viriato, portanto, minorar a taxa de IMI a aplicar em 5% exceto para os prédios degradados, no sentido também de funcionar aqui como uma política de penalização de quem não trata das suas casas. Minorar a taxa de IMI a aplicar em 15% aos prédios urbanos arrendados que cumpram satisfatoriamente a sua função de acordo com o que está estabelecido na Lei e portanto, essa taxa em apreço é cumulativa com a taxa do nº6, portanto, podemos ter 5 mais 15, e depois majorar a taxa, isto é, pôr a pagar mais, 30% para aplicar aos prédios degradados, exatamente para que as pessoas titulares desses prédios degradados façam por encontrar uma solução, e o próprio município vai ajudando a encontrar uma solução porque os prédios degradados põem em perigo a segurança das pessoas e bens, e não estando ocupados muitos deles têm que ser objeto de reparação. O universo que estamos aqui a falar, estamos a falar de 1038 prédios urbanos, os prédios considerados para efeitos da aplicação das taxas estamos a falar de 931 portanto, não são considerados os prédios de propriedade municipal ou do estado central, ou de entidades públicas, onde há isenção de IMI. Aplicando esta proposta que aqui trazemos 121 prédios serão majorados em 30% por se encontrarem degradados, 72 prédios serão minorados em 20%, 648 frações minoradas em 20%, e os restantes prédios serão minorados em 5%. Portanto, há aqui uma política fiscal exatamente para incentivar as pessoas que recuperam os seus prédios e penalizando aquelas que efetivamente não os

recuperam. Portanto, isto está tudo integrado com a política que temos vindo a seguir designadamente com os incentivos à reabilitação do Centro Histórico, e gostava de recordar aqui que neste momento há um incentivo que é da competência municipal que é designadamente a isenção de taxas e licenças de ocupação da via pública para imóveis que sejam reabilitados no Centro Histórico, que respeitem, digamos que, não haja alteração da sua configuração, portanto, estamos aqui no fundo a incentivar a que a reabilitação seja feita de uma forma genuína, depois há a redução do IVA nos serviços, taxa de IVA reduzida nos imóveis que sejam reabilitados no Centro Histórico, isenção de IMT na sua transação e isenção por 5 anos do IMI depois da transação e da sua reabilitação. Portanto, no fundo são políticas muito visíveis que temos vindo a seguir para além do trabalho que a SRU a Sociedade de Reabilitação Urbana faz diariamente de acompanhamento dos promotores, designadamente levando via Estaleiro/Escola a que sejam reaproveitados materiais e que se faça aquilo que nós chamamos uma reabilitação genuína aquilo que eu gosto de chamar, a reabilitação com alma. Portanto, acaba por ser uma política perfeitamente coerente com aquilo que é a política que temos hoje no Centro Histórico e portanto, nos propomos mantê-la no próximo ano de 2017. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Algum dos Senhores Deputados quer intervir sobre estes três...tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **QUARENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Obrigado Senhor Presidente. Como já é tarde dispensam-me certamente os cumprimentos da praxe. Relativamente ao ponto dois, naturalmente que estamos de acordo com a proposta de manutenção da taxa mínima do IMI, portanto, de 0.3, de acordo com o preceituado no artigo 112 do código do IMI. Relativamente ao ponto três, a redução de taxas para famílias numerosas, a redação do artigo 112 A do Código do IMI tem a ver com o assumir a nível da política do Governo da necessidade de implementar medidas a nível de fomento da natalidade e do apoio às famílias numerosas. Ao verificarmos o teor da Lei e o confrontarmos com a proposta do município damos conta que apenas um desses objetivos é levado em conta, o apoio às famílias numerosas. Fica-se assim com a ideia de que ao ser menos “generoso” que o Governo o município concretiza uma injustificada discricionariedade negativa às famílias que têm apenas um dependente, não se compreende a razão de ser da opção municipal em deixar de fora do benefício os casais com apenas um filho, até porque a bem dizer haveria todo o interesse em beneficiar esses casais com apenas um filho, que por vezes só não têm mais filhos porque as dificuldades económicas não incentivam naturalmente demonstrando-lhes que o município é sensível à situação familiar dessas pessoas desonerando-as fiscalmente e que está ainda disposto a aliviar ainda mais a carga fiscal sobre património se o número de filhos aumentar. Por outras palavras, desejável seria que este benefício fiscal fosse ampliado para os casais com apenas um filho, já que o artigo 112 do CIMI permite a dedução fixa de 20 euros para os prédios ou parte dos prédios urbanos destinados à habitação própria permanente dos sujeitos passivos com dependente a cargo. Pessoalmente considero injusta qualquer destas deduções sujeitas ao número de filhos e antes a considero ser desejável e mais justa uma dedução ou taxa especial para qualquer habitação própria e permanente, aliás, considero eu e o Bloco de Esquerda tem defendido isso, defendeu isso inclusivamente na Lei que aprovou o Orçamento de Estado para este ano, portanto, defendeu um conjunto de alterações ao Código do IMI, é o Estatuto de Benefícios Fiscais, como sejam a redução dos benefícios fiscais em sede de IMI concedidos até agora a fundos de investimento imobiliário, a reintrodução de uma cláusula de salvaguarda quanto aos aumentos de IMI prevenindo a perda acentuada do rendimento disponível das famílias em função dos aumentos de IMI, cláusula de salvaguarda essa apenas aplicada aos imóveis que sirvam de habitação própria e permanente ao sujeito passivo. Continuamos a defender uma forma ainda mais ampla de tributação do

património como se sabe, porque subsistem iniquidades na tributação em sede de IMI que poderão ser objeto de correção, nomeadamente tratar, dar privilégio em sede de fixação de taxa de IMI aos prédios destinados a habitação própria e permanente do agregado familiar do sujeito passivo apenas em função da existência de dependentes a cargo, como agora existe, portanto, sem embargo de se limitar essa aplicação a uma parte do valor Patrimonial Tributário do imóvel que se considere justa. Portanto, acho que é importante tributar de forma diferente da utilizada para a tributação de uma casa de férias ou de um imóvel destinado a rendimento. Persiste ainda no Estatuto dos Benefícios Fiscais uma isenção específica para as misericórdias, mesmo nos casos de prédios que estão arrendados e portanto que não estão destinados a usos de beneficência, como de resto é exigido para outros benefícios, para os clubes desportivos, para as igrejas, etc. Portanto, porque não me parece que está suficientemente justa ir-me-ei abster neste ponto.-----

Relativamente ao ponto quatro, o limite de majoração e minoração cifra-se em 30% e a proposta é de majorar justamente em 30% para os prédios degradados o que concordo uma vez que se penaliza pela via da tributação patrimonial o comportamento dos proprietários que é traduzido na manutenção dos seus prédios em estado deficiente de habitabilidade. Por outro lado, a proposta de minorar a taxa em apenas 15% para os prédios arrendados, objetivamente parece-me padecer de uma discricionariedade adotada ou seja, se a punição para a degradação é máxima 30% de majoração, por identidade de razão ou razões a minoração também deveria ser, portanto, mais que o fundamento que consta da proposta é o do combate à desertificação, a coerência obrigaria a que se a punição para a degradação é a mais severa possível, o benefício para o arrendamento deveria também ser o maior possível, assim se enviando aos proprietários um sinal claro de que do ponto de vista municipal a questão da reabilitação tem consequências evidentes sérias e coerentes, penaliza-se o mau comportamento e permeia-se o bom comportamento traduzido na concretização do arrendamento, até porque é sobejamente evidente que o arrendamento seja para comércio, habitação ou serviços da ARU tem inegável mérito de dinamizar essas zonas atraindo cidadãos, fazendo-os regressar a ruas por onde se desabitaram de circular. Digamos que em matéria de benefício, o município fica-se pela metade 15% não se compreendendo a diferença de tratamento face à majoração. Isto dito, acrescentaria apenas que estive a dar uma olhadela no pdf relativo aos prédios sobre os quais incidirá a majoração/minoração e fiquei espantado pelo muitíssimo reduzido número de imóveis sobre os quais irá operar a majoração. Fiquei com a convicção que na zona abrangida não existem imóveis degradados ou existem poucos o que não me parece corresponder à realidade, por exemplo, não vi assinalados os edifícios em ruínas e bastante degradados da Rua D. Onofre que não consta da listagem, é uma rua que eu conheço presumo que, se calhar como não constam lá estes poderão não constar outros. Por outro lado, para acabar, no ano passado apresentei uma proposta alternativa relativamente á proposta apresentada pela Câmara Municipal relativa á minoração e majoração das taxas de IMI, prevendo a minoração de 30, 20 e 10%, portanto, conforme a perda de população de algumas freguesias do concelho, exatamente para combate à desertificação, essa proposta foi chumbada, mas eu recordo que no PAOD, no Período de Antes da Ordem do Dia dessa Assembleia de 22 de setembro do ano passado o Senhor Presidente disse e cito: Com a nossa intervenção há 6 freguesias classificadas como de baixa densidade, Cavernães S. Pedro de France, Barreiros/Cepões, Côta, Calde e Ribafeita uma das matérias que estamos a tratar é a baixa do IMI nos territórios de baixa densidade que não se faz com contas de merceeiro, (uma alusão naturalmente à proposta que eu apresentei que o Senhor Presidente disse que tinha sido em cima do acontecimento e que não teve tempo para estudar) e disse na altura que iria de facto fazer as contas devidamente bem feitas para fixar as pessoas e valorizar do ponto de vista económico estes territórios. Eu não voltei a apresentar a proposta porque na minha santa ingenuidade acreditei que o Senhor Presidente durante um ano teria tempo para fazer essas contas, pelos vistos enganei-me,

não fez e se calhar nunca mais se lembrou do assunto o que também lamento e me leva a não poder votar favoravelmente esta proposta. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Paulo Pereira.-----

----- **QUARENTA E SETE – O SENHOR DEPUTADO PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA (PPD/PSD):** Muito obrigado. Renovo os cumprimentos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa, Senhor Secretário, Senhora Secretária, Senhor Presidente do Executivo, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores, Caros Membros da Assembleia, Comunicação Social, e Público presente.-----

Portanto, encontram-se em debate três propostas relativas ao Imposto Municipal sobre Imóveis, vulgarmente conhecido como IMI, que é o estabelecimento da sua taxa, a redução para famílias com dois ou mais filhos a seu cargo e as taxas de majoração e minoração.----- Começamos pela análise desta última medida: as taxas de majoração e de minoração aplicam-se, numa primeira instância, em função do estado dos imóveis na Área de Reabilitação Urbana portanto na ARU de Viseu, beneficiando os que apresentam bom estado de conservação e penalizando aqueles que apresentam um estado de degradação e, numa segunda instância, beneficiando ainda mais (em percentagem) os imóveis que estão arrendados. Penso que todos estamos de acordo com a estratégia e a política subjacente a estas propostas, portanto, reside aqui um claro incentivo à reabilitação urbana e à fixação de famílias na cidade de Viseu.-----

Quanto à primeira proposta, de fixação da taxa do IMI a cobrar pelo município, o valor proposto de 0,3% consiste na taxa mínima possível, pelo que fica, desde logo, demonstrado o benefício daí decorrente. Mas atente-se que a prática da taxa mínima não é um dado adquirido, existem ainda inúmeros municípios, bastantes de grande dimensão, que continuam a praticar outras taxas de IMI. A utilização da taxa mínima apenas é possível devido à solidez financeira da Câmara, como já foi aqui abordado em vários aspetos, pois, sem rigor no orçamento e na sua execução, não existiria a almofada financeira que permite determinadas decisões fiscais, sem hipotecar o futuro. Também aqui, sabemos que os interesses dos munícipes estão totalmente salvaguardados.-----

Quanto à segunda proposta, que é aquela com a qual irei ocupar mais tempo, relativa à redução do IMI para famílias com dois ou mais filhos a seu cargo, já todos sabemos que a forma possível de implementar esta redução foi alterada no âmbito do Orçamento do Estado, por proposta do Bloco de Esquerda, que define que os municípios podem fixar uma redução da taxa de IMI, com uma dedução fixa de 20 euros para agregados com um filho, de 40 euros para agregados com dois filhos e de 70 euros para agregados com três ou mais filhos, ao contrário dos 10%, 15% e 20% que vigoravam no ano anterior.-----

O Senhor Presidente já aqui o referiu mas eu quero voltar a enfatizar essa questão, e penso que não é por demais repetir estas situações porque estas reduções não podem ser vistas como medidas avulso, mas sim como medidas integradas num Programa de Promoção da Natalidade pelo menos no que diz respeito à abordagem que é feita aqui no Município de Viseu. Como já referi anteriormente neste fórum, a baixa natalidade é um dos maiores problemas de Portugal, que poderá ter consequências de longo prazo extremamente negativas e que não estão ainda sequer a ser equacionadas pelos responsáveis políticos. A minha pergunta é “Como é possível promover a natalidade quando as medidas para a resolução destes problemas são alteradas consoante as ideologias políticas?”. A prossecução de uma estratégia tem que utilizar medidas claras e de longo prazo para almejar atingir determinados resultados. Aliás, é o que se passa em Viseu, em que foi definido um Pacote de Medidas Municipais Pró-Natalidade e de Apoio às Famílias Numerosas, que engloba essas tais medidas claras decorrentes de uma estratégia e com o propósito de alcançar determinados objetivos. Tal não sucede a nível nacional, em que esta alteração das reduções no valor do IMI a pagar certamente não irão contribuir da mesma forma para obter resultados na promoção da natalidade.-----

Aliás, as notícias de medidas avulso continuam a surgir, nomeadamente nesta área, quando surge agora a manifestação, por parte de alguém que pensávamos não ter responsabilidades no Governo do país, mas pelos vistos não é bem assim, da intenção de agravamento das taxas de IMI para patrimónios prediais superiores a determinado valor. Faz-me lembrar quando jogava futebol e quando um jogador da minha ou da outra equipa mandava um pontapé na bola para o ar e tínhamos o hábito de dizer, não sei se ainda se mantém, que jogava à Mortágua, sem qualquer desprimor para as gentes da cidade e para os respetivos atletas, mas o que é um facto é que agora isso se pode dizer na política nacional, continuam a sair disparados alguns pontapés para o ar, pontapés claramente à Mortágua. Retomando o assunto, também aqui nos parece que não se estão a medir bem as consequências, pois os imóveis não deixam de ser uma possibilidade de investimento e essa possibilidade poderá deixar de ser equacionada, com o consequente impacto negativo para a economia do país. Mas, a ver vamos, uma vez que isto ainda é apenas uma medida potencialmente anunciada, ainda está longe de ser concretizada.-----

Voltando à proposta de redução na taxa do IMI para agregados familiares com dois ou mais filhos, que é aquilo que nos traz aqui, também recorreremos ao adágio popular que fiz: “do mal, o menos” e certamente que não poderíamos deixar de aprovar a proposta do município, sabendo que este incentivo à promoção da natalidade poderia ser outro, mas esta proposta está condicionada pelo Orçamento Geral do Estado. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado Alberto Ascensão.-----

----- **QUARENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO ALBERTO GONÇALVES DA ASCENSÃO (PS):** Cumprimento o Presidente da Mesa e na sua pessoa, todas as demais pessoas a quem é usual cumprimentar. É que isto é uma medida que, com a qual não podemos deixar de estar de acordo, repete-se a taxa mínima de IMI, uma medida que há muito reivindicávamos que fosse estabelecida no Concelho de Viseu, que agora vemos estabilizada, como agora se costuma dizer, na política municipal de Viseu, portanto, nada a acrescentar.-----

Relativamente ao Ponto Três da Ordem de Trabalhos, relativamente ao IMI, redução das taxas dos prédios dos sujeitos passivos com dependentes a cargo, eu faço minhas as palavras do Dr. Paulo, do Deputado Paulo Pereira, no que se refere, é que isto não pode ser visto como uma medida avulso relativamente aquilo que o Governo fez. Isto é incluído num pacote também ele a nível nacional, de outras medidas de âmbito social que abrangem a proteção social das famílias, e portanto, estou absolutamente de acordo. Também concordo com o que disse relativamente ao município, mas isto também não pode ser desintegrado de todo um pacote que o Governo preparou e no qual se inclui também esta medida da redução das taxas, nem é redução de taxas, são valores fixos de 20, 40 e 70 euros, conforme 1, 2, 3 ou mais filhos. Relativamente ao agravamento das taxas de imóveis com valor superior a um determinado montante, isso é uma falácia, eu hoje estranhei que não dissesse aqui que isto afinal não protege a classe média, quem tem prédios com valores superiores a 500 mil euros, temos que reconhecer aqui nós todos, que não pertence à classe média, portanto, eu não me custa a aceitar... eu sei que não disse, também não estou a dizer que disse, não me custa a aceitar que pague mais quem pode mais e portanto, não estará assim tão mal, mas relativamente aqui ao concelho, e à medida que o nosso executivo aplica, também não vamos acrescentar mais nada porque corríamos o risco de nos repetir relativamente ao ano passado e relativamente a algumas coisas que foram aqui já ditas. Não há volta a dar, se calhar teria que ser mesmo assim, e portanto, também não discordamos genericamente da medida.-----

Quanto ao terceiro ponto, terceiro que é neste caso o quarto, a minoração/majoração das taxas, só há aqui também um pormenor que eu gostava de realçar e que também já foi aqui dito e que se prende com a extensão destas medidas que estão a ser aplicadas à ARU, a sua extensão também às freguesias não urbanas porque, de alguma forma o que se

verifica é que, os aglomerados populacionais, os chamados cascos velhos que às vezes se usa aqui assim, das freguesias, nota-se não só o estado de degradação que as habitações, as casas, que nem habitações às vezes são, estão votadas, como também e consequentemente a desertificação, por outro lado um alargamento do perímetro urbano dessas mesmas freguesias que às vezes dificulta até na concessão do benefício de todos aqueles serviços que o município tem que prestar, como sendo o saneamento, o abastecimento de água e outros, e portanto, se calhar estendendo isto às pessoas que escolheram viver ou que queiram viver nos meios rurais, talvez se possa aqui conjugar até com uma certa economia municipal, além de beneficiar também essas mesmas freguesias no que respeita ao parque habitacional. Dito isto para dizer que votaremos favoravelmente estes três pontos. Muito obrigado.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires e depois o Senhor Presidente de Junta de Cavernães.--

----- QUARENTA E NOVE – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU): Muito brevemente dizer que relativamente ao Ponto Quatro e começo pelo fim, apresentei razões pessoais junto da Mesa para pedir escusa, e portanto, não vou pronunciar-me sobre ele.-----

Relativamente ao Ponto Dois, naturalmente estamos de acordo e portanto votaremos a favor.-----

Já em relação ao Ponto Três, não posso deixar de reiterar aqui aquilo que foi uma posição já assumida em 2015 quando esta matéria veio a esta Assembleia. Entendemos que esta medida é uma medida eminentemente propagandista, demagógica, eivada de ideologia, a ideologia que tantas vezes aqui tem vindo, ela está de um lado e está do outro, não está apenas de um lado com toda a certeza, e de facto, em relação ao objetivo anunciado parece-nos que o efeito prático desta medida é nulo. As famílias com um filho, as famílias monoparentais, insisto novamente nas famílias monoparentais à semelhança do que fiz o ano passado, continuam excluídas desta medida, e deveriam ser integradas, ser abrangidas por esta medida. Deduzimos, pelo título da proposta: “apoio à natalidade”, que as famílias com ascendentes dependentes que auferem pensões inferiores ao salário mínimo nacional estão excluídas de qualquer benefício, e é nosso entendimento, bem sei, a medida é dita de promoção da natalidade, mas entendemos que em termos de apoios sociais estas famílias também mereciam uma intervenção do município.-----

Todos conhecemos situações de dificuldades das famílias motivadas pela assistência aos mais idosos, situações dramáticas que de facto mereceriam o nosso apoio.-----

Renovamos ainda algumas propostas que aqui apresentámos e que pensamos que com eficácia poderiam efetivamente incrementar a natalidade no concelho, nomeadamente fizemos aqui a proposta:-----

Da criação de uma Bolsa de Casas (ou Incubadora Habitacional para Jovens Casais) onde, por um período de dois ou três anos, os jovens possam habitar até estabilizarem a sua situação de vida, pagando rendas baixas ou mesmo nulas;-----

A instalação de uma rede pública de equipamentos de apoio aos jovens casais, nomeadamente creches, infantários, ATLS apoiada pela autarquia, com preços reduzidos, sabemos bem os preços que as famílias pagam para que tomem conta das suas crianças.----

Criação no concelho de empregos estáveis e bem remunerados que contribuam para a fixação de jovens;-----

Providenciar a correção dos critérios de avaliação dos prédios urbanos e a ponderação do zonamento, por forma a fazer baixar a taxa de IMI sobre os prédios urbanos.-----

Desta forma, acreditamos que seria possível de facto incrementar a natalidade.-----

Muito obrigada.-----

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta de Cavernães -----

----- CINQUENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE

CAVERNÃES JORGE ANSELMO MARTINS (PPD/PSD): Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores. Eu venho aqui porque sou uma pessoa interessada por estas coisas dos impostos, e estive a ouvir aqui atentamente, nomeadamente a bancada aqui da oposição, os Senhores Deputados do Partido Comunista, do Bloco de Esquerda, do Partido Socialista e sinceramente Senhor Deputado Ascensão que também é uma pessoa conhecedora da matéria, foi tão célere a vir defender o pseudo imposto que provavelmente será criado, não tendo sido rigoroso ao ponto de como é apanágio da bancada ali da parte da esquerda, vir aqui mencionar uma coisa que se chama Estatuto dos Benefícios Fiscais que é paralela, portanto, é um código que também faz referências ao Código do IMI e que o Governo anterior tinha uma coisa que estava plasmada no artigo 48 que eram as isenções previstas para as pessoas de baixos rendimentos. Por que carga de água é que terá sido este Governo que veio revogá-la agora com a Lei 7-A/2016? Ficava-vos bem terem vindo aqui dizer isto. Como é que vocês que andam sempre a defender os que menos têm, na palavra do Senhor Deputado Ascensão, pague mais quem mais tem, devia dizer que estes que não têm deviam ter sido salvaguardados. Porque é que foi um Governo de direita que implementou essa medida e os senhores é que a vieram tirar? Reveem-se nela, ou não reveem? Era bom que viessem aqui dizer isto. Porque aquilo que os senhores estão a defender neste momento, (senhores...), centralmente, não é um imposto, é quase um saque, porque aquilo que está inerente a um imposto é o consumo ou o rendimento. Ter um património nem é consumo nem é rendimento. As pessoas que honradamente pouparam para ter um determinado património só deveriam pagar se tivessem rendimento desse património, porque se tivessem esses 500 mil euros no banco ou no bolso, não pagam imposto. Porque é que se tiverem uma casa pagam? Só pagam imposto se tiverem dinheiro no banco se daí tiverem os seus juros. O facto de terem determinado montante seja ele em dinheiro, seja ele em património, leia-se casas, não deveria ser motivo para pagar imposto, devia sê-lo no exato momento em que eles através de um arrendamento beneficiassem desse património, porque se eles tiverem o mesmo dinheiro que vale a casa e se o tiverem retido debaixo do colchão ou nos bancos não pagam imposto nenhum, porque carga de água só pelo facto de terem uma casa é que pagam imposto? Por uma razão simples, porque queremos combater que não se faça investimento. Continuem por esse caminho que vão bem.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado. Que não haja diálogo. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **CINQUENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. De uma forma muito telegráfica só para clarificar aqui dois ou três, porque de facto os conceitos são todos baralhados e depois faz passar ideias erradas. Nós estamos a trabalhar com as freguesias para definir ARUs também nas freguesias, Áreas de Reabilitação Urbana, o mesmo conceito, e portanto, esse é um trabalho que está em curso, começámos pelo Centro Histórico e lá chegaremos às freguesias. Agora, a baixa densidade, nós aplicaremos taxas para a baixa densidade quando o Governo estiver em condições de disponibilizar listagens de baixa densidade, porque neste momento nós para aplicarmos estas isenções, recebemos uma listagem da Direção das Finanças que nos dizem, são estes as prédios que estão em condições de terem este benefício. A verdade é que neste momento ainda não está a legislação toda produzida para que a baixa densidade seja uma realidade para efeitos fiscais e outros efeitos, portanto, eu acho que os Senhores Deputados da geringonça têm é que falar com o vosso Governo para rapidamente resolverem essa questão para nós podermos ter uma discriminação positiva da baixa densidade. Por outro lado a questão do apoio social é uma falácia, porque nós fazemos desde logo a apologia destas medidas para apoio à natalidade, e a questão do apoio à natalidade, a forma como o Governo o deliberou, há uma certeza que temos, todas as famílias que foram beneficiadas no ano

passado, globalmente vão pagar mais impostos este ano que vem do que no ano passado, isto é, há um retrocesso, os beneficiários da redução do IMI familiar vão ser globalmente penalizados, isto é, alguns vão ficar ali numa margem que até vão ganhar marginalmente, mas globalmente as famílias abrangidas com dois ou mais filhos vão pagar um bolo global maior de impostos do que pagaram este ano, isso é uma realidade, foi o resultado da atuação deste Governo do Partido Socialista, porque ao colocar uma verba fixa, está, com esta questão mais uma vez muito ideológica, porque, promover a natalidade é estimular as famílias independentemente da sua condição social a terem mais filhos, isso é que é a promoção da natalidade e já agora referir que os apoios sociais existem, as famílias de categoria A têm isenção total, as de categoria B têm isenções que podem ir até 50%, enfim, vir aqui dizer que, à devíamos utilizar o património para política social. Se isto nem na Lei está previsto, como é que nós vamos utilizar isso. Há outras formas de fazer justiça social, exatamente através dos filhos que estão na escola, sabemos bem, e nós, se há alguma coisa de que nos orgulhamos muito é da qualidade das nossas creches, da qualidade das nossas escolas do 1º ciclo, ainda de manhã falávamos sobre isso e os alunos, os jovens, as crianças que andam lá, as carenciadas não pagam, têm gratuito os transportes, a alimentação, os livros, e por aí fora, não vamos fazer aqui demagogia, não vamos misturar política fiscal dos imóveis com o resto, até porque a maior parte dos beneficiários, eles nem têm propriedades, portanto, nem são pessoas que paguem IMI, e como disse e bem o Senhor Presidente da Junta, lembrou muito bem, foi este governo que acabou por penalizar as famílias mais pobres, essa é que é a realidade, que vão passar a pagar quando estavam isentas, isso é a tal política de esquerda que nós temos hoje no país, bem espelhada no exemplo que aqui deu. Portanto, que fique bem claro estas questões, e por outro lado, a opção dos jovens casais também é uma opção nossa, nós neste momento já temos 16 casas de renda condicionada onde estamos a alojar jovens casais no Centro Histórico. No Bairro da Cadeia vamos seguir o princípio de ter algumas casas focalizadas nos jovens casais, não recebemos lições de ninguém, é que uns estão a prometer e outros já estão a fazer, é que já estamos a alojar, já estamos fazer os primeiros contratos de arrendamento, os 12 primeiros contratos de arrendamento já estão neste momento a ser celebrados, ao longo deste mês há 12 famílias jovens que vão estar a viver no Centro Histórico, e isso é uma felicidade, porque de facto, é claramente um bom passo, estamos a povoar o Centro Histórico, com rendas mais baixas, rendas condicionadas através de um programa que lançámos, portanto, é esta forma de não ser ver as coisas e baralhar tudo para parecer que é tudo igual. Não, as coisas são distintas, e em matéria de política social pedimos meças a qualquer município do Partido Comunista ou do Bloco de Esquerda ou do Partido Socialista, eu bem converso com os meus colegas na Associação Nacional de Municípios e sei bem o que se vai fazendo pelo país fora e posso-vos garantir que nós estamos na vanguarda das políticas sociais no concelho e vamos continuar a estar. Eu sempre disse, se tiver que deixar construir uma estrada para dar mais apoio social, não hesitarei, primeiro as pessoas.

MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente. Íamos então proceder à votação.

Ponto Dois da Ordem de Trabalhos, APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI – TAXAS. Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado por unanimidade.* (**Anexo 2 – Registo nominal das votações, páginas 570/571**).-----

Íamos passar ao Ponto Três da Ordem de Trabalhos **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI – REDUÇÃO DE TAXAS – PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovada com um (1) voto contra e uma (1) abstenção.* (**Anexo 3 – Registo nominal das votações, páginas 572/573**).-----

Ponto Quatro, há três escusas neste ponto de Deputados que estão presentes na

Assembleia Municipal. **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI – MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO.** A escusa é por questões éticas, questões éticas que foram levantadas. **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI – MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO.** Quem vota contra? Quem se abstém? *Aprovado com uma (1) abstenção.* (Anexo 4 – Registo nominal das votações, páginas 574/575).-----

Íamos passar ao Ponto Cinco, **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE A DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, LAVAGEM, MANUTENÇÃO, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CONTENTORES NOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO BEIRÃO – AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO.** Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **CINQUENTA E DOIS – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Muito obrigado Senhor Presidente. Senhoras e Senhores Deputados. Portanto, propõe-se no âmbito e com fundamentação legal e designadamente com a deliberação unânime da câmara de 10 de abril de 2013 e também na altura da Assembleia Municipal, aliás, foi este princípio que também me levou a trazer hoje aqui esta proposta, propõe-se a extensão do atual contrato que versa a prestação de serviços de recolha e transporte a destino final de resíduos sólidos urbanos, lavagem, manutenção, fornecimento e colocação de contentores nos municípios do Planalto Beirão com a Associação de Municípios do Planalto Beirão com a entrega à Associação da recolha da totalidade dos resíduos produzidos até 02 de abril de 2021, com o valor anual de 671.423 euros mais IVA. Atualmente os carros de recolha do município de Viseu têm 16 anos os mais novos e 32 anos os mais antigos. No primeiro semestre de 2016 o Município de Viseu já gastou em reparações de viaturas pesadas 74 mil 374 euros e 50 cêntimos o que equivale a 61% do total gasto no ano de 2015 em apenas 6 meses.----- As reparações constantes dos carros de recolha (110 reparações já neste ano de 2016), originou falhas graves na recolha dos resíduos à população.-----

Assim, é por demais evidente que a atual situação da gestão de resíduos efetuada por Administração Direta é inoportuna, devido aos custos de manutenção, associados a um parque de equipamentos obsoletos, com as consequentes falhas no serviço de recolha, e também pela carência de recursos humanos afetos. A referida manifesta falta de funcionários no setor, tem sido inclusive suprida retirando funcionários do serviço de limpeza urbana do Município, isto por forma a evitar consequências mais graves no serviço de recolha, com manifestos prejuízos na limpeza urbana. A situação retratada tende a piorar uma vez que os meses de março, abril, julho, agosto e dezembro, meses com picos elevados de produção de resíduos, por serem épocas festivas, de chegada de turistas e emigrantes, são meses em que aumenta a população e por conseguinte também a produção de resíduos sólidos urbanos.-----

Para resolução do presente problema existem 3 soluções possíveis e que mandámos estudar, (concurso público internacional, aquisição de novas viaturas e reforço do pessoal afeto, e entrega da área à Associação de Municípios do Planalto Beirão como complemento do atual contrato em vigor desde 03 de abril de 2013).-----

A primeira solução referida, passaria pela abertura de um Concurso Público Internacional para adjudicação da área de recolha atualmente efetuada pela Câmara. Esta solução, apesar de poder vir a ser em teoria economicamente a mais vantajosa, não resolve o problema do imediato dos serviços de recolha de resíduos da Câmara, uma vez que o concurso demorará no mínimo 1 ano a estar concluído, e apenas poderíamos entregar a área que atualmente é efetuada pela Câmara, uma vez que a restante área encontra-se contratualizada à Associação de Municípios do Planalto Beirão até 2021, portanto, deixávamos de ter aqui massa crítica.-----

A segunda solução seria a Câmara adquirir novas viaturas de recolha e abrir concurso para mais recursos humanos, mas o lançamento de um concurso demoraria cerca de um

ano com um investimento estimado de 755 mil euros só para equipamentos. Segundo o estudo que mandámos fazer, o investimento em aquisições de carros de recolha para a área afeta à Câmara, só seria amortizado após 6 anos (2022/2023), sendo que durante esses 6 anos o custo de recolha, seria mais caro do que o valor que é atualmente pago à Associação de Municípios do Planalto Beirão.-----

A terceira solução seria a Câmara entregar a atual área de recolha atualmente efetuada por administração direta à Associação de Municípios, permitindo desta forma encontrar uma solução em que toda a recolha de resíduos do Concelho de Viseu ficaria uniformizada em termos de recolha até 2021, solução esta que permitirá que o Município de Viseu, atempadamente e antes do término do contrato de 2 de abril de 2021, encontre uma outra solução economicamente mais vantajosa decorrente do lançamento atempado de concurso público internacional para a entrega de toda a recolha do Concelho de Viseu.-----

O valor estimado de produção anual de resíduos na área de recolha efetuada pela Câmara é de 18.375 toneladas, o que corresponderia, a preços do atual contrato com a Associação de Municípios Planalto Beirão, o valor de 671.423€ por ano, sendo que iniciando eventualmente em setembro de 2016 e até ao fim do existente com a Associação de Municípios, término a 2 de abril de 2021, o valor global estimado seja de 3.077.355€.-----

A avaliação realizada pelos serviços municipais das três soluções avaliadas, indica que a terceira, extensão do atual contrato “ Prestação de serviços de recolha e transporte a destino final de resíduos sólidos urbanos, lavagem, manutenção, fornecimento e colocação de contentores nos Municípios do Planalto Beirão com a Associação de Municípios, com a entrega à Associação, da recolha da totalidade dos resíduos produzidos até 2 de abril de 2021, é aquela que consubstancia a solução para o atual problema com que os Serviços de Recolha se deparam, escassez de recursos humanos e materiais, conforme anteriormente referido. Foi ainda solicitado parecer da Divisão de Consultadoria Jurídica e Contencioso Jurídico sobre a forma e procedimento a adotar para concretizar a contratualização com a Associação de Municípios, é no seu seguimento e levando em linha de conta a deliberação anterior desta Assembleia Municipal que hoje proponho aos Senhores Membros da Assembleia a aprovação da extensão do atual contrato, portanto, prestação de serviços de recolha e transporte a destino final de resíduos sólidos urbanos, lavagem e manutenção com a Associação de Municípios da Região Planalto Beirão.-----

Em resumo, no fundo o que estamos aqui a propor é estender a 100% da recolha dos resíduos para a Associação do Planalto Beirão e entretanto abriremos um concurso público internacional para verificar como o iremos fazer para a totalidade a partir de 2021, no fundo esta situação de termos metade de um lado e metade do outro acaba por não dar a massa crítica necessária para que eventualmente o Município pudesse ter uma solução para todo o concelho. Por outro lado, face ao momento em que estamos, no fundo estamos a menos de 5 anos do final deste contrato, avalia-se e é de facto mais barato e mais eficaz entregar a uma associação, que é uma Associação Municípios, de vários Municípios que efetivamente é onde nós hoje já depositamos a totalidade dos nossos lixos e obviamente que face ao antecedente, levámos à reunião de Câmara, foi aprovado, mas quisemos ficar confortáveis com a aprovação desta Assembleia Municipal porque entendemos que é um assunto que há semelhança do que aconteceu anteriormente deveria passar aqui também por uma validação por parte da Assembleia Municipal, sendo que a nossa intenção, com o trabalho que temos vindo a fazer em conjunto com a Associação do Planalto Beirão é que a recolha dos resíduos sólidos urbanos se possa operacionalizar a partir de 1 de novembro, isto é, nós iremos assegurando este serviço por mais um mês e pouco e prepararemos esta transição para que a Associação de Municípios Planalto Beirão possa fazer, e realocaremos todo o pessoal que hoje estava afeto aos resíduos sólidos urbanos para o reforço das nossas equipas, designadamente de limpeza de ruas e portanto, todos os operadores que hoje estão afetos a esta função passam a estar definitivamente afetos à limpeza urbana que aliás, estamos a largar e também a uma aquisição que

estamos a fazer neste momento, de mais um conjunto de equipamentos que vão permitir reforçar ainda mais a limpeza urbana do Concelho de Viseu como um todo.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Tem a palavra o Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, Paulo cavaleiro que por acaso até foi o primeiro peço desculpa, Deputada Filomena Pires e Deputado Carlos Vieira.-----

----- **CINQUENTA E TRÊS – O SENHOR DEPUTADO ANTÓNIO AUGUSTO ESPINHA RIBEIRO DE CARVALHO (PS):** Renovando os meus cumprimentos. Esta proposta da Câmara Senhor Presidente, traz-me algumas dúvidas porque, salvo melhor opinião não está suficientemente explicitada. Eu não consigo perceber daquilo que li, que... eu percebo que a primeira solução a abertura de um concurso público demorava um ano e portanto criaria constrangimentos à Câmara dada a vetustez das viaturas, e a segunda solução também não andaria longe disso, a única diferença é que, diz-se aqui que a aquisição de novas viaturas custaria 755 mil euros amortizáveis em 6 anos o que significaria um pagamento anual entre os 130, 140 mil euros, valores esses que na minha modesta opinião eventualmente não seriam excessivos, mas a minha perplexidade vai, quando se diz aqui, o valor estimado da produção anual de resíduos é de 18.375 toneladas o valor anual de 671 mil euros, portanto até ao término valeria 3 milhões e 77 mil, isso representa a totalidade da recolha ou só aquela quantidade já contratualizada com a Associação de Municípios? É porque aqui não se diz quanto é que vai custar mais à Câmara a contratualização deste serviço à Associação do Planalto Beirão, não se diz em lado nenhum, não está no estudo, não está no parecer jurídico, não está nesta informação, nem está na resolução. Portanto, eu não consigo comparar a solução da aquisição de viaturas com o dinheiro que se vai gastar a mais para contratualizar com a Associação de Municípios do Planalto Beirão, se fizer o favor de nos dar esses elementos, eu peço desculpa de ser chato uma vez mais com números, mas sem esses números eu não consigo perceber isto. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Deputado José Paulo Cavaleiro.-----

----- **CINQUENTA E QUATRO – O SENHOR DEPUTADO JOSÉ PAULO VILA CHÁ CAVALEIRO (PS):** Reitero os meus cumprimentos à Mesa, e permita-me só aqui um pequeno introito, poucos segundos, ou poucos minutos. Relativamente ao que eu falei, é só uma pequena coisa, é que quer no âmbito pessoal, quer profissional e quer académico, eu não sou um homem de lengalengas, nunca fui, trato os assuntos de frente, sou muito frontal e gosto que todos os assuntos sejam tratados de igual forma. Nunca fui assim, e comigo todos os assuntos são tratados como devem ser. Se o Senhor Presidente da Câmara continua a dizer que o desenvolvimento desportivo é os participantes 30 %, 3 pavilhões e os campos que tem, estamos falados quanto a esse aspeto.-----

Relativamente ao Ponto Cinco, no que diz respeito aos resíduos sólidos urbanos, nomeadamente a limpeza dos contentores e espaços adjacentes, verifica-se que os contentores do lixo, assim como o seu espaço envolvente (que são os passeios), não estão a ser devidamente tratados e limpos, isto é, não são lavados, não podendo sequer as pessoas levantarem a tampa para colocarem o saco do lixo, sendo que o cheiro é por vezes, nauseabundo. O que refiro é facilmente verificável em qualquer ponto da cidade. Por outro lado, tem-se verificado o aparecimento de ratos e ratazanas na cidade, o que não é um bom indicador de higiene e salubridade, comprometendo a saúde pública.-----

Relativamente aos “sopradores” que mais espalham folhagem e lixo, levantando poeiras por tudo quanto é sítio, deixam ficar algum deste mesmo lixo em cima da relva ou encostado aos arbustos, pois o carro de aspiração não cobre todos os espaços e desníveis.--- Devemos pensar numa solução alternativa.-----

Para uma cidade jardim, amiga do ambiente e que quer sustentar e aumentar o turismo, estas situações devem ser acauteladas, exortando para um cuidado adicional na resolução deste problema.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra a Deputada Filomena Pires.-----

----- **CINQUENTA E CINCO – A SENHORA DEPUTADA MARIA FILOMENA DE MATOS PIRES (CDU):** Sobre esta matéria Senhor Presidente, dizer-lhe que, encomendar um estudo à Lincks Associados, para legitimar uma decisão previamente tomada, parece-nos que é querer lançar poeira nos olhos dos eleitos e dos munícipes. Coerente, era assumir a concessão a terceiros da recolha dos resíduos sólidos no Concelho de Viseu, como uma opção ideológica, na linha do que o Governo ultra liberal de que fez parte quis fazer com as águas e consumou com a venda da empresa pública EGF que geria os equipamentos do tratamento do lixo dos grandes centros urbanos.-----

Invocar como razões de fundo para a entrega a privados da recolha dos resíduos sólidos urbanos (vulgo, lixo) no Concelho, o custo das reparações dos veículos, a sua proveta idade e a falha na recolha em alguns giros em dois dias do mês de junho e quatro dias do mês de julho, é uma desculpa esfarrapada que não cola com a realidade.-----

Ao contrário do que dizem, é exatamente a idade dos veículos a prova irrefutável da intencionalidade da alienação do serviço público de recolha de resíduos sólidos por parte da Câmara de Viseu. Se a aposta fosse manter e melhorar o serviço público de recolha de lixo, teriam contemplado na planificação orçamental dos últimos dezasseis anos, incluindo dos últimos três, a aquisição regular de novas viaturas que, sem sobressaltos nem quebras de operacionalidade, fossem renovando a frota do setor. O concurso demora um ano? Nesse período podem-se alugar as viaturas em falta, sem alienar o serviço público. Foi assim que procederam concelhos de média dimensão, como o nosso. É que nem podem invocar para a falta de investimento em novos carros de recolha os custos financeiros da operação. Os 755 mil euros como custo de novos veículos são menos de 2,5% do propalado saldo de 30 milhões do município. A dividir por três anos, eram trocos.-----

Assim é mais convincente, deixarem-se cair de podres os veículos para se arranjar um alibi falacioso para a privatização.-----

Também o argumento das “falhas graves na recolha” nos giros 7, 8, 2 e 5 e da falta de pessoal nesta área municipal (e nos giros da Ferrovia nunca houve falhas?), caem por terra ouvindo os diretamente implicados. Questionados por mim sobre o assunto, trabalhadores da recolha do lixo dizem não haver diariamente falta de pessoal, bem pelo contrário, podendo ter ocorrido pontualmente alguma dificuldade resultante da coincidência das férias e de eventuais folgas. Havendo um veículo operacional, afirmam, é possível fazer sempre a recolha nos giros, desde que as equipas de serviço ao camião sejam substituídas quando terminam o seu horário. Vai ser dessa forma que a empresa privada vai trabalhar. A falha na recolha nos dias referidos não se pode imputar às avarias nem à falta de pessoal.-----

Vale tudo para dar corpo à conclusão encomendada à Lincks Associados de “que a gestão de resíduos efetuada por administração direta é incomportável”. Curiosamente, a citada consultora cai em contradição quando considera que o eventual investimento em novos veículos por parte do município demoraria seis anos a amortizar, sendo que o custo de recolha seria mais caro que o valor atualmente pago à AMRPB. Os gestores da Ferrovia devem estar com as orelhas a arder, pois vão ter apenas 4 anos para amortizar o seu investimento (2017-2021) e mesmo assim aceitam. Viva o altruísmo capitalista.-----

Como se não tivesse um valor social inestimável o facto de um Presidente da Junta ligar para a Câmara a solicitar uma recolha extraordinária no dia da festa da padroeira ou de outro acontecimento excecional e com a privatização deixar de saber a quem se dirigir em caso de necessidade. Claro que nos preocupa o destino destes trabalhadores, dos trabalhadores afetos a este serviço, mas ao que parece assume o Município a responsabilidade de os integrar na limpeza urbana.-----

Dirá que o Município de Viseu está apenas a concessionar a recolha por um período limitado de tempo à Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão, agremiação

que tem funcionado como entreposto público para chorudos negócios privados, nos domínios da distribuição de água e da recolha do lixo. Mas é para ganhar tempo, como se afirma no próprio estudo, até lançar o tal concurso internacional, que a Ferrovial ou uma sua congénere irá ganhar, desta vez já sem a intermediação providencial da AMRPB. A opção da Câmara é privatizar, seja qual for o cenário, abdicando do controle de qualidade do serviço público.-----

O PCP é frontalmente contra a alienação do serviço público de recolha do lixo, por razões ideológicas sim, por sabermos de prova provada que a lógica de prestação de serviço público às populações não se coaduna com os interesses privados, que têm na sua génese a procura de lucro sem contemplações com as necessidades dos que servem.-----

Quando da aprovação da criação da Empresa Águas de Viseu, o Senhor Presidente garantiu que não estava em causa a privatização daquele bem, considerado, tal como o saneamento e a recolha de lixo, um direito humano. Para quem tinha dúvidas do que então denunciámos, fica o exemplo. Com os mesmos argumentos gratuitos de falta de pessoal, de envelhecimento das condutas e das captações e por-á-fora, se justificará também, mais cedo do que tarde, a privatização da água no município. Tenho dito.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhora Deputada. Tem a palavra o Deputado Carlos Vieira.-----

----- **CINQUENTA E SEIS – O SENHOR DEPUTADO CARLOS ALBERTO VIEIRA E CASTRO RODRIGUES (BE):** Muito obrigado Senhor Presidente. É dito no documento, no estudo, que a amortização da aquisição de carros novos seria feita em 6 anos durante os quais o custo da recolha ficaria mais caro, durante esses 6 anos naturalmente, e depois? Se calhar ficaria mais barato, por isso é que naturalmente haverá empresas interessadas, não é para terem prejuízo, e naturalmente que, se já têm esse serviço também vão ter que adquirir viaturas e equipamento novo mesmo que já o tenham noutros municípios. Porque a verdade é que em 2021 se o Município quisesse reassumir esse serviço fica incapacitado para o fazer, porque perde-se o *know how* ou seja a experiência acumulada, a capacidade de ler o território, de estudar os melhores percursos, etc., seriam perdidos. Receio que de facto esteja em causa abrir as portas a uma futura privatização com consequências gravosas para os munícipes, e de resto já há alguns sinais. Primeiro, os negócios que alguns municípios têm, o Porto já tem duas empresas, a Suma e a Recolte, a Suma salvo erro pertence ao Grupo Mota Engil, são dois grupos poderosos. Por outro lado, atualmente já se verifica alguma degradação dos serviços, por exemplo o serviço de recolha de monstros que era efetuado diretamente pela Câmara, funcionava bem, vinham-me dizer, mas a maior parte dos munícipes nem sabe que existe, não se fazia grande publicidade talvez para não o sobrecarregar, mas a verdade é que funcionava e eu pude comprovar que esse serviço... telefonei para a Câmara e disseram que tinha passado para a Associação de Municípios e entretanto agora, telefonei para a Associação de Municípios e já não é a Associação de Municípios, é uma empresa privada que faz esse serviço, tive que telefonar duas vezes, demoraram mais de 2 meses a fazer uma recolha de monstros, portanto, são eletrodomésticos, móveis, etc., tive que insistir e mesmo assim, disseram que só transportavam... apareceram com um carro cheio de colchões e de tralha, e só transportavam duas unidades. Por outro lado, como já foi aqui referido, os *Moloks* aparecem em vários sítios da cidade, sujos, olhem, um bem perto ali do Multiusos de Viseu, outro perto do meu estabelecimento, que já alguns vizinhos, eu sei que se queixaram até ao Senhor Presidente da Junta, que lhes pediu para lhes lembrar isso, não sei se se esqueceu, se eles não o lembraram, mas a verdade é que é uma vergonha, numa cidade enfim, que até pretende atrair turista, passar ao lado de um contentor do lixo, de um *molok* e cheirar, é pá, a comida putrefacta e a peixe, naturalmente que são... já cheirou também pelos vistos, já sabe que é peixe, peixe podre, claro. São os restaurantes,... agora não há peixaria, é que antes havia uma peixaria, agora não há portanto, são os restaurantes, etc. Isto já não é novo, porque já em 2006 os Senhores Presidentes de Junta,

lembro-me que foi o Senhor Presidente de Junta de Silgueiros na altura se queixava de que havia lixo acumulado ao ponto de o Presidente da Câmara na altura Fernando Ruas ter dito que, não pagamos, não pagamos, uma frase até um bocado radical, mas ele disse, não pagamos, não pagamos, mas disse mais, e eu cito aquilo que está na folha 117 da Ata da sessão da Assembleia Municipal de 26 de abril de 2013. Em 26 de abril de 2013 disse Fernando Ruas: “O que tem acontecido sistematicamente é que o preço da recolha do lixo, se feito isoladamente por Viseu sai mais barato do que feito em associação”. Ele pode ter muitos defeitos, mas em contas acho que não era mau, e depois até deu o exemplo de Chaves, que a Associação Municipal do Alto do Tâmega acabou por aceitar que tivesse um concurso em separado pela sua dimensão pagou durante muitos anos preços mais altos. Mas portanto, isto, na altura o PSD, dito aqui pelas palavras do Deputado Fernando Ruas, não quis condicionar o futuro executivo, portanto, atual, e deixou-lhe esta decisão, agora uma coisa eu estou certo, é que, não aceito e o Bloco de Esquerda não aceita, que a Câmara Municipal de Viseu se possa transformar em facilitadora de negócios privados, e receio que isso, agora ou no futuro que como diz o Senhor Presidente relativamente às Águas: “Comigo podem estar descansados, mas se vier um Presidente da Câmara que o queira fazer?” Mas entretanto, abriu a porta, e eu não quero abrir essa porta. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta de Bodiosa.-----

----- **CINQUENTA E SETE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BODIOSA RUI MANUEL DOS SANTOS FERREIRA (PPD/PSD):** Boa noite a todos. Cumprimentos à Mesa, Senhor Presidente. Era uma questão muito breve e muito direta. Ficando com a aprovação desta proposta todo o município coberto pelo Planalto Beirão, importa saber se isso se traduzirá num reforço dos equipamentos atualmente existentes, na melhoria da recolha, a substituição dos degradados, e era só isso, se isso acarreta essa substituição. Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente da Junta. Tem a palavra o Deputado Carlos Cunha.-----

----- **CINQUENTA E OITO – O SENHOR DEPUTADO CARLOS FERNANDES DA CUNHA (CDS/PP):** Muito obrigado Senhor Presidente. Reitero os meus cumprimentos. Apenas sobre esta matéria para fazer duas questões muito simples e muito diretas. A primeira é, atendendo aquilo a que o Senhor Presidente aqui falou, do estado da degradação das viaturas da recolha do lixo, sobretudo as primeiras, com cerca de 32 anos as mais antigas, quando o Senhor entrou em exercício de funções elas já teriam 29 anos, porquê agora, porquê este *timing* e não o anterior para que esta renovação fosse efetuada?-----

O segundo ponto, é uma pergunta também muito direta, quanto é que isso vai custar na fatura mensal aos viseenses? Quanto é que isso lhe vai custar? Muito obrigado.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra o Senhor Presidente da Junta da Freguesia de Viseu.-----

----- **CINQUENTA E NOVE – O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE VISEU DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS (PPD/PSD):** Muito boa tarde. Eu renovo os meus cumprimentos e de uma forma muito sintética e muito rápida, e contra alguns “Velhos do Restelo” que aqui manifestamente temos, eu gostaria de questionar o Senhor Presidente que mandata os destinos do nosso município há três anos. Quantas privatizações foram feitas? Agradecia que nos respondesse a isso. Por outro lado dizer que esta preocupação do Senhor Deputado Carlos Vieira em relação à questão, e do Senhor Deputado José Paulo Cavaleiro relativamente à limpeza, eu gostava de esclarecer-lhe o seguinte: Tanto quanto eu sei, pelo menos são quatro vezes por ano que os nossos contentores são lavados e limpos. Deixe-me dizer-lhe, compare com outros municípios e já agora dizer-vos uma coisa que é de facto importante, e que aqui não foi falado, aflorado

sim, mas não foi falado, é a questão cívica dos nossos concidadãos nomeadamente os proprietários dos restaurantes e afins, é importante que isto se anote também, e que os senhores que tanto apregoam aqui nesta assembleia os bons comportamentos, também tenham como cidadãos essa prática e esse complemento que eu acho que é de facto fundamental. Para ao Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho, só um aparte em relação à minha intervenção inicial, pacífica ao que parece, eu hoje não tenho necessidade nenhuma de fazer um Voto de Louvor ao Município pelo trabalho que têm feito e à Administração Municipal, também não é necessário, os seus correligionários fazem-no. Muito obrigado.---

----- MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA: Obrigado Senhor Presidente da Junta. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.-----

----- SESSENTA – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Primeira questão, o que é que nos move? Nós temos um sistema de recolha de lixo no nosso município que tem um défice de 1 milhão e 200 mil euros por ano, isso é assumido, já o assumi várias vezes, isto é, o valor que hoje nós pagamos pela recolha do lixo, somado aquele que está entregue ao Planalto Beirão, mais a recolha direta por parte do município chega ao final do ano, e aquilo que os cidadãos pagam, dá um défice de 1 milhão e 200 mil euros, quase. Nós hoje temos um sistema misto em que metade, mais de metade é recolhida pelo Planalto Beirão e a outra metade é recolhida pela autarquia. Há aqui uma dimensão, há uma dimensão de 40 e, 50 mil habitações, são aquelas que produzem lixo, mais os estabelecimentos, e há aqui uma perspetiva de contas, obviamente que, perguntava o Senhor Deputado Carlos Cunha, porque é que não tomámos decisões antes? Porque não tomamos decisões em cima do joelho, porque antes de tomarmos decisões temos que estudar os assuntos, e mandámos estudar por pessoas que estão habilitadas.-----

(O Senhor Deputado Carlos Fernandes da Cunha intervém do seu lugar no entanto na gravação não é perceptível o que foi dito) -----

- *O Senhor Presidente da Câmara prossegue a sua intervenção dizendo:* ...três anos não, não diga isso, porque nós adjudicámos o serviço de avaliação um ano e tal depois de começarmos o mandato. Por outro lado temos várias avaliações feitas pelos nossos serviços, nós temos uma excelente Chefe de Divisão nesta área que nos ajudou muito a encontrar a melhor solução. Se nós tivéssemos neste momento possibilidade de rescindir o contrato com o Planalto Beirão e avançar para uma solução única podíamos ter equacionado mas não temos essas condições. Até 2021 nós estamos amarrados a uma solução que diz que mais de metade do lixo é recolhido pelo Planalto Beirão. Numa relação custo benefício, e Senhor Deputado Ribeiro de Carvalho não tem que fazer as contas só aos veículos, é preciso fazer as contas à operação, os veículos é uma pequena parte, a amortização dos veículos é uma pequena parte da amortização. O que posso dizer é que das contas feitas seria mais caro nós fazermos este investimento agora do que fazermos a entrega ao Planalto Beirão do ponto de vista global do custo da operação, e foram essas contas que fizemos. Portanto, entre compra de viaturas, entre os custos diretos, manutenção, combustíveis, pessoal afeto, tudo isso são custos que estão afetos ao sistema, mais reposição de contentores, mais todas essas coisas porque reparem, os senhores estão a fazer isto aqui... não é só uma questão de.-----

(Um Senhor Deputado intervém do seu lugar no entanto na gravação não é perceptível o que foi dito) -----

- *O Senhor Presidente da Câmara retoma a sua intervenção dizendo:*... deixe-me falar, depois o senhor fala a seguir se entender, para ver se percebe. Aqui não está em causa uma questão de compra de viaturas, não é a mesma coisa do senhor trocar de carro, ok, entrega o carro como retoma e recebe um carro novo e sabe que o carro novo é mais eficiente, aqui não é só isso, é preciso avaliar várias coisas. Há parâmetros ligados à vertente ambiental e à eficácia do nosso serviço no terreno. Há por um lado no prato da balança uma situação de recolha total em que esta situação mista, de estarmos aqui no meio em que nem é carne

nem é peixe, e há também da nossa parte uma certeza, é que, quando lançarmos um novo concurso em 2021 se o viermos a fazer, seguramente que será muito mais barato do que é atualmente. Os valores de recolha de lixo que temos, quer do Planalto Beirão, quer na nossa recolha direta, está provado até por outros concursos e de alguns municípios até comunistas que entretanto lançaram, que pagam menos do que se pagou na altura, hoje a recolha está mais otimizada, agora, amarrados a estes contratos e dentro de uma perspetiva do intermunicipalismo, é mais rentável para o município neste momento fazer a adjudicação da totalidade, preparar um concurso para 2021 e entretanto reforçar a sua equipa de limpeza no terreno da limpeza urbana, porque se em relação aos lixos me parece que não há aqui uma questão ideológica, há aqui uma questão de melhor serviço ou pior serviço do ponto de vista da recolha do lixo, obviamente que até à entrega ao Planalto Beirão no dia 1 de novembro há aqui coisas a fazer. Por exemplo: O lixo industrial que é indevidamente colocado nos nossos contentores? É preciso encontrar uma solução alternativa e estamos a desenhá-la, uma solução alternativa de contentores específicos para o lixo industrial, porque repararão e peço-vos que sejam isentos, eu também ando na rua todos os dias e procuro avaliar as coisas como um cidadão que sou, eu vivo nesta cidade, e gosto muito de viver nela, e se vejo que há por exemplo uma coisa que está depositada ao lado de um contentor, já cheguei a verificar que às vezes está localizado ao lado e o contentor está vazio, isto é, a pessoa que chegou lá, não teve o civismo de abrir a porta do contentor para pôr o lixo lá dentro, agora, estes comportamentos não podemos tolerá-los, portanto, estamos a preparar neste momento campanhas de sensibilização. Há três níveis onde nós vamos atuar: Vamos atuar na recolha seletiva das pastelarias, bares e restaurantes, que no fundo são aqueles que sobrecarregam o sistema doméstico, porque se nós não tivéssemos este sistema no sistema doméstico, nós não tínhamos às vezes algumas situações, e se repararem as ruturas dão-se aonde? Ao fim de semana, dão-se em épocas festivas, ali mesmo ao lado da câmara. Se vocês forem ver aqueles contentores, quando começa o fabrico das pastelarias que ali ficam à volta, acumula-se ali e temos que nós às vezes que mandar recolher duas e três vezes. Por outro lado, temos que encontrar soluções que sejam elas próprias operativas do ponto de vista da recolha, hoje já há sistemas no mercado mais sofisticados que nos permitirão fazer uma recolha mais ajustada, portanto, vamos separar a recolha do lixo industrial digamos assim, vamos fazer campanhas para que as pessoas possam utilizar de uma forma mais correta os próprios contentores, a questão da recolha dos monos, publicitá-lo mais, isto é, os monos têm datas fixas para poderem hoje... há pessoas que põem por exemplo um colchão ao lado de um contentor, é um comportamento socialmente incorreto, porque ligam para a Câmara e nós mandaremos fazer a recolha desse mono, e portanto, fazemo-lo, não importa se é através da câmara se por interposta pessoa, ao verdade é que ele é recolhido, e por outro lado iremos também sensibilizar, há que por exemplo no Centro Histórico onde hoje temos este sistema de recolha seletivo do cartão, nós também o temos vindo a fazer, até porque, há uma certeza que temos no extremo, é que quanto menos lixo nós entregarmos ao Planalto Beirão menos lixo pagamos, como é óbvio, e portanto, quanto mais nós induzirmos os cidadãos a um comportamento mais cívico, por exemplo, separar o lixo, as garrafas pesam muito, e as garrafas se forem depositadas no vidrão, são menos umas toneladas por ano de lixo que é pesado no Planalto Beirão. Os cartões, pesam muito, se nós fizermos a recolha seletiva dos cartões... igualmente as embalagens de plástico também são tratadas autonomamente, até porque há lixo que tem valia económico, este lixo que acabo de vos dizer, ao invés de ser custo, é receita, e portanto, nós também temos aqui intenção de concentrar a equipa da câmara, designadamente a equipa que está alocada a esta função a modernizar o sistema de recolha e a fiscalizar isto é, hoje em dia nós estamos perdidos no meio de uma operação, que nem é carne nem é peixe, que acaba por ser metade de um lado e metade do outro e que não permite fazer uma intervenção de fundo, e portanto, esta solução a que chegámos, é de facto a solução mais económica, mas com a consciência de

que iremos lançar um concurso para 2021 que seguramente trará benefícios. Por outro lado, nós não estamos parados no tempo, antes pelo contrário, estamos atentos e brevemente conhecerão soluções que estão preparadas para este efeito, não venham agora aqui confundir, eu até pensei que os Senhores Deputados fossem todos a favor do intermunicipalismo, a Associação de Municípios do Planalto Beirão é uma Associação de Municípios, por acaso a água nem tem nada a ver com o lixo, misturou-se tudo, nós por acaso até temos a água mais barata do país, e de melhor qualidade, e o Planalto Beirão tem uma empresa para a vertente das águas onde estão envolvidos os Municípios que têm um sistema comum, e já agora deixem que vos diga, nós neste momento com a criação das Águas de Viseu passámos a estar posicionados para um serviço regional, é que esses “Velhos do Restelo” que veem fantasmas em tudo o que existe esquecem-se do papel que o Município de Viseu está a ter na lógica de ajudar a região a ser autossuficiente do ponto de vista da água, nós temos problemas gravíssimos de abastecimento de água na cidade, se não tivéssemos um bom serviço a funcionar havia momentos no ano em que teríamos ruturas, mas se tivermos um ano de seca grave, podemos ter problemas de rutura no sistema de água de Viseu, e por isso é que estamos a fazer este investimento, e é por isso que as pessoas não entendem porque também não querem entender, porque estão toldadas, este investimento que estamos a fazer de uma lógica intermunicipal o que é que nos vai permitir? Vai-nos permitir neste acordo que estamos a fazer com o Governo, por um lado ter um sistema intermunicipal com as autarquias à volta, nós já fornecemos Nelas, já fornecemos Mangualde, uma parte de Penalva do Castelo, passaremos a fornecer também o Sátão, Vila Nova de Paiva, Vouzela, eventualmente Castro Daire e também S. Pedro do Sul. Este sistema vai-nos permitir para já reinvestir e investir um pouco mais no aumento da capacidade de armazenagem da nossa Barragem de Fagilde, vai-nos permitir investir em mais um depósito para acumulação de água, até para aproveitarmos as horas vagas, as horas em que a energia é mais barata para armazenarmos nas horas de vazio a água que vamos distribuir durante o dia e vai-nos permitir também investir em mais um tanque de produção de água na nossa ETA que vai permitir por um lado, deixarmos de ter o problema que temos hoje com a lamas que é um desperdício, nós só em lamas desperdiçamos 800 mil litros de água por ano, que acaba por ser uma valia, são meio milhão de euros, estamos a falar de deitar meio milhão de euros pela água abaixo, para o Rio Dão outra vez, que passam a ser reutilizados, portanto, estas coisas não caem do céu, é que de facto é fácil avaliar um assunto “então comprem-se uns camiões ou não sei quê”, não, estas coisas demoram tempo, é preciso analisá-las saber como é que elas são, e neste caso ter uma perspetiva intermunicipal, designadamente aquele protocolo que assinámos com os municípios que nos permite estar neste momento entre os vários municípios a lançar o embrião da futura Barragem da Maeira, que será uma Barragem... esta região não tem mais hipóteses de recolher água para poder ser autossustentável que não seja ir buscar água ao Rio Vouga porque no Rio Dão já estamos a ir buscar, e portanto, a Barragem do Rio Vouga, espero que consigamos levar este empreendimento a bom porto, que é um investimento muito elevado, poderemos estar a falar de um investimento, entre a Barragem do Vouga mais a ETA, poderemos estar a falar de um investimento que rondará os 70 milhões de euros para servir estes municípios todos, e é esta a vantagem também de termos constituído as Águas de Viseu, é que temos um investimento que serve Viseu e também é colocado ao serviço da... para quem me acusa de não ter uma perspetiva regional... quem não tem uma perspetiva regional é quem se coloca na posição egoística de achar que Viseu com o *know how* que tem não deve ajudar também os concelhos à volta, eu acho que devemos, devemos estar ao lado dos concelhos à volta e ter políticas comuns, até porque é a única forma que temos de ter apoios comunitários, senão não os teríamos, e é a forma de sermos solidários com outros concelhos que têm o mesmo problema que nós, e portanto, que fique bem claro, estas são as opções que efetivamente nós temos. Em relação ao preço do serviço, não haverá nenhuma alteração ao preço do

serviço dos munícipes, portanto, é o preço, nós privados, pagamos 3 euros por mês por este serviço. Em relação à melhoria do serviço, estou em crer que a própria concentração dos serviços da câmara na fiscalização e no acompanhamento da operação diária, porque nós colocamos aqui uma série de exigências, também para termos acesso a toda a informação que nos permita fazer uma melhor fiscalização, concentrando-nos na fiscalização estou convencido que as coisas também irão melhorar de uma forma bastante drástica e por outro lado conseguimos aqui minorar os custos que temos nos resíduos sólidos urbanos e ao mesmo tempo investir, nunca estive em causa os direitos dos trabalhadores, nós vamos reafectar estes trabalhadores, nós somos os melhores amigos dos trabalhadores, há uns que se dizem amigos dos trabalhadores, mas não são nada, até queriam mandar para o desemprego as assistentes administrativas que estão nas escolas, até queriam aqui que eu abrisse um concurso público, aliás, eu ainda há dias estive reunido com elas e elas disseram, de facto o Senhor Presidente tem toda a razão, estavam-nos a induzir em erro, queriam que abrisse um concurso público para as duzentas e tal auxiliares que temos, 280 auxiliares onde se calhar 90% delas não tinham espaço nesses concursos públicos e aí é que eram atiradas para o desemprego, são estes falsos moralistas da defesa dos trabalhadores que nós temos aqui, por um lado à 2ªfeira defendem-nos e à 3ªfeira acabam por defender políticas que vão contra os próprios trabalhadores, eu por aí não embarco, eu tenho muito apreço, muito apreço mesmo pelos trabalhadores da Câmara, vou-os defender sempre até ao último minuto, e vou defendê-los sobretudo quando eles são competentes e quando eles fazem bem o seu trabalho, obviamente que quando não fazem bem o seu trabalho também levam nas “orelhas”, mas no caso concreto dos trabalhadores do lixo e da parte da limpeza urbana, eu tenho que vos dizer que nós temos trabalhadores excelentes, aliás, neste momento até vamos alargar a área de limpeza urbana feita diretamente pelos trabalhadores da Câmara, porque entendemos que onde os nossos trabalhadores passam a limpeza fica com muito melhor qualidade e portanto, a lógica é melhorar sempre, o nosso objetivo é só um, é melhorar a vida dos cidadãos, mais nenhum.-

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Íamos então proceder à votação. Ponto Cinco, **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE A DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, LAVAGEM, MANUTENÇÃO, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CONTENTORES NOS MUNICIPIOS DO PLANALTO BEIRÃO – AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO.** Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a Favor? Pedíamos novamente as abstenções, estão a pedir se não se importassem. Por isso foi *Aprovado com dois (2) votos contra e sete (7) abstenções.* (**Anexo 5 – Registo nominal das votações, páginas 576/577**).-----

Íamos passar, ia noite já vai longa, passávamos ao Ponto Seis **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO DE BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO – PROCESSO Nº53/2967/2012 – OPERAÇÃO DE EMPARCELAMENTO.** Dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.-----

----- **SESSENTA E UM – O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:** Senhor Presidente, apresento isto em 30 segundos. Propõe-se à aprovação da Assembleia Municipal da operação de emparcelamento já aprovada em Reunião de Câmara consubstanciada na desafetação de domínio público para o domínio privado do município de uma parcela com a área de 3.585m2 com os fundamentos no disposto da Lei e com a fundamentação que está anexa a este ponto.-----

----- **MESA – O SENHOR PRESIDENTE DA MESA:** Obrigado Senhor Presidente. Há alguma intervenção? Não havendo íamos proceder de imediato à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Por isso *Aprovado por unanimidade.* (**Anexo 6 – Registo nominal das votações, páginas 578/579**).-----

Em relação ao Ponto Sete. A Mesa introduziu esse Ponto Sete em virtude das renúncias dos mandatos das Senhoras Deputadas Sofia Pires e Joana Ferreira que eram

respetivamente a efetiva e a suplente da Assembleia Municipal ao ACES Dão Lafões e como poderia eventualmente haver alguma reunião e convocar, nós tivemos que rapidamente fazer a eleição. Por isso, em relação ao Ponto Sete, ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE (EFETIVO E SUPLENTE) DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VISEU PARA INTEGRAR O CONSELHO DA COMUNIDADE DO ACES DÃO LAFÕES. Pedíamos que queiram apresentar listas, agradecemos. Por isso, está apresentada uma lista, se houver mais alguma lista? Foi apresentada só uma lista por isso será a Lista A. O Grupo Municipal do PSD propõe para representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do ACES Dão Lafões:-----

Efetivo, PAULO JORGE DE ALMEIDA PEREIRA;-----

Suplente, JOSÉ MANUEL DE ALMEIDA FERNANDES, Presidente de Junta de Povolide.-----

Iriamos começar, como sabem, iríamos fazer o circuito rápido da votação, por isso começaria pelo:-----

Senhor Presidente de Junta da Freguesia de Viseu DIAMANTINO AMARAL DOS SANTOS e pedia-lhe que fosse rapidamente votar:-----

A seguir está o Presidente de Junta da União das Freguesias S. Cipriano e Vil se Soito;---

Presidente da Freguesia de Repeses S. Salvador (está ausente).-----

União das Freguesias Faíl Vila Chã de Sá:-----

União das Freguesias Barreiros Cepões;-----

União das Freguesias Boa Aldeia, Farminhão e Torredeita, Presidente de Junta;-----

Presidente de Junta de Silgueiros;-----

Presidente de Junta de S. Pedro de France;-----

Presidente de Junta de S. João de Lourosa;-----

- O Senhor Presidente da Mesa interrompe momentaneamente a votação para dizer o seguinte: Só informava os Senhores Deputados que temos uma pessoa inscrita e que tivessem em consideração isso. Temos um cidadão inscrito.-----

Presidente de Junta de Santos Evos-----

Presidente de Junta de Rio de Loba;-----

Presidente de Junta de Ribafeita (não está presente, está ausente);-----

Presidente de Junta Ranhados;-----

Presidente de Junta de Povolide;-----

Presidente de Junta Orgens;-----

O Senhor Secretário de Mundão, ANTÓNIO DE OLIVEIRA CARRAGOSO;-----

Presidente de Junta de Lordosa (não está, está ausente);-----

Presidente de Junta de Fragosela;-----

Presidente de Junta Coutos de Viseu;-----

Presidente de Junta de Côta;-----

Presidente de Junta de Cavernães;-----

Presidente de Junta do Campo;-----

Presidente de Junta de Calde;-----

Presidente de Junta de Bodiosa;-----

Presidente de Junta de Abraveses;-----

Senhor Deputado CARLOS VIEIRA;-----

Senhora Deputada FILOMENA PIRES;-----

Senhor Deputado LUÍS ALVES;-----

Senhor Deputado GONÇALO CALHEIROS;-----

Senhor Deputado CARLOS CUNHA;-----

Senhor Deputado JOSÉ PAULO CAVALEIRO;-----

Senhora Deputada ADELAIDE MODESTO;-----

Senhor Deputado ALFREDO GONÇALVES;-----

Senhor Deputado BAILA ANTUNES;-----

Senhor Deputado ALBERTO ASCENSÃO;-----
Senhora Deputada LÚCIA SILVA;-----
Senhor Deputado RIBEIRO DE CARVALHO;-----
Senhor Deputado PEDRO OSÓRIO;-----
Senhora Deputada FLORBELA SOUTINHO;-----
Senhor Deputado ANTÓNIO JOSÉ;-----
Senhor Deputado CARLOS COSTA-----
Senhor Deputado ANTÓNIO VICENTE DE FIGUEIREDO;-----
Senhora Deputada FILIPA MENDES;-----
Senhor Deputado PAULO PEREIRA;-----
Senhor Deputado JOSÉ ERNESTO;-----
Senhor Deputado JOSÉ ALBERTO;-----
Senhora Deputada CRISTINA PAULA;-----
Senhor Deputado PEDRO ALVES;-----
Senhor Deputado MANUEL TEODÓSIO;-----
Senhor Deputado JOÃO COTTA;-----
Eu próprio;-----
(Procedeu-se à contagem dos Votos) -----
A votação foi:-----
Lista A trinta e cinco (35) votos; onze (11) brancos e dois (2) nulos.-----
Terminávamos assim a Ordem de trabalhos, abre-se agora o Período de Intervenção do Público conforme previsto no Regimento, e temos inscrito o Professor Fernando Paulo Baptista. Agradecia Senhor Professor, tem cinco minutos de acordo com o Regimento-----
----- **SESSENTA E DOIS – O SENHOR PROFESSOR FERNANDO PAULO CARMO BAPTISTA:** Muito obrigado. Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente do Executivo da nossa Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Nacionais e também Concelhios, sobretudo os meus queridos, muito queridos Concidãos. É com profunda emoção que estou aqui neste momento. Estive a rabiscar para não fugir da economia do tempo disponível. -----
Esta mensagem que senti em consciência que a devia transmitir e partilhar.-----
Nesta *DOMUS MUNICIPALIS* que é o “coração” autárquico-colegial da Democracia, sinto o dever de começar por partilhar expressamente com todos Vós, meus Estimados Concidãos, as nucleares Causas e Valores que configuram a razão de ser “DEMOCRATA”, e transcrevo da página onde em inglês escrevi em tempos, exatamente *online*, dos Democratas da América do Presidente Obama.-----
«Sou Democrata, porque amo a Fraternidade, a Solidariedade, a Justiça, a Liberdade, a Responsabilidade, a Dialéctica e a Dialogia, a Abertura de Espírito e a Diversidade de Perspectivas, a Tolerância, a Diplomacia, a Harmonia, a Paz, a Vida, a Saúde, a Educação, a Cultura, a Civilização, a Ética, o Respeito e a Gratidão, por isso estou aqui. Em síntese: O Progresso Global dos Povos e a Humanização Holística (integral e integrada) da Comunidade Humana Planetária...».-----
Estou, aqui, perante Vós, para Vos prestar o meu emocionado “tributo de gratidão” relativamente ao “voto de louvor”, com que, de modo unânime e generoso, distinguistes o acto da minha recente eleição, também ela unânime, como Sócio da Classe de Letras da Academia de Ciências de Lisboa.-----
Ora, esta dupla unanimidade (a *electiva* e a *votiva*), longe de me causar qualquer deslumbramento (seria a pior espécie de cegueira que se apoderaria de mim) constitui, pelo contrário, um fortíssimo estímulo e um homólogo motivo de responsabilização, no sentido de tudo continuar a fazer, para ser digno de Vós, da nossa Cidade, do nosso Concelho, do nosso Distrito e Região e para continuar no trabalho investigativo que resulte em benefício do nosso próprio País.-----
Por isso, procurei que este meu mais do que devido Tributo de Gratidão se

consubstanciase simbolicamente na entrega a esta Assembleia, na pessoa do seu estimado Presidente, de três dos mais recentes frutos da minha “*lavoura da alma*” ou como diria Bacon da minha *georgica animi*:-----

– *Ortografia & Literacia*; (já vou disponibilizar) -----

– *Lexicologia e Lexicografia*; (foi o mais recente, no dia 10 deste mês) -----

– *Por Amor à Língua Portuguesa* (a sua 2.^a edição).-----

Em reforço, entrego, também, um importantíssimo volume dos *Portugaliae Monumenta Historica*, organizado pelo Professor Augusto Sottomayor-Pizarro Catedrático do Curso de História da Faculdade de Letras do Porto, um Académico brilhante, recentemente editado pela Academia das Ciências de Lisboa, porquê? Como poderão ver, este volume dos *Portugaliae Monumenta Historica*, tem Viseu no coração, com uma presença enorme em documentos que já remontam ao século VIII, portanto, antes da nossa nacionalidade. É um volume fabuloso que importa que seja conhecido porque tem todos os lugares, não só os de Viseu, mas os que são da periferia concelhia. É um monumento à nossa região toda, antes de mais à nossa Cidade.-----

Junto também o meu “opúsculo antológico” de conteúdo histórico-poético, dedicado à figura mítico-tutelar de Viriato (sugerindo, a este propósito, um adequado tratamento editorial, de modo a poder transformar-se num condigno documento patrimonial e cultural do nosso Município, fundamentante da tradicional consigna e identitária “Viseu, Cidade de Viriato”...-----

Agradeço a atenção com que me escutaram e podem contar cá com o veterano dos cabelos já grisalhos para continuar na senda da dignificação académica, investigativa da nossa Cidade, da nossa Região, no fundo do nosso País.-----

O meu sincero bem-haja a todos pela generosidade com que tributastes o vosso afeto, aqui no coração da nossa Democracia Municipal.-----

Bem-haja e muita saúde para vós.-----

Aprendi muito estar ali a ouvir-vos.-----

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente da Mesa dá por encerrada a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu de vinte e seis de setembro de dois mil e dezasseis quando eram vinte e uma horas e trinta e dois minutos. E do que se passou, lavrou-se a presente Ata, que inclui um total de 11 páginas anexas que vai ser assinada por mim, _____, Primeiro Secretário e pelo Senhor Presidente, nos termos do número três, do artigo quinquagésimo oitavo do Regimento em vigor. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(José Manuel Henriques Mota Faria)

ANEXO 1



SITUAÇÃO FINANCEIRA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VISEU EM 19/SETEMBRO/2016

| | € | | € |
|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| Saldo Inicial | 28.743.247,25 | Despesas Correntes | 24.871.121,60 |
| Receitas Correntes | 29.866.132,71 | Despesas Capital | 6.463.697,34 |
| Receitas Capital | 2.534.373,73 | | |
| Outras Receitas | 53.166,76 | Total das Despesas | 31.334.818,94 |
| Total das Receitas | 32.453.673,20 | Saldo Actual | 29.862.101,51 |

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

SITUAÇÃO ACTUAL DAS DÍVIDAS - 19 de SETEMBRO de 2016

| | € |
|-----------------------------|--------------|
| Fornecedores | 1.313.552,72 |
| Outros devedores e credores | 2.489.211,73 |
| Total | 3.802.764,45 |

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

OUTRAS ORIGENS DE FUNDOS - 19 de SETEMBRO de 2016

| | € |
|--------------------------------|---------------|
| Empréstimos obtidos | 18.207.098,39 |
| Estado e outros entes públicos | 190.651,79 |
| Total | 18.397.750,18 |

Fonte: Contabilidade da Câmara Municipal de Viseu

ANEXO 2



Sessão Ordinária de 26 de Setembro de 2016

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 2 da Ordem de Trabalhos | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de Setembro de 2016, que deliberou <i>Aprouva por unanimidade</i> Viseu, 26/09/2016 | | | | | |
|---|------------------------|---|-------|-------|--------|-----------|---------|
| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| 1 PPD/PSD | | José Manuel Henriques Mota Faria | | X | | | |
| 2 PPD/PSD | | João Fernando Marques Rebelo Cotta | | X | | | |
| 3 PPD/PSD | | Manuel Teodósio Martins Henriques | | X | | | |
| 4 PPD/PSD | | Pedro Filipe dos Santos Alves | | X | | | |
| 5 PPD/PSD | | Cristina Paula Cunha Pereira Gomes | | X | | | |
| 6 PPD/PSD | | José Alberto Ferreira | | X | | | |
| 7 PPD/PSD | | José Ernesto Pereira da Silva | | X | | | |
| 8 PPD/PSD | | António José Coelho Lopes | | X | | | |
| 9 PPD/PSD | | Paulo Jorge de Almeida Pereira | | X | | | |
| 10 PPD/PSD | | Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes | | X | | | |
| 11 PPD/PSD | | António Vicente Figueiredo | | X | | | |
| 12 PPD/PSD | | António Carlos Gomes Tomás da Costa | | X | | | |
| 13 PPD/PSD | | Florabela de Almeida Correia Soutinho | | X | | | |
| 14 PPD/PSD | | Pedro Osório dos Santos Ferreira | | X | | | |
| 15 PPD/PSD | BODIOSA | Rui Manuel dos Santos Ferreira | | X | | | |
| 16 PPD/PSD | CALDE | José Fernandes | | X | | | |
| 17 PPD/PSD | CAMPO | Carlos Alberto dos Santos Lima | | X | | | |
| 18 PPD/PSD | CAVERNÃES | Jorge Anselmo Martins | | X | | | |
| 19 PPD/PSD | CÔTA | António de Jesus Tavares da Fonseca | | X | | | |
| 20 PPD/PSD | FRAGOSELA | Arnaldo António Correia Gonçalves | | X | | | |
| 21 PPD/PSD | LORDOSA | Carlos Manuel Martins Correia | | | | | X |
| 22 PPD/PSD | MUNDÃO | António de Oliveira Carragoso | | X | | | |
| 23 PPD/PSD | ORGENS | Adérito Pais Cardoso | | X | | | |
| 24 PPD/PSD | POVOLIDE | José Manuel de Almeida Fernandes | | X | | | |
| 25 PPD/PSD | RANHADOS | Luís Filipe Martins Almeida Mendes | | X | | | |
| 26 PPD/PSD | RIBAFEITA | Custódio Figueiredo Ferreira | | | | | X |
| 27 PPD/PSD | RIO DE LOBA | Carlos Alberto Pereira Gama Henriques | | X | | | |
| 28 PPD/PSD | SANTOS EVOS | Fernando José Cardoso Rodrigues | | X | | | |
| 29 PPD/PSD | S. JOÃO LOUROSA | Carlos Alberto Ferreira de Almeida | | X | | | |
| 30 PPD/PSD | S. PEDRO FRANCE | Fernando Martins Machado | | X | | | |
| 31 PPD/PSD | COUTOS DE VISEU | Fernando Manuel Leitão de Almeida | | X | | | |
| 32 PPD/PSD | U. F. BARREIROS CEPÕES | António da Silva Gomes Tavares | | X | | | |
| 33 PPD/PSD | REPESES e S.SALVADOR | José Domingos Abreu Coelho | | | | | X |

ANEXO 2



Sessão Ordinária de 26 de Setembro de 2016

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 2 da Ordem de Trabalhos | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de Setembro de 2016, que deliberou <u>Aprovar por unanimidade</u> Viseu, 26/09/2016 | | | | | |
|---|--|--|-------|-------|--------|-----------|---------|
| IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - TAXAS nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugado com o n.º 5 do artigo 112º do CIMI- Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis | | | | | | | |
| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| PPD/PSD | U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO | Aurélí Pereira Lourenço | | X | | | |
| PPD/PSD | UISEU | Diamantino Amaral dos Santos | | X | | | |
| PS | | António Augusto E. Ribeiro de Carvalho | | X | | | |
| PS | | Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva | | X | | | |
| PS | | José Paulo Vila Chã Cavaleiro | | X | | | |
| PS | | Adelaide Joana da Silva Modesto | | X | | | |
| PS | | Cristina Maria Nunes Fonseca | X | | | | |
| PS | | Pedro A. S. Baila Madeira Antunes | | X | | | |
| PS | | Alfredo José Ribeiro Gonçalves | | X | | | |
| PS | | Alberto Gonçalves Ascensão | | X | | | |
| PS | SILGUEIROS | José Augusto Henriques Mota | | X | | | |
| PS | U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ | José António M. Seabra Figueiredo | | X | | | |
| CDS/PP | | Carlos Fernandes da Cunha | | X | | | |
| CDS/PP | | Luís Manuel Soares da Cunha Alves | | X | | | |
| CDS/PP | | Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros | | X | | | |
| CDU | | Maria Filomena de Matos Pires | | X | | | |
| BE | | Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues | | X | | | |
| Independente | ABRAVESES | Rui Pedro Oliveira de Almeida | | X | | | |
| Não integra Grupo Municipal | U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA | José Paulo Moreira Cardoso Meneses | | X | | | |
| Resultado | | | 1 | 48 | 0 | 0 | 3 |

a) Declaração de voto

ANEXO 3



Sessão Ordinária de 26 de Setembro de 2016

VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos | | IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - REDUÇÃO DE TAXAS - PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugado com o n.º 1 do artigo 112º-A do CIMI- Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de Setembro de 2016, que deliberou <u>Aprovar por 46 votos a favor, 1 (um) voto contra e 1 (uma) abstenção</u> — Viseu, 26/09/2016 | | | | |
|---|-----------------|---|-------|--|--------|-----------|---------|--|
| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE | |
| 1 PPD/PSD | | José Manuel Henriques Mota Faria | | X | | | | |
| 2 PPD/PSD | | João Fernando Marques Rebelo Cotta | | X | | | | |
| 3 PPD/PSD | | Manuel Teodósio Martins Henriques | | X | | | | |
| 4 PPD/PSD | | Pedro Filipe dos Santos Alves | | X | | | | |
| 5 PPD/PSD | | Cristina Paula Cunha Pereira Gomes | | X | | | | |
| 6 PPD/PSD | | José Alberto Ferreira | | X | | | | |
| 7 PPD/PSD | | José Ernesto Pereira da Silva | | X | | | | |
| 8 PPD/PSD | | António José Coelho Lopes | | X | | | | |
| 9 PPD/PSD | | Paulo Jorge de Almeida Pereira | | X | | | | |
| 10 PPD/PSD | | Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes | | X | | | | |
| 11 PPD/PSD | | António Vicente Figueiredo | | X | | | | |
| 12 PPD/PSD | | António Carlos Gomes Tomás da Costa | | X | | | | |
| 13 PPD/PSD | | Florbel de Almeida Correia Soutinho | | X | | | | |
| 14 PPD/PSD | | Pedro Osório dos Santos Ferreira | | X | | | | |
| 15 PPD/PSD | BODIOSA | Rui Manuel dos Santos Ferreira | | X | | | | |
| 16 PPD/PSD | CALDE | José Fernandes | | X | | | | |
| 17 PPD/PSD | CAMPO | Carlos Alberto dos Santos Lima | | X | | | | |
| 18 PPD/PSD | CAVERNÃES | Jorge Anselmo Martins | | X | | | | |
| 19 PPD/PSD | CÔTA | António de Jesus Tavares da Fonseca | | X | | | | |
| 20 PPD/PSD | FRAGOSELA | Arnaldo António Correia Gonçalves | | X | | | | |
| 21 PPD/PSD | LORDOSA | Carlos Manuel Martins Correia | | | | | X | |
| 22 PPD/PSD | MUNDÃO | António de Oliveira Carragoso | | X | | | | |
| 23 PPD/PSD | ORGENS | Adérito Pais Cardoso | | X | | | | |
| 24 PPD/PSD | POVOLIDE | José Manuel de Almeida Fernandes | | X | | | | |
| 25 PPD/PSD | RANHADOS | Luis Filipe Martins Almeida Mendes | | X | | | | |
| 26 PPD/PSD | RIBAFEITA | Custódio Figueiredo Ferreira | | | | | X | |
| 27 PPD/PSD | RIO DE LOBA | Carlos Alberto Pereira Gama Henriques | | X | | | | |
| 28 PPD/PSD | SANTOS EVOS | Fernando José Cardoso Rodrigues | | X | | | | |
| 29 PPD/PSD | S. JOÃO LOUROSA | Carlos Alberto Ferreira de Almeida | | X | | | | |
| 30 PPD/PSD | S. PEDRO FRANCE | Fernando Martins Machado | | X | | | | |

ANEXO 3



Sessão Ordinária de 26 de Setembro de 2016

VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 3 da Ordem de Trabalhos | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de Setembro de 2016, que deliberou | | | | | |
|---|--|--|-------|-------|--------|-----------|---------|
| IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - REDUÇÃO DE TAXAS - PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro conjugado com o n.º 1 do artigo 112º-A do CIMI- Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis | | <p><i>Deliberou por 46 votos a favor, 1 voto contra e 1 (uma) abstenção</i></p> <p><i>Viseu, 26/09/2016</i></p> | | | | | |
| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| 31 PPD/PSD | COUTOS DE VISEU | Fernando Manuel Leitão de Almeida | | X | | | |
| 32 PPD/PSD | U. F. BARREIROS CEPÕES | António da Silva Gomes Tavares | | X | | | |
| 33 PPD/PSD | REPESES e S.SALVADOR | José Domingos Abreu Coelho | | | | | X |
| 34 PPD/PSD | U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO | Aurélio Pereira Lourenço | | X | | | |
| 35 PPD/PSD | UISEU | Diamantino Amaral dos Santos | | X | | | |
| 36 PS | | António Augusto E. Ribeiro de Carvalho | | X | | | |
| 37 PS | | Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva | | X | | | |
| 38 PS | | José Paulo Vila Chã Cavaleiro | | X | | | |
| 39 PS | | Adelaide Joana da Silva Modesto | | X | | | |
| 40 PS | | Cristina Maria Nunes Fonseca | X | | | | |
| 41 PS | | Pedro A. S. Baila Madeira Antunes | | X | | | |
| 42 PS | | Alfredo José Ribeiro Gonçalves | | X | | | |
| 43 PS | | Alberto Gonçalves Ascensão | | X | | | |
| 44 PS | SILGUEIROS | José Augusto Henriques Mota | | X | | | |
| 45 PS | U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ | José António M. Seabra Figueiredo | | X | | | |
| 46 CDS/PP | | Carlos Fernandes da Cunha | | X | | | |
| 47 CDS/PP | | Luís Manuel Soares da Cunha Alves | | X | | | |
| 48 CDS/PP | | Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros | | X | | | |
| 49 CDU | | Maria Filomena de Matos Pires | | | X | | |
| 50 BE | | Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues | | | | X | |
| 51 Independente | ABRAVESES | Rui Pedro Oliveira de Almeida | | X | | | |
| 52 Não integra Grupo Municipal | U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA | José Paulo Moreira Cardoso Meneses | | X | | | |
| Resultado | | | 1 | 46 | 1 | 1 | 3 |

a) Declaração de voto

ANEXO 4



Sessão Ordinária de 26 de Setembro de 2016

VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos | | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de Setembro de 2016, que deliberou <u>aprovar por 44 votos a favor e 1 (um) abstenção</u> — Viseu, 26/09/2016 | | | | |
|--|-----------------|---|--|-------|--------|-----------|---------|
| IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 6, 7 e 8 do artigo 112º do CIMI- Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis | | | | | | | |
| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| 1 PPD/PSD | | José Manuel Henriques Mota Faria | b) | b) | b) | b) | b) |
| 2 PPD/PSD | | João Fernando Marques Rebelo Cotta | | X | | | |
| 3 PPD/PSD | | Manuel Teodósio Martins Henriques | | X | | | |
| 4 PPD/PSD | | Pedro Filipe dos Santos Alves | | X | | | |
| 5 PPD/PSD | | Cristina Paula Cunha Pereira Gomes | | X | | | |
| 6 PPD/PSD | | José Alberto Ferreira | | X | | | |
| 7 PPD/PSD | | José Ernesto Pereira da Silva | | X | | | |
| 8 PPD/PSD | | António José Coelho Lopes | | X | | | |
| 9 PPD/PSD | | Paulo Jorge de Almeida Pereira | | X | | | |
| 10 PPD/PSD | | Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes | | X | | | |
| 11 PPD/PSD | | António Vicente Figueiredo | | X | | | |
| 12 PPD/PSD | | António Carlos Gomes Tomás da Costa | | X | | | |
| 13 PPD/PSD | | Florbel de Almeida Correia Soutinho | | X | | | |
| 14 PPD/PSD | | Pedro Osório dos Santos Ferreira | | X | | | |
| 15 PPD/PSD | BODIOSA | Rui Manuel dos Santos Ferreira | | X | | | |
| 16 PPD/PSD | CALDE | José Fernandes | | X | | | |
| 17 PPD/PSD | CAMPO | Carlos Alberto dos Santos Lima | | X | | | |
| 18 PPD/PSD | CAVERNÃES | Jorge Anselmo Martins | | X | | | |
| 19 PPD/PSD | CÔTA | António de Jesus Tavares da Fonseca | | X | | | |
| 20 PPD/PSD | FRAGOSELA | Arnaldo António Correia Gonçalves | | X | | | |
| 21 PPD/PSD | LORDOSA | Carlos Manuel Martins Correia | | | | | X |
| 22 PPD/PSD | MUNDÃO | António de Oliveira Carragoso | | X | | | |
| 23 PPD/PSD | ORGENS | Adérito Pais Cardoso | | X | | | |
| 24 PPD/PSD | POVOLIDE | José Manuel de Almeida Fernandes | | X | | | |
| 25 PPD/PSD | RANHADOS | Luis Filipe Martins Almeida Mendes | | X | | | |
| 26 PPD/PSD | RIBAFEITA | Custódio Figueiredo Ferreira | | | | | X |
| 27 PPD/PSD | RIO DE LOBA | Carlos Alberto Pereira Gama Henriques | | X | | | |
| 28 PPD/PSD | SANTOS EVOS | Fernando José Cardoso Rodrigues | | X | | | |
| 29 PPD/PSD | S. JOÃO LOUROSA | Carlos Alberto Ferreira de Almeida | | X | | | |
| 30 PPD/PSD | S. PEDRO FRANCE | Fernando Martins Machado | | X | | | |

ANEXO 4



Sessão Ordinária de 26 de Setembro de 2016

VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 4 da Ordem de Trabalhos | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de Setembro de 2016, que deliberou <u>Aprouva por 44 votos a favor e 1 (uma) abstenção</u> — Viseu, 26/09/2016 | | | | | |
|--|--|---|-------|-------|--------|-----------|---------|
| IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI - MAJORAÇÃO E MINORAÇÃO nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 6, 7 e 8 do artigo 112º do CIMI- Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis | | | | | | | |
| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| 31 PPD/PSD | COUTOS DE VISEU | Fernando Manuel Leitão de Almeida | | X | | | |
| 32 PPD/PSD | U. F. BARREIROS CEPÕES | António da Silva Gomes Tavares | | X | | | |
| 33 PPD/PSD | REPESES e S.SALVADOR | José Domingos Abreu Coelho | | | | | X |
| 34 PPD/PSD | U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO | Aurélio Pereira Lourenço | | X | | | |
| 35 PPD/PSD | VISEU | Diamantino Amaral dos Santos | | X | | | |
| 36 PS | | António Augusto E. Ribeiro de Carvalho | | X | | | |
| 37 PS | | Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva | b) | b) | b) | b) | b) |
| 38 PS | | José Paulo Vila Chã Cavaleiro | | X | | | |
| 39 PS | | Adelaide Joana da Silva Modesto | | X | | | |
| 40 PS | | Cristina Maria Nunes Fonseca | X | | | | |
| 41 PS | | Pedro A. S. Baila Madeira Antunes | | X | | | |
| 42 PS | | Alfredo José Ribeiro Gonçalves | | X | | | |
| 43 PS | | Alberto Gonçalves Ascensão | | X | | | |
| 44 PS | SILGUEIROS | José Augusto Henriques Mota | | X | | | |
| 45 PS | U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ | José António M. Seabra Figueiredo | | X | | | |
| 46 CDS/PP | | Carlos Fernandes da Cunha | | X | | | |
| 47 CDS/PP | | Luís Manuel Soares da Cunha Alves | | X | | | |
| 48 CDS/PP | | Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros | | X | | | |
| 49 CDU | | Maria Filomena de Matos Pires | b) | b) | b) | b) | b) |
| 50 BE | | Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues | | | | X | |
| 51 Independente | ABRAVESES | Rui Pedro Oliveira de Almeida | | X | | | |
| 52 Não integra Grupo Municipal | U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA | José Paulo Moreira Cardoso Meneses | | X | | | |
| Resultado | | | 1 | 44 | 0 | 1 | 3 |

a) Declaração de voto

b) Aposentação de excusa de indeferência na discussão e votação por conflito de interesses.

ANEXO 5



Sessão Ordinária de 26 de Setembro de 2016

VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos | | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de Setembro de 2016, que deliberou <u>Aprovar por 39 votos a favor, 2 (dois) votos contra e 7 (sete) abstenções</u> — Viseu, 26/09/2016 | | | | |
|---|-----------------|---|--|-------|--------|-----------|---------|
| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| 1 PPD/PSD | | José Manuel Henriques Mota Faria | | X | | | |
| 2 PPD/PSD | | João Fernando Marques Rebelo Cotta | | X | | | |
| 3 PPD/PSD | | Manuel Teodósio Martins Henriques | | X | | | |
| 4 PPD/PSD | | Pedro Filipe dos Santos Alves | | X | | | |
| 5 PPD/PSD | | Cristina Paula Cunha Pereira Gomes | | X | | | |
| 6 PPD/PSD | | José Alberto Ferreira | | X | | | |
| 7 PPD/PSD | | José Ernesto Pereira da Silva | | X | | | |
| 8 PPD/PSD | | António José Coelho Lopes | | X | | | |
| 9 PPD/PSD | | Paulo Jorge de Almeida Pereira | | X | | | |
| 10 PPD/PSD | | Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes | | X | | | |
| 11 PPD/PSD | | António Vicente Figueiredo | | X | | | |
| 12 PPD/PSD | | António Carlos Gomes Tomás da Costa | | X | | | |
| 13 PPD/PSD | | Florbela de Almeida Correia Soutinho | | X | | | |
| 14 PPD/PSD | | Pedro Osório dos Santos Ferreira | | X | | | |
| 15 PPD/PSD | BODIOSA | Rui Manuel dos Santos Ferreira | | X | | | |
| 16 PPD/PSD | CALDE | José Fernandes | | X | | | |
| 17 PPD/PSD | CAMPO | Carlos Alberto dos Santos Lima | | X | | | |
| 18 PPD/PSD | CAVERNÃES | Jorge Anselmo Martins | | X | | | |
| 19 PPD/PSD | CÔTA | António de Jesus Tavares da Fonseca | | X | | | |
| 20 PPD/PSD | FRAGOSELA | Arnaldo António Correia Gonçalves | | X | | | |
| 21 PPD/PSD | LORDOSA | Carlos Manuel Martins Correia | | | | | X |
| 22 PPD/PSD | MUNDÃO | António de Oliveira Carragoso | | X | | | |
| 23 PPD/PSD | ORGENS | Adérito Pais Cardoso | | X | | | |
| 24 PPD/PSD | POVOLIDE | José Manuel de Almeida Fernandes | | X | | | |
| 25 PPD/PSD | RANHADOS | Luis Filipe Martins Almeida Mendes | | X | | | |
| 26 PPD/PSD | RIBAFEITA | Custódio Figueiredo Ferreira | | | | | X |
| 27 PPD/PSD | RIO DE LOBA | Carlos Alberto Pereira Gama Henriques | | X | | | |
| 28 PPD/PSD | SANTOS EVOS | Fernando José Cardoso Rodrigues | | X | | | |
| 29 PPD/PSD | S. JOÃO LOUROSA | Carlos Alberto Ferreira de Almeida | | X | | | |
| 30 PPD/PSD | S. PEDRO FRANCE | Fernando Martins Machado | | X | | | |

ANEXO 5



Sessão Ordinária de 26 de Setembro de 2016

VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 5 da Ordem de Trabalhos | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de Setembro de 2016, que deliberou | | | | |
|--|--|--|-------|-------------------|--------|-----------|
| PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE A DESTINO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, LAVAGEM, MANUTENÇÃO, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE CONTENTORES NOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO BEIRÃO - AUTORIZAÇÃO DE CONCESSÃO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro | | Abreviar para 39 votos a favor, 2 (dois) votos contra e 7 (sete) abstenções. | | Viseu, 26/09/2016 | | |
| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO |
| 31 PPD/PSD | COUTOS DE VISEU | Fernando Manuel Leitão de Almeida | | X | | |
| 32 PPD/PSD | U. F. BARREIROS CEPÕES | António da Silva Gomes Tavares | | X | | |
| 33 PPD/PSD | REPESES e S.SALVADOR | José Domingos Abreu Coelho | | | | X |
| 34 PPD/PSD | U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO | Aurélio Pereira Lourenço | | X | | |
| 35 PPD/PSD | UISEU | Diamantino Amaral dos Santos | | X | | |
| 36 PS | | António Augusto E. Ribeiro de Carvalho | | | | X |
| 37 PS | | Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva | | | | X |
| 38 PS | | José Paulo Vila Chã Cavaleiro | | | | X |
| 39 PS | | Adelaide Joana da Silva Modesto | | | | X |
| 40 PS | | Cristina Maria Nunes Fonseca | X | | | |
| 41 PS | | Pedro A. S. Baila Madeira Antunes | | | | X |
| 42 PS | | Alfredo José Ribeiro Gonçalves | | | | X |
| 43 PS | | Alberto Gonçalves Ascensão | | | | X |
| 44 PS | SILGUEIROS | José Augusto Henriques Mota | | X | | |
| 45 PS | U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ | José António M. Seabra Figueiredo | | X | | |
| 46 CDS/PP | | Carlos Fernandes da Cunha | | X | | |
| 47 CDS/PP | | Luís Manuel Soares da Cunha Alves | | X | | |
| 48 CDS/PP | | Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros | | X | | |
| 49 CDU | | Maria Filomena de Matos Pires | | | X | |
| 50 BE | | Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues | | | X | |
| 51 Independente | ABRAVESES | Rui Pedro Oliveira de Almeida | | X | | |
| 52 Não integra Grupo Municipal | U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA | José Paulo Moreira Cardoso Meneses | | X | | |
| Resultado | | | 1 | 39 | 2 | 7 |

a) Declaração de voto

ANEXO 6



Sessão Ordinária de 26 de Setembro de 2016

VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 6 da Ordem de Trabalhos | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de Setembro de 2016, que deliberou | | | | | |
|---|-----------------|--|-------|-------------------|--------|-----------|---------|
| DESAFETAÇÃO DE BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO - PROCESSO N.º 53/2967/2012 - OPERAÇÃO DE EMPARCELAMENTO nos termos e para os efeitos do disposto na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro | | Aprovou por unanimidade | | Viseu, 26/09/2016 | | | |
| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| 1 PPD/PSD | | José Manuel Henriques Mota Faria | | X | | | |
| 2 PPD/PSD | | João Fernando Marques Rebelo Cotta | | X | | | |
| 3 PPD/PSD | | Manuel Teodósio Martins Henriques | | X | | | |
| 4 PPD/PSD | | Pedro Filipe dos Santos Alves | | X | | | |
| 5 PPD/PSD | | Cristina Paula Cunha Pereira Gomes | | X | | | |
| 6 PPD/PSD | | José Alberto Ferreira | | X | | | |
| 7 PPD/PSD | | José Ernesto Pereira da Silva | | X | | | |
| 8 PPD/PSD | | António José Coelho Lopes | | X | | | |
| 9 PPD/PSD | | Paulo Jorge de Almeida Pereira | | X | | | |
| 10 PPD/PSD | | Filipa Manuela Carvalho de Almeida Mendes | | X | | | |
| 11 PPD/PSD | | António Vicente Figueiredo | | X | | | |
| 12 PPD/PSD | | António Carlos Gomes Tomás da Costa | | X | | | |
| 13 PPD/PSD | | Florbela de Almeida Correia Soutinho | | X | | | |
| 14 PPD/PSD | | Pedro Osório dos Santos Ferreira | | X | | | |
| 15 PPD/PSD | BODIOSA | Rui Manuel dos Santos Ferreira | | X | | | |
| 16 PPD/PSD | CALDE | José Fernandes | | X | | | |
| 17 PPD/PSD | CAMPO | Carlos Alberto dos Santos Lima | | X | | | |
| 18 PPD/PSD | CAVERNÃES | Jorge Anselmo Martins | | X | | | |
| 19 PPD/PSD | CÔTA | António de Jesus Tavares da Fonseca | | X | | | |
| 20 PPD/PSD | FRAGOSELA | Arnaldo António Correia Gonçalves | | X | | | |
| 21 PPD/PSD | LORDOSA | Carlos Manuel Martins Correia | | | | | X |
| 22 PPD/PSD | MUNDÃO | António de Oliveira Carragoso | | X | | | |
| 23 PPD/PSD | ORGENS | Adérito Pais Cardoso | | X | | | |
| 24 PPD/PSD | POVOLIDE | José Manuel de Almeida Fernandes | | X | | | |
| 25 PPD/PSD | RANHADOS | Luis Filipe Martins Almeida Mendes | | X | | | |
| 26 PPD/PSD | RIBAFEITA | Custódio Figueiredo Ferreira | | | | | X |
| 27 PPD/PSD | RIO DE LOBA | Carlos Alberto Pereira Gama Henriques | | X | | | |
| 28 PPD/PSD | SANTOS EVOS | Fernando José Cardoso Rodrigues | | X | | | |
| 29 PPD/PSD | S. JOÃO LOUROSA | Carlos Alberto Ferreira de Almeida | | X | | | |
| 30 PPD/PSD | S. PEDRO FRANCE | Fernando Martins Machado | | X | | | |

ANEXO 6



Sessão Ordinária de 26 de Setembro de 2016

VOTAÇÕES

| Votação da Proposta inscrita no PONTO 6 da Ordem de Trabalhos | | Referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Viseu realizada no dia 26 de Setembro de 2016, que deliberou <u>Aprouva por unanimidade</u> <i>[assinatura]</i> Viseu, 26/09/2016 <i>[assinatura]</i> | | | | | |
|---|--|--|-------|-------|--------|-----------|---------|
| GRUPO MUNICIPAL | FREGUESIA | NOME | FALTA | FAVOR | CONTRA | ABSTENÇÃO | AUSENTE |
| 31 PPD/PSD | COUTOS DE VISEU | Fernando Manuel Leitão de Almeida | | X | | | |
| 32 PPD/PSD | U. F. BARREIROS CEPÕES | António da Silva Gomes Tavares | | X | | | |
| 33 PPD/PSD | REPESES e S.SALVADOR | José Domingos Abreu Coelho | | | | | X |
| 34 PPD/PSD | U.F.S. CIPRIANO VIL SOITO | Aurélio Pereira Lourenço | | X | | | |
| 35 PPD/PSD | VISEU | Diamantino Amaral dos Santos | | X | | | |
| 36 PS | | António Augusto E. Ribeiro de Carvalho | | X | | | |
| 37 PS | | Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva | | X | | | |
| 38 PS | | José Paulo Vila Chã Cavaleiro | | X | | | |
| 39 PS | | Adelaide Joana da Silva Modesto | | X | | | |
| 40 PS | | Cristina Maria Nunes Fonseca | X | | | | |
| 41 PS | | Pedro A. S. Baila Madeira Antunes | | X | | | |
| 42 PS | | Alfredo José Ribeiro Gonçalves | | X | | | |
| 43 PS | | Alberto Gonçalves Ascensão | | X | | | |
| 44 PS | SILGUEIROS | José Augusto Henriques Mota | | X | | | |
| 45 PS | U. F. FAÍL e VILA CHÃ SÁ | José António M. Seabra Figueiredo | | X | | | |
| 46 CDS/PP | | Carlos Fernandes da Cunha | | X | | | |
| 47 CDS/PP | | Luís Manuel Soares da Cunha Alves | | X | | | |
| 48 CDS/PP | | Gonçalo Ferreira Bandeira Calheiros | | X | | | |
| 49 CDU | | Maria Filomena de Matos Pires | | X | | | |
| 50 BE | | Carlos Alberto Vieira Castro Rodrigues | | X | | | |
| 51 Independente | ABRAVESES | Rui Pedro Oliveira de Almeida | | X | | | |
| 52 Não integra Grupo Municipal | U. F. BOALDEIA, FARMINHÃO E TORREDEITA | José Paulo Moreira Cardoso Meneses | | X | | | |
| Resultado | | | 1 | 48 | 0 | 0 | 3 |

a) Declaração de voto